

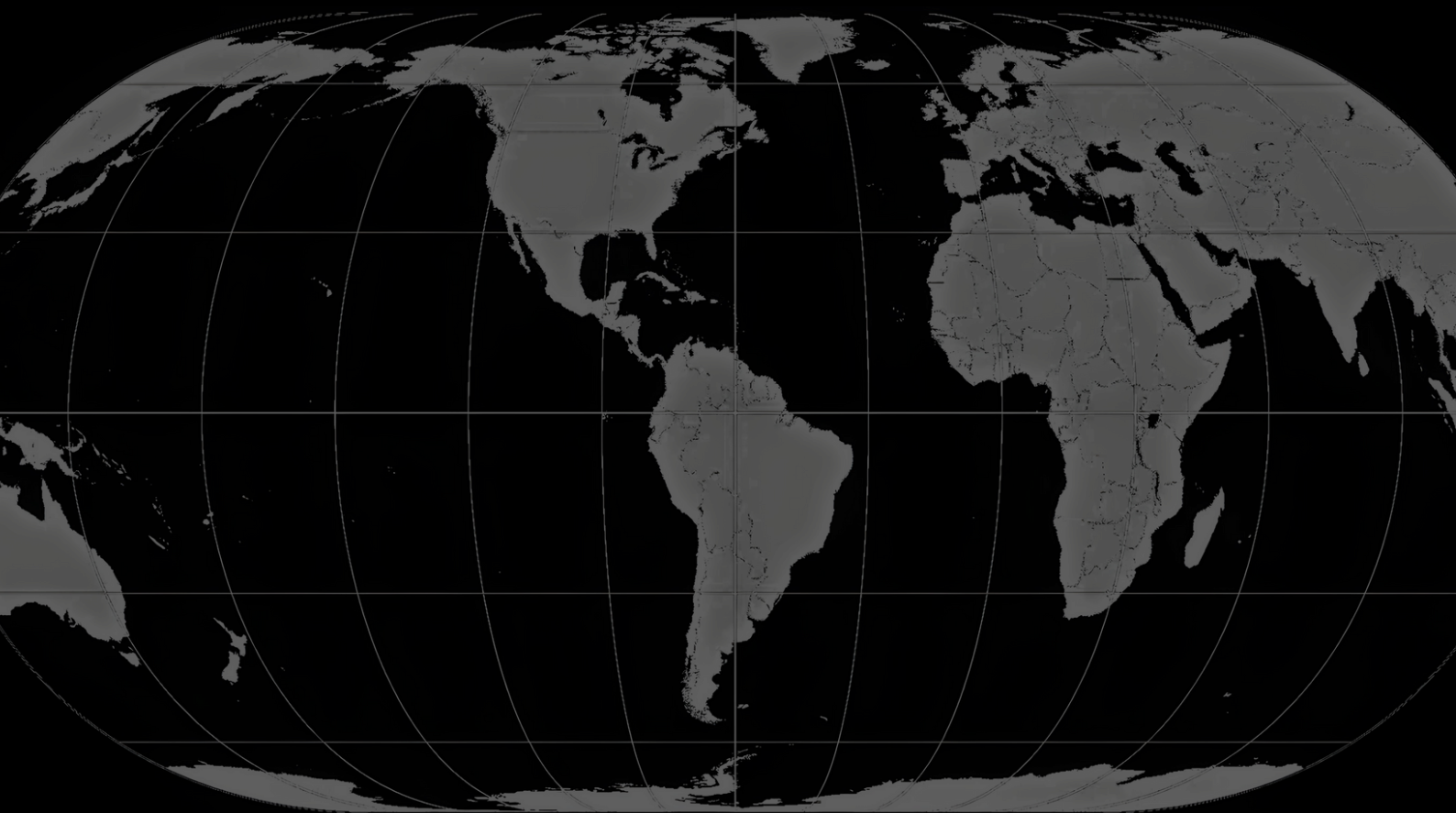


LOCUS
revista de história

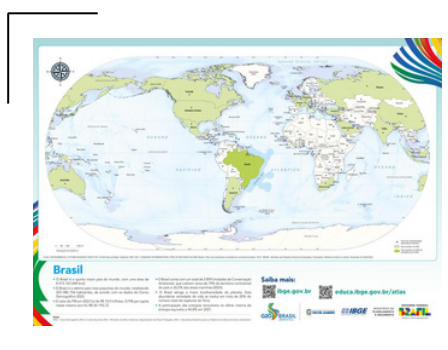
Vol.31 n.1
2025

DOSSIÊ

**Micro-história e saberes
situados: Colonialidade do
poder e translocalidade**



Programa de Pós- graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora



Legenda: Mapa-múndi com Brasil no centro do mundo (2024)

Fonte: IBGE

*A composição da capa teve como principal referência visual a imagem apresentada acima.

Capa e concepção gráfica: Jessica Marques Toledo

e-ISSN: 2594-8296

Equipe Editorial

Editora

Profa. Dra. Hebe Mattos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ágnes Judit Szilágyi
Universidade Eötvös Loránd, Hungria

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. James Green
Universidade Brown, EUA

Prof. Dr. Álvaro Garrido
Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Leandro Duarte Rust
Universidade de Brasília, Brasil

Profa. Dra. Armelle Enders
Universidade de Paris 8, França

Profa. Dra. Maraliz Christo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Profa. Dra. Barbara Weinstein
Universidade de Nova Iorque, EUA

Prof. Dr. Vitor Izecksohn
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profa. Dra. Wlamyra Albuquerque
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Profa. Dra. Cláudia Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gerentes Editoriais

Alina dos Santos Nunes
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gabriel Benedito Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Ana Amélia Gimenez Dias
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Jessica Marques Toledo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Chrigor Augusto Libério
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Joyce Mirella Alves de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Assistentes Editoriais

Amanda Pimentel Lira Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Bruna Giovanna da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Danielle Aparecida Arruda
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Giovana de Andrade Figueira
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Guilherme Abizaid David
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gyovana de Almeida Félix Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Laíza de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Lucas Oliveira Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Luís Roberto da Silva Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara de Oliveira Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Nilciana Alves Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Tatiana Olegário da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vitória Almeida Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Wazime Mfumukala Guy Baudouin
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Yuri Alan Maciel Tesch
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Alda Saúte Saíde
Universidade Pedagógica de Maputo,
Moçambique

Profa. Dra. Amélia Polónia
Universidade do Porto, Portugal

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Profa. Dra. Angela de Castro Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

Prof. Dr. António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa, Portugal

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Antônio Montenegro
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Benjamin Arthur Cowan
Universidade da Califórnia em San Diego, EUA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Federico Finchelstein
New School for Social Research, EUA

Prof. Dr. Fernando Londoño Torres
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Brasil

Prof. Dr. Francisco Javier Dosil Mancilla
Universidade Michoacán de San Nicolás
de Hidalgo, México

Prof. Dr. Gerardo Caetano
Universidade da República, Uruguai

Profa. Dra. Helena Hisako Toida
Departamento de Estudos Luso-Brasileiros
/ Universidade Sophia (上智大学), Japão

Profa. Dra. Heloisa Starling
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Prof. Dr. Ismael Saz
Universidade de Valência, Espanha

Prof. Dr. Jean Gormo
Universidade de Maroua, Camarões

Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Universidade de Newcastle upon Tyne,
Reino Unido

Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz Vasquez
Universidade de Rosário, Colômbia

Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Casals
Universidade Adolfo Ibáñez, Chile

Profa. Dra. Maria Dolores Lorenzo
Universidade Nacional Autônoma, México

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Dra. Maria Lígia Prado
Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Marina Franco
Universidade Nacional de San Martín, Argentina

Prof. Dr. Mario Sznajder
Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel

Prof. Dr. Matteo Pasetti
Universidade de Bolonha, Itália

Prof. Dr. Olivier Compagnon
Universidade Sorbonne Nouvelle, França

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof. Dr. Peter Blasenheim
Colorado College, EUA

Prof. Dr. Roger Griffin
Oxford Brookes University, Reino Unido

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Solange Pereira Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Profa. Dra. Sônia Gomes Pereira
Escola de Belas Artes da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Stefan Rinke
Universidade Livre de Berlim, Alemanha

Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Índice

Editorial: Mirando o Futuro <i>Hebe Mattos</i>	01
---	----

Apresentação: Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade <i>Hevelly Ferreira Acruche e Robert Daibert Jr</i>	03
---	----

Entrevista

Memórias e reflexões de um historiador: Giovanni Levi e os caminhos da micro-história. Entrevista com Giovanni Levi <i>Maíra Vendrame e Mônica Ribeiro de Oliveira</i>	09
---	----

Homenagem

Conferência e aula inaugural do PPG História – 23 de setembro de 2024 <i>Giovanni Levi</i>	28
--	----

Dossiê

Espaço, interdependência e morfologia nas reflexões de Maurizio Gribaudi <i>Deivy Ferreira Carneiro</i>	38
---	----

Micro-história socioespacial: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano <i>Maíra Ines Vendrame</i>	60
---	----

Ensaio de micro-história em José Saramago
Daniel Vecchio 82

“Que só os casados possam entrar na governança
das câmaras das vilas”: enlaces matrimoniais em
uma freguesia mineira no século XVIII
Carla Maria Carvalho de Almeida 99

Seção Livre

O patrimônio enquanto inconsciente da
historiografia
Rogério Mattos 132

Contexto y nuevos datos históricos acerca de un
pintor al Noroeste del Río de la Plata (Jujuy, siglo
XVIII)
Enrique Normando Cruz 158

Partidos para quê? Quatro questões sobre os
partidos políticos na Primeira República (1889–
1930)
Surama Conde Sá Pinto 179

A Classe Militar no século XIX: A imprensa como
campo de discussão e definição da instituição
militar
Fernanda de Santos Nascimento 204

Transtemporalidade e o anacronismo das imagens:
uma leitura possível da obra *A imperatriz*
antropófaga, de Fernando Lindote
Rafaela Arienti Barbieri e Rodolpho Alexandre Santos
Melo Basto 229

Pastores africanos no horizonte da “ocupação” da
Angola central Ngulu, Keto e a expansão da
missão congregacional (c. 1880-1900) 249
Jéssica Evelyn Pereira dos Santos

Paradoxos dos direitos humanos e a judicialização
dos crimes da ditadura civil-militar brasileira 271
(1973-2023)
Camilla Cristina Silva

Resenhas

História mínima das direitas latino-americanas 299
Milton Ferreira Lima dos Santos

Infância e juventude: reflexões acerca da justiça,
direitos humanos e políticas sociais no século XX 304
na América Latina
Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer

Editorial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49780>

Mirando o futuro

Looking toward the future

Mirando hacia el futuro

Hebe Mattos

<https://orcid.org/0000-0002-9158-2397>

É com satisfação que colocamos no ar o primeiro número do volume 31 da Locus: Revista de História. Neste número, o dossiê revisita os debates do colóquio que marcou as celebrações dos 20 anos do PPGH/UFJF e aprofunda as discussões nele presentes sobre a metodologia da micro-história, pensada em perspectiva global, a partir das noções de colonialidade e translocalidade. Traz também uma homenagem ao historiador Giovanni Levi e seu papel fundacional neste campo. Publicamos a conferência por ele proferida no colóquio e uma entrevista inédita então concedida a Mônica Ribeiro de Oliveira e Maíra Vendrame. Os organizadores do dossiê, Hevelly Ferreira Acruche e Robert Daibert Jr. introduzem a riqueza da discussão e o conjunto dos artigos em sua Apresentação. Confirmam.

Refletir sobre o caminho percorrido é atitude que mira o futuro. Neste número, celebramos também a crescente procura da revista, com artigos em estreito diálogo com a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa. A sessão livre vem densa e instigante.

As discussões sobre patrimônio e arte se fazem presentes, honrando a tradição. O Patrimônio enquanto inconsciente da historiografia é o título do inspirador artigo de Rogério Mattos, sobre a necessidade de incorporar as novas construções e vivências do patrimônio de herança negra para a construção de uma agenda inovadora tanto na escrita como no ensino de história. Na sequência, Enrique Normando Cruz apresenta, em espanhol, o artigo “Contexto y nuevos datos históricos acerca de un pintor al Noroeste del Río de la Plata (Jujuy, siglo XVIII)”, a partir de novas e originais informações sobre a obra e trajetória do pintor Diego de Aliaga. “Transtemporalidade e o anacronismo das imagens: uma leitura possível da obra A imperatriz

antropófaga, de Fernando Lindote”, escrito por Rodolpho Bastos e Rafaela Barbieri, fecha o conjunto de reflexões neste campo, explorando o conceito de anacronismo das imagens de George Didi-Huberman e as contribuições sobre experiências temporais de Reinhart Koselleck, para explorar na tela de 2017 do pintor catarinense Fernando Lindote, “as marcas da colonização, da resistência dos povos colonizados e de temporalidades antigas”.

A política e os usos políticos do passado não poderiam estar de fora dos temas abordados nesta rica sessão livre. “Partidos para quê? Quatro questões sobre os partidos políticos na Primeira República (1889–1930)” de Surama Conde Sá Pinto abre a sequência em grande estilo, revisitando o clássico tema das eleições e dos partidos políticos na Primeira República brasileira, em que a autora é reconhecida especialista. Continuando com temas clássicos da historiografia política brasileira, “A Classe Militar no século XIX: A imprensa como campo de discussão e definição da instituição militar” de Fernanda de Santos Nascimento analisa o discursos dos periódicos militares brasileiros de 1850 a 1881, entendendo a imprensa militar do período como “canal de disseminação de ideias sobre o que é ser militar” em um momento em que ainda não se formara um discurso efetivamente institucional. Fechamos a trilogia com Paradoxos dos direitos humanos e a judicialização dos crimes da ditadura civil-militar brasileira (1973-2023), de Camila Cristina Silva, que aborda a contraditória história do terrorismo de estado na ditadura civil-militar brasileira como problema jurídico.

Ainda não é tudo. Para concluir, retornamos à translocalidade como problema e fechamos com histórias africanas e latino-americanas, territórios fecundos da reflexão coletiva do PPGH/UFJF. “Pastores africanos no horizonte da “ocupação” da Angola central: Ngulu, Keto e a expansão da missão congregacional (c. 1880-1900)”, de Jéssica Evelyn Pereira dos Santos, aborda as primeiras missões protestantes estabelecidas na região de Angola Central a partir da trajetória de dois jovens que se tornaram pastores, professores e líderes comunitários. Por fim, Milton Ferreira Santos resenha o livro “Historia mínima de las derechas latinoamericanas” de Ernesto Bohoslavsky e Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer a coletânea “Os tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina”, organizada por Silvia Maria Fávero Arend e Humberto da Silva Miranda, ambos editados em 2023.

Boa leitura!

Hebe Mattos, editora

Juiz de Fora, julho 2025

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49328>

Apresentação

Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade

Presentation

Microhistory and Situated Knowledges: Coloniality of Power and Translocality

Presentación

Microhistoria y Saberes Situados: Colonialidad del Poder y Translocalidad

Hevelly Ferreira Acruche*

<https://orcid.org/0000-0003-4895-6629>

Robert Daibert Jr**

<https://orcid.org/0000-0003-4726-0339>

Este dossiê oferece uma oportunidade ímpar para refletirmos sobre os impactos da micro-história na historiografia contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos seus diálogos com pesquisas que utilizam os conceitos de colonialidade e translocalidade. Os textos aqui publicados

* Professora de História da América na Universidade Federal de Juiz de Fora e no Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Formada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (2013) e Doutora em História pela mesma instituição, com bolsa de pesquisa concedida pela Capes. É autora do livro “A fronteira e as gentes: diplomacia, lealdades e soberanias no extremo sul da América ibérica (1750 - 1830)” (2019). Junto com Bruno Silva, organizou a coletânea “Continente Subversivo: história e historiografia das Américas” (2023). Faz parte do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) e do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAm). Contato: hfacruche@ufjf.br

** Professor Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua no Programa de Pós-graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela UNICAMP. Doutor em História pela UFRJ. É membro do Laboratório de História Oral e Imagem/Afrikas (LABHOI/AFRIKAS-UFJF). Desenvolve pesquisa integrada ao Projeto Passados Presentes: memória da escravidão e do pós-abolição no Brasil, em uma rede de pesquisa que envolve o LABHOI/UFF, o Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh (CLAS-PITT-EUA) e também o Centre International de Recherches sur les Esclavages (CIRES) do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS/França). É autor de livros como: “Princesa Isabel entre o altar e o trono: catolicismo e abolicionismo no Projeto de Terceiro Reinado” (2023), “Religião e História do Brasil: estudos e pesquisas” (2024), entre outros. Contato: robert.daibert@ufjf.br

constituem um importante registro do amadurecimento intelectual e acadêmico da micro-história, após um percurso de mais de cinco décadas de trajetória.

Como um ponto de partida, é sempre oportuno recordar que a micro-história surgiu na década de 1970, na Itália, tendo alcançado maior projeção internacional a partir dos anos 1980. Os Estados Unidos, a França e a Inglaterra foram os primeiros países a adotar as estratégias metodológicas da micro-história como, por exemplo, a redução da escala de observação aliada à análise exaustiva de fontes, a opção por investigações detalhadas de pessoas anônimas ou grupos marginalizados e a influência da Antropologia na análise das relações entre os indivíduos e as suas comunidades. Também sob influência da Antropologia, a micro-história passou a problematizar a e investigar as dimensões culturais e simbólicas que permeiam as relações sociais e econômicas e que podem ser mais bem observadas em dimensões microscópicas.

Nas décadas seguintes, a micro-história passou a fornecer novas ferramentas metodológicas para análises qualitativas que privilegiavam a compreensão do social como um tecido em construção, no qual o detalhe e o singular das trajetórias individuais podem ser reveladores de dinâmicas não observadas nas narrativas que privilegiam a análise em escalas maiores. Esta mudança no jogo de escalas permitiu também investigações dedicadas à compreensão das respostas dadas pelas pessoas aos conflitos e tensões relacionados com as estruturas sociais e econômicas em que vivem, considerando também suas estratégias e negociações construídas em seus cotidianos nesses contextos. Assim, a micro-história consolidou-se como um caminho alternativo às narrativas nacionais que tendiam a homogeneizar os processos históricos, ignorando a diversidade das experiências sociais. Nesse sentido, foi possível observar nas experiências cotidianas sob escala reduzida, relações que envolviam questões de gênero, classe, raça ou religião, em dinâmicas locais de poder, em contextos em que era possível observar as estratégias construídas diante das normas impostas.

No Brasil, a partir da consolidação dos Programas de Pós-Graduação e da intensificação dos diálogos com a historiografia internacional, surgiram estudos influenciados pelos temas e metodologia da micro-história italiana. Muitas pesquisas, sobretudo aquelas dedicadas ao período colonial, passaram a investir na redução da escala de observação, na escolha de casos individuais e na escrita narrativa sob influência da Antropologia (Lino 2017, 86-94, 101-108). Em um primeiro momento, a historiografia brasileira apropriou-se da micro-história em abordagens culturais, voltadas para estudos que envolviam fontes inquisitoriais como, por exemplo, *O diabo e a terra de Santa Cruz* de Laura de Melo e Souza (1986) ou *Um herege vai ao paraíso*, de Plínio Gomes (1997).

A partir dos anos 2000, se por um lado a micro-história aprofundou seus diálogos interdisciplinares, por outro, foi desafiada pelo avanço das perspectivas da História Global. Haveria

uma contradição entre a análise micro-histórica e as perspectivas globais? A resposta a essa pergunta suscitou caminhos metodológicos distintos entre os historiadores (Carneiro 2022, 1039-1044) e, em paralelo, impulsionou e alimentou outros diálogos entre a micro-história e as novas tendências historiográficas do século XXI.

Nas décadas seguintes e ainda hoje, a micro-história progrediu ao incorporar ou aproximar-se das problematizações e dos questionamentos propostos pelos estudos decoloniais e outras abordagens que renovaram o campo historiográfico. Enquanto no século XX, a micro-história foi muitas vezes vista como uma estratégia de enfrentamento da crise dos paradigmas, no século XXI, o seu diálogo com os conceitos de colonialidade e translocalidade aponta caminhos alternativos e promissores para que possamos escapar aos vícios de uma História eurocentrada.

Nesse sentido, atualmente, a historiografia brasileira tem estabelecido um diálogo profícuo com a micro-história e seus aportes metodológicos. Sobretudo sob o ponto de vista da História Social, esse campo acadêmico está marcado por significativos trabalhos que abordam historicamente a cultura, o poder e mesmo a economia. Assim, historiadoras e historiadores produzem conhecimentos constituídos por discussões que problematizam as relações estabelecidas entre o micro e o macro, o geral e o particular, oferecendo novos ângulos de observação em outros jogos de escala. Estes resultados evidenciam possibilidades de pesquisas inovadoras em diálogo com conceitos como translocalidade, histórias conectadas, história comparada, estratégias e redes de indivíduos e grupos. Esses estudos consagram uma tradição de pesquisas atentas a trajetórias individuais e/ou coletivas, sem perder de vista a dimensão contextual e processual dos eventos.

De modo complementar, cresce também na historiografia uma grande preocupação com o lugar de enunciação do problema de pesquisa na construção do conhecimento histórico, relacionada à noção de colonialidade do saber (Lander, 2005; Achúgar 2006). De acordo com Maria Verónica Secreto, “pode-se escrever uma história em partes iguais, mas não uma historiografia em partes iguais” (Secreto 2014, 86). As fronteiras do conhecimento aparecem, assim, tensionadas pelas relações de poder, e tal desigualdade tanto na enunciação quanto na repercussão dos trabalhos acadêmicos remete ao que foi chamado de colonialidade do saber (Trouillot 1995; Haraway 1995; Lander 2005). Em muitos trabalhos, a noção de saberes situados aparece como condição para a universalidade e a metodologia da micro-história é empregada como estratégia para pensar contextos globais. Nesse exercício, a interseção dos conceitos de gênero, raça e classe contribui para a formulação de novas questões e reflexões sobre uma diversidade de temas antes negligenciados pelos estudos acadêmicos. Conceitos como translocalidade, associados a dimensão metodológica das histórias conectadas, da história comparada, do estudo de estratégias e montagem de redes de indivíduos e grupos traduzem a complexidade epistemológica que as relações humanas

assumiram nos diversos contextos históricos ao longo do tempo (Subrahmanyam 1997; Gruzinski 2001; Vendrame & Karsburg, 2023).

Partindo destas questões, em outubro de 2024, o Programa de Pós-Graduação em História da UFJF realizou um seminário com a proposta de refletir sobre as relações entre “Micro-História e saberes situados”. O evento, organizado pelos Laboratórios de História Econômica e Social (LAHES) e de História Oral e Imagem (Labhoi/Afrikas), promoveu diversas reflexões sobre a pertinência das interseções entre o micro e o macro, bem como a reflexão sobre os lugares de enunciação e de produção do conhecimento histórico. Inspirados neste seminário, abrimos a chamada para o dossiê “Micro-história e saberes situados” na Revista Locus, com o objetivo de publicizar artigos que tenham como norte a metodologia da micro-história e suas relações com os saberes situados, a problemática da colonialidade do poder e a pluralidade de contextos globais – coloniais, pós-coloniais e transnacionais.

As leitoras e leitores encontrarão neste dossiê artigos que dialogam com essas perspectivas.

Este número traz uma entrevista com Giovanni Levi, realizada pelas professoras Maíra Vendrame e Mônica Ribeiro de Oliveira. Neste precioso exercício de memória, o historiador partilha conosco aspectos importantes de sua experiência familiar, sua infância no contexto do fascismo e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a sua formação educacional e acadêmica, sua visão de história, sua paixão pela micro-história, sua relação com o Brasil e com a América Latina.

De modo complementar, encontra-se também transcrita a conferência proferida pelo professor Giovanni Levi, no âmbito da aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF e das comemorações de seus 20 anos de existência, tratou da publicação de seu livro *Centro e Periferia de um Estado Absolutista*, traduzido do italiano para o português. Publicado em 1985, mesmo ano de lançamento de sua clássica obra *A herança imaterial*, Levi nos impulsiona a refletir sobre as potencialidades e limites da micro-história, bem como o papel do historiador em contextos de politização da vida e do “presentismo excessivo”, e nos convida a produzir novas perspectivas e métodos. Em outras palavras, o historiador nos brindou com a reflexão sobre a *Global History* e a Micro-História em caráter crítico, evidenciando que a construção da história enquanto ciência não é feita de uma coisa ou outra, de um método ou outro.

O artigo “Espaço, interdependência e morfologia nas reflexões de Maurizio Gribaudi”, escrito por Deivy Ferreira Carneiro, analisa a produção do micro-historiador italiano Maurizio Gribaudi, discípulo de Giovanni Levi, a partir de uma abordagem cronológica e genealógica da sua obra, com o intuito de identificar e demonstrar o desenvolvimento da temática espacial e o seu impacto nos resultados das suas análises. O texto analisa a forma gradual como o referido historiador passou a utilizar métodos e técnicas de análise de sistemas complexos que envolvem a

noção de espaço nas relações entre os níveis local e global. A sua originalidade reside sobretudo no fato de considerar a noção de espaço como consequência de complexos processos sociais, constituindo-se ao mesmo tempo como produto da sociedade e como obra da sua história.

Em seguida, o artigo “Micro-história socioespacial: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano”, de Maíra Vendrame, investiga de que forma a dimensão socioespacial foi incorporada nos artigos publicados na revista *Quaderni Storici*, entre as décadas de 1970 e 2000, na Itália. O texto destaca a importante contribuição de Edoardo Grendi para uma nova abordagem da história local, baseada na microanálise e na interpretação topográfica das fontes. Merece destaque sua compreensão de território como construção social em constante disputa. O artigo proporciona uma reflexão aprofundada sobre a proposta e os seus aspectos metodológicos, oferecendo uma contribuição significativa para a discussão proposta pelo dossiê.

O artigo “Ensaio de micro-história em José Saramago”, de autoria de Daniel Vecchio Alves, examina a obra de José Saramago em diálogo com as concepções da micro-história italiana. O foco recai principalmente sobre os modos de representar as interações entre as perspectivas macro e micro dimensionais na elaboração de uma ficção vista de baixo. O artigo aborda também as divergências e convergências entre a narrativa produzida pelo escritor português e a micro-história nas formas de representar o cotidiano em escala pormenorizada. O artigo traz uma reflexão interessante e uma contribuição significativa para a compreensão das relações entre História e Literatura.

O artigo “Que só os casados possam entrar na governança das câmaras das vilas”: enlaces matrimoniais em uma freguesia mineira no século XVIII”, escrito por Carla Carvalho de Almeida, aborda questões vinculadas às relações estabelecidas entre os sujeitos nas Minas no âmbito dos casamentos. No decorrer do texto, outras questões de investigação aparecem ao abordar o papel de mulheres de cor na construção destas relações e na execução desses enlaces. Há uma alusão importante às escolhas dos indivíduos no âmbito da sociedade escravista colonial, bem como as estratégias adotadas para um manejo de possibilidades para os mesmos. Do ponto de vista micro-histórico, a reflexão exposta no texto potencializa as possibilidades de interlocução entre estudos de caráter regional e de recortes mais amplos que enfatizam as relações materiais e culturais expressas, respectivamente, em torno da transmissão patrimonial e da moralidade, bem como os papéis de gênero na sociedade colonial.

Desta forma, os textos reunidos neste dossiê ensejaram um debate renovado em torno da micro-história como exercício metodológico em conexão com os contextos sociais e políticos mais amplos. Além disso, nos permitem pensar a potencialidade dos diversos lugares de enunciação da construção de questões e problemas de pesquisa, bem como do conhecimento científico no tempo

presente. Num contexto em que somos apanhados pelo presentismo e pela velocidade das interações sociais, os textos aqui publicados nos dão uma mostra dos avanços e limites do uso da micro-história, da *Global History* e da interseção com os chamados saberes situados e os locais de enunciação de onde partem e para onde vão os projetos de pesquisa.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Referências bibliográficas:

Achúgar, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

Carneiro, Deivy Ferreira. “Micro-história e história global: decifrando os procedimentos literários e filológicos na contribuição de Carlo Ginzburg para o debate historiográfico”. *Topoi*, 23, n. 51 (2022): 1037-1058.

Gomes, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Gruzinski, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. *Topoi* (2001): 175-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6cQXYvyYYBj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 jan. 2025

Haraway, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5 (1995): 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> . Acesso em 14 jan. 2025.

Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

Lino, Raphael Cesar. “Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990”. Dissertação de Mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2017.

Secreto, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 34, n. 68 (2014): 83-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000200005> Acesso em 3 jan. 2025.

Souza, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Subrahmanyam, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*. 31, n. 3 (1997): 735-762. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/312798>. Acesso em 3 jul. 2025.

Trouillot, Michel Rolph. *Silenciando o passado*. Poder e a construção da história. Curitiba; Huya, 2016.

Vendrame, Máira Ines e Alexandre Karsburg (org.). *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

Entrevista

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48669>

Memórias e reflexões de um historiador: Giovanni Levi e os caminhos da micro-história. Entrevista com Giovanni Levi¹

**Memories and reflections of a historian: Giovanni Levi and the paths of microhistory.
Interview with Giovanni Levi**

Recuerdos y reflexiones de un historiador: Giovanni Levi y los caminos de la microhistoria. Entrevista con Giovanni Levi

Maíra Vendrame²

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

Mônica Ribeiro de Oliveira³

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

Como citar esta entrevista:

Vendrame, Maíra; Oliveira, Mônica Ribeiro de. “Memórias e reflexões de um historiador: Giovanni Levi e os caminhos da micro-história. Entrevista com Giovanni Levi”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 9-27.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Giovanni, é um prazer tê-lo aqui conosco. Nós planejamos esta entrevista para tentar absorver da sua trajetória, algo que ainda não**

¹ Entrevista realizada em 25 de setembro de 2024, quando da visita de Giovanni Levi à Universidade Federal de Juiz de Fora. Tradução e revisão de: Maíra Inês Vendrame; Mônica Ribeiro de Oliveira; Rita de Cássia Lara Couto; Yobani Maikel Gonzales Jauregui.

² Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisadora Produtividade CNPq. Áreas de atuação: História da imigração e colonização europeia no Brasil, Sociedades camponesas, Práticas de justiça, Estudos de trajetória e Micro-história.

³ Professora titular de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-graduação em História da UFJF. Pesquisador da Fapemig. Áreas de atuação: história de família, sociedades agrárias dos séculos XVIII ao XX, micro-história e humanidades digitais.

tenha sido tocado em outras entrevistas que você deu aqui no Brasil e no exterior. Gostaríamos de começar do início, do jovem Giovanni Levi. O seu percurso, como foi para se tornar o historiador que você é hoje? Quando ele começa?

Bom, antes de tudo, devo dizer isto: quando se fala de um percurso total, geral, há muitas vidas, muitas pessoas. Não é uma única pessoa, porque cada período implica um aspecto caracterizante diferente. Eu não sou a criança dos meus primeiros seis anos, mas tenho lembranças dos meus primeiros seis anos.

Dito isso, hoje tenho 86 anos, um pouco menos, mas prefiro me dar ao luxo de dizer que tenho 86; na realidade, tenho 85 e meio. E 86 anos implicam uma modificação progressiva da vida e também das lembranças, da organização das lembranças. Nasci em 1939, em abril, no dia 29; por um triz poderia ter nascido em maio, mas nasci em abril, e em abril praticamente começava a Segunda Guerra Mundial.

O que mais havia era a perseguição fascista na Itália. Por exemplo, os judeus não podiam ter seus filhos em hospitais públicos, não tinham a possibilidade de ter suas casas, seus quartos etc. Por isso nasci em Milão, porque em Milão estavam os pais da minha mãe.

Depois de 15 dias em Milão, voltamos para Ivrea (Turim). Em Ivrea, meu pai era o diretor técnico da Olivetti, que é uma fábrica famosa, e também o inventor da primeira máquina de cálculo da Olivetti, que se chamava Divisumma. Mas, em 1943, chegaram os nazistas e os republicanos, os fascistas do Estado-fantoches de Mussolini, e meu pai entrou para a Resistência. Minha mãe, com seus três filhos, fugiu para vários lugares até encontrar um local que pudesse ser considerado seguro, dentro do possível.

Éramos três irmãos: meu irmão mais velho nasceu em 1937, e meu irmão mais novo em 1942. Eu, nascido em 1939, era o do meio. Agora, ao contar minha história, percebo que esses primeiros seis, sete anos foram os mais divertidos de toda a minha vida.

Minha alma irônica e alegre deriva desses seis anos – anos horríveis, repletos de mortos, de assassinos de vários tipos, de guerra, de armas, de perigos. Antes de tudo, o período mais perigoso foi de 1943 a 1945. Antes de 1943, nós vivíamos em Ivrea, e meu pai era diretor técnico da Olivetti. Mas a Olivetti era, de fato, um lugar cheio de antifascistas.

Meu pai já havia sido preso em 1934 e 1935, duas vezes, como militante antifascista. Ele fazia parte de um grupo chamado Justiça e Liberdade, cujos líderes eram os irmãos Rosselli. Eles estavam na guerra da Espanha contra Franco, mas Carlo, o mais velho, foi ferido em Guadalajara, se não me engano, e, enquanto se recuperava na França, Mussolini mandou que fossem capturados pela La Cagoule, um movimento fascista financiado por ele. Esses dois líderes do movimento do

meu pai se chamavam Carlo e Nello, e o restante do movimento era conhecido como Justiça e Liberdade, tendo como chefes os irmãos Rosselli.

Meu nome deriva disso. Chamo-me Giovanni Levi, em italiano Giustizia e Libertà, e o meu nome completo é Giovanni Carlo Nello, em homenagem aos dois que foram assassinados pelos fascistas em 1937. Isso também é algo que determinou minha vida.

Eu jamais pensei em ser fascista, sempre pensei em ser de esquerda etc., mas, com três anos, eu era ingênuo, não sabia nada, não tinha nenhuma experiência anterior. Por isso, todas as coisas estranhas que vivi eram normais para mim. E, em 1939, quando nasci, meu nome mudou; eu não me chamava Giovanni Levi, mas sim Giovanni Cardone, que era o nome do camponês que cuidava de nossas pequenas propriedades agrícolas na Ligúria [região noroeste da Itália].

Durante toda a guerra, eu me chamava Giovanni Cardone. E, quando os nazistas e os republicanos chegaram à Ivrea, fugimos imediatamente, primeiro para Aosta. Não, para o Vale de Aosta [região noroeste da Itália], em um pequeno vilarejo nas montanhas dos Alpes, e depois para Stresa [município da região do Piemonte], no Lago Maggiore. E, no final, para um lugar onde todos os jovens eram partisanos, lutavam, e toda a população estava muito favorável à nossa presença. Nunca disseram que éramos judeus etc., apesar de que, muito frequentemente, havia operações de busca. Os nazistas e os fascistas vinham e procuravam os jovens do vilarejo, que não existiam.

E uma das primeiras coisas que vi, como espetáculo, foi que queimavam as casas. Havia uma lista com os nomes dos jovens, todos militantes partisanos, e queimavam as casas deles. Todos podiam ver as casas sendo queimadas, mas parecia tudo natural para as crianças, embora não para minha mãe, nem para meu pai. Mas meu pai estava como combatente, depois se mudou para Turim, clandestinamente, para ser o responsável econômico do Comitê de Libertação Nacional.

Até aquele momento, tudo era, para mim, normal. Mataram o padre do local porque ele tocava o sino para avisar que os nazistas estavam chegando; atiraram em sua cabeça, e ele morreu. Tudo isso era absolutamente normal para mim.

Fim da primeira parte, que contém um julgamento historiográfico. Esse primeiro período, para mim, tem muitos significados. Certo, eu não era Giovanni Levi antes de 1945. Mas é um período determinante, porque me ensinou que até mesmo um historiador deve entender que ser irresponsável, considerar normal o que é anormal, é algo característico da primeira infância, quando você ainda não tem nenhuma referência anterior. Você precisa construir uma visão da realidade com base no que imagina ser real. E a realidade é assim.

Dois exemplos breves. O primeiro é um táxi em Bogotá. Em um táxi em Bogotá, comecei a discutir com o motorista porque ele tinha “El Tiempo”, o único jornal de Bogotá que existia. Mortes contínuas, assassinatos etc. E eu dizia: “É possível viver em um lugar onde podem cortar

sua garganta a qualquer momento?” Ele respondia: “Sim, é normal, é a vida normal. Também na Itália é assim, não?” Mas na Itália não era assim. Como se pode dizer? A realidade pode produzir imagens falsas, talvez, mas que determinam a normalidade, que criam a normalidade. Esse é o primeiro exemplo dessa ideia.

O segundo exemplo são as crianças que hoje se salvam atravessando o Mediterrâneo para chegar à Europa, mas também os filhos que se salvam presenciando uma quantidade de mortos no México para, talvez, chegar aos Estados Unidos. Se você as observa na televisão, vê crianças rindo, brincando etc., porque para elas isso parece normal – a tragédia é normal.

Acho que isso é importante para os historiadores, para que entendam que a realidade é diferente, por assim dizer, da verdade. É algo que depende da sua formação. Com o tempo, você reconstruirá essas coisas, mas de uma forma diferente.

Um último episódio, ou dois, que posso contar sobre isso – mas talvez seja longo demais. Duas coisas: uma é que, ao sairmos de Ivrea, onde ficava a fábrica Olivetti, onde meu pai trabalhava, no dia em que os alemães entraram na Itália, fugimos para o Vale de Aosta, a um pequeno vilarejo. Minha mãe havia encontrado um apartamento em uma casa, era setembro, ainda fazia calor, e minha mãe, com a janela aberta, estava desfazendo as malas.

E meu irmão mais velho, que nunca mencionei até agora e que sempre diz a verdade, estava conversando com a dona da casa. Ela lhe disse: "Vocês não se chamam Clevi-Clevi", porque todos os documentos que tínhamos haviam sido alterados de forma descuidada, com um "C" – não Levi, mas Clevi. Então, meu irmão, que nunca mente, foi ouvido por minha mãe dizendo: "Clevi-Clevi não, mas quase." Nesse momento, minha mãe fechou as malas e partimos rapidamente.

Passamos um mês na casa da mãe de um funcionário do meu pai, no Lago Maggiore. Todos ali estavam aterrorizados, porque não tínhamos documentos falsos, mas eles eram necessários até mesmo para conseguir comida, e a polícia estava sempre à procura de pessoas.

Depois de um mês, a Olivetti havia organizado um sistema de produção de documentos falsos e, no fim, eu passei a me chamar Giovanni Cardone, assim como toda a minha família. Também tínhamos a caderneta de racionamento, que determinava a quantidade de pão que podíamos comprar por dia etc. Era falsa, mas funcionava, e nos permitiu sobreviver – mal, é verdade, mas, para mim, aquele lugar era maravilhoso.

Última coisa. Sentado no pátio da casa onde vivíamos, nesse pequeno lugar chamado Torrazzo (província de Biella, Piemonte), enquanto brincava, encontrei uma medalha de Napoleão no chão. Era uma medalha que datava da morte de Napoleão, em 5 de maio de 1821. A medalha dizia – e eu ainda a tenho: “aos seus companheiros de armas, suas últimas lembranças, o imperador”. E acredito que isso é, também, algo que determinou minha vida posterior. Existe algo

de clandestino, de militares que eram napoleônicos clandestinos após a morte de Napoleão, em um pequeno lugar dos Alpes italianos, onde havia alguém que poderia ser considerado um militante revolucionário.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Depois, para você se tornar um jovem estudante, a sua formação, como foi? Em que momento esta realidade se modifica?**

A realidade é complicada, mas, sobre isso, serei rápido. Digo, meu pai perdeu o emprego porque, durante a resistência, havia sido substituído por outro. E ele reivindicou sua posição. E a Olivetti disse: encontramos um emprego para você, mas não o de diretor técnico. Então, ele pediu demissão e fomos morar em Gênova. Gênova era o grande centro da siderurgia italiana pública. Meu pai trabalhou vários anos lá e a família chegou a Gênova em 1952.

Primeiro, em 1952, os primeiros sete anos da minha vida escolar foram na escola judaica. Minha família era uma família totalmente laica, totalmente atea, mas, em 1945, meu pai explicou a nós, os três irmãos, que queria demonstrar que ainda existiam crianças judias e nos enviou para essa escola judaica de Turim. Fiquei sete anos na escola judaica.

Não aprendi nada sobre o judaísmo, aprendi a ler, a escrever etc. Mas era o último da classe em relação à língua judaica e à religião, porque não me interessava. E o que mais temia era um rabino, que havia sido muito fascista no período de Mussolini, que fazia investigações sobre as pessoas, sobre as crianças, para saber se na família faziam as férias corretamente etc. Ele nos ensinou o alfabeto e depois pediu para que alguns de nós lessem. E eu era a primeira vez que via a língua hebraica. Comecei a ler, sabia que a oração mais importante era o Shemá, uma oração que os judeus devem dizer todos os dias.

E eu nunca a rezava, em casa não se fazia essa oração, mas eu sabia as letras e comecei a ler Shemá, Israel, e depois vinha Adonai. Adonai não se pode ler, porque é o nome de Deus. O nome de Deus não pode ser citado. E, agora, se diz Adonai, não o nome de Deus. Escreve-se Yoshua e se lê Adonai. Agora, o rabino, quando eu lia as letras, comecei a dizer Yehovah ali e ele disse: “Você não pode nomear Deus, Deus não se nomeia, deve dizer Adonai. A partir de agora, dado que em sua família ninguém te ensinou o Shemá, você deve saber, nunca ler nem estudar a língua hebraica. Você sempre terá dez, mas sem nunca ler”.

E assim passei como o primeiro da classe, como um judeu, mas sem saber uma palavra em hebraico. Essa é a história. Bem, quando terminei tudo isso, depois de sete anos de escola, fui para o ginásio. Entrei no ginásio, e, depois de poucos meses, me mudei de Turim para Gênova. Por que Turim? Depois da guerra, fomos para Turim porque nossa casa havia sido destruída pelos bombardeios.

Assim, fizemos uma reunião de toda a família em um único quarto, o quarto de Primo Levi, porque pensávamos que ele havia sido morto em Auschwitz. Vivemos por alguns meses no quarto de Primo, nosso primo. Ele se chamava Primo, mas também era nosso primo. E depois, quando ele chegou, um dia, nos mudamos para outra casa onde um primo tinha morrido. E, no final, nossa casa foi parcialmente restaurada e moramos em Turim. Quando entrei no ginásio, meu pai já havia ido para Gênova e toda a família se mudou para lá.

E de 1952 a 1957 fiz o ensino médio em Gênova, a cidade que mais adoro, é uma cidade maravilhosa. E eu era quase o último da classe, porque não frequentava a escola, ficava passeando, mas ia à biblioteca, principalmente. No segundo ano do ensino médio, minha mãe teve que conversar com os professores e perguntou: “Como vai meu filho?”. Eles disseram: “Não sabemos, porque nunca o vimos”. Era o meu espírito subversivo. Passava as manhãs na biblioteca, uma biblioteca que eu gosto muito, porque tenho um senso de responsabilidade, pois, durante uma manifestação política em 1960, joguei uma pedra contra a polícia, mas eu não havia calculado que a pedra fosse cair assim, e quebrou a lâmpada na entrada da biblioteca. E nunca me perdoei por isso.

Bem, voltamos a 1958. A política, naqueles anos, era muito importante para todos. Eu, por exemplo, posso contar dois episódios.

Um episódio é que, quando em 1956 houve na Hungria a revolta, o presidente da escola secundária disse: “Vamos protestar contra a União Soviética”, e eu e outros cinco ocupamos o Liceu, dizendo a favor ou contra, não cabe ao presidente decidir nossa atividade. Agora, o chefe genovês do Partido Comunista fez uma reunião e nos convidou. O chefe do Partido Comunista disse: “Vocês devem se inscrever no Partido Comunista, porque devem ser os melhores, um bom jovem comunista é o primeiro da classe”. Nós seis éramos os últimos da classe, então saímos e nunca fomos comunistas de fato.

A segunda experiência interessante foi que fazíamos muita militância, houve batalhas muito ferozes nos liceus de Gênova, porque havia organizações juvenis fascistas e uma militância antifascista um tanto desordenada. Em uma ocasião, eu perdi essa orelha, apenas parcialmente, me arrancaram uma orelha. Fui para o hospital, chegou meu segundo irmão, que sempre brigava com os fascistas, e eu não, e ele disse: “Não se preocupe, eles queriam é bater em mim”. Isso foi para me consolar, mas não me consolou, porque eu estava com a orelha assim. Mas durante todo esse período, eu fiz várias coisas políticas.

Cito um evento fundamental. Quando a Democracia Cristã decidiu fortalecer ainda mais o governo em 1960 com a entrada do partido neofascista na maioria, houve grandes manifestações em toda a Itália, mas começaram em Gênova. Em Gênova, houve uma batalha de dois dias. Eu,

devido aos gases lacrimogêneos, tive tantos pontos vermelhos na pele, porque era julho, estávamos sem camisa, e fiquei com uma espécie de alergia pela batalha que durou dois dias. Nessa batalha não houve mortes, mas nos três dias seguintes ocorreram 14 mortos porque a polícia disparou contra a revolta. No entanto, o governo democrata-cristão caiu, especialmente por causa da batalha de Gênova. Ainda guardo como uma grande lembrança a ponta de plástico de uma bomba lacrimogênea. É uma relíquia fundamental da minha vida. Em 1958, eu, embora estivesse muitas vezes em Gênova, comecei a universidade em Turim.

Por que em Turim? Em Turim porque eu estava apaixonado por quem seria minha esposa. E meu pai dizia: “Por que em Turim? É como Gênova, só que custa mais para nós. Você tem uma universidade excelente em Gênova, por quê?”. No final, eu disse: “Escuta, pai, meu problema não é a universidade, é Luisa, minha futura esposa”. Agora meu pai disse “bem, vá para Turim”. E eu fiz a universidade de Turim.

Duas coisas caracterizam a cidade de Turim. Uma delas é que havia um governo democrata-cristão muito anticomunista. E isso fez com que os trabalhadores comunistas e socialistas fossem expulsos da FIAT, a grande fábrica de Turim. Fomos lá muitas vezes para distribuir panfletos, colocar cartazes e assim por diante. Em 1958, pela primeira vez, os trabalhadores reiniciaram os protestos sindicais. E isso teve várias consequências políticas, inclusive o fato de eu ter escolhido viver em Turim por amor e militância.

Em 1963, terminei a universidade e comecei a trabalhar, porque já estava casado em 1964. E precisava sustentar meu casamento e minha família. Então, fiz uma tese de graduação sobre história econômica. Pesquisei sobre Alberto De' Stefani, o primeiro-ministro fascista de Mussolini, que desempenhou um papel muito importante no fortalecimento do fascismo no governo. Entre 1922 e 1925, ele foi um dos representantes, mas era um monstro. Depois, foi ministro de Chiang Kai-Shek, do partido anti-Mao Tsé-Tung na China. Mas pouco depois, em 1925, Mussolini o dispensou. Mas ele era uma figura horrível.

Ele era muito alto, muito robusto. Na enciclopédia italiana está escrito “ele libertou o porto de Gênova da tirania dos vermelhos”. Ele era um personagem monstruoso. Eu o visitei, o entrevistei. Ele me mostrou a filha que havia nascido na China, mas não me deixou ver seus documentos. Minha tese não foi publicada. Aprendi muitas coisas. Depois disso, formado como economista, fui trabalhar em uma organização econômico-política das comunidades. Um especialista em economia social, se é que se pode dizer assim. Mas trabalhei apenas por um ano porque me ofereceram entrar para a universidade. E em 1965 e 1966 comecei minha atividade universitária. O estudo universitário foi extremamente importante para mim.

Eu não queria estudar antes. Tinha pensado em me inscrever em Letras para ter tempo para a militância. Mas depois me entusiasmei. Tive professores muito importantes, muito inteligentes. Franco Venturi, que havia sido especialista cultural na União Soviética. Ele era totalmente anticomunista.

Agora, eu tinha professores que hoje para mim são inimagináveis na universidade italiana. Havia um grande latinista chamado Rostani... Três grandes historiadores, Venturi, Cracco Rugini e Tabacco, de História Antiga, História Medieval e História Moderna. E, no final, também Aldo Garòsci, que não era um grande historiador, mas era um homem muito simpático, que era o orientador político do meu pai e que havia participado da Guerra Civil Espanhola. Era uma figura estranha porque tinha a mesma ideia que eu sobre a realidade.

Para ele, a realidade em que vivia era incompreensível e imaginava tudo como se fosse em 1945, embora já tivessem se passado dez anos. Ele foi uma figura muito importante, muito inteligente, mas me considerava excessivamente de esquerda. Em 1962, 1963 e 1964, fui três vezes para a prisão, por dois dias a cada vez. Ainda usava o argumento de que os estudantes não eram o inimigo número um, eram monstros estranhos que se rebelavam, mas imediatamente havia deputados que telefonavam e diziam: “Ah, ele é uma pessoa maravilhosa, deixem-no”.

Eu saí dois ou três dias depois da prisão e isso também foi uma boa experiência. Duas vezes foi por manifestações em frente à FIAT, outra vez foi por Cuba, porque havia o Consulado de Cuba em Gênova e muitos militantes de esquerda estavam lá na frente para ouvir as notícias e as palavras gravadas de Che e de Fidel.

Em 1958, fui secretário de uma grande seção socialista em Turim, cheia de velhos operários da Fiat. Havia velhos operários, bailarinas gordas, que dançavam antes do início do filme. O chefe dessa equipe de bailarinas e todas as bailarinas estavam inscritas na seção socialista. Agora, me tocava visitar essas senhoras que precisavam pagar a inscrição todo ano etc. Havia o terceiro grupo, que eram os empregados, os comerciantes do mercado de frutas e vegetais. Em 1964, houve a unificação do Partido Socialista e do Partido Social Democrático. Agora, eu deixei o Partido Socialista e a responsabilidade de secretário porque o Partido Social Democrático era um dos partidos que apoiava a democracia cristã, o governo do centro.

Agora, vamos começar de novo. A universidade era uma coisa muito diferente de como vocês imaginam. Era uma atividade de elite. Nem todos frequentavam a universidade. Não era uma quantidade enorme de pessoas como hoje. Era uma seleção, pode-se dizer. Era socialmente culpável, verdadeiramente.

Mas, dentro da universidade, especialmente os poucos que faziam história ou economia etc., organizavam-se em grupos. Os professores organizavam seminários. Não era como agora, em

que cada professor ensina 15 coisas diferentes. Eram muito curtos, 50, 60 horas em todo o ano. Mas existiam duas coisas fundamentais. Uma era a integração entre colegas, discutindo sobre nossa profissão como professores. A segunda era ir à biblioteca. Quando decidi ir para Turim, meu pai escreveu para dois de seus companheiros políticos, Venturi e Norberto Bobbio, um grande jurista, dizendo: “Meu filho diz que quer ir para Turim, mas isso não é suficiente. Não é a universidade que é importante, são as bibliotecas.” Gênova e Turim têm excelentes bibliotecas. (Na universidade) Era tudo diferente... tudo era organizado com aulas, mas também com seminários eletivos, aos quais nem todos os estudantes podiam assistir.

Acompanhei diversos seminários com vários companheiros e toda a nossa vida era organizada, por um lado, pela militância política, por outro, pelas leituras, discussões, conflitos etc. ligados a alguns dos principais professores, que eram grandes mestres... Venturi foi um grande historiador. Eu era um grande opositor de Venturi politicamente, mas ele era um símbolo da historiografia croata. Era uma historiografia baseada na história das ideias. Meus primeiros artigos na Rivista Storica Italiana, dirigida por Venturi, eram histórias de ideias. No campo econômico, mas histórias de ideias.

Depois, decidi que as ideias eram fugazes demais e busquei socializar minhas pesquisas. Mas tive colegas maravilhosos. Um dos mais extraordinários em minhas atividades, já como professor, foi Brandi, que era um grande mestre. Um mestre que nem sempre assumia o papel de mestre; estávamos no mesmo ambiente e discutíamos o tempo todo. Ele se transferiu de Gênova para Turim. Fomos juntos para a América, para Princeton etc. Venturi também era uma grande personalidade. Também Tabacco era um grande medievalista. Já Cracco Rugini era católico demais para o meu gosto. Mas também havia uma grande diversidade. Rostagni nos fez ler toda a obra de Virgílio, toda a de Horácio, toda a de Propércio. Trabalhava-se seis meses para prestar o exame de latim, que durava dois meses. A filosofia: Abagnano e seus dois principais alunos, Pietro Rossi e Viano, formavam um grupo de pessoas que discutiam. Essa era, de fato, a principal educação que recebíamos.

Devo dizer que minha paixão pela micro-história nasceu depois de tudo isso, a partir da ideia de que a história das ideias não me interessava. As ideias precisam ter os pés no chão. E, ao visitar muitas vezes Eduardo Grendi, que era uma figura muito, muito complicada, porque... escrevia sempre de forma muito complexa. E não era uma pessoa aberta..., mas era muito capaz de ensinar as coisas. Não tinha muitos alunos, mas eu me considero muito seu aluno. Aprendi muitas coisas com Eduardo. Ele havia estudado na Inglaterra. Pode-se dizer que ele introduziu a antropologia na historiografia italiana. Essas são as coisas que aprendi com ele. Também era

militante de esquerda. Eu tinha uma paixão mais abrangente. Havia, então, algumas grandes personalidades externas. Por exemplo, Carlo Poni, um grande historiador de Bolonha.

Carlo Ginzburg eu convivi por 20 anos e depois, já mais velhos. Mas houve uma grande interrupção com Carlo. Quando ele estava em Turim, era a pessoa com quem eu mais discutia, depois ele se transferiu para a Normale di Pisa e, em seguida, para os Estados Unidos. Tivemos conflitos muito duros, porque ele tinha um caráter difícil. Hoje sou mais complicado do que ele, mas antes ele era complexo e eu fazia o papel do bom.

Bem, isso é suficiente, acho. Pode-se dizer... Em toda essa história, personagens fundamentais são os membros da minha família, que eram grandes intelectuais. Primo Levi, que morava perto de nós, era o diretor da fábrica da minha esposa. Minha esposa, Luisa, que é uma historiadora-antropóloga genial, realmente boa, embora tenha escrito um romance que não fez sucesso, mas que merecia ter feito sucesso. Assim, foi traduzido para o espanhol. E, ao mesmo tempo, meus filhos foram muito importantes para mim.

Eu tive dois filhos. Uma filha em 1966 e um filho em 1972. Quando penso na minha vida, sempre penso que, se existisse Deus, eu me apresentaria diante de Deus e Ele me perguntaria: “O que você fez na sua vida?”, eu diria: “Eu tive dois filhos maravilhosos”. Essa é a coisa que mais me apaixonou.

Minha filha é uma grande revolucionária e ela diz que sou eu quem a obriga a ser uma grande revolucionária. E meu filho é um bom arquiteto e não revolucionário. Ele é uma pessoa de esquerda, mas não é apaixonado pela política. Minha filha é uma protagonista muito importante hoje na Espanha, mudou de nacionalidade e passou a ser catalã, mas não é uma separatista, e sim uma revolucionária espanhola. Isso também foi muito importante para mim, porque, como sabem, criar filhos é muito difícil. É uma profissão que ninguém sabe fazer bem. Por exemplo, minha filha me disse: “Eu não quero entrar na universidade, vou para Paris dançar, estudar mímica”. E passou quatro anos sem quase dar notícias, porque era uma rebelde desde o começo. Mas agora, para mim, ela é uma pessoa fundamental. Nos falamos toda semana, discutindo sobre o mundo e a realidade. Ela é muito simpática e bonita de ver. Meu filho também, ele mora em Veneza e, por isso, nunca o vejo, pois está tão perto e, ao mesmo tempo, tão distante. Se não, tomamos um café quando ele vem ao mercado perto de minha casa. Vejo mais minha filha espanhola do que meu filho.

- **Maíra Vendrame: Giovanni, tens um neto que agora decidiu fazer história. O que pensa sobre essa escolha?**

Sim, isso é uma tragédia. Meu neto é um grande leitor. Sempre me impressionou porque ele é alguém que lê continuamente e, além disso, joga futebol, tem muitos amigos etc. Mas chega à

minha casa e me pede livros inesperados. Por exemplo, a primeira vez que me perguntou: “Você tem, por acaso, Amiano Marcelino?”. Amiano Marcelino é um historiador romano tardio e ninguém lê Amiano Marcelino. Na semana passada, ele leu toda a obra de Joyce.

Joyce é difícil de ler, mas ele tem 18 anos e merece ler Joyce. É um leitor desenfreado. Tenho 45.000 volumes em minha casa e não quero ir à biblioteca, só se for realmente necessário. Porque, como sabem, fumar na biblioteca não é permitido. E eu gosto de fumar enquanto leio. Estando na biblioteca depois de duas ou três horas eu saio, também é difícil no arquivo. Mas no arquivo de Veneza há um acordo que facilita fumar por 5 ou 10 minutos. Mas não a Biblioteca Marciana, que é muito grande. Não se pode trabalhar sem fumar.

Dito isso, repito ao meu neto que a minha biblioteca, a qual não sei o que fazer quando chegar a morte, é dele. Digo a ele que pode fazer tudo o que quiser: você pode jogar fora os livros, comprar, vender, trocar etc. A cada dia que ele vem, umas duas vezes por mês, mais ou menos, e pega os livros, que desaparecem. Não sei o que ele faz com eles. Por exemplo, não tenho mais a Divina Comédia, porque ele pegou a parte do Inferno, e agora eu tenho a Divina Comédia que é só o Purgatório e o Paraíso, porque falta o Inferno. Preciso comprar o Inferno. Mas ele é uma pessoa muito notável. Muito simpático, muito bonito de ver. Ele se aproxima, se inclina sobre mim para me abraçar.

- **Maíra Vendrame: Gostaria que você voltasse aos anos de 1960 e falasse mais sobre sua relação com Edoardo Grendi. Qual você considera que seja o maior aprendizado que teve com ele?**

Grendi era uma pessoa de grande cultura e inteligência, mas escrevia muito mal. Havia um provérbio: “Se você fala e não entende, certamente é Grendi”. Ele me ensinou muitas coisas. Ele me ensinou que a cultura da história social inglesa, mas especialmente a antropologia social, era muito importante. Eu havia lido Thompson e toda a historiografia marxista, mas jamais os antropólogos. E Grendi fez uma antologia de estudos antropológicos pela Einaudi e eu não explorei nada dessa antologia.

Veja, a história não pode ser separada das outras ciências sociais. Hoje, chego à conclusão de que a história não deve ser separada da física, por exemplo. Que as ciências naturais também são incompletas e não generalizáveis, assim como as ciências históricas, que não buscam ser. Acredito nisso, mas também na ideia de ruminação de Grendi, que sempre refletia sobre essas coisas. Era uma pessoa difícil, pode-se dizer. Vinha de uma família rica, havia estudado com os jesuítas e era completamente laico... Mas é difícil descrever o que ele me ensinou. Me ensinou tudo e nada. É muito complicado saber o ponto exato. Provavelmente a antropologia, mas também

minha esposa, que trabalhou com Lévi-Strauss em Paris, e era historiadora. Com minha esposa, aprendi muitas coisas. Mas é um assunto muito delicado, que não quero contar.

- **Maíra Vendrame: Você participou do Seminário Permanente di Storia Locale com Edoardo Grendi? O que pensa sobre a compreensão dele sobre história local?**

Isso foi algo muito importante em Gênova, quando ele ainda estava em Gênova. Porque há esse historiador local que é um personagem genial. Ele é um dos que inventaram a micro-história.

Em Gênova, foi criado em torno de Grendi, antes de ele vir para Turim, um grupo de jovens historiadores que escreviam coisas maravilhosas do ponto de vista micro-histórico. Por exemplo, Diego Moreno, um personagem muito importante, que escrevia estudando as tecnologias de gestão das florestas. Também a linguagem mudou, porque hoje não existe mais um especialista em um tipo de planta, ou em como cortá-la, etc. Está mais simplificado. Agora desaparecem características do trabalho nas florestas, Moreno escreveu um artigo maravilhoso sobre os caminhos dos pastores nas montanhas atrás de Gênova. Todo esse tipo de organização de significados etc. Visitar algo com Diego Moreno é uma aventura maravilhosa, porque há toda a história da humanidade vista do ponto mais baixo, mais cotidiano da humanidade. Havia Massimo Quaini, não simpático, mas muito inteligente. Não, devo dizer, Osvaldo Raggio, que pode ser o único aluno direto de Grendi de Gênova. Todos estão mortos, eu sou um sobrevivente.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Giovanni, e na sua produção, não só dos artigos, mas de livros, como *Centro e Periferia* (Alameda, 2024), *Herança Imaterial* (Civilização Brasileira, 2000) e *História dos Jovens* (Companhia das Letras, 1996), como se deu esse processo de florescimento intelectual?**

Eu não sou capaz de escrever livros. A *Herança Imaterial* foi para mim um milagre, porque encontrei essa história... Era inexplicável, porque é uma história da estupidez, útil, mas da estupidez. Passei dois anos discutindo com meus alunos para tentarmos entender se valia a pena ocupar-se disso e qual o significado que tinha.

Estava convencido, em parte, na polêmica com o caso dos “Vermes” de Ginzburg, que dizia na primeira edição que a vida de Menocchio é o máximo da inteligência e da cultura popular. Não contente com essa definição, busquei algo importante, inteligente. Agora, inconscientemente, disse que todas as pessoas são importantes. Merecem o trabalho do historiador. Falar de todas as pessoas. Não se pode hierarquizar. A melhor ideia é escrever a história de Júlio César ou de

Napoleão? Não, devemos falar das pessoas que não deixaram muitos registros, devemos entender quantas coisas podem nos ensinar estas pessoas.

Agora, depois de tantas discussões com meus alunos, escrevi esse material e fui para Princeton e Nova York por pouco mais de um ano. Virou um livrinho pequeno. Meu maior livro orgânico. Porque é composto por tantos ensaios. Isso é como um sonho. Mas depois me convenci de que não tenho paciência para montar um livro. Prefiro fazer artigos, não por acaso, e buscar, se possível, artigos que tenham história.

Agora decidi, como o canto do cisne, como minha última ópera, tomar todas as coisas que escrevi sobre a vida de pessoas que pensam que a realidade é uma e que fracassam. A realidade não é a vida de todas as pessoas, certo? Mas eu, por uma razão inconsciente, pode-se dizer, não consciente, sempre escrevi histórias, quando faço biografias, biografias de fracassados.

De pessoas que começam com uma ideia e que não são capazes de perceber que é necessário voltar a um momento. Discuti um pouco com Maíra sobre isso. É importante para a definição da realidade.

O que é a realidade? Cada um de nós vive realidades diferentes. Rita (Couto – doutoranda da UFJF, presente na entrevista) se ocupa de sapatos, por exemplo. Eu não, porque minha companheira atual não suporta os sapatos horríveis que eu uso etc. É uma guerra de sapatos. Mas cada um tem sua realidade. Essa realidade, no fim, é sempre ou quase sempre uma ilusão.

Nós pensamos, em certo ponto, em sempre melhorar. E nossa vida é assim, e em determinado momento acaba, e não teremos apagado a luz elétrica antes de morrer. Decidi não morrer pelos próximos quatro ou cinco anos. Esse é o meu plano. Porque quero fazer um livro sobre aqueles que não aproveitaram bem a realidade, que sonhavam com algo que não se realizou. E quero incluir “A Herança Imaterial” nele também. Penso em colocar sete micro-histórias que já escrevi. Duas ou três precisam ser revisadas. Meus primeiros sete anos de vida. Minha ideia era incluir a autobiografia do meu pai. Mas minha filha não concorda. Minha filha, para mim, é como uma religião. Não sei. Ela diz: “Não, porque o avô era tão tranquilo em relação ao mundo que sua vida foi um fracasso, um fracasso de uma forma que ele nem percebeu.” Essa é a questão sobre a qual tenho quatro ou cinco anos para refletir.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Mas você registra sua vida pensando, por exemplo, nestes quatro ou cinco anos para frente?**

Meus primeiros anos de vida foram registrados. A responsável pela gravação foi uma de minhas alunas. Não sei se posso chamá-la de aluna, porque ela se dedica à história e à língua árabe. É professora de árabe e de árabe marroquino. Mas ela queria que eu fizesse uma autobiografia. E

eu lhe disse: “Não, não quero fazer uma autobiografia”. Posso escrever sobre meus primeiros seis anos de vida. E os registramos.

Mas ela queria deixá-los exatamente como eu os contei: de forma muito fragmentada. Esta versão que lhes contei agora é mais organizada, mais cronológica. A outra consiste em coisas que vão e vêm. E ela é favorável a esse desordenamento, essa incompletude etc. Mas eu prefiro uma autobiografia menos divertida, menos curiosa do que contando-a para vocês. Por isso, decidi narrá-la cronologicamente. Sim, Paula, essa garota, que está muito doente, não me perdoaria por uma montagem tão normal, tão cronológica. E talvez também nesta entrevista pudesse haver uma mistura, avançando e retrocedendo, para imaginar uma montagem específica.

- **Maíra Vendrame: Vamos conversar um pouco sobre o Brasil. Como você vê a repercussão da sua obra a partir da publicação de *Herança Imaterial*, nos anos 2000, suas viagens para cá e o sucesso da micro-história?**

O efeito da América Latina em mim são as árvores. Mudaram muito minha vida. Eu tenho, acho que você já viu, uma cesta assim, com todas as sementes que recolho na América Latina. Muitas delas estão plantadas, mas não tenho uma casa grande o suficiente... Digamos que, da América Latina, aprendi que o mundo é mais diverso do que eu imaginava.

Porque você chega no Brasil e diz... Eu imaginava tudo completamente diferente. As pessoas são diferentes, as árvores são diferentes, a natureza é diferente. E agora, acredito que a verdadeira influência foi a transformação da minha casa para uma floresta. Não tenho macacos, mas meu sonho seria ter macacos em casa. Exatamente isso, o choque da alteridade, o choque que você tem como adulto, que pensa que a América será diferente, mas quando chega, especialmente na América Latina, há um choque que é tanto, se você sobreviver, porque é total. Dizemos, então, “o mundo é diferente do que eu pensava”. A influência que eu digo, ou seja, a realidade de cada um de nós modifica com o tempo e é diferente da realidade. Esse é o efeito que a paixão tem tido.

Nunca escrevi um único artigo sobre a América Latina. Deveria... Trabalhei muito nos arquivos, por curiosidade, mas não queria ser um historiador latino-americano, da história latino-americana. Meu único artigo é sobre Artigas⁴. Por que é maravilhoso? Porque eu não entendi nada. Ele é um dos sete personagens que eu quero publicar. Ele não queria criar o Uruguai... E agora é considerado o herói nacional do Uruguai. Mas ele foi colocado na prisão no Paraguai e morreu em um vilarejo.

⁴ Levi, Giovanni. “El problema religioso en “el sistema” artiguista”. Em *Las instrucciones del año XIII. 200 años Después*, org. Gerardo Cactano e Ana Ribeiro, 517-536. Montevideo: Editorial Planeta, 2013.

Por que eu quero Artigas? Porque quando, de 1821 a 1824, a América Latina se organizou com tantos estados, todos fizeram uma constituição e cada constituição começava com "nosso país, um país católico". Artigas não. É o único que, nos sete anos em que dominou o Uruguai, excluiu essa primeira coisa que todos os países latino-americanos tinham e têm até hoje: "Somos um país católico". É absurdo, mas é assim. Artigas obteve uma grande honra.

Este artigo apareceu em uma coleção, em uma compilação do ministério do presidente do Uruguai. E em um determinado momento, o vice-presidente foi à casa de Francisco, o Papa, e lhe levou este livro. Eu tenho uma fotografia do Papa com meu livro, na qual está escrito, mas ele não o leu, que não é um país católico. É o único artigo. Mas deveria terminar a história da guerra ítalo-colombiana porque trabalhei por muito tempo. E pode ser, se eu tiver paciência para voltar à Colômbia, terminar a história deste mercador de escravos marrano, que é uma história maravilhosa. É uma resposta?

Eu também conheci você (Maíra), a ela (Mônica) e a Rita... Mas são mais importantes as árvores do que vocês. Porque elas são improváveis. Vocês... é compreensível que alguém coloque os sapatos, mas como é que uma planta inventa sua organização? Isso é fantástico. Eu tenho 82 plantas na minha casa. Todas latino-americanas.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Então você vê o Brasil pelas plantas, pelas árvores? As árvores no Rio de Janeiro crescendo sobre os fios...**

Sou considerado o maior visitante do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Porque é mais confortável do que este aqui (Jardim Botânico da Universidade de Juiz de Fora). Porque aqui estão as plantas que crescem na Mata Atlântica. O Jardim Botânico do Rio é outra tentativa imperial. Todas as plantas do mundo. É uma coisa também maravilhosa, absurda. Todas as palmeiras do mundo. Você diz, é uma loucura, é impossível. As plantas são milhões. Mas qual é a ideia? É uma ideia que, não conscientemente, nasceu de Goethe.

Goethe fez uma viagem muito importante na Itália buscando a árvore da qual todas as árvores nasceram. E quando chega a Palermo, diz: "Eu encontrei". Isso é maravilhoso. Ele encontrou a árvore que é o pai de todas as árvores ou a mãe de todas as árvores. Isso é maravilhoso. A viagem de Goethe na Itália é uma maravilha. Acho que isso é um pouco uma questão, podemos dizer, psíquica. A ideia de que nós viemos de um princípio, não um princípio religioso. Eu acredito que cresci em uma família que é a razão de todos os meus atos. Em uma família muito empenhada culturalmente, politicamente etc. Mas a América Latina apresentou uma demanda que eu nunca havia pensado.

Porque a América Latina é diferente de todo o resto. Tirando a Amazônia, que unifica Colômbia, Equador e Peru, ela é diferente. O Chile, por exemplo, não tem nada a ver nem com a Argentina nem com o Brasil. É algo muito estranho. Também é antipático porque está cheio de alemães. Mas é algo diferente. Porém, o que unifica a América Latina é a grandiosidade. A ideia que exista uma floresta grande com 6 milhões de quilômetros quadrados, é incrível! Ou desertos que estão perto de uma grande floresta. Ou uma zona gelada.

Eu dei aulas em Río Gallegos. Quinze dias de aulas na Universidade de Río Gallegos, que é a universidade mais ao sul do mundo. Faz um frio impressionante. A neve, em vez de cair, vem com o vento. É... é demais, *è troppo*, como se diz em italiano. Tudo é demais na América Latina. Até mesmo a cabeça um pouco absurda do cérebro dos latino-americanos. É exagerada. A única semelhança é com Nápoles. Nápoles é como a América Latina. Não sei se é uma resposta.

- **Mônica Ribeiro de Oliveira: Como os convites para vir ao Brasil favoreceram a micro-história? Entendemos que ela ganhou um espaço dentro do Brasil, perceptível nas pesquisas no sul, sudeste, como também no nordeste. Mesmo diante de toda diversidade brasileira, percebe-se um avanço da micro-história.**

Sim, mas nisso eu concordo. E estou muito orgulhoso pela minha... Vossa, mas minha também, quantidade de apresentações sobre micro-história etc. Mas isso é perfeito. Por que me interessei pela América Latina, e não pela América do Norte, por exemplo? Ou pelo Canadá, que visitei a ambos, mas... O motivo é que me parecem países com potencialidades que não utilizam. Uma quantidade de energia desperdiçada em terras sem aproveitá-las. A micro-história, em nosso ofício muito limitado, me parece um esforço de renovação da historiografia em geral. Nós devemos recuperar... Me parece que, quando você pensa no que ensinam, como ensinam a história às crianças, nenhuma criança pode suportar isso, porque há dados, fatos, mas sem sabor, sem acaso etc.

E me parece que a micro-história recria a fragilidade da historiografia. Conserva a seriedade, mas declara coisas... Eu acho que ensinei em, não sei, 25 universidades diferentes do Brasil, por seis dias, por um mês, por dois meses. É que... Os estudantes, mas também o povo, têm um sentimento de inferioridade em relação aos Estados Unidos. Agora, há alguns que são contra os Estados Unidos e outros que se rendem aos Estados Unidos, mas ambos têm um sentimento de inferioridade.

A verdadeira realidade é a felicidade. Os países mais infelizes do mundo, os Estados Unidos, são considerados poderosos. Por quê? Por um motivo banal: porque nos Estados Unidos as pessoas compram tudo, têm muito dinheiro. Se você deseja um lugar, uma *villa* como esta, um

grande palácio, eles acabam comprando. Pode ser que comprem um dia ou outro, porque compram tudo, não produzem nada de bom. Compram cientistas, por exemplo, são estadunidenses, indianos, chineses, alemães, italianos.

Uma coisa que minha filha me ensinou – é que ela trabalhou cinco anos em Paris – é que na França eles apenas compram, não produzem nada, compram tudo. Em Paris, você encontra de tudo, mas nada feito na França. E então ela partiu para a Espanha, e eu acho que foi muito justo, também moralmente. Bem, minha impressão é essa: algo terrível é que os países que não são os Estados Unidos acabam, por obrigação, aplicando as regras dos Estados Unidos.

Por exemplo, eu dava aulas na Argélia, e os estudantes me disseram: “*ma beati voi*”, italianos, que têm a micro-história. Nós não a aprendemos, ela já está construída. Vocês devem inventar outras coisas, utilizar o que for necessário. A ciência continua se as regras forem mudadas, se for aplicado o que os outros inventaram, porque do contrário é supérfluo.

Não devemos multiplicar a micro-história de cada povo, de cada pessoa, de cada situação, porque o interessante é o método, a ideia, colocar dentro do nosso interesse aquilo que, em geral, a história apaga, cancela, e que, em vez disso, por exemplo, a literatura pode conservar com mais agilidade.

Agora, eu acho que uma das coisas que mais me perturbou no Brasil é exatamente isso, porque, como na Argélia, a melhor história do Brasil, a melhor historiografia do Brasil, é, para mim, Stuart Schwartz e John Monteiro, para falar do período moderno que eu estudo. Schwartz e Monteiro saíram dos Estados Unidos, ocuparam-se do Brasil, como americanos, não é? Isso é terrível, é uma coisa monstruosa.

Eu quero que meu neto, em vez de se deixar comprar... Agora, uma das minhas alunas foi comprada pelo Instituto Advanced Studies de Princeton, se chama Francesca Trivellato. É um grande sucesso, por quê? Mas ela, felizmente, disse: eu não suporto esse mundo, é um mundo de pessoas que esperam ser importantes, mas no final não são importantes, porque comem sempre as mesmas coisas.

Os americanos compraram Francesca Trivellato, é triste, porque ela volta a Veneza todas as vezes que pode, porque mora em Princeton. Eu passei nove meses resistindo, mas depois não consegui mais ir para Nova York. Não dava para viver dessa maneira, obsessiva etc. Agora, eu acredito que, se o meu trabalho pode ser considerado útil no Brasil, mas também na Colômbia, na Costa Rica, no Chile, na Argentina, é dizer, de alguma forma, você deve ensinar aos americanos, não nos serve ser comprados. Sempre todos serão comprados, mas é um problema difícil, porque nós temos dificuldade para trabalhar, trabalhar etc. Alemães, ingleses, menos agora, e americanos, compram com uma grande quantidade inútil de dinheiro.

Eu tenho uma amiga colombiana que teve um ano de trabalho em Bonn, na Alemanha, e esse trabalho consistia em nada, em contar o que ela fazia, especialmente em ser paga. Ela diz: “Venho quinze dias para te encontrar”, eu digo: “Você está aí para trabalhar, não para me encontrar.”, “Vou a Milão e a Paris porque quero organizar uma exposição sobre arte africana”. Ela é africanista, na verdade é historiadora das mulheres escravas na Colômbia. Mas, como resistir? Para mim, se os alemães me derem um milhão para não fazer nada, eu fico feliz. Mas o mundo cultural também é muito vicioso. Minha ideia é que meu trabalho pode ser útil aqui porque a micro-história é mais vital e menos comprável, pode-se dizer.

Todos dizem... Subrahmanyam, por exemplo, escreveu o final de um artigo em 1994, dizendo: “É um desastre. A história se ocupa de um moleiro friulano, de um exorcista piemontês... Nós devemos nos ocupar do Império Português”. Agora ele mudou de ideia. Devo dizer, graças um pouco a mim, mas especialmente graças a Ginzburg, porque Ginzburg explicou que não era assim. Mas o verdadeiro problema é que a micro-história propôs entrar em uma visão que é menos comprável e que pode ter desenvolvimento, o que é papel necessário dos jovens exercer.

Por outro lado, a história global é um desastre porque exalta o imperialismo mental, a história colonial, o colonialismo anglo-americano. E também um pouco a alemã, e também a francesa, mas a França se fragmentou um pouco. Não sei, isso é o que eu acho.

Mas eu venho ao Brasil por amor, não para ser um missionário. Venho aqui porque quero vê-lo, para ver o mundo latino-americano. É um choque, é como passar um tempo em um psicanalista.

- **Maíra Vendrame: Você já falou de que forma a sua experiência historiográfica pode inspirar os pesquisadores brasileiros. Mas em relação a este livro, *Centro e Periferia* (2024), tem algo específico que gostaria de acrescentar?**

Bem, esse é o pai da micro-história. Quando escrevi esses artigos, havia a ideia da capacidade formal da historiografia, de que a historiografia deve usar métodos não quantitativos, mas formais. Eu lembro que sobre isso tive um conflito quase violento fisicamente com Carlo Ginzburg. Porque Ginzburg dizia, “Mas o que é a formalização da história? Que estúpidos são?” Mas este livro era isso. Era a ideia de que nós devemos ver coisas que não são imediatamente explícitas no documento. Os documentos não interessam a ninguém porque sempre contam histórias sem valor. Os documentos as escondem se utilizarmos métodos de elaboração.

Muito se faz, por exemplo, sobre essa invenção que é de Alexander Chayanov, mas que foi aplicada somente por mim aqui, do relatório de consumo-trabalho que nos diz a verdadeira realidade da realidade. Quem pode emigrar? Quem não pode emigrar? Qual a consequência da

emigração considerando essas simplificações? Ou, por exemplo, a demografia que estuda os casamentos etc. Estudamos os casamentos como instrumentos de mobilidade, não como quantos se casam, como se casam, como colocam os dedos nos narizes etc. Isso são loucuras porque são o que os documentos dizem, que é uma estupidez o que dizem, porque são documentos... Os historiadores têm elaborado desastres psicológicos sobre isso porque usaram a matemática para fazer coisas que os matemáticos negam. Fazemos estatísticas que não valem nada como previsibilidade etc.

Os matemáticos dizem que a matemática do porvir é qualitativa. E agora os historiadores franceses, em particular, fizeram a história quantitativa. Mas se você diz que os emigrantes são 9 milhões ou 12 milhões, vai muito bem, mas termina ali. Você deve fazer pensar o que significa o desaparecimento de 12 milhões de pessoas de um país, o aparecimento em outro país, as fadigas, todas as coisas que não estão escritas nos documentos. Podemos apenas imaginá-las, falar sobre elas, falar sobre isso.

Este livro (*Centro e Periferia*), eu aceitei que fosse traduzido, me deu um grande prazer, porque é um momento da micro-história que era baseado na ideia de que podíamos fazer uma história formal, mas capaz de se confrontar, de se medir etc. Este é o livro.

Tenho só uma dúvida... Meu título preferido seria “Estado de Centros e Periferias de um Estado absolutista”. Por quê?... Não se pode dizer de uma periferia de um Estado absoluto. A periferia, nesse sentido, é também um esforço de micro-história. Uma periferia é diferente de outra periferia, e dentro de uma periferia há tantas periferias etc.

- **Maíra Vendrame: Acolheremos sua sugestão numa segunda edição do livro.**

Sim, agora mesmo já vendeu tudo, não?

- **Maíra Vendrame: Sim, é um sucesso de vendas.**

Sim, sim. Delirante. Então, vamos sair, não? Cansado, sim, meio morto. Pálido como um morto.

Recebida: 09 de maio de 2025

Aprovada: 09 de maio de 2025

Homenagem

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48670>

Conferência e aula inaugural do PPG História – 23 de setembro de 2024¹

Inaugural lecture and lecture of the PPG History – September 23, 2024

Conferencia inaugural y conferencia de Historia del PPG – 23 de septiembre de 2024

Giovanni Levi*

Como citar esta conferência:

Levi, Giovanni. “Conferência e aula inaugural do PPG História – 23 de setembro de 2024”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 28-37

Preciso dizer que não falo português, apenas uma mistura monstruosa de italiano e espanhol, provavelmente também algumas palavras chinesas. Não sei exatamente qual será o efeito. Não sei se dá para entender. Embora eu possa utilizar uma máquina de tradução perfeita. Tenho um texto em português, mas prefiro falar em vez de ler. É um milagre que exista um serviço que faz traduções verdadeiramente perfeitas. E assim, o trabalho dos tradutores vai desaparecendo pouco a pouco. Para ser mais explícito, posso dizer que falo portunhol.

Devo comentar meu choque, porque uma das manias, especialmente de Maíra, é traduzir. Eu não posso escrever nada, porque ela decide que deve ser publicado em Porto Alegre. Esse é o destino final de todos os papéis que eu produzo. Mas também tem Mônica, que me convidou. Esta é a terceira vez que venho a Juiz de Fora, e isso me honra imensamente.

Este livro [*Centro e Periferia de um Estado Absolutista*] é muito diferente de como eu o escrevi, porque foi melhorado enormemente graças a uma equipe de colaboradores de Maíra e Mônica, que encontraram muitos erros, muitas tabelas que não faziam sentido. Era um desastre. Que se pode

¹ Tradução e revisão técnica: Maíra Inês Vendrame; Mônica Ribeiro de Oliveira; Rita de Cássia Lara Couto; Yobani Maikel Gonzales Jauregui.

* Professor emérito da Università Ca'Foscari Venezia, Itália.

dizer mais? O resultado é que está melhor do que eu conhecia. Agora vou lê-lo novamente para aprender coisas com este incunábulo da micro-história.

É um livro velho, mas não como eu. Eu o escrevi na universidade, quando comecei. Foi publicado em 1985, no mesmo ano da obra *A herança Imaterial*. Isso teve um efeito fatal, pois *A Herança Imaterial* teve doze traduções, por exemplo, na China e na Rússia. É uma prova importante da micro-história. Por quê? Porque é um livro que fala sobre um padre, um pouco estúpido, de uma pequena cidade do Piemonte, no século XVII. A pergunta seria: por que isso interessa aos chineses? Por que isso interessa aos russos? Foi traduzido para línguas complexas. Em parte, ainda está em processo de tradução em outros países. Esses são países que dizem: “Ah, nos interessa um livro que fala sobre nada”. Pode-se dizer que esse foi o resultado.

Bem, comecei em 1970, grosso modo, e, relacionando isso com as observações sobre a presente atividade, me parece importante dizer algo que deveria ser evidente para os historiadores – que são uma raça em processo de extinção. Ninguém quer tantos historiadores, porque são pouco produtivos. Existe um presentismo excessivo. Pensando na minha vida, pode-se dizer que são cinquenta e cinco anos de atividade como historiador. Percebi que a atividade do historiador é extremamente sensível à política – tanto à boa quanto à má política –, no sentido de que a política muda a história. Não porque altera os fatos históricos em si, mas porque transforma o espetáculo da historiografia, o interesse pelos acontecimentos históricos.

Faço um exemplo? *A Global History* foi uma monstruosa invenção ianque, na qual todos diziam: “Ah, o mundo é global, nada mais importa”. O resultado que vemos nesses últimos dois anos é que o mundo pode até ser global, mas está fragmentado de uma maneira impressionante. Na verdade, não há nada realmente global, há uma fragmentação monstruosa.

Agora, acredito que seja útil fazer rapidamente duas observações históricas. Este livro [*Centro e Periferia de um estado absoluto*] nasceu entre 1970 e 1989. O ano de 1989 marca a queda do Muro de Berlim. E o que aconteceu nesse período? Na Itália, houve uma série de subversões políticas, terrorismo etc., além de uma crise muito profunda da esquerda. Por quê? Porque a esquerda se apresentava – e tragicamente ainda se apresenta hoje – como o partido dos operários e camponeses. Certo? Mas isso não era verdade. A verdade é que os operários votam em Bolsonaro, em Lula ou em outros. Não há uma leitura automática. Isso era o resquício fatal de uma ideia sociológica.

Um grande etno-historiador, John Murra, que trabalhou sobre o Peru, foi um grande personagem, já falecido. Eu perguntei a ele: “Por que você acha que todas as outras ciências sociais são úteis para a história, menos a sociologia?”

Ele me disse que com a sociologia não somos nem amigos nem colegas. Por quê? Pode-se dizer que havia uma tradição mecânica da leitura social positivista. Também a historiografia marxista era positivista. Ela acreditava que a classe operária votava na esquerda, algo que hoje, tragicamente, nos faz rir. Isso é uma inverdade. Agora, entre os anos 1970 e 1989, nós, como historiadores e como criaturas políticas, pensávamos que o problema era que a realidade social devia ser vista com um microscópio, porque, se falamos de classes operárias, devemos olhar por dentro da classe operária. O que acontece? Não se pode pensar nesses mecanismos automáticos que os historiadores talvez ainda utilizem hoje: a burguesia, os camponeses, a classe operária. Todas essas coisas não existem como blocos homogêneos. São descrições positivistas imaginárias. Nosso esforço, então, era questionar isso, dizer “vamos olhar por dentro”, utilizar o microscópio, porque com ele podemos ver coisas que não contrariam a sociologia desse período. Foi assim que começou o trabalho da micro-história. Este livro é, de certa forma, um dos pais da micro-história.

Mas, de fato, Carlo Ginzburg e eu iniciamos essa atividade com grandes discussões com outros ilustres colegas, e a ideia era exatamente essa. Podemos fazer uma história que evite as simplificações positivistas e um marxismo positivista, uma imagem positivista do marxismo dos historiadores. Essa é uma das razões pelas quais, mais tarde, chegou 1989, ano que foi um fracasso porque nasceu a *Global History*. Por que nasceu a *Global History*? Porque havia a ideia de que, com o fim de um mundo binário, restavam apenas os Estados Unidos, o capitalismo e o neoliberalismo. O resultado final era que isso significava o fim da história. Havia um livro estúpido de Fukuyama chamado *O Fim da História*, que defendia a ideia do triunfo final. Não existia alternativa ao capitalismo e ao neoliberalismo. Isso gerou uma grande modificação na historiografia. Já não se sabia mais o que fazer com a história, porque ela havia terminado. Mas poderia a história ter seu fim?

Na realidade, imediatamente surgiu uma reação terrível, ainda mais fatal, contra o monopólio dos Estados Unidos e do capitalismo. Houve a fragmentação do mundo e o surgimento de diversos pequenos subimperialismos, se é que podemos chamá-los assim. Índia, Egito, Rússia, Estados Unidos, Brasil, Turquia – todos esses países buscaram criar um pequeno imperialismo ao seu redor. E era muito difícil responder a esses fenômenos falando de globalização, porque a globalização existe, mas existe em setores.

O resultado é a fragmentação na qual vivemos, e por isso devemos imaginar uma historiografia nova, diferente. Esta manhã, ao ouvir a apresentação da atividade, houve algo que tive um pouco de dificuldade em aceitar: o fato de que se estuda e se utiliza métodos macro-históricos e métodos globais da *Global History*. Eu acredito que o verdadeiro problema para países grandes como o Brasil deve ser inventar coisas novas, não aceitar o colonialismo da *American*

Historical Review. Devemos fazer coisas diferentes. Não podemos tomar a *Global History* ou mesmo a micro-história como as únicas soluções para a historiografia. Precisamos inventar outras soluções, trabalhar para criar novos métodos.

Amanhã, tenho que discutir com os alunos e manifestar minha opinião para os que utilizam o método micro-histórico. Talvez, o verdadeiro problema é que minha experiência nesse aspecto é um pouco dolorosa. Por exemplo, quando vou ao Magreb, no Norte da África, os estudantes sempre me dizem: “Que sorte a de vocês, italianos, que têm a micro-história”, como se estivessem dizendo que eles deveriam simplesmente repetir o que os outros já fizeram. Mas, na realidade, a história exige uma invenção contínua. Sobre isso, não sei se concordo com minha observação, que não é negativa, mas é uma verdade: devemos ter consciência de que a *Global History* — e eu adoro a *Global History* — foi um grande sucesso, mas também porque envolveu uma enorme quantidade de dinheiro, cátedras, revistas, tudo financiado pelo capitalismo.

Por ter feito uma exaltação do capitalismo mundial, seus sucessos foram caindo paulatinamente. A *Global History* hoje está menos na moda do que antes. Tivemos dez, quinze anos de um grande mestre, o historiador mais em voga atualmente é Sanjay Subrahmanyam. Esse historiador começou dizendo: “Os *Annales* estão mortos porque adotaram a micro-história e, gradualmente, passaram a se considerar uma *Global History*”. Mas, aos poucos, ele foi para o outro lado. Agora, tornou-se um micro-historiador, exalta a micro-história e fala muito mal da *Global History*. Ele diz História Conectada, não *Global History*. O mundo não é global. Devemos estudar tudo o que estudamos por meio do exame das conexões.

Tudo isso se liga a uma reflexão minha sobre a luta dos historiadores para existir. Aos poucos, os historiadores estão desaparecendo. Meu neto começou a universidade este mês para se tornar historiador. E eu tive duas reações: uma foi colocar um pouco de dinheiro no banco, porque ele vai passar fome, já que ninguém quer historiadores. E a outra foi porque me parece que há uma luta contra a historiografia.

Hoje pensamos de maneira contemporânea, o hoje é importante. Devemos destruir o passado... Agora, o problema é que a história deve ganhar um novo vigor, e isso passa pelo passado, pela recuperação do passado. Não para dizer: “Fantástico, matar indígenas foi um grande feito de Cristóvão Colombo”. Foi algo que aconteceu e que precisamos conhecer bem seus efeitos, mas não dizer que não estamos mais interessados no passado, porque ele é muito duro para nós. Isso é muito importante.

Sempre penso que podemos dizer algo que seja politicamente correto, como “Deus não existe”, mas ainda assim foi muito importante. O mesmo vale para a historiografia: pode ser que

ela não exista, mas ela própria foi fundamental. Nós pagamos por isso, a história também paga... Precisamos entender as coisas que tiveram consequências para nós.

Minha atividade foi fazer micro-história, e fiz isso de maneira exasperada, extrema: estudar coisas que não são importantes, absolutamente nada importantes. Porque a vida cotidiana não é importante – mas, ao mesmo tempo, é importante em si mesma. Precisamos ver quantas coisas a vida cotidiana nos revela. Minha proposta é a ideia de que a história é uma ciência, mas uma ciência de perguntas gerais e respostas locais, localizadas.

Dou um exemplo que minha companheira, que é psicanalista, sempre diz: “Que estupidez!”. Mas é útil. O complexo de Édipo é uma invenção científica perfeita ou uma realidade científica. Mas cada um de vocês, assim como eu, infelizmente, também tem uma solução para lidar com seu próprio complexo de Édipo.

Agora, essa é uma questão geral, de relevância geral, e devemos imaginar que cada um de nós manipula, utiliza e luta com seu próprio complexo de Édipo. Eu acredito que isso é muito importante, porque é uma definição da micro-história. A história é uma produção de fatos, de problemas, de questões que devemos interrogar. E devemos entender que algo importante gera um leque de soluções localizadas.

Podemos pensar no complexo de Édipo, por exemplo, no fascismo. O fascismo é uma boa questão. As sociedades hoje estão cheias de fascismos. E os fascismos são todos diferentes. Esse é um problema, é uma boa pergunta: o que é o fascismo? E precisamos entender que há muitas respostas.

Eu sempre discuto com meu amigo Carlo Ginzburg, porque ele diz que há uma “semelhança de família”, citando Wittgenstein. Não é uma semelhança divina, mas uma história que gerou muitos fascismos diferentes, com elementos semelhantes, com aspectos idênticos, mas também com diferenças totais. Como é o fascismo latino-americano em comparação com o fascismo europeu? São muito diferentes. O fascismo espanhol e o português são distintos. O fascismo italiano também é diferente.

Acredito que essa definição é muito útil para entender a micro-história. A micro-história é algo que se repete. Há uma questão geral, como o complexo de Édipo. Mas existem muitos outros complexos. Cada um desses complexos individuais e localizados nos propõe novas questões, novas demandas. E o problema fundamental da historiografia, na verdade, é como coordenar um conceito geral, uma generalização, e sua aplicação a contextos específicos, a realidades localizadas. Como podemos estabelecer conexões entre esses pontos?

Tenho dois exemplos sobre isso. Um é o de Siegfried Kracauer, que foi um escritor famoso. Não se pode chamá-lo exatamente de historiador, porque ele trabalhava com cinema, fotografia –

era uma grande figura, com uma cultura impressionante, e que agora voltou a estar em voga. Seu livro se chama *História: as últimas coisas antes das últimas*, uma obra organizada por sua esposa após sua morte e publicada postumamente. Nesse livro fundamental, ele discute exatamente como podemos conectar o particular e o geral. O geral é útil. Por exemplo, Kracauer diz que, se falamos de beleza, isso por si só não significa nada. A beleza existe, sim, mas há tantas coisas belas, todas diferentes, e cada uma delas é um caso particular. Como essas coisas se conectam? Kracauer afirma: “Essas dimensões – o geral e o particular – correm paralelas, mas nunca se encontram”. E, ao mesmo tempo, ele diz que não podemos simplesmente usar um caso singular para fazer generalizações – algo que os historiadores fazem com frequência.

Penso, por exemplo, em Ariès ou Duby, que utilizaram três ou quatro contratos agrários e generalizaram a partir deles. Essa generalização é totalmente inadequada, porque nem todos os contratos agrários são iguais. Nem todas as famílias envolvidas que são iguais. Por isso, segundo Kracauer, não é possível coordená-los. Eles correm paralelamente, mas jamais se encontram. Essa é uma solução desesperada. Eu prefiro outra. Prefiro uma solução sugerida por um grande antropólogo norueguês chamado Frederick Barth.

O que ele diz? Se há uma questão geral, devemos imaginar que ela é geradora de muitas soluções. O geral sugere muitas soluções. Não é que usamos o geral como o fim do nosso trabalho. Devemos imaginar uma, duas ou um milhão de alternativas. E cada alternativa, cada localização, permite reabrir uma nova generalização. Porque uma nova questão na história faz esse trabalho contínuo: geral – perguntas – tantas respostas – novas perguntas gerais – tantas soluções, e assim por diante. Seguimos dessa forma. Essa é uma ideia que provavelmente Marc Bloch também tinha.

Era a ideia do trabalho contínuo da história, o fato de que não chegamos a soluções definitivas. E devo dizer, como ignorante, que também a física hoje faz a mesma coisa: não chega à conclusão, mas existem perguntas, que geram mais perguntas, e assim por diante. Não sabemos a solução final sobre o que os buracos negros nos mostram, os vazios. Não sabemos o que há, mas utilizamos esse nível inicial, primeiro – e não é primeiro, é um dos níveis da ciência física – sabendo que não sabemos qual é o princípio.

Conhecemos apenas algumas das consequências que nos foram dadas. Isso me parece muito fascinante porque, ao contrário, os historiadores tendem a dar soluções gerais. É preciso controlar nosso instinto de generalização. Devemos usá-lo como questões, como perguntas, e não como conclusões. Porque o mundo dos homens, assim como o mundo natural, muda continuamente, avança, e devemos considerar constantemente as consequências de uma pergunta geral.

Frederick Barth falava de modelos geradores e estudava coisas minuciosíssimas. Por exemplo: Como se organiza a autoridade em um barco de pescadores durante uma tempestade? Como funciona automaticamente uma hierarquia ou não funciona automaticamente? Isso, ele diz, é uma boa pergunta. Como se aprende um sistema hierárquico? Cria-se um sistema hierárquico que não pode ser generalizado... Agora, eu me detenho nisso porque há muito trabalho a ser feito nesse sentido.

Li oito, ao que me parece, hipóteses de trabalhos de vocês [alunos]. E todos esses tendem ou induzem o particular ao particular. O particular não é interessante quando se estuda uma aldeia. Uma coisa não interessa por si, só interessam as pessoas que vivem nesse povoado. Mas, ao contrário, se utilizarmos o povoado como produtor de questões, esse é o trabalho que um bom historiador deve fazer: moderar a generalização, não exagerar. Não dizer: não me interessa uma aldeia, mas me interessa uma aldeia porque ela me sugere coisas.

Isso é muito importante, porque os estudantes, assim como os historiadores profissionais, pensam que é automático generalizar. Encontram duas ou três coisas muito semelhantes e podem dizer: é assim, mas não é assim. É assim por conta de mais três ou quatro coisas. Surgiram essas três ou quatro coisas propostas. Agora, mudo de parágrafo.

Devo dizer que a micro-história é menos perigosa do que a *Global History* porque é, de fato, um método. Pode-se aplicá-lo. Eu, na minha atividade de historiador, busco ver quantas coisas importantes acontecem quando aparentemente nada ocorre. É um *slogan* que eu achava ter inventado, mas já havia sido inventado por Musil. Musil diz exatamente isso: quantas coisas importantes acontecem quando não acontece nada. Eu acredito que isso é muito importante, porque devemos desenvolver a atividade de historiador com um senso de justiça.

A historiografia dos historiadores tem uma doença muito perigosa. É uma doença desse tipo: podemos fazer a biografia, por exemplo, de um grande personagem. Talvez possamos fazer a biografia de um personagem médio, gradualmente descendo. Ajudamos as pessoas a entenderem que não há individualidade. Estudamos a classe operária ou os camponeses como um bloco ou um objeto. Não há individualidade, há a soma de individualidades que não conhecemos.

Toda a historiografia tem trabalhado dessa maneira, buscando os grandes personagens ou também os mais documentados. Ora, uma das coisas mais perigosas para os historiadores é não utilizar documentos. Os documentos são fundamentais. São fundamentais, mas de que maneira? Porque são instrumentos muito equívocos, são produzidos em situações que não são normais. Nos dizem coisas com modificações, com erros etc. Por exemplo, nós estudamos as biografias, a nossa própria biografia, por exemplo. Temos vergonha dos documentos que temos no nosso quarto, na nossa casa. Por que deixamos documentos miseráveis? Não, não somos nós.

Agora, também existe uma hierarquia na historiografia que diz: os homens têm mais documentos do que as mulheres. Os alfabetizados têm mais documentos do que os analfabetos. Não se pode continuar com esse elenco. Isso produz uma distorção da qual não nos damos conta... Eu, na minha vida, busquei tentar discutir tudo o que é possível sobre pessoas que não documentaram nada, ou apenas de maneira fragmentada.

E isso é importante em geral, porque os documentos são criados, normalmente, por ações, decisões. Por exemplo, a indecisão é um elemento que não deixa documentos. A literatura apresenta Mrs. Dalloway sentada sobre um banco, em um palco, pensando; no entanto, nós, como historiadores, não produzimos documentos sobre essas coisas. Devemos, nesse sentido, ver como os documentos produzem coisas que não são tão explícitas. Não devemos ficar contentes com o que vemos de imediato.

Agora, há uma epidemia horrível que são os Big Data. Não é necessário ir ao arquivo, porque se você abre a internet, encontra tudo. Mas não é assim, porque os documentos, nós devemos frequentá-los, devemos enfrentar os arquivos. Mas há coisas nos documentos, há algo que é implícito... Estudamos testamentos, por exemplo, mas nenhum dos historiadores utiliza os testemunhos. Sim, estudamos casamentos. Ninguém estuda quem eram as testemunhas do casamento. Fazemos uma história do explícito, mas o implícito é o interessante. Porque todas as pessoas que participam de um documento, que estão implícitas, produzem relações. E as relações explicam as pessoas, os homens. Somos o centro das relações que não aparecem imediatamente na documentação. Eu acredito que isso é um problema trágico da historiografia. A tendência de generalizar é a tendência de se desesperar sobre o que é explícito nos documentos.

Quando meus alunos vão ao arquivo, voltam e dizem: professor, não encontrei nada documental sobre o que o senhor me sugeriu. Eu digo: isso é perfeito porque você pode começar, pode partir disso, porque esse é o problema dos documentos, são documentos insuficientes e que contêm coisas. Quem usou muito isso foi Natalie Zemon Davis, por exemplo, no caso de Martin Guerre. O que sabemos ou não sabemos sobre Martin Guerre? Isso dá ao historiador também o esforço de imaginar. Pode ser um erro. Devemos, como historiadores, imaginar. Conto brevemente o meu pequeno trabalho publicado em uma revista de psicanálise. Havia um jovem, o número da revista se chamava Intimidade. Agora, eu tinha um documento, uma pequena série de documentos, de um jovem marrano. Os marranos, vocês sabem, eram os judeus convertidos. O jovem marrano vivia em uma família marrana. Agora, eu me pergunto: como faz um jovem marrano para ir à igreja no domingo e voltar para casa e fazer rituais judaizantes? Que problema isso causava para uma criança? Isso me fez pensar sobre a minha infância. Eu nasci, em mil novecentos, não mil oitocentos, e trinta e nove. Nasci praticamente no dia em que começava a Segunda Guerra Mundial.

Na Segunda Guerra Mundial havia tantas coisas, existia também a campanha racial. Eu sou judeu e tive que mudar de nome. Os anos da Guerra Mundial foram os anos mais divertidos da minha vida, porque eu não tinha nenhuma experiência do passado, mas vivia de forma natural, normal, com os homicídios. O padre da cidade onde morávamos foi morto pelos nazistas porque tocava o sino para avisar aos *partigiani* [resistência italiana] para escaparem etc. Tudo isso é muito interessante, porque explica que nosso senso de realidade está muito distante dela.

Meu pobre marrano, quando ficou mais velho, com os pais mortos, o tio lhe disse: “Atenção, a Inquisição está procurando todo o nosso parentesco. Você deve se fazer dominicano”. Ele diz, “ótimo”, começa a estudar para se tornar dominicano, gasta uma quantidade de dinheiro com os estudos para comprar sua cela no convento dos dominicanos etc. Em um momento, eu me perguntei: como ele vivia essa vida dupla? No dia em que ele deveria entrar no convento dos dominicanos, finalmente dominicano, há apenas uma nota do tio, seu tutor, que dizia: “Eu devia acompanhá-lo” - vamos chamar ele de David – “para o convento dos jesuítas, dos dominicanos, porque foi aceito, etc.” Mas ele desapareceu, não sabemos onde foi, como uma revolta contra essa vida dupla. Agora, eu acredito que uma história como essa sugere muitas coisas importantes para os historiadores. Nós devemos trabalhar com os documentos, mas também usar hipóteses, imaginar, procurar coisas que não existem nos documentos, as intimidades pessoais, que não existem nos registros documentais, mas são fundamentais. Nós também devemos trabalhar sobre isso.

Agora termino e podemos discutir um pouco, se quiserem. Eu penso em uma coisa, que há duas batalhas que os historiadores do futuro devem enfrentar. Uma é contra o colonialismo norte-americano, porque ele nos obriga a abrir cátedras de *Global History*, quando na *American Historical Review* aparecem artigos sobre um tema, todo mundo começa a pesquisar esse tema. Por exemplo, a história das emoções. Se há uma estupidez total, é essa. Mas por cinco ou seis anos, todos podiam encontrar cátedras nos Estados Unidos e no mundo inteiro escrevendo bobagens sobre as emoções. Coisas inadequadas sobre as emoções. Eu acredito que devemos saber que vivemos em um mundo que exige que os historiadores lutem contra as absurdidades culturais e inventem novas coisas. Esta é a primeira coisa. A segunda é o que eu disse, devemos sempre estar ligados aos arquivos e aos documentos, mas saber que os arquivos e os documentos são mentirosos.

Termino aqui, mas não disse uma coisa. Devo agradecer. Muito, muito obrigado à Mônica e à Maíra... Nunca me aconteceu ver meu livro modificado e ficar melhor. Geralmente, a gente se desespera ao ver entre as mãos um livro que ficou melhor. Esta é a ocasião.

Obrigado e obrigado!

Recebida: 09 de maio de 2025

Aprovada: 09 de maio de 2025

Dossiê: Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.47540>

Espaço, interdependência e morfologia nas reflexões de Maurizio Gribaudi*

Space, interdependence and morphology in Maurizio Gribaudi's reflections

Espacio, interdependencia y morfología en las reflexiones de Maurizio Gribaudi

Deivy Ferreira Carneiro**

<https://orcid.org/0000-0002-5285-7693>

RESUMO: Maurizio Gribaudi, micro-historiador italiano radicado em Paris, pode ser considerado um dos principais nomes dessa vertente historiográfica no que diz respeito à análise do espaço e de conceitos correlatos. Como veremos, foi somente a partir dos anos 2000 que a questão espacial começa a aparecer como elemento central e/ou de fundo de seus trabalhos. Devido a essa peculiaridade, adotamos aqui uma abordagem cronológica, mas sobretudo, genealógica de sua obra no intuito de identificar e demonstrar o desenvolvimento da temática espacial e como isso foi impactando o resultado de suas análises. Isso permitiu visualizar melhor a sua trajetória, sem, evidentemente, insinuar uma relação mecânica de causa e efeito, bem como uma leitura anacrônica de sua obra, na qual seus últimos trabalhos, permeados por uma densa discussão sobre a questão do espaço, determinaria as origens de sua pesquisa.

Palavras-chave: Maurizio Gribaudi. Espaço. Trajetórias.

ABSTRACT: Maurizio Gribaudi, an Italian microhistorian based in Paris, can be considered one of the main names in this historiographical strand with regard to the analysis of space and related concepts. As we will see, it was only from the 2000s onwards that the spatial issue began to appear as a central and/or background element of his works. Due to this peculiarity, we have adopted here

* Pesquisa financiada pelo edital Universal Fapemig.

** Professor titular do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2001). Mestre (2004) e Doutor (2008) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor pela Université Paris 1 – Panthéon/Sorbonne. Pesquisador visitante na EHESS-Paris (2019). Autor de vários livros e artigos, dentre os quais: *Deciphering Carlo Ginzburg: form and time*. London: Routledge, 2024; *A forma e o tempo: decifrando Carlo Ginzburg*. São Paulo: Alameda, 2022; *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. São Paulo: Paco editorial, 2019. Dedicar-se a investigações ligadas à História do Crime e da Violência, bem como à Micro-História italiana. deivycarneiro@gmail.com.

a chronological, but above all, genealogical approach to his work in order to identify and demonstrate the development of the spatial theme and how this impacted the result of his analysis. This allowed us to better visualize his trajectory, without, of course, insinuating a mechanical relationship of cause and effect, as well as an anachronistic reading of his work, in which his last works, permeated by a dense discussion on the question of space, would determine the origins of his research.

Keywords: Maurizio Gribaudi. Space. Paths.

RESUMEN: Maurizio Gribaudi, microhistoriador italiano afincado en París, puede considerarse uno de los principales nombres de esta vertiente historiográfica en lo que respecta al análisis del espacio y conceptos relacionados. Como veremos, no fue hasta la década de los 2000 cuando la cuestión espacial comenzó a aparecer como elemento central y/o de fondo de sus obras. Debido a esta peculiaridad, hemos adoptado aquí un enfoque cronológico, pero sobre todo, genealógico de su trabajo con el fin de identificar y demostrar el desarrollo del tema espacial y cómo esto impactó en el resultado de sus análisis. Esto permitió visualizar mejor su trayectoria, sin insinuar, por supuesto, una relación mecánica de causa y efecto, así como una lectura anacrónica de su obra, en la que sus últimos trabajos, permeados por una densa discusión sobre la cuestión del espacio, determinarían los orígenes de sus investigaciones.

Palabras clave: Maurizio Gribaudi. Espacio. Trayectorias.

Como citar este artigo:

Carneiro, Deivy Ferreira. “Espaço, interdependência e morfologia nas reflexões de Maurizio Gribaudi”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 38-59.

Introdução

Existe atualmente, no campo da micro-história, uma discussão acerca do momento em que praticantes de tal paradigma historiográfico começaram a tratar efetivamente o espaço como objeto de pesquisa. Para Angelo Torre, a micro-história dos pais fundadores e aquelas produzidas nos anos 1980 não levaram a sério a questão espacial. Segundo ele, o espaço considerado pela micro-história italiana nesse momento, apesar de ter consistido em uma comunidade, uma cidade, um vale, uma família, um bairro ou uma instituição, era na verdade uma abstração na qual a ideia de espaço era constituída pelas relações sociais, não importando o quão bem “localizada” elas fossem. Seja expresso em termos de redes, classes ou mobilidade social, não se tratava tanto de uma noção de espaço físico como categoria, mas como construção lógica, como contexto, carecendo do espaço físico e humanizado como categoria interpretativa (Torre 2020, 2-3).

Desde a década de 1990, especialmente entre especialistas da abordagem global, muita ênfase tem sido colocada no fato de que o local e o global são complementares e mutuamente referenciais. Tem-se argumentado que as dimensões globais dos fenômenos são principalmente verificáveis a nível local, e que, na verdade, é essa dimensão que nos permite apreender a substância do global. Termos como “glocalidade” foram introduzidos para descrever o suposto triunfo das forças homogeneizantes. Mas todas essas abordagens entendem “local” como a simples localização de fenômenos gerais, adotando um esquema de interpretação centrado no “espaço” em vez de localidade.

Apesar de essa ser a compreensão hegemônica acerca da relação entre os primeiros trabalhos microanalíticos italianos e a questão espacial, Maíra Vendrame, em texto recente, trouxe mais elementos que complexificam as afirmações de Torre, atribuindo a Edoardo Grendi, ainda nos anos 1970, a primazia de uma original preocupação em inserir o espaço nas análises históricas (Vendrame 2023).

Meu objetivo nesse artigo está longe de ser uma tomada de partido nesse debate sobre as origens da preocupação espacial entre os praticantes da micro-história italiana. Abordo, tão somente, as contribuições Maurizio Gribaudi e sua trajetória de discussão espacial, iniciada como apenas um contexto no qual se desenvolveram as redes de interdependência dos atores que compunham suas pesquisas, e posteriormente desenvolvida para algo mais sofisticado, relacionado à morfologia e análises topográficas.

De acordo com Charles Withers, *Lugar* é um dos conceitos mais fundamentais da geografia humana. É também um dos mais problemáticos (Withers 2009). O lugar, ou espaço regional de pequena escala, apresenta-se como uma subdivisão dentro da divisão tripartite clássica da cosmografia (a terra em relação a outros corpos planetários), geografia (a terra como um todo) e corografia (partes da terra ou geografia regional) (Withers 2009, 639).

Nesses termos, a noção de lugar, em pelo menos um sentido na história intelectual ocidental, é central para a própria definição de geografia e de história. Para o geógrafo político John Agnew, há três aspectos fundamentais do lugar: lugar como localização, como local e o sentido de lugar (Agnew 1990). Por localização entende-se a localização absoluta; as referências de grade que atribuímos a porções da superfície da Terra por posicionamento latitudinal e longitudinal convencional. Por local, Agnew entende o cenário material para as relações sociais, a morfometria real dos ambientes (domésticos, cotidianos etc.) em que as pessoas conduzem suas vidas. O senso de lugar seria o apego afetivo que as pessoas teriam por um determinado espaço (Agnew 1990, 8).

Essas distinções são úteis como uma tipologia preliminar. Entretanto, desde o final dos anos 1960 e 1970, essas concepções passaram a receber maior atenção principalmente dentro da

geografia humana. Ao mesmo tempo em que novas formas de ciência espacial orientadas matematicamente com o auxílio de computadores estavam sendo desenvolvidas, os geógrafos humanistas voltavam-se cada vez mais para as ideias relativas ao *sensu de lugar*. A crítica desses intelectuais estava pautada no conceito de espaço como uma questão de geometria de poder despersonalizada, de aversão às generalizações jurídicas por meio das quais a geografia buscava um status científico. A preocupação era discutir o lugar como uma particularidade vivida e não como uma generalidade abstrata. Para geógrafos humanistas como Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, David Semon e Edward Relph, o lugar não deveria ser estudado como uma unidade fracionária do espaço, mas como uma maneira de “estar no mundo” (Tuan 1974, 1977; Buttimer & Semon 1980; Relph 1976).

Para Yi-Fu Tuan, em seu clássico *Espaço e lugar a perspectiva da experiência*, a familiaridade com dada porção do espaço, pela experiência, faz torná-la lugar. Espaço e lugar são designações do nosso cotidiano, indicando experiências triviais do dia a dia. Não há necessidade de fazer um esforço consciente para estruturar nosso espaço, uma vez que este espaço em que nos movemos e nos locomovemos, integrante de nossa vida diária, é de fato o nosso lugar. Conhecemos o nosso lugar já que cada um tem seu lugar. Assim sendo, onde vivemos; nossa residência e nosso bairro inteiro se torna um lugar para nós. A própria pátria vista como o nosso lar afetivamente se torna um lugar. O espaço é segurança e o espaço é liberdade ou, ainda, o espaço é movimento e o lugar pausa: o espaço é mais abstrato e o lugar mais concreto. A valorização do lugar provém de sua concretude, embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado para o outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências tanto mediante a imaginação quanto simbolicamente (Tuan 2013).

Para esse autor, haveria uma escala específica para o lugar ou existiriam diferentes níveis de lugaridade? Há fortes razões para se creditar à escala local uma posição especial: devido à possibilidade de deslocamento diário, pela tendência de maior uniformidade linguística, em comparação com escalas mais abrangentes. Entretanto, é plausível considerar a existência de níveis de lugaridade, porém, tais níveis não obedecem a uma hierarquia pré-fabricada. Para uma pessoa específica, por exemplo, a região seria um referencial identitário forte, mas a ideia de país seria um referencial identitário fraco. Já para outra, se daria o inverso.

Desta feita, conhecer um lugar é desenvolver um sentimento topofílico ou topofóbico, não importando se é um local natural ou construído: a pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo para ela (Tuan 2013). Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como a localização, a direção, a orientação, a relação,

o território, a espaciosidade, dentre outras coisas. Como veremos oportunamente, essa perspectiva se aproxima bastante de algumas defendidas por Gribaudi.

O espaço enquanto objeto central para compreensão da agência social

Discípulo de Giovanni Levi, poucos historiadores são mais capacitados do que Maurizio Gribaudi no que diz respeito à produção de análises sobre a história da Paris popular da primeira metade do século XIX. Tendo se especializado em demografia e morfologia urbana, Gribaudi publicou, no fim dos anos 1980 (Gribaudi 1987), uma obra inovadora sobre a mobilidade dos operários de Turim no século XX, analisando, por meio da metodologia da *network analysis* e da obra de Fredrik Barth, os elementos que levaram os operários desta cidade, antes socialistas, a abraçarem os ideários do fascismo nos anos 1940. Nesse livro, o historiador italiano é particularmente enfático ao questionar o mito da suposta imutabilidade e solidez do mundo operário de Turim, examinando a mobilidade geográfica e social dos trabalhadores individuais no espaço urbano. Nas várias vicissitudes do grupo de imigrantes de Turim de Borgo San Paolo entre as guerras, a estabilidade ao longo do tempo e a solidez de uma condição imutável da classe trabalhadora não eram tão evidentes quanto a variedade de rotas sociais e espaciais diferenciadas dentro da cidade.

Observa-se nessa pesquisa três abordagens complementares: a do demógrafo, que mede a migração e seu papel decisivo no crescimento de uma cidade industrial; a do historiador, que descobre as modalidades de assimilação do povo rural, imerso em uma condição de classe trabalhadora em rápida mudança e integrando-se da melhor forma possível à vida dos bairros operários; e, por fim, as do cientista político tentando entender como, no coração de uma cidadela do socialismo, se estabelece o reinado do silêncio, prelúdio de uma surpreendente desmobilização ideológica.

Com base em registros civis, censos e uma coleção de genealogias, o autor reconstrói o comportamento familiar, itinerários profissionais e múltiplas trajetórias individuais de duas aldeias piemontesas para construir uma gama completa de caminhos sociais e variantes de mobilidade oferecidas pelo ambiente urbano, a partir da consolidação de um processo de migração campo/cidade. Em seguida, o autor procura apreender os fatores que condicionam as escolhas individuais ou familiares. Para tanto, ele se apropria de um método segundo o qual o indivíduo age racionalmente e desenvolve estratégias que tentam melhorar sua posição, algo aprendido com seu *maestro*, Giovanni Levi, que se utiliza do mesmo método em seu livro *A Herança Imaterial* (Levi 2000). A racionalidade, por sua vez, é função das experiências individuais e das informações fornecidas pelos ambientes de sociabilidade.

A partir do final do século XIX, o crescimento de Turim e a renovação de seus habitantes foram quase inteiramente condicionados pela intensidade da migração. Os percursos profissionais e geográficos (pelos bairros operários) revelam então um verdadeiro “de integração urbana”. O autor destaca as variáveis que condicionam os diferentes modos de integração ao ambiente urbano: estrutura familiar, idade no casamento, vínculos familiares. Acrescentemos a isso a relação com o espaço urbano; o assentamento no centro ou na periferia, tudo levando em conta a situação econômica. Todas essas variáveis interferem e levam a uma dispersão de estilos de vida e formas de sociabilidade (Gribaudi 1987).

Na segunda parte, Gribaudi mostra como essas diferenças culturais tradicionais se articulam, de um lado, e a penetração de uma nova ideologia de cunho fascista. Por volta de 1910-1920, o discurso político defendia a homogeneidade e a coesão. No entanto, uma análise mais profunda revela a persistência de tensões e conflitos latentes. A partir de 1930, a sociabilidade desmoronou, o individualismo tomou conta do mundo operário de Turim. Ao mesmo tempo, houve silêncio em torno do discurso socialista. As aspirações da classe trabalhadora foram sendo substituídas pelo esporte, pelo consumo de massa e pela própria propaganda fascista. A desintegração da coesão foi, em parte, o resultado de contradições entre as aspirações “moderno-socialistas”, e aos poucos, muitos jovens aceitam, ora resignados, ora seduzidos, o regime e sua ideologia totalitária.

Os resultados da abordagem adotada nesta segunda parte merecem um comentário. O autor acompanhou a evolução de um grupo de amigos da mesma aldeia. Enquanto os itinerários desses jovens e suas famílias ilustram os mecanismos analisados na primeira parte, a riqueza de informações coletadas por entrevistas, combinada com medidas demográficas, proporciona uma melhor compreensão da relação entre cidade e campo. A “fuga” das aldeias só pode ser entendida como um contraponto à integração de uma enxurrada de imigrantes nos amplos centros industriais, enquanto a penetração do fascismo nos espaços socialistas andava de mãos dadas com a fragmentação da sociabilidade e, portanto, da coesão dos trabalhadores.

Nessa primeira obra de fôlego de Gribaudi, o espaço é ainda abordado como algo predominantemente social. É por meio de estratégias familiares, de migração e de relação com os discursos e práticas socialistas e fascistas que o burgo de San Paolo se transforma lentamente. O espaço funciona aqui mais como cenário; o palco, no qual os atores interagem, mas não como um objeto analisado. Todavia, é importante ressaltar que ainda assim, Gribaudi percebe claramente que os bairros operários, periféricos quase que por definição, atuaram no estreitamento de uma gama de relações sociais que, se num primeiro momento atuou como canalizador de aspirações socialistas, a partir dos anos 1930, facilitou, juntamente com uma série de fatores, a adoção de

elementos ideológicos do fascismo pela classe trabalhadora. O espaço é visto como facilitador de redes de interdependência social.

Já no início dos anos 1990, Gribaudi começa a se interessar e a publicar pesquisas nas quais o espaço, ou a escala, melhor dizendo, se torna seu foco de investigação. É interessante notar que a reflexão adotada por ele nesse momento tem sido retomada, como referência, por historiadores que nos últimos quinze ou dois anos tentam relacionar as contribuições da micro-história com os desafios colocados pelo desenvolvimento da História Global. Discutiremos o assunto no final desse capítulo.

Em 1994, Gribaudi publica um capítulo de livro no qual tenta sofisticar as questões acima analisadas, buscando relacionar a questão da escala com a da configuração, analisando o tipo de retórica e narrativa que diferenciariam, de fato, as abordagens micro e macro (Gribaudi 1994). É perceptível que, ainda nesse momento, o espaço, seja ele amplo ou circunscrito, não se apresenta como um problema em si, já que a preocupação principal desse autor é com o aspecto interacionista das relações sociais. Segundo ele, naquele momento, o debate micro/macro se desenvolvia em duas frentes: 1) de um lado, tratava-se das capacidades de generalização ou de especificação de cada abordagem; 2) de outro, tratava-se da natureza diferente dos fenômenos sociais que cada nível de escala faz aparecer. Todavia, para Gribaudi essas duas frentes de percepção seriam secundárias para pesquisa histórica, pois a verdadeira oposição das grandezas analíticas deveria ser pensada em termos de modalidades diferentes da formalização causal dos fenômenos sociais e das evoluções históricas. Em outros termos, a grande diferença entre os dois recortes estaria não no tamanho do objeto ou nível de análise, mas nas justificativas empíricas e retóricas diferentes, que seriam irreduzíveis uma à outra, tanto que até a questão de uma escolha de escala perderia sua centralidade (Gribaudi 1994, 121).

Para Gribaudi, a abordagem macro seria dedutiva e especificaria suas provas por um modelo global. Aqui a construção causal seria dada pelas categorias tiradas do modelo onde os dados empíricos têm função de ilustração feitas por meio de operações retóricas e/ou estatísticas. Já a micro seria indutiva, e individualizaria mecanismos e os generalizariam por meio das fontes. A construção causal não é dada *a priori* e sim feita via documentação que permitiria individualizar os mecanismos sociais que se encontram além do objeto e das categorias historiográficas que o informam. A retórica prioriza o processo das ações, ou seja, é generativa.

Para exemplificar a superioridade analítica da abordagem micro e suas especificidades em relação à causalidade, Gribaudi utiliza o já citado livro de Giovanni Levi. Nessa obra, observamos um processo histórico que se desdobra em dinâmicas que colocam em jogo configurações sociais complexas, não-lineares e imprevisíveis. Assim, a causalidade é pensada como abertura onde as

ações individuais e o contexto assumem papéis fulcrais. Entretanto, e paradoxalmente, percebe-se que o contexto perde, nessa abordagem, o estatuto privilegiado de objeto de análise, pois a atenção recai sobre as formas de interação entre os atores social e seu meio, ou seja, recai sobre os mecanismos que geram suas formas. Em suma, o espaço continua a ser percebido aqui como um cenário no qual se desenrolam as interações que constroem as formas de sociabilidade e justificam modelos comportamentais.

Apesar disso, Gribaudi afirma que a sua reformulação do conceito de escala infere uma nova percepção da pesquisa histórica: a causalidade dos fenômenos sociais seria dada, portanto, pelo contexto (mais relacional que espacial) e pela interação. A análise dos indivíduos e suas interações permitiria apreender os conjuntos particulares que pesaram nas escolhas dos atores. Tem-se nesta abordagem, uma tentativa de formular um modelo de causalidade das evoluções sociais menos rígido e hierarquizado, sendo essa uma ruptura radical com as abordagens macros, pois essa opção implica em escolhas de método, de retórica e de níveis de prova radicalmente diferentes. No nível da retórica, por exemplo, não se individualizaria comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos, a preocupação estaria em pegar todas as variantes comportamentais. O significado dos comportamentos e das representações passa a ser encontrado nas intenções dos atores, captadas em seus contextos (Gribaudi 1994, 134).

A grande diferença, e talvez a grande contribuição da abordagem micro, estaria no fato de nos atermos a configurações causais onde os protagonistas são indivíduos concretos e não fenômenos estruturais. Estes se situam e se determinam na presença e no interior de configurações relacionais que remetem a ligações, representações e dinâmicas situadas contemporaneamente em níveis diferentes do espaço social. Desta feita, para Gribaudi, deve-se atentar que cada estruturação global do espaço, cada forma sincrônica, é produto de movimentos que se fazem a partir de interesse e perspectivas diferentes, de atores diferentes que utilizam seus recursos no contexto de seu campo de pertencimento, o que ocasiona mudanças e descontinuidades no espaço social.

Entretanto, é importante destacar aqui que o espaço ainda é sobretudo social nesse momento da trajetória de Gribaudi. Uma mostra disso é que, no final do capítulo, ele assinala a importância do conceito de configuração, adaptado das reflexões de Norbert Elias, que nos permitiria pensar o princípio básico do porquê os indivíduos estão ligados entre si, constituindo configurações dinâmicas específicas. A imagem que se alcançaria seria, portanto, a de uma configuração, ou seja, de uma formação social em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas (interdependências). Estas redes de dependências recíprocas fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras,

que modificam, por sua vez, a própria imagem do jogo social. Só assim se conseguiria, de acordo com o autor, dar conta da descontinuidade que marca o espaço social (Gribaudi 1994, 149).

Em suma, para Gribaudi, até esse momento de sua carreira, a questão espacial aparece apenas relacionado às redes de interdependências dos atores sociais e não relacionada de fato com espaço enquanto lugar, que é criado, reelaborado e destruído pelo conjunto de apropriações e ressignificações do mesmo. É somente no final dos anos 1990 que esse quadro começa a se modificar.

Com *Espaces, temporalités, stratification: Exercices sur les réseaux sociaux* Gribaudi abordou os problemas metodológicos envolvidos no crescente interesse em estudar os laços sociais e as redes que os indivíduos tecem na cidade. Essas redes mostram com precisão os mecanismos de agregação social. A análise micro-histórica das trajetórias dos indivíduos individuais, longe de reduzir a observação, pode ser particularmente adequada para a compreensão de dinâmicas sociais mais globais. Desta feita, ele conduziu, juntamente com outros pesquisadores, uma reflexão coletiva ambiciosa, a um só tempo empírica e teórica, sobre os vínculos e as redes sociais nas quais os atores sociais se inscrevem, mas igualmente sobre as relações entre estruturas e dinâmicas sociais (Gribaudi 1998).

Trata-se de uma coletânea de artigos que constituem o primeiro fruto de um trabalho de reflexão sobre os conceitos de lugar e de rede. Esses artigos buscam interrogar sobre valor heurístico desses dois conceitos num quadro de pesquisas sobre as formas de coesão e de estratificação de um espaço social. Os conceitos de lugar e de interação estão dentro dessa ótica, profundamente ligados a uma imagem de um sistema dinâmico que evolui perpetuamente e que é sensível ao mesmo tempo aos movimentos de cada um dos seus componentes as suas estruturações particulares e às dinâmicas específicas que as engendram.

Gribaudi afirma que devemos nos atentar para os mecanismos que presidem as interações do grupo, ao estudo do conjunto de lugares exteriores aos atores e que convergem o espaço de um grupo. Todos esses elementos exprimiriam uma concepção das relações das dinâmicas sociais cuja riqueza e complexidade foram totalmente deixadas de lado pelos trabalhos dos americanos que estudaram redes sociais.

Segundo ele, mesmo a noção de espaço geográfico varia em função do quadro relacional e das formas de coerência em relação aos quais ela se refere. O espaço físico da cidade varia consideravelmente de acordo com as modalidades das práticas relacionais e os mesmos lugares possuem funções diferentes de acordo com as formas de coerência social nas quais elas se inscrevem. É impossível, para o historiador italiano, pensar o espaço social como estruturado de maneira homogênea pelos mesmos fenômenos. Também seria impossível que atores sociais

diversos se utilizassem dos mesmos parâmetros para sondar e analisar o conjunto de um espaço social (Gribaudi 1998, 39). Segundo ele, devemos mudar nossas perspectivas analíticas: parar de compreender os fenômenos sociais a partir da difusão e da frequência de uma prática para tentar imaginar os conceitos fundados sobre as modalidades segundo as quais várias práticas se conjugam nos contextos sociais. Isso aponta para a compreensão do lugar social como algo heterogêneo, variando em função das lógicas configuracionais que as engendram. São essas lógicas que parecem caracterizar o espaço social, marcando as diferentes percepções e perspectivas dos atores que dividem e constroem esse mesmo espaço.

Podemos notar até aqui que, para Gribaudi, ao longo dos anos 1990, a ideia de espaço foi modificada, deixando de ser *apenas* o contexto ou cenário nos quais se construía as redes de interação para um conceito mais próximo daquele desenvolvido pelos geógrafos. Entretanto, é preciso destacar que a ideia de espaço como teia resultante da rede de interdependências dos atores sociais não é abandonada pelo historiador italiano, como veremos a seguir.

No início dos anos 2000, Gribaudi publica um importante artigo na revista *Quaderni Storici*, no qual analisa a trajetória de quatro operários na França do século XIX (Gribaudi 2021) e cujo objetivo mais amplo era responder uma pergunta complexa: *como apresentar e sobretudo, como descrever percursos que se cruzam num espaço que se modifica a cada movimento?* Para tanto, Gribaudi critica uma perspectiva usual na análise de trajetórias. Segundo ele, a história social mais tradicional teria por característica descrever um indivíduo ou um grupo, um emigrante ou uma comunidade, que se deslocam entre dois espaços físicos e culturais pensados, ao mesmo tempo, como diferentes e estáveis. O emigrante é aquele que deixa um lugar e uma cultura bem definidos para ir em direção a um outro lugar e uma outra cultura, igualmente compactos e coerentes. Tomando o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, afirma Gribaudi, perde-se a possibilidade de considerar a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, sendo um, parte do outro.

Nesse artigo, ao pensar a experiência individual em toda a sua particularidade como parte indissociável de um contexto, o historiador italiano destacou a natureza pluridimensional do espaço social. As experiências desses indivíduos se inscrevem e adquirem significados dentro de um horizonte social no qual são interpretadas formas específicas de combinar símbolos, recursos, lembranças, expectativas etc. Através dessa ótica, a França do século XIX se mostra, portanto, como um espaço no qual coexistem e se sobrepõem diversas sociedades.

Sob essa ótica, fica claro que o percurso individual aparece não tanto como uma trajetória mais ou menos linear de um conjunto compacto, mas como uma série de deslocamentos e de reajustes de um enorme emaranhado de relações, experiências, lembranças e imagens aglutinadas

ao redor de um ponto de uma dessas zonas sociais. Esse emaranhado apresenta nós que se reproduzem ou tendem a reproduzir-se ao longo dos movimentos migratórios, englobando novos elementos, readaptando-os à própria lógica e transformando-se, todavia, por meio dessas mesmas dinâmicas.

Esse é um processo ativo cuja natureza mostra ao menos duas importantes implicações: de um lado, a presença de numerosas relações, abertas entre espaços geográficos os quais estamos acostumados a interpretar por meio dos conceitos de *origem* e *destino*, como definitivamente separadas; do outro lado, cada um desses espaços é dotado e caracterizado pelas modalidades através das quais as experiências e as práticas sociais se transformam continuamente (Gribaudi 2021, 162 a 168).

Não entrarei aqui nos detalhes das trajetórias analisadas por ele. Meu objetivo é demonstrar como ele percebe essa complexa relação entre interação e espaço. Para tanto, Gribaudi evoca algumas reflexões de C. Geertz, para quem cada indivíduo possui uma *agenda oculta*, uma espécie de lista de relações, interpretações causais, imagens, crenças, tudo quanto possa lhe ser útil, a fim de observar a sociedade, interpretá-la e agir sobre ela (Geertz 1981). Amparado nessa teoria, o historiador italiano busca *ler* as práticas sociais como textos que precisam ser decifrados, para deles serem apreendidas as formas e as lógicas internas.

A análise desses percursos individuais confirma, portanto, a natureza, ao mesmo tempo individual e social dessas configurações. Por um lado, é evidente que elas são totalmente estruturadas e definidas em seus conteúdos, pelo conjunto das experiências e das práticas concretas dos indivíduos que as encarnam. Isso é destacado várias vezes. Um recurso, um fato histórico, um discurso, uma relação, um salário ou ainda um acontecimento demográfico, não têm em si nenhum significado. Assumem um significado unicamente no horizonte concreto e preciso da experiência individual. Por outro lado, é igualmente evidente que essas configurações se formam e se mantêm também porque articulam grupos de experiências e de práticas sociais análogas, ou ao menos convergentes em relação ao modo como utilizam certos recursos mais do que outros, como propõe certos tipos de relação mais do que outros, como imaginam e como constroem as hierarquias sociais, como concebem, fabricam e põem em funcionamento as cosmografias sociais.

Assim como as configurações individuais, os espaços profissionais e sociais evocados através das experiências desses personagens, evoluem no sentido da continuidade e da ruptura: continuidade, em função da permanência que o número de elementos interagentes confere a cada forma social; ruptura, pela flexibilidade que caracteriza essas mesmas formas em cada mudança ocorrida em qualquer uma das suas partes, seja periférica ou central.

Ao analisar sobretudo a trajetória de dois desses quatro operários, que tiveram histórias de vida muito semelhantes, Gribaudi afirma que o percurso individual nos leva a uma maneira particular de conexão, através da experiência vivida, dos recursos, das relações, das imagens, dos discursos e das representações da sociedade mais ampla. Mais uma vez, essas formas sincréticas nos aparecem como reais e possíveis, como parte das áreas mais vastas povoadas por outras figuras, cujas experiências estão em consonância ou se integram com aquelas que observamos. Enquanto para algumas pessoas *existe um significado* pensar a sociedade como caracterizada pelo pertencimento regional, para outras faz sentido pensá-la como hierarquizada, dividida em classes, mas com ligações diretas de troca, e para outras ainda, faz sentido pensar a prática do ofício não somente como recurso econômico, mas também e, sobretudo, como lugar de construção de identidade social.

O historiador italiano afirma nesse artigo que a relação indissociável de cada percurso com a natureza do espaço social no qual eles se desenvolvem pôde ser vista claramente através das biografias analisadas. Cada um desses personagens vive em uma França diferente, estruturada a partir das suas práticas e das suas emoções, e também, pelas relações de força que se estabelecem dentro do espaço mais vasto. Para Gribaudi, para apreender os sentidos de tais percursos e experiências sociais é, portanto, mais que necessário reconstruir a geografia desses espaços, inventariar a gama de elementos que os compõem, medir a sua consistência e identificar suas proximidades com outros espaços, outras zonas de coerência.

Entretanto, podemos afirmar que a questão do espaço se torna a questão central das pesquisas de Gribaudi em meados dos anos 2000, quando ele começa a publicar um conjunto de artigos e capítulos de livros (Gribaudi 2004; 2009; 2009b; 2009c; 2010; 2013) que, mais tarde, comporiam o material do seu último e mais importante livro, publicado em 2014 (Gribaudi 2014). Sem deixar de ser visto como o contexto no qual redes de interdependência ocorrem, o espaço passa a ser analisado como um objeto de pesquisa em si mesmo. Vejamos, então, a título de exemplo, um artigo no qual essa discussão aparece de forma mais enfática.

Em *Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien* (Gribaudi 2009b), Gribaudi critica a forma como a evolução espacial de Paris teria sido tratada pela historiografia. A evolução dessa cidade, ao longo do período contemporâneo, é frequentemente ligada e interpretada como um processo único ao longo do qual a cidade do Antigo Regime se reestrutura para se transformar progressivamente na capital do século XIX. Essa visão, bem conhecida e quase icônica, conjuga o desenvolvimento dos ricos bairros do Oeste com o crescimento de novas formas arquitetônicas e comerciais. Nas representações dos contemporâneos, esses bairros constituem um espaço

estrutural imóvel onde se acumula de maneira desordenada uma população colorida de comerciantes, artesãos, trabalhadores e marginais.

Desta feita, em um estudo aprofundado, conduzido sobre uma parte de um bairro do centro parisiense entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, Gribaudi mostra que, longe de serem abandonados e caóticos, esses antigos bairros se revelam como lugares dinâmicos que testemunham o crescimento de uma modernidade “outra” que aquela desenvolvida nos novos bairros do Oeste. Esses bairros conhecem um crescimento extremamente importante ao longo do período. Entre 1800 e 1848, não somente a população local aumenta em 40% e enriquece, mas ainda a própria estrutura das construções se transforma e muda claramente de natureza. A análise detalhada da construção urbana e da população residente destaca um fenômeno de mutação morfológica operada pela conjunção e pela superposição de diferentes fatores. Em algumas décadas, sob a ação convergente desses fenômenos, um trabalho de formigas se apodera do centro da cidade e transforma totalmente sua fisionomia.

Gribaudi nos mostra que o centro da cidade do século XVIII contava, de fato, com várias dezenas de conventos, hospitais e *hôtels particuliers*¹, embelezados por numerosos jardins e pátios em claustros. Por três vezes (pela venda de bens nacionais em 1789, dos da Igreja em 1792 e daqueles dos Hospícios em 1808), todos esses espaços são leiloados. Pátios e jardins são então progressivamente investidos por uma população de fabricantes, artesãos e negociantes que instalam suas atividades, transformando esses lugares em centros especializados na produção de artigos diversos e frequentemente sofisticados.

A chegada massiva e o desenvolvimento dessa população são o fenômeno mais marcante do processo. Essa não ocupa unicamente os pátios e os jardins de outrora; ela constrói pequenas casas e alojamentos, galpões e casas. Em uma dinâmica de construção que guarda tanto da bricolagem quanto da construção planejada, os lotes e os terrenos se tornam densos e se subdividem enquanto os novos laços se produzem a partir e em torno desses centros de produção. Em menos de vinte anos, o espaço se transforma e se torna mais denso. Jardins, pátios e galinheiros dão lugar a um conjunto de casas nas quais se instala uma multidão cada vez mais densa de fabricantes, artesãos, operários e de comerciantes de todo tipo. Um microcosmo de produção muito ativo que incita os proprietários da época a abrir novas passagens e a construir novas casas.

¹ Na França, o vocábulo *hotel particulier*, escrito acima no plural, designa um edifício construído no centro da cidade para moradia de apenas uma família, normalmente pertencendo à alta burguesia, e caracterizado pelo seu luxo. Por não estarem conectados diretamente à rua, suas entradas são precedidas de um pátio e os fundos possuem frequentemente um jardim.

O estudo das transformações morfológicas do espaço urbano exigiu de Gribaudi o georreferenciamento do conjunto dos mapas encontrados em diferentes arquivos em um único referencial espacial. A relação dessas mutações com as informações qualitativas e quantitativas revelam as numerosas interdependências entre morfologia urbana e práticas sociais. Os tratamentos de georreferenciamento e de análise espacial foram realizados com o *software* livre QuantumGIS.

A ligação de fontes numerosas e variadas (hipotecas e títulos notariais; antigas censivas² e *terrier*³ do rei; pequenos cadernos de notas, *sommiers*⁴ e folhas cadastrais; certidões de estado civil e registros paroquiais etc.) destaca processos extremamente complexos e, até aquele momento, ignorados. Longe de constituir um espaço abandonado e caótico, o antigo centro da cidade aparece como sede de uma forma de modernidade paralela e oposta àquela desenvolvida nos novos bairros do Oeste e representada pela cultura dos *bulevares*. A análise de uma porção significativa do espaço urbano mostra também que as transformações da cidade se fazem sempre em uma dinâmica de interação entre vários fatores e fenômenos. Se a morfologia do tecido arquitetônico determina as evoluções possíveis, sua natureza e suas formas precisas são configuradas pelos investimentos específicos dos atores presentes em cada momento na dianteira do movimento.

Em um ponto central do artigo, Gribaudi nos mostra que a reformulação espacial do centro de Paris gera também uma mudança nos grupos que passam a viver e a trabalhar nessa região. De um lado, temos comerciantes e negociantes em fim de carreira que investem suas economias no ramo imobiliário. Acrescentem-se artesãos e sobretudo comerciantes que se asseguram a propriedade do imóvel no qual estabeleceram sua atividade. De outro lado, um grupo mais considerável de comerciantes e negociantes compra imóveis a fim de instalar um comércio. Trata-se de três padeiros, três comerciantes de vinho e um *cervejeiro*, que testemunham a centralidade e a rentabilidade dessas atividades nessa época e nessa parte específica da cidade.

Gribaudi nos mostra então que a imagem emergente desses espaços está muito distante daquelas evocadas por numerosos administradores e observadores da época. Longe de aparecer como porções da cidade mantidas fora da dinâmica do progresso que teria investido unicamente o Oeste e os *faubourgs* da cidade, esses bairros se mostram mais do que nunca como centros ativos e inovadores. Todavia, ancorados em espaços pensados e representados como antigos e atrasados,

² Do latim medieval *censiva terra*, a censiva designava a terra submetida a um censo anual. Algumas informações obtidas junto ao Arquivo Nacional francês permitem afirmar a existência de 154 censivas na cidade de Paris, as quais deixarão de existir em 1789. Além disso, à parte o Rei e a Cidade, os principais senhores fundiários são os estabelecimentos religiosos.)

³ No direito feudal, *terrier* é um registro onde são registradas a extensão e a renda da terra, os limites e direitos de um ou mais feudos de um senhor.

⁴ Um *sommier* é um registro financeiro no qual são inscritas cronologicamente as somas recebidas e designam, sobretudo, documentações do Antigo Regime.

retivemos, sobretudo, de sua complexa fisionomia, os elementos que os aparenta mais ao passado, ocultando a novidade das combinações sociais e profissionais que hospedam.

Gribaudi revela assim que a historiografia francesa conhece mal a vida dos antigos bairros parisienses ao longo da primeira metade do século XIX, em virtude do mito construído em torno de uma modernidade parisiense que acamparia unicamente nos cafés e nos teatros dos grandes boulevares ou nos salões dos novos bairros. Em razão também dos olhares contraditórios e jamais bem focalizados, que gerações de higienistas e magistrados, eruditos e romancistas concentraram sobre esses espaços. Mas se lhe concedemos um olhar atento e não generalista, esses espaços, com seus becos, seus pátios e suas tortuosidades labirínticas, estão longe de aparecer unicamente na dimensão da marginalidade opaca e mórbida que emana das representações da época. Longe disso, a trama do tecido urbano e social desses bairros se revela sobretudo como o produto de uma construção coletiva, não programada, mas, entretanto, perfeitamente racional, que soube reverter e adaptar, por mil intervenções, as antigas construções às exigências específicas de uma produção em massa de bens de luxo.

Enquanto a imagem de uma nova modernidade se instala nos boulevares, uma outra modernidade se desenvolve nos antigos bairros da cidade. Menos deslumbrante, ela interpela, todavia, pela potência das forças que a animam. Difícil dizer se essas formas teriam se desenvolvido mais dando à luz a um projeto viável, de um outro futuro para a cidade. Mas é certo que 1848 encerra a experiência que Haussman segue de perto, apagando sistematicamente todos os pontos vitais que tinham crescido na cidade.

É claro que estes são apenas aspectos parciais de uma série de dinâmicas mais amplas e, sobretudo, muito mais complexas. Mas eles tornam possível ver que o que caracteriza o presente de uma cidade em qualquer momento de sua evolução não é, portanto, uma única forma e coerência, mas uma configuração de formas que coagulam diferentes coerências dos mesmos materiais, as mesmas referências comuns. É essa configuração específica de formas contraditórias, representações e discursos, que o historiador pode reconhecer como característica da fisionomia de uma cidade num momento específico de sua evolução.

Se as tensões que o atravessam caracterizam o presente de uma sociedade, elas também a animam, a tornam viva e instável, dão-lhe movimento. A sociedade parisiense da primeira metade do século XIX é literalmente empurrada para a frente pelas tensões e contradições que a atravessam. Assim, Gribaudi nos revela que, insistindo nos elementos de continuidade, a maioria das narrativas historiográficas sobre a cidade apagaram totalmente os traços das tensões que a atravessam e dos diferentes futuros que permitiram vislumbrar, cobrindo-os com uma imagem calma e calmante da evolução histórica. Quebrar essa continuidade, pensando na forma como um

campo de práticas e representações em permanente tensão, torna possível encontrar a história de uma sociedade em toda sua força e vitalidade, com seus dramas, suas rupturas e seus pontos cegos.

Por fim, Gribaudi lançou, em 2014, uma obra que oferece uma nova interpretação, devido a sua abordagem microanalítica, das formas de organização dos meios populares parisiense desde a Revolução Francesa até a Revolução de 1848 (Gribaudi 2014). Neste livro, ele sintetiza todos os métodos de pesquisa utilizados ao longo de uma carreira rica na produção de textos de referência, nos quais demonstra a sua percepção acerca dos trabalhos e reflexões teóricas de autores como Giovanni Levi, Norbert Elias, Marc Bloch, Charles Tilly, Edward Shorter, Peter Laslett, J. Clyde Mitchel, A. L. Epstein, Jeremy Boissevain, Fredrik Barth, dentre outros.

Com *Paris ville ouvrière. Une histoire occultée, 1789-1848*, Gribaudi explica que essa breve experiência revolucionária só adquire sentido como resultado da longa gestação, durante a primeira metade do século XIX, de uma Paris operária e popular, de bairros operários no centro histórico, como vimos anteriormente dotados de um dinamismo, de uma complexidade industrial e de uma densidade socioespacial que, longe de serem a materialização de um espaço “atrasado” e estruturalmente imóvel, eram, ao contrário, portadores de um modelo de “modernidade operária” tão ou mais relevante que a Paris burguesa das Grandes Avenidas.

O protagonista do livro é o mundo operário. Mas o mais importante é que Gribaudi constrói pacientemente um método de análise onde o espaço urbano é o companheiro indispensável da narração de processos e eventos históricos. Nenhuma de suas reflexões se torna clara para o leitor sem a explicação que *situa* os fatos, que nos diz o *onde*. Como na boa história urbana, a variável espacial mostra-se como sua própria particularidade. O espaço social é o componente essencial da história. Não há compreensão possível do mundo operário sem uma compreensão profunda dos espaços em que ele se desenvolve, desde os espaços de trabalho, até os de vizinhança e os de lazer. O tempo, nessa obra, não pode ser compreendido sem espaço, sem *situar* e analisar o lugar dos acontecimentos e processos. Apesar da *virada espacial* das ciências sociais (que também atingiu a história), ainda não é fácil encontrar no mundo dos historiadores uma narrativa em que o espaço deixa de ser um receptáculo inerte dos processos sociais para se tornar uma variável com capacidade explicativa própria.

O primeiro grande bloco temático do livro aborda as representações dessa cidade operária e industrial e as mudanças na percepção dos discursos burgueses sobre ela até a cristalização do mito da cidade industrial e perigosa, que seria o discurso hegemônico a partir de 1830. Enquanto a venda dos “bens nacionais” libertou enormes bolsões de terras confiscadas sobre as quais a especulação imobiliária ergueria os novos bairros burgueses da zona oeste da cidade, as terras liberadas do centro foram divididas e ocupadas por uma massa de fabricantes, artesãos e

comerciantes que montaram fábricas, oficinas e armazéns. Bairros ricos, regularizados e arejados na periferia e adensamento, atividade industrial e superlotação nos bairros antigos do centro.

As primeiras referências e visões do mundo operário nos anos imediatamente seguintes à Revolução de fato falam de uma sociedade ainda entrelaçada, ainda distante da visão polarizadora que se seguiu. Complexidade e convivência denotam aquela Paris artesanal, pré-industrial, mas cada vez mais operária e manufatureira: uma mistura e justaposição de grupos sociais necessariamente diferentes; a vida de bairro como algo essencialmente articulado entre o povo, a burguesia e as elites, uma imagem polimorfa dos bairros populares, que são vistos como um componente normal e necessário do organismo urbano.

A Paris industrial também é descrita como parte integrante e coerente da paisagem urbana. A indústria, a oficina e a manufatura ainda não são rejeitadas (“desde que não incomodem muito, são aceitas, até incentivadas”). A narrativa construída pelas elites industriais e pelos primeiros higienistas olha com respeito e reciprocidade para o mundo da classe trabalhadora porque compartilha interesses diretos e convive com ela, proximidade notadamente devido à crescente centralidade ocupada pelas ciências naturais e, particularmente, pelo desenvolvimento da indústria parisiense.

À medida que a cidade desdobra os sinais de sua nova modernidade ao longo das avenidas e passagens burguesas, aumenta também a distância do que não pode ser facilmente inscrito nessa nova paisagem urbana. Pouco a pouco, o centro antigo da cidade será percebido como uma ruína, como um vestígio, “um espaço caótico e doentio”, tomado por miasmas e cólera, cuja existência passa a ser atribuída aos trabalhadores pela burguesia local. Os bairros populares são homogeneizados sob um denominador comum de insalubridade, doença e miséria. As classes populares e suas formas de sociabilidade, suas práticas e sua condição ignorante são responsabilizadas diretamente pela epidemia e pela doença.

As estratégias de intervenção na cidade que emergem da imposição do modelo burguês à cidade popular representam a cristalização desse modo abstrato de intervir a partir de uma visão pré-estabelecida, inconsciente da realidade existente, portadora de um desejo de dominação e de imposição de um modelo social. A insalubridade moral é atribuída à forma urbana, à estrutura labiríntica das ruas. A propagação da cólera é atribuída à ignorância das classes populares.

Por trás do véu de imagens com que as elites parisienses observam o espaço de trabalho, o segundo grande bloco temático do livro revela as “outras modernidades parisienses”, as da materialidade autêntica dessa cidade operária, de suas atividades industriais, de seus trabalhadores e artesãos, a vida e as sociabilidades desse mito distorcido. Um olhar muito mais sensível sobre a

complexa dinâmica que se desenrola dentro dos bairros operários agora nos dá imagens completamente diferentes da Paris operária e popular.

Um primeiro elemento de contraste com a visão das elites sobre atraso e estagnação física e moral é dado pela própria demografia. Apesar da densidade que os caracteriza, os espaços centrais quase duplicaram o seu número de habitantes entre 1800 e 1850. Baseada principalmente na imigração, a explosão populacional mais intensa da cidade está ocorrendo justamente nesses bairros do centro. O novo impulso do centro de Paris é acompanhado pelo desenvolvimento espetacular de numerosas atividades industriais e artesanais, incluindo o nascimento e a consolidação de uma indústria particularmente inovadora, baseada na reciclagem intensiva dos resíduos da cidade.

Em seguida, Gribaudi explica aos leitores que essa renovação da fábrica parisiense foi possível pela formação de um tecido socioespacial que permitiu a co-presença de um rico tecido relacional particularmente bem-adaptado à troca e integração de diferentes saberes profissionais, em espaços de enorme dinamismo. Ele revela que as operações imobiliárias realizadas no centro antigo da cidade se baseiam principalmente na transformação progressiva do tecido construído sob a ação de novos proprietários e inquilinos. Pouco visíveis e pouco estudadas, essas formas de intervenção têm enorme impacto na estrutura física e social da cidade. Fazendo excelente uso de almanaques e, sobretudo, de fontes cartográficas, fontes notariais e cadastrais, ele revela as inúmeras novas passagens ao ar livre, becos e pátios são objeto de uma análise detalhada que explica seu progressivo adensamento e conversão em fábricas e oficinas. Longe da imagem de partes da cidade à margem da modernização, os espaços transformados do centro são vistos como centros ativos de outro progresso, de outra modernidade.

Gribaudi percebe que, progressivamente, mas sobretudo a partir de 1830, passa a haver uma consciência aguda e sem precedentes da realidade das relações de dominação que regem não só a organização do trabalho, mas também toda a sociedade. O espaço social de partida, aquele espaço lotado que contém e até gera lógicas econômicas e sociais de toda ordem, facilita e fomenta a consciência de classe, para dizer de forma sucinta. Assim como as relações de trabalho, as relações de sociabilidade estão amarradas no prédio, no quarteirão, no bairro. Os vários planos de ambos, bem como das primeiras sociedades de ajuda mútua de diferentes ofícios, dizem-nos não só das casas dos seus delegados e das instalações onde realizavam as suas assembleias, mas também do espaço relacional dos trabalhadores associados, normalmente adegas e lojas de vinhos e bebidas espirituosas. Os diferentes bairros e espaços de vizinhança estão claramente desenhados. Ainda não é possível falar de consciência operária ou de movimento operário, mas suas premissas estão sendo estabelecidas. É nesses espaços populares do centro da cidade que os trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho para dez horas, o reconhecimento de suas sociedades

e o direito de controlar diretamente as formas e a taxa de um trabalho que concebem como uma propriedade que lhes pertence e não ao patrão.

E é finalmente a partir da compreensão desse contexto, desses espaços e desses lugares que melhor podemos avaliar a força da “modernidade operária” diante da modernidade burguesa; essas duas modernidades opostas que lutaram em 1848 e terminaram com a trágica derrota dos sonhos da República democrática e social. Toda a obra de Napoleão III e do prefeito Haussmann nas duas décadas seguintes não será, e esse seria o corolário dramático do texto, mas a implementação categórica dos projetos mais radicais da burguesia que o autor havia analisado no primeiro bloco temático do livro. A haussmannização nada mais é do que a implementação de um plano especialmente concebido para destruir todos os núcleos físicos e sociais em que o sonho dos trabalhadores se desenvolveu.

Por fim, porém, deve-se notar que o grande mérito da análise realizada está no método utilizado, que deve servir como modelo. Por um lado, Maurizio Gribaudi, um conhecedor das ferramentas da micro-história, sabe como confrontar e fazer falar fontes muito variadas a fim de compreender a história daqueles que não deixaram traços escritos. A ausência de fontes discursivas tradicionais o forçou a recorrer a fontes indiretas e, assim, perceber muito rapidamente que as representações do mundo do trabalho eram apenas a projeção das representações da burguesia.

Considerações finais

Concluindo, a partir do que discutimos até aqui, fica claro o papel que a análise espacial toma na micro-história de Gribaudi. Ao longo de seu percurso como historiador preocupado em entender o desenvolvimento de Paris, o historiador italiano passa a ler a cidade como resultante de um conjunto de fatores ativos em diferentes níveis e em diferentes configurações locais. E para a compreensão desses elementos ele passou a pesquisar não somente as dinâmicas formais dos conjuntos urbanos, mas igualmente as interações complexas que aconteciam entre o nível local e o nível global e que governam esta dinâmica formal. Nessa ótica, ele sentiu necessidade de mobilizar os métodos e técnicas de análise dos sistemas complexos.

Para se aproximar desse objeto complexo em plena mutação (a cidade), a noção de morfogênese pôde trazer para as análises de Gribaudi uma dimensão suplementar ao estudo urbano, àquele da temporalidade, considerado como um *continuum* dinâmico mais que uma sequência de estados distintos. O estudo morfogenético adotado por ele se concentra mais precisamente em iluminar os elementos de organização que sustentam a existência e evolução das formas urbanas. Abordagem necessariamente dinâmica, pluridisciplinar e multidimensional, ela foge das modalidades e representações ditas clássicas que podem congelar a cidade num estado que

não corresponde por definição a nenhuma realidade urbana. Em tal perspectiva, várias disciplinas são interpeladas, tanto para a modelização e análise dos elementos formais (teorias dos grafos para a análise das redes urbanas, topologia), de sua dinâmica formal (matemática das formas e sistemas complexos) e para o estudo das interações com os fenômenos sócio-históricos (práticas sociais inscritas no território, formas de representação do espaço e de suas possíveis evoluções, normativas e intervenções institucionais, memórias etc.).

O que Gribaudi sugere é que observemos a evolução de uma cidade não somente a partir de uma visão macro, vista de cima, mas por meio de vários níveis de escala. Todavia, o impacto relativo de cada uma delas muda ao longo do tempo e em função de relações de força que são frequentemente expressões de visões e de interesses diferentes e, às vezes, opostos.

Na verdade, essa leitura mais detalhada realizada por Gribaudi das formas de evolução urbana revela de fato que essas intervenções eram antes de tudo expressão de uma escolha política que recuperava, através do complexo patrimônio morfológico da cidade, a leitura hierarquizada e burguesa da capital, amparada numa visão centralizada do poder. Os novos boulevards com seus teatros, câmaras de comércio, estações e mercados, assinam claramente essas formas práticas de representação das novas elites. Assim, através das demolições e especulações daí derivadas é estabelecida uma ruptura em relação à evolução social e morfológica do centro da cidade.

Finalizando, é importante comparar as perspectivas espaciais do historiador italiano com algumas daquelas que tratamos anteriormente. A meu ver, Gribaudi complexifica, e muito, relato da urbanização oitocentista produzida por Harvey em *Paris, Capital da Modernidade* (Harvey 2015). Para este, o capitalismo produziria sua própria geografia, construindo formas específicas de ambientes urbanos, que engendram modos particulares de consciência humana. Ou seja, a burguesia seria, quase que sozinha, responsável por uma nova maneira de se viver o espaço. Não para Gribaudi. O historiador italiano nos mostra uma outra modernidade advinda da ocupação espacial do centro de Paris pelo operariado francês, revelando um processo de luta e conflito de classes na França entre os séculos XVIII e XX. Nesse sentido, ele se aproxima bastante da perspectiva de Garner, produzindo uma bela descrição das diferentes perspectivas de vivência do espaço. O espaço é visto em seus últimos trabalhos, não como um local, mas é constantemente reestruturado como consequência de processos sociais.

Toda essa discussão nos permite construir a hipótese de que a noção de produção do espaço envolve os momentos de produção e criação, fazendo do espaço, ao mesmo tempo, e dialeticamente, obra e produto: como produto da sociedade e como obra de sua história. Em síntese, as relações sociais ocorrem num determinado lugar sem o qual não se concretizariam, num espaço fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Essa prática realiza-se no plano do

lugar, exponha a realização da vida humana nos atos da vida quotidiana, enquanto o modo de apropriação que se realiza através das formas e possibilidades da apropriação e uso dos espaços tempos no interior da vida quotidiana.

Desse modo, a noção de produção traz questões importantes, pois seu sentido desvela os conteúdos do processo produtivo, dos sujeitos produtores, dos agentes da produção material do espaço, das finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade bem como a suas formas de apropriação. Essa produção distingue-se das outras em seu significado e, por essa razão, apresenta outras implicações. Se a produção tem por conteúdo relações sociais, tem também uma localização no espaço. Assim, a produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia.

Referências bibliográficas:

Agnew, John. *Place and Politics*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

Buttimer, Anne e David Seamon. *The Human Experience of Space and Place*. London: Croom Helm, 1980.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1981.

Gribaudi, Maurizio. “Histoire Sociale et Formalisation Statistique.” Em: *Territorios distantes, comportamientos similares: familias, redes y reproduccion social en la monarquia hispanica, siglos XIV-XIX*, org. Antonio Irigoyen López e Sebastián Molina Puche. Murcia, Universidad de Murcia, 2009a, 35-63.

Gribaudi, Maurizio. “Le savoir des relations liens et racines d’une administration centrale dans la France du XIXe siècle”. *Mouvement Social*, septembre 2009b : 68-102.

Gribaudi, Maurizio. “Les formes d’un passé lointain – l’intrigue monographique et l’histoire”. *Les Etudes Sociales*, n.138, (2004): 57-98.

Gribaudi, Maurizio. “Passages et Phalanstère – espaces urbains et visions utopiques”. *Cahiers Charles Fourier*, n. 21, (2010): 23-48.

Gribaudi, Maurizio. “Ruptures et continuités dans l’évolution de l’espace parisien. L’îlot de la Trinité entre XVIIIe et XIXe siècles”. *Histoire & Mesure*, n.2, (2009c) : 88-103.

Gribaudi, Maurizio, org. *Espaces, temporalités, stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris : Découverte, 1998.

Gribaudi, Maurizio. “Escala, pertinência, configuração.” Em: *Jogos de Escalas*, org. Jacques Revel. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, 121-150.

Gribaudi, Maurizio. *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin dans la première moitié du XXe siècle*. Paris: EHESS, 1987.

Gribaudi, Maurizio. *Paris, ville ouvrière: une histoire occultée. 1789-1848*, Paris: La Découverte, 2014.

Gribaudi, Maurizio. “Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX”. Em: *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*, org. Deivy Carneiro e Máira Vendrame. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

Harvey, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Lenoir, Joëlle e Maurizio Gribaudi. “Les passages ouverts. La modernité oubliée de Paris capitale”. *Histoire urbaine*, n.36 (2013): 73-103.

Levi, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Relph, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.

Torre, Angelo. *Production of Locality in the early modern and modern age*. London: Routledge, 2020.

Tuan, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

Tuan, Yi-Fu. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

Tuan, Yi-Fu. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1974.

Vendrame, Máira Inês. “A produção social de lugares”. Em: *Territórios da História: o micro, o local e o global*. Org. Máira Inês Vendrame e Alexandre Karsburg. São Paulo: Alameda, 2023, 187-222.

Withers, Charles. “W. J. Place and the "Spatial Turn" in Geography and in History”. *Journal of the History of Ideas*, 70, n. 4, (2009): 637-658.

Recebido: 20 de fevereiro de 2020

Aprovado: 10 de junho de 2020

Dossiê: Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48446>

Micro-história socioespacial*: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano

*Socio-Spatial Microhistory:
Practices, Knowledge and Territories in the Italian Historiographical Debate*

*Microhistoria socioespacial:
prácticas, saberes y los territorios en el debate historiográfico italiano*

Máira Ines Vendrame**

<https://orcid.org/0000-0001-5658-076X>

RESUMO: Este artigo analisa como a dimensão socioespacial foi incorporada nas pesquisas publicadas na revista italiana *Quaderni Storici*, entre a década de 1970 até 2000. A partir de um diálogo interdisciplinar entre história, geografia, antropologia e ecologia, destaca-se a contribuição de Edoardo Grendi para a formulação de uma nova história local, baseada na microanálise e na leitura topográfica das fontes. O artigo demonstra como os territórios foram concebidos como construções sociais em constante disputa, legitimados por meio de práticas, saberes e registros documentais. Com base na experiência da revista e do *Seminario Permanente di Storia Locale*, o artigo aponta para a consolidação de uma proposta metodológica que alia microanálise, topografia e produção do espaço como forma de compreender as dinâmicas territoriais em contextos históricos diversos.

Palavras-chave: Micro-história. História local. Dimensão Espacial. Território. *Quaderni Storici*.

* Projeto financiado por meio de Projeto Universal CNPq.

** Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutora em História pela PUCRS. Pesquisadora Produtividade do CNPq - Nível 2 (2022/atual). Tem experiência no ensino na área de História, desenvolvendo pesquisas principalmente nos seguintes temas: história da imigração e colonização no Brasil Império e República, redes sociais e estratégias migratórias, história social do crime e da justiça, honra, violência, punição, mulheres, família, loucura, gênero, universo camponês, processos de racialização, conflitos étnico-raciais. No campo da História Social, se dedica aos estudos de trajetória, a metodologia da Micro-história e da História Conectada em perspectiva Global, da História Local e Pública. vracamaira@yahoo.com.br

ABSTRACT: This article analyzes how the socio-spatial dimension was incorporated into the research published in the Italian journal *Quaderni Storici*, from the 1970s to 2000. Through an interdisciplinary dialogue between history, geography, anthropology, and ecology, it highlights Edoardo Grendi's contribution to the formulation of a new local history approach, based on microanalysis and topographical reading of sources. The article demonstrates how territories were conceived as social constructs in constant dispute, legitimized through practices, knowledge, and documentary records. Drawing on the experience of the journal and the *Seminario Permanente di Storia Locale*, the paper points to the consolidation of a methodological approach that combines microanalysis, topography, and the production of space to understand territorial dynamics in diverse historical contexts.

Keywords: Microhistory. Local history. Spatial dimension. Territory. Quaderni Storici.

RESUMEN: Este artículo analiza cómo la dimensión socioespacial fue incorporada en las investigaciones publicadas en la revista italiana *Quaderni Storici*, desde la década de 1970 hasta el año 2000. A partir de un diálogo interdisciplinario entre historia, geografía, antropología y ecología, se destaca la contribución de Edoardo Grendi para la formulación de una nueva historia local, basada en el análisis microhistórico y la lectura topográfica de las fuentes. El artículo muestra cómo los territorios fueron concebidos como construcciones sociales en disputa permanente, legitimadas mediante prácticas, saberes y registros documentales. Basado en la experiencia de la revista y del *Seminario Permanente di Storia Locale*, el texto señala la consolidación de una propuesta metodológica que une microanálisis, topografía y producción del espacio como forma de comprender las dinámicas territoriales en contextos históricos diversos.

Palabras clave: Microhistoria. Historia local. Dimensión espacial. Territorio. Quaderni Storici.

Como citar este artigo:

Vendrame, Maíra Ines. “Micro-história socioespacial: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 60-81.

Introdução

Na década de 1970, momento em que um grupo de historiadores italianos propuseram uma maneira de tratar as fontes e abordar certos temas através de um olhar aproximado, a preocupação com a dimensão concreta dos contextos analisados ganhou destaque nas pesquisas. Foi fundada na Itália a revista *Quaderni Storici*, espaço de discussão e divulgação dos estudos que defendiam a utilização da perspectiva microanalítica para a construção de uma nova história social. Essa atenção às ações individuais e de grupos opunha-se às narrativas históricas assentadas em abordagens

amplas e externas, que conferiam destaque para os fatores gerais de determinados movimentos, como aquele das migrações de curta e longa distância.

O diálogo com outras disciplinas das ciências sociais, humanas e da natureza foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos que defendiam a adoção da perspectiva micro. Nesse sentido, a compreensão das escolhas individuais e coletivas, práticas e relações interpessoais na sua dimensão territorial, é algo que passa a ser considerado, graças à interlocução com a geografia, etnografia e arqueologia. O diálogo interdisciplinar auxiliou a pensar a ocupação dos espaços, as diferentes formas de vida e organização comunitária, bem como a relação com os recursos ambientais, sua gestão e uso. Essa aproximação com outras ciências se tornou fundamental para ampliação das fontes que poderiam ser utilizadas nas pesquisas. Além das escritas, objetos, costumes e práticas passaram a ganhar atenção, pois compunham a cultura material e poderiam ser identificados através da observação direta em determinadas áreas. E, conforme se verá no presente artigo, a atenção para a dimensão espacial local, para a leitura das fontes e compreensão de outras problemáticas, irá ganhar força nos debates da *Quaderni Storici* com historiadores vinculados à micro-história italiana, especialmente a partir da década de 1990.

***Quaderni Storici*: interdisciplinaridade e microanálise histórico geográfica**

Num dos primeiros números da referida revista, dedicado ao tema *Archeologia e geografia del popolamento*, organizada por Diego Moreno e o geógrafo Massimo Quaini (1973), a atenção foi dada para os “povoados abandonados”, suas formas de habitar e trabalhar em realidades rurais. O número reuniu contribuições de historiadores, geógrafos e arqueólogos, marcando, assim, a importância do diálogo interdisciplinar para ampliação do número de fontes, temas e metodologias. A defesa da elaboração de história social do povoamento rural vinha da aproximação do estudo da cultura material e das realidades sociais que marcavam o universo camponês. O número buscava também, além de trazer para o debate problemáticas originais, superar uma visão distorcida dos grupos sociais através da compreensão das “expressões materiais do trabalho”, que geralmente apareciam ocultas nas fontes escritas (Quaini e Moreno 1973, 690).

No artigo intitulado *Geografia storica o storia sociale del popolamento?*, o geógrafo Massimo Quaini (1973) marca o momento de encontro entre debates que eram realizados no campo da história e da geografia na Itália, destacando a importância do diálogo para a ecologia histórica. Foi um dos defensores da utilização de uma microanálise geográfica-histórica no interior da geografia, contribuindo para as discussões sobre escala e análise topográfica na reconstrução das práticas e

saberes locais ligadas à gestão dos recursos ambientais.¹ Ao lado de Edoardo Grendi e Diego Moreno, Quaini irá contribuir para o desenvolvimento da microanálise social atenta para a dimensão espacial de leitura das fontes, escritas e não escritas, e a elaboração de uma nova proposta de história local.

Entre os anos de 1973 a 1982, foram publicados três fascículos monográficos onde ocorria o diálogo entre ecologia histórica e a arqueologia dos recursos ambientais, ganhando atenção as análises da dimensão territorial. Além do número mencionado acima, outros dois foram organizados por Diego Moreno e o geógrafo Massimo Quaini. Ambos os pesquisadores abrem um volume da *Quaderni Storici*, de 1976, dedicado ao tema da *Storia da Cultura Material*. Posteriormente, apresentam o número intitulado *Boschi: storia e arqueologia* (1982). Nesta edição, Moreno confere atenção para temas que iriam ganhar destaque em suas pesquisas, que são os saberes e práticas ligadas ao gerenciamento dos recursos naturais em espaços localizados. Excluindo qualquer determinismo, utiliza uma abordagem articulada através da aproximação entre história, ecologia e arqueologia florestal para pensar fontes, métodos e temas de pesquisa.

A importância do alargamento das fronteiras disciplinares, das pesquisas em diferentes tipologias de fontes e entendimento do seu contexto de produção, acompanhou os debates entre micro historiadores e geógrafos, especialmente através do grupo que se formou em torno de Edoardo Grendi. O interesse pelo tema dos recursos ambientais, usos e saberes, através do diálogo entre ecologia histórica e arqueologia dos mecanismos de gestão das florestas, ganhou desdobramentos através dos debates entre a microanálise e a história local, principalmente na década de 1990.² As trocas de conhecimentos interdisciplinares propiciará o avanço no debate sobre a relação das fontes e as possibilidades de leitura delas através de uma perspectiva topográfica. Surgem novos entendimentos de problemáticas ligadas aos espaços locais e aos sistemas sociais e políticos territoriais, sem, portanto, ficar apenas restritos a saberes situados.

A microanálise socioespacial

O funcionamento das sociedades rurais e a conformação dos lugares através de diferentes iniciativas, como a organização política local e os sistemas de gestão dos recursos naturais e agrários, ganhará atenção através do diálogo interdisciplinar com outras áreas, em especial com a antropologia social de Manchester. Essa aparece fortemente nas reflexões iniciais de Edoardo Grendi, quem primeiro utilizou o termo microanálise e que, posteriormente, passará a se chamar

¹ Para um aprofundamento sobre as contribuições de Massimo Quaini, ver: Cevasco e Moreno (2021).

² Destacam-se aqui os estudos de Diego Moreno (2018) reunidos no livro “Do documento ao terreno”, que centra na análise das práticas ligadas à gestão das florestas e usos dos recursos ambientais através de uma perspectiva microanalítica geográfica e histórica, que considera ações das pessoas e sua cultura.

micro-história. O referido historiador foi quem trouxe a obra de Edward Thompson para o debate historiográfico italiano³, influenciando fortemente o desenvolvimento de análises que buscavam recriar as experiências vividas, os modos de pensar das pessoas, mas sem abandonar a base material, como os objetos que faziam parte da realidade concreta delas. Para compreensão da vida social das “coisas” era necessário considerar os significados e influências locais que assumiam, em sua relação com as dimensões materiais, como a paisagem.⁴

A não separação entre o social e o material do cultural, bem como a opção em reconstruir contextos relevantes e interconectados a partir de observação profunda de situações vivenciadas em realidades concretas, são aspectos que ganharam atenção na proposta de microanálise grendiana.⁵ A interlocução com a antropologia social inglesa se tornou intensa nas primeiras três décadas de funcionamento da *Quaderni Storici*. Foi essencial para fomentar as discussões sobre uma nova proposta de história local e a busca pela compreensão das lógicas internas de funcionamento das sociedades rurais e urbanas a partir de uma perspectiva topográfica, que será discutida posteriormente no presente artigo.

Comunidade, família, universo camponês, sistemas políticos locais, vínculos interpessoais, parentela e formas de organização social na sua relação com a dimensão espacial concreta são temas tratados nas pesquisas de Edoardo Grendi e Giovanni Levi, dois dos principais expoentes da micro-história italiana. Em 1976, o primeiro apresentou o número monográfico da *Quaderni Storici* intitulado *Famiglia e comunità*. E, no início da década de 1980, Levi (1981) coordenou o número *Villaggi: Studi di antropologia storica*. A ideia de estudar o universo relacional e o funcionamento das estruturas de poder local na sua conexão com o mundo externo aproximavam as propostas dos dois números monográficos mencionados. Para Grendi e Levi, a escolha pela dimensão comunitária e familiar tornava possível perceber concretamente o movimento das pessoas, a maneira como reagiam frente às regras e normas sociais, identificar como os mecanismos de poder eram acionados e o papel das redes interpessoais. Assim, defendiam que as formas de solidariedade não deviam ser percebidas como esferas isoladas, mas como lugares de contato e trocas, possibilitando perceber os vínculos sociais e lançar explicações sobre o funcionamento de toda uma sociedade.

³ Edoardo Grendi realizou a apresentação do livro de Edward Thompson (1981), intitulado *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*.

⁴ Para atenção conferida por Edoardo Grendi à cultura material, bem como a necessidade de diálogo interdisciplinar da história com áreas que se dedicavam ao estudo do terreno a fim de compreender os sentidos das diferentes práticas sociais, ver: Chris Wickham (2002).

⁵ Em relação à influência da obra de Edward Thompson nas pesquisas de Edoardo Grendi e no desenvolvimento da micro-história na Itália, ver: Henrique Espada de Lima (2004; 2006).

Os contextos históricos deviam ser reconstruídos através de uma análise localizada das interações e dos comportamentos, não surgindo, portanto, como um reflexo de uma realidade mais ampla e um todo coerente. No número *Villagi: Storia di una antropologia storica – Quaderni Storici*, Edoardo Grendi (1981), no artigo *Il sistema politico de um comunità ligure*, reconstrói de maneira etnográfica a “solidariedade conflitual” entre grupos de famílias que compõem a estrutura de poder local, marcada por conflitos e alianças. O mesmo autor, anteriormente, no texto intitulado *Microanalisi e storia sociale*, propôs a constituição de uma nova história social através da perspectiva microanalítica (Grendi 1977). Conferia também destaque para os documentos excepcionais nas investigações históricas, pois defendia que registros pouco comuns eram reveladores de práticas e valores extraordinariamente normais. Nessa nova proposta de pesquisa histórica, Grendi ressaltava a importância de compreender como indivíduos e grupos se comportavam em diferentes dimensões, na concreta e imaginada, se colocando, desse modo, como um defensor da história enquanto prática. Assim, a reconstrução dos aspectos culturais que marcavam uma realidade devia ocorrer através da análise das ações e interações reais. Todas as formas de manifestações, como os rituais e as disputas, deviam, portanto, serem estudadas numa escala local/topográfica. Para além da análise localizada, chamava atenção para a consciência social que existia em relação ao espaço, como era percebido e que novas problemáticas podiam ser levantadas a partir da análise das fontes considerando sua dimensão espacial/concreta.

A atenção para os documentos excepcionais e a utilização do método onomástico na condução das pesquisas em diferentes fontes primárias, são defendidos como recursos metodológicos que deviam ser considerados nas investigações micro analíticas, conforme defesa de Edoardo Grendi (1977), Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1979). Período de gestação do que viria a se tornar a micro-história italiana, a década de 1970 foi momento essencial para o desenvolvimento de diálogo interdisciplinar com outras ciências, atentando para as maneiras de viver, se relacionar, pensar e produzir lugares a partir de ações, práticas e saberes. A *Quaderni Storici* se tornou o laboratório através do qual a perspectiva microanalítica nasceu e se desenvolveu.

Na década de 1980, cresceu significativamente a diversidade de temas que passaram a ser abordados na referida revista, bem como estudos que, através de uma abordagem antropológica, analisavam a organização familiar, política, econômica e social de uma comunidade ou vale, sem excluir a sua relação às instituições do Estado.⁶ Um exemplo disso são os estudos ligados ao campo

⁶ Nesse sentido, na década de 1980, destaca-se a publicação de pesquisas microanalíticas que se centravam em comunidades específicas. São elas: *Centro e Periferia*, de Giovanni Levi (1985); *Terra e Telai*, de Franco Ramella (1984) e *Faide e Parentele*, de Osvaldo Raggio (1990). Porém, é preciso mencionar também o livro de Maurizio Gribaudi (1987), *Mondo Operario e Mito Operario*, que não foi publicado na referida coleção. Esse último conferia atenção para a relação entre interdependências, vínculos e espaço social.

da história das mulheres e gênero,⁷ da família e gestão do patrimônio⁸ e do mundo do trabalho⁹. Ganhou espaço as discussões sobre a utilização das fontes criminais para desenvolvimento da história social (Grendi 1987), atenta aos usos sociais dos registros documentais e as diferentes concepções de justiça. A compreensão dos contextos de produção das fontes possibilitou repensar conhecimentos dominantes existentes e abordar novas problemáticas ligadas ao caráter reivindicativo dos documentos, que irá ganhar espaço nos debates a partir da década de 1990. A constituição da prova e natureza reivindicativa era um debate que ia além das informações presente nas fontes, pois essas não eram tratadas como simples reflexo de determinadas situações. A utilização de mecanismos para modificar a realidade social é algo que passa a ser problematizado através da utilização dos processos judiciais e criminais. Mais que tratar das conflitualidades e disputas locais que tais fontes indicavam, a atenção se voltou para os contextos de produção dos registros, o quanto ações e práticas informavam sobre intenções e prerrogativas (Raggio 1996).

Como mencionado anteriormente, na década de 1980 houve uma ampliação dos temas de pesquisas que passaram a ser divulgados na *Quaderni Storici*, bem como um crescente interesse pelas fontes criminais. Para além do desenvolvimento de uma história do crime e da violência em si, o que buscavam era tratar de temas não tão evidentes na referida documentação.¹⁰ Indicando para os diferentes modos de utilização dos registros criminais, Edoardo Grendi (1987) apresenta um número da *Quaderni Storici* dedicado às *Fonti criminali e storia sociale*. A atenção recaí sobre a análise qualitativa de casos para a compreensão de tradições diversas, relação entre regras informais e formais, entre comunidade e Estado através da organização da justiça criminal num determinado território. Nesse sentido, Grendi reforçava a ideia de que não eram os crimes em si que deviam ganhar atenção nas análises, mas o que era possível apreender através deles, como, no caso, as expressões diretas das experiências cotidianas vividas pelas pessoas, os modos perceber, refletir e agir na realidade concreta das interações na família, vizinhança e comunidade. E, mais que atentar para o funcionamento das instâncias de poder local, apontava para a necessidade de avaliar como se davam as relações com as autoridades civis externas (Grendi 1980, 580). Portanto, considerava ser fundamental que os documentos criminais fossem utilizados de forma integrativa e complementar a outros registros para que o seu valor múltiplo pudesse ser considerado, o que

⁷ Ver: *Quaderni Storici*, Parto e maternità: momenti della biografia femminile 15, n. 44, 1980; *Quaderni Storici*, Sistemi di carità: spostati e internati nella società di antico regime (1983a). Para um balanço dos estudos de história das mulheres e micro-história na Itália, ver: Ida Fazio (2017).

⁸ Conferir: *Quaderni Storici*, Famiglie e patrimoni (1988).

⁹ Sobre o mundo do trabalho, destacam-se as contribuições de um dos fundadores da micro-história, Carlo Poni nos seguintes números da revista: *Quaderni Storici*, Culture del lavoro (1981); *Quaderni Storici*, Protoindustria (1983); *Quaderni Storici*, L'importanza della seta (1990).

¹⁰ O interesse pelas fontes criminais pode ser constatado nos números 44 (1980), 46, (1981) e 49 (1982) da *Quaderni Storici*.

permitiria perceber o funcionamento das redes interpessoais em diferentes âmbitos da vida local e na interação com realidades externas.

Considerar a dimensão espacial das esferas agregativas, das estruturas sociais, interações diversas e vínculos na conformação das vizinhanças e comunidades, é algo que ganha destaque na proposta micro analítica de Edoardo Grendi (1977). Soma-se a isso a atenção para a compreensão do funcionamento dos sistemas políticos locais, através do desempenho de lideranças e associações com fortes bases territoriais, sem deixar de considerar a relação com as instituições públicas e sociedade externa (Grendi 1981). A esfera local é entendida como um cenário preferencial da análise dos comportamentos e práticas, mas igualmente como um produto dinâmico, marcado pelo constante movimento das ações, interações e percepções. Nesse sentido, na proposta de nova história social grediana, ganha atenção a perspectiva microanalítica e as implicações entre a morfologia social e o espaço físico, bem como uma consciência das pessoas estudadas em relação às prerrogativas e regras em determinados territórios (Grendi 1977; 1980).

A relação entre as diferentes esferas agregativas locais — família, parentela, vizinhança e comunidade — e instâncias de poder externas no estabelecimento dos limites fronteiriços e diretos, são tratados no artigo *La pratica dei confini: Moglia contro Sassello, 1715-1745* (Grendi 1986). Os conflitos entre duas comunidades e a conexão com os poderes externos aparecem ligados no universo das práticas que garantem prerrogativas sobre o território, suas fronteiras e recursos produtivos. A morfologia da povoação e a distribuição de poderes locais por meio dos títulos possessórios, aponta para capacidade diversa de cada lugar de acionar a proteção externa. O estudo das fontes judiciais, petições, mapas e explicações conferidas pelos envolvidos nas disputas entre diferentes agregados familiares nos povoados, e entre esses, possibilitou refletir sobre a capacidade/agência das pessoas em garantir direitos territoriais e compreensão do espaço enquanto esfera que precisa ser defendida — e legitimada — por meio de comportamentos, usos, normas e costumes. Essas são ideias apresentadas por Grendi (1986), em número da *Quaderni Storici* que aborda a temática dos *Conflitti locali e idiomi politici*.

O diálogo com a antropologia social e política se torna fundamental para um entendimento não dualista entre comunidade e Estado, periferia e centro, mas integrada, conectada e interdependente. Para a constituição do poder territorial, a interação entre a sociedade local e as instituições estatais é fundamental, bem como a instituição de rituais, formas de agir, controles e maneiras de ocupar o espaço. Na revista acima mencionada, destacam-se as possibilidades de leitura das fontes judiciais, civis e criminais para compreensão dos usos que as pessoas faziam dos recursos oficiais para mediação e pacificação dos conflitos, como também aprovação de prerrogativas locais por parte dos poderes externos (Quaderni Storici 1986).

A comunidade é entendida, portanto, como resultado de contínuas interações, ações e práticas sociais. E as esferas judiciais são acionadas como aliadas na legitimação de atos e de um tipo de organização local, onde os conflitos e divisões são contínuos. Princípio de estruturação das relações entre pessoas e grupos, a parentela não fica isenta de disputas e tensões internas, sendo sua força e coesão reforçada através dos mecanismos de contenção das divisões e mediação, algo que pode contar com a intervenção das autoridades públicas para restaurar os equilíbrios rompidos.¹¹ Desse modo, o número da *Quaderni Storici*, dedicado ao tema dos *Conflitti locali e idiomi politici*, mais do que indicar para a potencialidade de uso das fontes judiciais e criminais no estudo das formas de organização social e nas dinâmicas de poder local, sinaliza para novas problemáticas e perspectivas de investigações.

O espaço das comunidades e seus limites/fronteiras passaram a ser pensados como produtos de fenômenos socioculturais, analisados através das práticas e disputas entre famílias, grupos e instituições. A constituição das esferas agregativas e a relação entre as diferentes instâncias (Estado, comunidade, família e parentela), somada às interações e comportamentos, permitiram atentar para a compreensão dos processos de constituição social das realidades locais. Logo, os limites entre a realização de uma microanálise social e outra cultural aparecem de forma muito porosa nos estudos dos micros historiadore(a)s, sendo difícil identificar uma separação, mesmo com a diversificação das temáticas. Isso se explica pela adoção da perspectiva microanalítica, que antes de conferir preferência *a priori* por um ou outro aspecto, busca captar os sentidos conferidos às escolhas na realidade concreta, em sua complexidade e interconexão. As discussões sobre o tema da produção da localidade e a atenção dada à dimensão espacial na leitura das fontes são pontos que serão aprofundados nos novos números da *Quaderni Storici* nas décadas de 1990 e 2000. Na sequência do presente texto, será apresentado o processo que levou à intensificação do uso do conceito de espaço/território dentro das pesquisas micro analíticas.

História local e abordagem topográfica

A dimensão local — o povoado e a localidade — já era esfera de análise nas abordagens micro analíticas, mas ganharia nova atenção nos estudos. Enquanto âmbito socioespacial concreto, o lugar passou a ser um elemento a ser considerado na leitura das fontes, fossem escritas ou não, como um produto das ações e práticas em constante mudança, não apenas um palco das interações sociais, desempenhos e saberes. Nesse sentido, a adoção da perspectiva topográfica passa a ser defendida como um caminho de investigação que permitia fazer a leitura dos acontecimentos locais

¹¹ Conferir os artigos de Renata Ago, Angelo Torre e Osvaldo Raggio da *Quaderni storici* (1986).

não como reflexos de eventos amplos e externos, mas sim como algo que permitia refletir sobre a relação “gênese das fontes” e ações que visavam garantir domínio territorial. Tal abordagem consistia numa maneira de ler as fontes que apontava para uma multiplicidade de aspectos e possibilidades de interpretações, não apenas do conteúdo, como também dos sentidos que assumiam localmente para as pessoas. Ela propiciava perceber como se dava a apropriação de recursos materiais e simbólicos em determinados espaços, bem como a legitimação contínua de prerrogativas políticas e econômicas (Grendi 1986).

Na análise documental, a opção pela escala local/topográfica permitia tratar de maneira complexa e inovadora a relação entre os universos locais e os diferentes poderes presentes nas comunidades. Garantia compreender a pluralidade das formas de domínio e os modos de julgar as tensões, bem como a existência de racionalidades diversas de justiça e o diálogo entre as instituições formais e informais de poder presentes no território (Grendi 1986a). O acesso ao universo cultural, através da análise das ações e práticas na escala local/topográfica, é uma das ideias defendidas na microanálise grendiana.¹² Assim, dos estudos que conferiam atenção para a comunidade, as redes de relações familiares e parentais e as estruturas de poder territoriais, consideração à mediação com o mundo externo, passa a ganhar atenção os processos implicados na produção das localidades, através do estudo de ações e práticas de natureza variada.

A proposta de realização de uma nova história local, com a utilização de uma abordagem topográfica, que enfatiza às possibilidades de leituras das fontes por meio do diálogo com outras disciplinas e compreensão da relação entre diferentes âmbitos — social, cultural, política, simbólica, material e geográfica — ganhará espaço na década de 1990. Esse, portanto, será um período marcado pelo desenvolvimento de estudos que passaram a pensar a localidade e a dimensão espacial como algo que precisa ser entendido como fruto de ações e compreensões dos sujeitos.¹³ Edoardo Grendi (1993) propôs uma nova maneira de fazer história local, que se opunha ao que considerava ser “modelo frágil” até então realizado na Itália. O interesse pelo diálogo com disciplinas que estudavam o território ganhou cada vez mais importância, fazendo com o que os debates sobre a leitura das fontes escritas e as não escritas se ampliasse, especialmente devido ao entendimento dos procedimentos analíticos de outras áreas do conhecimento.

O interesse pela abordagem topográfica no estudo da história local se desenvolveu através da interlocução de Grendi (1995) com a *English Local History*, bem como as críticas a não atenção

¹² Para maior compreensão do debate sobre a relação entre o social e o cultural entre os historiadores que adotam a perspectiva da micro-história, ver: Simona Cerutti (2021).

¹³ Sobre atenção dos historiadores italianos que adotavam o método da micro-história em relação aos estudos sobre comunidades e localidades, ver: Angelo Torre (2023, 157-158).

conferida para contextualização espacial das fontes e objetos de pesquisa. Nesse sentido, atacou as tradições historiográficas que reduziam aquela ao estudo da pátria através de um método “coleccionístico e classificatório”.¹⁴ A atenção para a produção do local, enquanto uma problemática de pesquisa, assume, nesse sentido, um aspecto fundamental na abordagem topográfica grendiana. Em 1989, com a criação do *Seminario Permanente di Storia Locale*, organizado Edoardo Grendi, Diego Moreno e Osvaldo Raggio, no Departamento de História Moderna e Contemporânea da Universidade de Gênova, as discussões sobre os métodos e fontes para o desenvolvimento de estudos locais se intensificaram. Assim, além da *Quaderni Storici*, o seminário se tornou um espaço preferencial de discussões metodológicas e teóricas sobre procedimentos e técnicas de tratamento das fontes em escala topográfica. Os debates sobre os contextos de produção e usos dos documentos ganharam destaque, bem como a constituição de um “paradigma sólido”, que considerasse a integração entre sociedade e espaço para a compreensão da história local, não como o reflexo de processos maiores, mas sim de realidades localizadas que precisavam ser acessadas e entendidas localmente.

A comunidade, enquanto sistema político, se constituía e se encontrava fortemente articulada ao âmbito topográfico, segundo a perspectiva grendiana. A ideia de que o território possuía uma historicidade, que, por sua vez, precisa ser reconstruída através das relações interpessoais, das esferas agregativas e políticos, ações e práticas, surge como fundamental na constituição de um modelo analítico forte de história local. A proposta micro analítica topográfica propiciava um uso mais rico e não inocente das fontes, permitindo, assim, identificar uma multiplicidade de sentidos e novas problemáticas de pesquisa dentro de espaços sociais concretos e circunscritos. Porém, apesar de atentar para o local, a generalização e a relação com dimensões mais amplas não deviam ser ignoradas.¹⁵

O entendimento de que as pesquisas deveriam refletir sobre a natureza da documentação histórica se tornou fundamental depois das primeiras duas décadas de nascimento da microanálise. Somado a isso, também ocorria um deslocamento da atenção dos indivíduos para as ações, e vice-versa. Na década de 1990, no interior da *Quaderni Storici*, intensificaram-se as reflexões sobre o uso das fontes, sua natureza e contexto de produção. Porém, foi o momento em que o núcleo central de micro historiadores se dividiu. Esses seguiam outros caminhos e carreiras internacionais, como foi o caso de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, e alguns de seus ex-alunos. Porém, Edoardo Grendi

¹⁴ Edoardo Grendi (1996) dedica um livro ao tema da história local, onde analisa as tradições historiográficas na Itália, especialmente na Ligúria.

¹⁵ Sobre a experiência dos primeiros dez anos do *Seminario permanente di Storia Locale* e a proposta metodológica de constituição de um paradigma forte de pesquisa em história local, ver: Tigrino (2013).

permaneceu na Itália intensificando as discussões sobre história local, com abordagem topográfica e construindo a “gênese da fonte” e seus aspectos reivindicativos. Dentre os artigos da *Quaderni Storici* desse período, destacam-se: *Storia di una storia locale*; *Charles Phytian Adan e la ‘Local History’* (inglês, ambos de Edoardo Grendi (1993, 1995); *Costruzione delle fonti e prova* (Raggio 1996) e *Norme e pratiche* (Raggio 1995) e *Percorssi della pratica 1966-1995*, de Angelo Torre (1995).

Em 1995, era apresentado um número na *Quaderni Storici* sobre o tema das percepções sobre o espaço, indicando para os diversos entendimentos (culturais, sociais, políticas e simbólicas) e possibilidades de análise sobre a dimensão espacial concreta nas pesquisas. Abordar o território enquanto esfera do agir das pessoas, grupos e instituições foi um aspecto que se destacou nas pesquisas que adotavam a perspectiva microanalítica. Nesse sentido, refletir sobre a relação entre o espaço local e sociedade através de uma abordagem topográfica possibilitava apreender as percepções sociais implicadas nas escolhas individuais e de grupos. As ações criavam regras e conformavam uma comunidade, uma vizinhança e um lugar. Essas são ideias que se desenvolveram no *Seminario Permanente di Storia Locale* através da proposta de Grendi, refletir sobre as maneiras de fazer história local e da comunidade, lançando uma convocação para que fosse repensada a própria experiência da micro-história. A relação entre as ações e os espaços — o lugar e território — não considerados em certas pesquisas, está na base da defesa que Grendi faz da necessidade da utilização da abordagem topográfica nas investigações. Entendia que, para os estudos locais, faltava uma sinergia entre os historiadores e os “especialistas do território”, conferindo aos primeiros um “analfabetismo visual”. Assim, para o desenvolvimento de uma nova história local, não bastava apenas a redução da escala de análise, mas uma atenção analítica para a dimensão territorial concreta.

Grendi defendia, portanto, que era a adoção de uma abordagem topográfica que possibilitava analisar de uma “maneira peculiar os processos de construção local das fontes, e de confrontar essas com a experiência visual” (Tigrino 2013, 214). No livro, *Storia di una storia locale*, Grendi (1996) debatia sobre a necessidade de constituição de um modelo analítico de história local, que considerasse a utilização de um método micro topográfico em relação ao estudo sobre comunidades (lugares), pessoas, percursos e famílias em diferentes perspectivas, locais, regionais e transnacionais.¹⁶ Assim, na proposta grendiana de elaboração de um “paradigma forte”, era fundamental a integração entre conhecimentos do território e a sociedade local. O espaço e a paisagem deviam ser estudados através de uma perspectiva histórica, que atentasse para as fontes,

¹⁶ Na década de 1990, a produção historiográfica de Edoardo Grendi cresceu em relação à década anterior, especialmente se considerar a publicação de outras duas obras, além da mencionada. Ver: Grendi (1993a; 1997).

métodos e problemáticas das disciplinas do ambiente. Grendi (1994) sugeria o cruzamento entre as pesquisas nos arquivos e àquelas realizadas sobre os espaços territoriais, porém, essa integração teve dificuldades para se concretizar, devido ao que chamou de “analfabetismo visual” dos historiadores.

Considerando o contexto internacional, a década de 1990 foi o momento do lançamento no Brasil do livro *Jogos de Escalas*, apenas dois anos depois da publicação na França, sob a organização de Jacques Revel (1998). Resultado de um seminário que havia reunido historiadore(a)s e antropólogo(a)s para refletir sobre as escolhas metodológicas de reconstrução do social. A obra apresentava diferentes experiências historiográficas que tratam da relação entre as escalas — micro e macro — no estudo do universo microsocial de grupos em lugares diversos. No capítulo *Repensar a micro-história?*, Edoardo Grendi (1998) destacava que a perspectiva microanalítica se dividia em duas vertentes: a primeira estava ligada ao estudo de casos, com atenção para o entendimento dos contextos culturais, tendo como principal referência Carlo Ginzburg; já uma segunda, na qual estava inserido, se interessava pela reconstrução do universo relacional, dos vínculos interpessoais, buscando assim identificar escolhas, dinâmicas e sentidos conferidos a elas. Porém, essa divisão se encontrava ligada mais aos problemas de pesquisas dos diferentes historiadores, aos diálogos interdisciplinares, do que oposições em relação ao método de análise. Ambas defendiam a utilização de uma abordagem localizada e microscópica, que procurava fazer uma leitura aproximada, atenta e múltipla das diferentes tipologias de fontes.

Se os estudos sobre comunidade passam a se destacar, nem todos irão conferir atenção para o problema da constituição dos espaços locais através da análise das ações e práticas sociais diversas. O entendimento dos comportamentos e intenções, bem como valores socialmente compartilhados, serão avaliados através da sua relação intrínseca com o território e lugares onde ocorrem. Essa será uma das diferenças que irá marcar as investigações de um grupo de micro historiadores que se manterão próximos às ideias lançadas por Grendi. Além disso, num primeiro momento, a existência de certa hierarquia de relevâncias entre os aspectos sociais e culturais nas pesquisas vai ser apontada como um elemento que marcará a separação entre as pesquisas micro analíticas.¹⁷ Posteriormente, a defesa de uma não separação entre as decisões concretas e o universo cultural, bem como a necessidade de incluir nas investigações a perspectiva do ator social, será

¹⁷ Sobre as diferentes experiências historiográficas de micro-história, bem como dificuldade de conjugar as questões sociais e culturais, sem a imposição de uma hierarquia de relevância nas pesquisas, conferir: Torre (2023); Lima (2006; 2009).

reforçada nas investigações.¹⁸ Assim, o entendimento de que as ações informavam sobre valores, práticas, modos de pensar e viver, devendo ser analisadas através de uma abordagem topográfica, ganhou destaque na proposta de constituição de uma “paradigma forte” para uma nova história local.

A natureza reivindicativa das fontes: ação, direito e território

Enquanto as discussões sobre a micro-história italiana e seus diferentes modelos cresciam no debate historiografia internacional, especialmente devido à difusão das pesquisas de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, na *Quaderni Storici* o foco passou a ser na problemática da gênese dos espaços e das fontes. A defesa da abordagem topográfica na leitura das fontes (escritas e não escritas), atenta para o contexto de produção dos registros e sentido das ações, avançou através de novos estudos. No início dos anos 2000, a *Quaderni Storici* dedicou um número ao tema das “Práticas de território”, organizado por Angelo Torre.

As ideias grendianas tiveram influência direta nas pesquisas que refletiam sobre a consciência social do espaço e práticas implicadas na constituição dos lugares nos estudos micro analíticos. Como visto anteriormente, a proposição de uma nova história local também ganhou atenção quando o “terreno” adquire um protagonismo, não somente como dimensão concreta, um cenário, mas no âmbito da paisagem, que devia ser considerada como fundamental para compreender de maneira múltipla as fontes e diferentes ações. Os registros documentais não são entendidos como um reservatório de informações, ou ainda, um retrato da realidade e das dinâmicas sociais. Logo, o espaço geográfico, os recursos ambientais e as paisagens passaram a ser considerados como fundamentais para entendimento dos documentos, bem como abriram possibilidades de novos temas de pesquisa, onde ganhava destaque o entrelaçamento entre fontes escritas e visuais.¹⁹

Depois da morte repentina de Edoardo Grendi, no final da década de 1990, seria lançado um número da *Quaderni Storici* em lembrança ao historiador. Na referida revista, o tema da dimensão territorial e das práticas de produção dos lugares é discutido por Angelo Torre (2002), no artigo intitulado *La produzione storica dei luoghi*. A proposta apresentada não tratava a comunidade, o lugar, de forma reducionista, funcionalista e metafórica, mas como resultado de contínuos processos sociais e culturais de definição dos espaços locais.²⁰ Uma leitura contextualizada topograficamente dos documentos garantiria a apreensão de dimensões inéditas das dinâmicas de poder local, defesa

¹⁸ Sobre as relações sociais e universo cultural na micro-história italiana, ver: Cerutti (2021).

¹⁹ Conferir: Diego Moreno (2018); Angelo Torre (2021); Roberta Cevasco e Vittorio Tigrino (2008).

²⁰ Para uma análise mais minuciosa das pesquisas de Angelo Torre, conferir: Torre (2023); Vendrame (2023).

de prerrogativas e constituições dos diferentes territórios. Desse modo, atentar para a relação entre ação, jurisdição e cultura, através de uma análise espacial das fontes, é tomada como caminho para perceber como, através de rituais e comportamentos religiosos, os espaços iam se constituindo. A produção contínua dos lugares através de devoções, conflitos e rituais é um tema tratado por Angelo Torre (2007), conforme artigo intitulado *La genesi dello Spazio*.²¹ Entende-se que o referido autor conferiu atenção para algumas das ideias grendianas, tomando a conformação social dos espaços como um dos problemas de pesquisa. Avançou ao pesquisar a relação entre diferentes práticas, dinâmicas territoriais, rituais, relações políticas e materiais na constituição permanente dos lugares.

A ligação entre escolhas (individuais e coletivas), rituais religiosos, estruturas de poderes locais, mecanismos de legitimação de posses e conformação da dimensão espacial, passam, portanto, a serem investigadas através do cruzamento entre fontes diferentes, como as religiosas, administrativas, judiciais, etc. O interesse pelos temas da localidade e produção dos lugares se voltou para a compreensão da relação contínua entre ações, práticas e direitos, bem como a relação entre diferentes esferas, econômica, social, religiosa, política, cultural, ou seja, entre patrimônio material e imaterial. Além dos aspectos ligados ao universo do sagrado, a presença de tensões territoriais constantes marcou as separações entre pequenos assentamentos e a defesa de direitos diversos num determinado espaço. Mapear a “topografia dos direitos” foi necessário para perceber como se dava os entrelaçamentos de poderes, entre comunidades, grupos e realidades externas, e quais comportamentos garantiam vantagens e recursos locais (Torre 2009).

Com a adoção da escala local/topográfica era possível a realização de uma leitura realista, holística, conectada e complexa dos modos de interação, saberes, relações e poderes existente localmente. O entendimento de que a legitimação de práticas sociais estava na base de criação de certos registros documentais, permitia entender o uso prático dos recursos oficiais e das instituições públicas (Torre 2020). Assim, os direitos locais eram construídos através de ações na realidade concreta, que, após serem registradas e transcritas — a exemplos dos atos presentes nos registros judiciais —, validavam benefícios variados. Mas fazer emergir os sentidos produzidos pelos diferentes registros e os usos que as pessoas faziam deles, a exemplo dos mapas, demandava uma atenção para os indícios percebidos no “terreno” para compreensão mais completa das imagens e as práticas sociais (Raggio 2001).

²¹ A temática da produção dos lugares irá ganhar atenção nas pesquisas de Angelo Torre, resultando na publicação da obra *Luoghi* (Torre 2011).

Com a adoção de uma perspectiva localizada e espacializada, os documentos não são entendidos como expressão de determinações objetivas, mas como indicadores de intenções ocultas. Isso porque todo o tipo de ação é dotada de intencionalidade, logo, aponta para realidades ao mesmo tempo que também as produzem.²² Para a apreensão dos propósitos subjetivos que estão por trás de atos e práticas que viabilizam o surgimento de uma fonte, é necessário a realização de uma leitura aproximada, a partir de dentro, que considera a dimensão topográfica, bem como os sentidos conferidos pelos próprios atores sociais.²³ E toda e qualquer generalização deve, portanto, ocorrer sem sacrificar as especificidades, mas surgir das perguntas elaboradas a partir do que é decifrado das fontes e contextos acessados (Torre 2023, 186).

O crescente interesse pelos processos de constituições dos espaços, dinâmicas e práticas que conformavam as localidades se ligava à proposta de “nova história local” que emergiu dos debates sobre micro-história, não esgotados e/ou encerrados na *Quaderni Storici*. Como mencionado anteriormente, a abordagem topográfica, através de uma escala localizada atenta para os vínculos existentes entre a sociedade e os recursos ambientais, confere destaque para a dimensão espacial na leitura das fontes. Esses aspectos constituem os procedimentos metodológicos dos novos estudos sobre localidades e comunidades.

Entre as reflexões realizadas pela micro-história, atenta para o universo social e relacional desde os anos de 1970, somada a maior atenção que a dimensão topográfica irá ganhar nas pesquisas grendiana, foi ganhando importância o diálogo entre uma história (local) e a ecologia histórica. Um exemplo dessa aproximação é o livro de Diego Moreno (1990), intitulado *Do documento ao terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali*. Através do entrelaçamento entre fontes de natureza variada, o estudo reconstrói as práticas históricas de gestão e ativação dos recursos ambientais em espaços rurais específicos. Com a utilização de uma abordagem que articula áreas diferentes, os registros documentais são analisados de maneira contextualizada na escala local, sendo os indícios e fragmentos particulares tomados como indicadores da relação entre ações humanas, saberes e o ambiente agroflorestal-pastoril (Torre 2008).

A proposta de uma “nova história local”, que adota uma leitura topográfica, faz emergir todo um conhecimento sobre recursos ambientais, sua ativação e configurações sociais espaciais. O problema da existência de um dualismo entre ecologia e história é superado com um novo entendimento sobre as “fontes de terreno”, como solo, vegetação e outros recursos naturais, bem como os usos e gestão do patrimônio ambiental. Assim, a paisagem rural, enquanto fruto de um

²² Para aprofundamento sobre essa discussão, conferir: Cerutti (2021); Vendrame (2023a).

²³ Sobre a importância da análise interna “êmica” e “ética” nas pesquisas micro analíticas, ver contribuições de Cerutti e Grangaud (2023).

processo histórico, é abordada numa escala local, através da perspectiva microanalítica e da leitura topográfica, o que possibilita apreender práticas extintas através de “traços” conservados no ambiente, seja no solo ou vegetação, bem como na documentação escrita (Cevasco 2013).²⁴ O espaço ambiental e os seus recursos naturais/vegetais podem ser compreendidos na sua complexa dimensão histórica, social e cultural. A maneira como cada grupo se relaciona com o ambiente, o transforma, garante através de determinados comportamentos direitos sobre a vegetação, os rios e terras, é algo possível de ser investigado através do uso de fontes de natureza diversas, escritas e visuais. É igualmente uma maneira de analisar o material, mas também de compreender os sentidos que as ações e práticas sociais assumem localmente.

O mapeamento das intenções que os atos escondem permitem refletir sobre a constituição e/ou existência de espaços de direitos. A relação entre as pessoas, os recursos ambientais e as instituições possuem implicações nos processos de produção dos territórios. Para garantir prerrogativas e legitimar privilégios locais, as pessoas fazem uso de diferentes mecanismos, como o da denúncia pública e uso da justiça do Estado. A análise de conflitos, práticas violentas e punitivas através da documentação criminal possibilitam compreender as dinâmicas que viabilizam a constituição de lugares, marcados por privilégios, formas de domínio e benefícios variados. Para isso, é necessário atentar para os sentidos que determinadas ações assumem para quem faz uso dos mecanismos oficiais do Estado.²⁵ Os direitos sobre os recursos ambientais e respeito a maneiras de viver e se relacionar sobre um determinado espaço não são dados, mas, sim, produzidos, legitimados e disputados cotidianamente através das interações sociais, comportamentos e práticas que se expressam numa dimensão espacial concreta.

As atividades produtivas, comerciais, religiosas²⁶ e, como mencionado acima, as relações que as pessoas mantêm com a justiça do Estado apontam para as maneiras como ocorre a construção de domínios territoriais marcados por uma “topografia de direitos” (Giana 2011). O reforço de atos e normas que garantiam o estabelecimento de estruturas de poder territorial passavam pela legitimidade conferida pelas instituições públicas. Essas legitimavam direitos demandados, conferiam cidadania, reforçavam hierarquias e identidades locais, algo que pode ser analisado através do uso que as pessoas faziam dos mecanismos oficiais de justiça. Analisar as ações na sua dimensão local permite perceber como toda uma “geografia de direitos” é legitimada,

²⁴ A obra *Memória Verde*, de Roberta Cevasco (2007), é um exemplo da aplicação do método da microanálise geográfica-histórica levada para outros campos de estudo, como aquele que permite compreender como as populações que viviam em áreas de montanha na Europa interagiram com o bioma e recursos ambientais.

²⁵ Conferir: Vendrame (2020; 2023a).

²⁶ Conferir: Torre (2007; 2011).

construída, definindo lugares de prerrogativas através da relação entre indivíduos, grupos e o tribunal.

A utilização da perspectiva microanalítica, atenta a uma leitura topográfica das fontes e sentidos que determinados mecanismos públicos assumiam, vem sendo utilizada em pesquisas mais recentes que centram a atenção na maneira como os imigrantes europeus no sul do Brasil, no século XIX, relacionavam-se com o Estado brasileiro. Através de ações variadas, como a da defesa de recursos ambientais, da propriedade das terras, das devoções e rituais locais, é que se constituem as legitimidades territoriais e os lugares imigrantes, marcados por direitos e maneiras de viver, interagir e pensar (Vendrame 2023). Pensar a problemática da constituição dos lugares implica refletir diretamente sobre as intenções que cada decisão esconde, bem como a capacidade dos atores sociais de criar e/ou reforçar direitos e poder territorial.

A atenção para a dimensão espacial na análise das fontes judiciais aponta não apenas para novas problemáticas sobre sociedades camponesas que se formaram no Brasil, bem como promove renovação nos estudos migratórios ao conferir atenção para as escolhas e dinâmicas sociais que garantiam a constituição de direitos territoriais, cidadania e produção dos lugares imigrantes. Os registros documentais não apenas refletem tensões locais, mas são, em si mesmos, produtos de estratégias de afirmação e de resistência, elaborados para intervir e reconfigurar realidades concretas.

Considerações finais

A preocupação com a compreensão das dinâmicas de produção dos territórios assumiu importância nos diálogos entre a história e outras áreas disciplinares que estudavam os recursos ambientais. Isso pode ser constatado através das publicações na *Quaderni Storici* e do grupo ligado ao *Seminario Permanente de Storia locale* (SPSL), onde o diálogo com a *Local History* inglesa e a ecologia histórica ganhou destaque. Enquanto a micro-história italiana ganhava espaço no cenário historiográfico internacional — na França e em países da América —, devido às trajetórias individuais de seus principais expoentes, na Itália, em torno de Edoardo Grendi, se desenvolveram as discussões sobre a multiplicidade de leitura das fontes e atenção para a dimensão espacial, além da reflexão sobre a proposição de um novo modelo de história local.

Durante a década de 1990²⁷, os debates sobre os diálogos entre ecologia histórica, micro-história e a história local, com sua atenção topográfica e preocupação em compreender os processos de inserção socioespacial, chamaram atenção para o problema da produção das fontes.

²⁷ É preciso também considerar que a ênfase para o espaço no debate historiográfico internacional dos anos 90 do século XX se ligada ao *Spacial Turn* (Giro Espacial).

A interpretação delas deveria ocorrer através da adoção do “método topográfico” (Torre 2008), algo que até então não tinha assumido relevância nas pesquisas micro analíticas que centravam seus esforços na relação entre família, parentela, comunidade e Estado. Enquanto campo de investigação socioespacial, a escala topográfica/local se revelou como fundamental para repensar a relação entre o homem, o ambiente e território, bem como propunha novas formas de leitura de práticas e saberes, que através de uma escala reduzida apontavam para os complexos mecanismos de construção das identidades e dos direitos territórios.

A intensificação dos debates a partir da década de 1990 em torno da *Quaderni Storici* e do grupo ligado a Edoardo Grendi sobre o uso das fontes e sua capacidade não apenas de descrever a realidade social, mas de revelar como ela era pensada e construída, foi fundamental para uma virada epistemológica nos estudos microanalíticos. Mais do que simplesmente desvelar um universo sociocultural preexistente, os documentos eram compreendidos como elementos ativos na constituição dos contextos, revelando incertezas e embates. A dimensão territorial, por sua vez, passou a ser entendida como espaço permeado por sentidos, disputas e negociações — uma construção social em constante elaboração. Fontes judiciais, religiosas e administrativas desempenharam papel crucial nesse processo, legitimando conflitos e direitos. Desse modo, a micro-história, atenta à complexidade dos contextos locais, ofereceu instrumentos analíticos para captar as dinâmicas de produção dos registros, seu uso pragmático e a forma como ações e experiências sociais constituem lugares de cidadania e poder.²⁸ Reconhecer a natureza reivindicativa dos documentos e sua inscrição territorial não apenas enriqueceu a compreensão dos fenômenos históricos, mas também reforçou o caráter experimental da microanálise.

Na Itália, as discussões em torno de Edoardo Grendi, bem como as contribuições de outros pesquisadores, trouxeram à tona a multiplicidade de leituras das fontes e a atenção à dimensão espacial, além de refletirem também sobre a proposição de um novo modelo de história local. Conclui-se, portanto, que a abordagem microanalítica socioespacial — sensível aos mecanismos de produção dos espaços, às práticas e saberes locais — permanece uma perspectiva fecunda e crítica para a pesquisa histórica, abrindo novas possibilidades de interpretação documental, temas de pesquisa e compreensão dos múltiplos sentidos das ações sociais em realidades concretas.

Referências Bibliográficas:

“Boschi: storia e archeologia”. *Quaderni Storici*, 17, n. 49, 1982.

²⁸ Em relação a essas ideias, destacam-se as ideias de autores como Simone Cerruti (2021), Angelo Torre (2023). Conferir: Cerruti; Grangaud (2023) e Raggio e Torre (2004).

Cerutti, Simona. “Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas”. Em: *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*, org. Deivy Ferreira Carneiro e Maíra Vendrame, 39-58. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

Cerutti, Simona, e Isabelle Grangaud. “Fontes e contextualizações: comparando instituições no norte africano e oeste europeu do século XVIII”. Em: *Territórios da história: o micro, o local e o global*, org. Maíra Ines Vendrame e Alexandre Karsburg, 79-118. São Paulo: Alameda, 2023.

Cevasco, Roberta. *Memória Verde. Nuovi spazi per la geografia*. Regio Emilia, Italia: Edizioni Diabasis, 2007.

Cevasco, Roberta. “Sulla “rugosità” del paesaggio”. *Études de lettres*, Université de Lausanne, 2013: 1-21.

Cevasco, Roberta, e Vittorio Tigrino. “Lo spazio geografico concreto: una discussione tra storia politico-sociale ed ecologia storica”. *Quaderni Storici*, 127, 2008: 207-242.

Cevasco, Roberta, e Diego Moreno. “Sulla geograficità della ecologia storica: contributi di Massimo Quaini”. *Territori*, 33, Firenze University Press, (2021): 245-258.

“Conflitti locali e idiomi politici”. *Quaderni storici*, 21, n. 63, 1986.

“Culture del lavoro”. *Quaderni Storici*, 16, n. 47, 1981.

“Famiglie e patrimoni”. *Quaderni Storici*, 23, n. 67, 1988.

Fazio, Ida. “Storia delle donne e microstoria”. Em: *Donne potere religione. Studi per Sara Cabibbo*, eds. M. Caffiero, M. Donato, e G. Fiume., 81-94. Milan: Franco Angeli, 2017.

Giana, Luca. *Topografia dei diritti. Istituzioni e territorio nella Repubblica di Genova*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2011.

Greudi, Edoardo. “Premessa, A proposito di “famiglia e comunità”. *Quaderni Storici*, 11, n. 33, (1976): 881-889.

Greudi, Edoardo. “Microanalise e storia sociale”. *Quaderni Storici*, 12, n. 35, (1977): 506-520.

Greudi, Edoardo. “Per lo studio della storia criminale”. *Quaderni Storici*, 15, n. 44 (2), 1980: 580.

Greudi, Edoardo. “La pratica dei confini: Mioglia contro Sassello, 1715- 1745”. *Quaderni storici*, 63, n.3, (1986): 811-845.

Greudi, Edoardo. *Il disegno e la coscienza sociale dello spazio: dalle carte archivistiche genovesi*, in Studi in onore di Teofilo Ossian De Negri, III, Genova 1986a: 14-33.

Greudi, Edoardo. “Premessa, Fonti criminali e storia sociale”. *Quaderni storici*, 22, n. 66 (3), (1987): 695-700.

Greudi, Edoardo. “Storia de una storia locale. Perché in Liguria (e in Italia) non abbiamo avuto una Local History?”. *Quaderni Storici*, 28, n. 82, (1993): 141-197.

Greudi, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica: il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993a.

Greudi, Edoardo. “Storia locale e storia delle comunità”. Em: *Fra storia e storiografia*, org. Paolo Marcy e Angelo Massafra (a cura di), 321-336. Bologna, Il Mulino, 1994.

Greudi, Edoardo. “Charles Phythian Adam e la ‘Local History’ inglese”. *Quaderni Storici*, 30, n. 89, (1995): 559-578.

Greudi, Edoardo. *Storia di uma storia locale. L’esperienza ligure (1792-1992)*. Veneza: Marsilio, 1996.

- Grendi, Edoardo. *I Balbi: una famiglia genovese fra Spagna e Impero*. Torino: Einaudi, 1997.
- Grendi, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. Em: *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel, 251-262. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- Gribaudo, Maurizio. *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*. Torino: Einaudi, 1987.
- Levi, Giovanni. “Introduction”. Villaggi: Studi di antropologia storica. *Quaderni Storici*, 16, n. 46 (1), (1981): 7-10.
- Levi, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.
- Lima, Henrique Espada. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social”. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, n. 11(12), (2004): 53-74.
- Lima, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Lima, Henrique Espada. “Pensando as transformações e a recepção da microstoria no debate histórico hoje”. Em: *Exercícios de micro-história*, org. Mônica Ribeiro Oliveira e Carla Maria Ribeiro, 131-154. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- “L’importanza della seta.” *Quaderni Storici*, 25, n. 73, 1990.
- Montanari, Carlo, Maria Angela Guido(a cura di) e, Diego Moreno. *Dal documento al terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali*. Genova: University Press, 2018.
- Moreno, Diego, e Massimo Quaini. “Per la storia delle ‘culture materiali’: dall’archeologia alla geografia storia”. *Quaderni Storici*, 8, n. 24 (3), (1973): 689-690.
- Moreno, Diego, e Massimo Quaini. “Premessa”. Boschi: storia e archeologia. *Quaderni storici*, 17, n. 49 (1), (1982): 7-15.
- Moreno, Diego, e Massimo Quaini. *Do documento ao terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali*. Bologna: Mulino, 1990.
- “Parto e maternità: momenti della biografia femminile”. *Quaderni Storici*, 15, n. 44, 1980
- “Percezione dello spazio.” *Quaderni Storici*, 30, n. 90, 1995.
- “Protoindustria”. *Quaderni Storici*, 18, n. 52, 1983.
- Raggio, Osvaldo. *Faida e parentele. Lo stato genovese visto dalla Fontanabuona*. Torino: Einaudi Editore, 1990.
- Raggio, Osvaldo. “Norme e pratiche. Gli statuti campestri come fonti per una storia locale”. *Quaderni Storici*, 30, n. 88, (1995): 155-194.
- Raggio, Osvaldo. “Immagini e verità pratiche sociali, fatti giurici e tecniche cartografiche”. *Quaderni Storici*, 36, n. 108, (2001): 843-876.
- Raggio, Osvaldo. “Costruzione delle fonti e prova: testimoniali, possesso e giurisdizione”. *Quaderni Storici*, 31, n. 9, (1996): 135-156.
- Raggio, Osvaldo, e Angelo Torre. “Prefazione”. Em: *Edoardo Grendi. In altri termini. Etnografia e storia di una società di antico regime*, org. Osvaldo Raggio e Angelo Torre (a cura di), 5-37. Milano: Feltrinelli, 2004.
- Ramella, Franco. *Terra e telai: sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell’Ottocento*. Torino: Einaudi, 1984.
-

- Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- “Sistemi di carità: spostati e internati nella società di antico regime”. *Quaderni Storici*, 18, n. 53, 1983a.
- Thompson, Edward, e Edoardo Grendi. *Società patrizia, cultura plebea. Otto saggi di antropologia storica sull'Inghilterra del Settecento*. Turim: Einaudi, 1981.
- Tigrino, Vittorio. “Storia di un Seminario di Storia locale. Edoardo Grendi e il Seminario permanente di Genova (1989- 1999)”. Em: *La natura della montagna: scritti in ricordo di Giuseppina Poggi*, org. Roberta Cevasco, 211-232. Sestri Levante: Oltre Ed., 2013.
- Torre, Angelo. “Percorsi della pratica 1966-1995”. *Quaderni Storici*, 30, n. 90, (1995): 799-829.
- Torre, Angelo. “La produzione storica dei luoghi”. *Quaderni Storici*, 37, n. 110, (2002): 443-475.
- Torre, Angelo. “La genesi dello spazio: il miracolo dello stia (Asti, 10 maggio 1718)”. *Quaderni Storici*, 42, n. 125, (2007): 355-392.
- Torre, Angelo. “Terre separate e immunità nel Piemonte di Età Moderna”. *Quaderni Storici*, 14, n. 131, (2009): 461-492.
- Torre, Angelo. *Luoghi. La produzione di località in età moderna e contemporanea*. Roma: Donzelli Editore, 2011.
- Torre, Angelo. “Tra storia ed ecologia storica: villaggi, frazioni e cantoni nell'Ossola inferiore del secolo XVIII”. Em: *Dal documento al terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali*, org. Carlo Montanari, Maria Angela Guido (a cura di) e Diego Moreno, 361-370. Genova: Genova University Press, 2018.
- Torre, Angelo. “A produção histórica dos lugares”. Em: *Micro-história, um método em transformação*, org. Maíra Ines Vendrame e Alexandre Karsburg, 179-212. São Paulo: Letra&Voz, 2020.
- Torre, Angelo. “Comunidade e localidade”. Em: *Territórios da história. O micro, o local e o global*, org. Maíra Ines Vendrame e Alexandre Karsburg, 147-158. São Paulo: Alameda, 2023.
- Vendrame, Maíra Ines. *O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- Vendrame, Maíra Ines. *Power in the village. Social networks, honor and justice among immigrant families from Italy to Brazil*. Microhistories Serie, London & New York, Routledge, 2020.
- Vendrame, Maíra Ines. A produção social dos lugares. Em: *Territórios da história. O micro, o local e o global*, org. Maíra Ines Vendrame e Alexandre Karsburg, 187-222. São Paulo: Alameda, 2023.
- Vendrame, Maíra Ines. “Território imigrante: práticas de justiça, direitos e poder no Brasil meridional (séculos XIX e XX)”. *Anuario IEHS*, 38, n. 2, (2023a): 59-79.
- “Villagi: Studi di antropologia”. *Quaderni Storici*. 16, n. 46, 1981.
- Wickham, Chris. “Edoardo Grendi e la cultura materiale”. *Quaderni Storici*, 110, n. 2, (2002): 323-331.

Recebido: 05 de maio de 2025

Aprovado: 10 de junho de 2025

Dossiê: Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48590>

Ensaaios de micro-história em José Saramago*

Essays on microhistory in José Saramago

Ensayos sobre la microhistoria en José Saramago

Daniel Vecchio**

<https://orcid.org/0000-0003-1696-8369>

RESUMO: Este artigo aborda a literatura de José Saramago a partir das concepções de produção de conhecimento da micro-história, abordando especificamente o jogo entre as perspectivas macro e micro dimensionais de suas representações ficcionais do passado, revelando, com isso, como o escritor tece uma ficção histórica vista de baixo, sob uma cuidadosa narrativa construída em escalas pormenorizadas, o que acaba por remexer as relações entre ficção e realidade. A partir desse ponto, a micro-história e a ficção de Saramago são relacionadas pensando as convergências e divergências entre elas, de modo a buscar um diálogo profícuo entre história e literatura que esclareça o projeto saramaguiano de representação do cotidiano.

Palavras-chave: Representação ficcional. Narrativa micro-histórica. Jogo de escalas. Romance saramaguiano.

ABSTRACT: This article looks at José Saramago's literature from the point of view of microhistory's conceptions of knowledge production, specifically addressing the interplay between

* Pesquisa desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Doutorado em Letras Vernáculas da UFRJ, com financiamento da FAPERJ.

** Pesquisador de Pós-Doutorado em Letras Vernáculas da UFRJ/FAPERJ. Doutor em História pela UNICAMP. Tem produzido teses e publicado artigos sobre a obra literária de José Saramago com base na pesquisa do espólio do escritor alocado na Biblioteca Nacional de Portugal e na Fundação José Saramago, acumulando publicações em livros e periódicos nacionais e internacionais, a exemplo do capítulo “*Voando a máquina, todo céu será música*”: a arte de voar de Bartolomeu Lourenço de Gusmão (Tinta da China Ed.), além do livro recém organizado com a Dra. Vera Lopes intitulado. *José Saramago, perturbar a ordem e corrigir o destino* (Ed. PUC-MG). Seus interesses de pesquisa abrangem as relações entre História e Ficção, a História dos Imaginários, a História das Viagens Marítimas e a História da Literatura (com ênfase na história da literatura de língua portuguesa). E-mail: danielvecchioalves@hotmail.com.

the macro and micro dimensional perspectives of his fictional representations of the past, thereby revealing how the writer weaves a fiction seen from below, under a careful narrative constructed on detailed scales, which ends up shaking up the relationship between fiction and reality. From this point on, Saramago's micro-history and fiction are related by thinking about the convergences and divergences between them, in order to seek a fruitful dialog between history and literature that clarifies Saramago's project of representing everyday life.

Keywords: Fictional representation. Micro-historical narrative. Game of scales. Saramaguian novel.

RESUMEN: Este artículo examina la literatura de José Saramago desde el punto de vista de las concepciones de la microhistoria sobre la producción de conocimiento, abordando específicamente la interacción entre las perspectivas macro y micro dimensionales de sus representaciones ficcionales del pasado, revelando cómo el escritor teje una ficción vista desde abajo, bajo una cuidadosa narrativa construida en escalas detalladas, que acaba por sacudir la relación entre ficción y realidad. A partir de aquí, se relacionan la microhistoria y la ficción de Saramago, pensando en las convergencias y divergencias entre ambas, para buscar un diálogo fructífero entre historia y literatura que esclarezca el proyecto de Saramago de representar la vida cotidiana.

Palabras clave: Representación ficcional. Narrativa microhistórica. Juego de escalas. Novela saramaguiana.

Como citar este artigo:

Vecchio, Daniel. “Ensaaios de micro-história em José Saramago”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 82-98.

Literatura e Micro-História em diálogo

Este artigo aborda a literatura de José Saramago a partir das concepções de produção de conhecimento da micro-história¹, abordando especificamente o jogo entre as perspectivas macro e micro dimensionais de suas representações ficcionais do passado, revelando, com isso, como o escritor tece uma ficção histórica vista de baixo, sob uma cuidadosa narrativa construída em escalas pormenorizadas, o que acaba por remexer as relações entre ficção e realidade. A partir desse ponto, a micro-história e a ficção de Saramago são relacionadas pensando as convergências e divergências

¹ “A micro-história surgiu da inquietação dos historiadores italianos entre as décadas de 1970 e 1980. Entre seus principais nomes podemos citar Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. Como o nome sugere, a Micro-história se preocupa com a microanálise, trabalha casos “minúsculos e periféricos a luz de uma história geral” (Vainfas 2002, 111). O texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, lançado originalmente em 1979, é considerado um dos textos fundamentais da Micro-história. Nele Ginzburg define o “paradigma indiciário” utilizado pelos micro-historiadores. [...], o [micro-]historiador se utilizaria de vestígios para desvendar uma trama. [...] [com] atenção nos detalhes” (Saraiva s.d., 2).

entre elas, de modo a buscar um diálogo profícuo entre história e literatura que esclareça o projeto saramaguiano de representação da vida cotidiana.

Antes de tudo, cabe lembrar que foi na década de 1970 e, em especial no Portugal do pós-25 de Abril de 1974, que a história local, constituída por uma escala micro espacial de representação, alcançou um desenvolvimento e uma propagação sem paralelo na historiografia e na literatura.² Ao invés do que se havia verificado até então, em que os temas nacionais eram aqueles que despertavam maior interesse, começa a ser frequente a escolha de problemáticas locais. Para que essa evolução tivesse sido possível foi necessário, por um lado, passar a atribuir um menor significado e preponderância à esfera do político e, por outro, ultrapassar a hegemonia do conhecimento essencialmente económico e social assimilado a longo prazo ou em longa duração (susceptível de permitir a detecção de amplas escalas de movimentos e ciclos) (Mendes 2000).

Na contracorrente desse movimento, a micro-história e as micro representações reivindicam para si a tarefa de descrever os eventos reduzindo a escala dos acontecimentos, na certeza de que essa redução microscópica revela fatores anteriormente negligenciados pelas interpretações globais dos processos históricos. Ao acessar o conhecimento do passado objetivando o particular, a narrativa micro-histórica ou micro dimensional recontextualiza eventos que escaparam à interpretação geral, ou seja, a microanálise, fundamentada em um recorte de pequena escala de representação, nos permite perceber fenômenos que não era possível enxergar em lentes macroscópicas de análise.

Naturalmente, a mente humana apresenta maior interesse pela dimensão ampla do universo, mas que, por outro lado, é apenas parcialmente conhecido: “O universo é um enigma multifacetado que atrai, fascina e desafia o homem, [sendo] a mente humana um microcosmo desse universo” (Bastazin 2006, 27). Para o estabelecimento de um sentido que extrapole tal interesse, a microanálise usufrui da narrativa como expressão para favorecer uma história individual em vez de uma história abrangente apoiada em pontos de vistas coletivos, em leis e ou demais generalizações. Nessa contracorrente, ao incluir os processos de pesquisa, persuasão e interpretação no corpo de uma narrativa, o texto ficcional, há décadas, passou a ser utilizado como um campo de representação das muitas particularidades constituintes dos eventos históricos, o que evidencia a importância da interpretação e criação narrativa para a compreensão singular do passado.

² “Em Portugal, a moda do romance familiar aumenta com o recrudescer do interesse pelo passado [em menor escala], a partir de finais dos anos de 1970. Obras de Mário Cláudio, José Saramago, Álvaro Guerra, Luísa Beltrão ou Helena Marques são exemplos de aproveitamento do tema familiar, transcendendo-o e questionando-o. Na maior parte dos casos, o narrador serve-se da história da família para dar a conhecer momentos de transformação ou de crise económica e social” (Marinho 2019, 117).

Por isso, o historiador Ronaldo Vainfas (2002, 131), por exemplo, identifica que na Micro-história “é necessário ao pesquisador ter certa erudição sobre o tema tratado e uma boa técnica narrativa”. Assim demonstrou a micro-história, corrente historiográfica italiana que começou a surgir primeiramente nos artigos intitulados *Quaderni Storici* na década de 1970 e depois pela criação da coleção chamada “Micro-História” dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi em 1981, décadas em que o premiado escritor José Saramago também começa a produzir suas ficções de núcleo histórico, usufruindo de escalas de representação narrativa cada vez mais pormenorizadas.

Para os autores da *Quaderni Storici*, a micro-história seria um método ou estratégia de abordagem empírica, que implica na redução de escala de um determinado recorte temático e amplia as possibilidades e as perspectivas de interpretação do passado, reduzindo o seu horizonte das certezas. Tal postura garante para a micro-história um lugar privilegiado na corrente historiográfica contemporânea que se convencionou chamar de História Cultural ou ainda de Nova História Cultural, tendo por fundamento “um método de análise histórica que analisa a história ao rés do chão [...], dando voz aquelas pessoas e comunidades que muitas vezes passam despercebidas pela história” (Guerios 2011, 18).

Portanto, a representação profunda de uma individualidade permitiu a micro-história penetrar nos grandes fenômenos da sociedade e do pensamento, fazendo do perspectivismo e do relativismo meios para traçar “relações distintas com o conhecimento e o mundo” (Vieira 2012, 10). Partindo desse princípio, a representação micro-histórica contribuiu para que a narrativa literária e o fragmento passassem a ter reconhecida sua força heurística e cognitiva para ler o tempo histórico, tendo em vista que “a *mimese* como *modus operandi* da história não é questão meramente retórica, mas de *poiesis* no sentido mais amplo de fazer estético e social, que inclui práxis no sentido originário dos termos: ação/reflexão que lidam com a potência e os limites da forma e da liberdade” (Vieira 2012, 10).

Ressaltemos que, para Carlo Ginzburg, a micro-história é devedora de eruditos do campo literário como Eric Auerbach, “que desenvolveram interpretações de artefatos textuais e pictóricos baseados em pistas que outros consideraram insignificantes” (Ginzburg 2007, 97). Logo, as representações do passado realizadas em escala pormenorizada tratam de detalhes e objetos mínimos que podem ser desdobrados semanticamente nas linhas da narrativa ficcional, perpassando as ações de um personagem como o moleiro friulano do século XVI que foi condenado pela inquisição, figura que protagoniza a clássica obra *O queijo e os vermes* (1976), de Carlo Ginzburg, famoso estudo histórico de teor narrativo.

O conhecimento profundo sobre a sociedade friulana do século XVI, permitiu o historiador italiano falar com propriedade do mundo particular do moleiro Domenico Scandella, o dito

Menocchio, partindo de coerentes inferências e hipóteses microscópicas sobre o seu contexto sociocultural. Todavia,

[...], não se trata de se pensar uma época através da perspectiva de um personagem modelo, no sentido de ser facilmente encontrado. Os micro-historiadores, geralmente escolhem personagens diversos do que se julga padrão para época, no caso de Ginzburg (1989), Menocchio - moleiro alfabetizado com suas próprias concepções sobre a criação do mundo e a salvação em um contexto caracterizado pelo domínio da Igreja e pelo analfabetismo (Saraiva s.d., 2-3).

A microanálise, explorada por Ginzburg e outros historiadores, demanda uma estrutura narrativa sempre centrada em um personagem específico, o que não significa que o texto seja sempre focado em aspectos singulares. Ela realiza um jogo de escalas, na expressão de Jacques Revel, efetuando “[...] um contínuo vaivém entre micro e macro-histórias, entre *close-ups* e planos gerais ou grandes planos gerais, a pôr continuamente em discussão a visão conjunta do processo histórico por meio de exceções aparentes e causas de breve período” (Ginzburg 2005, 269).

É preciso ressaltar, no entanto, que há um distanciamento essencial entre a micro-história exercida pelos historiadores e as ficções baseadas em elementos micro dimensionais do passado. Para Carlo Ginzburg, o discurso literário pode acessar plenamente uma realidade na medida em que a cria o acontecimento, mas não precisa, como a história, seguir obrigatoriamente por meio dos seus rastros. No entanto, o historiador reitera que o “terreno da ficção” é o único lugar onde o acontecimento pode ser acessado mais diretamente, justamente porque ele pode desdobrar o acontecimento despreocupado (até certo ponto) com os indícios e suas lacunas: “[...], essa relação direta com a realidade só pode se dar (ainda que não necessariamente) no terreno da ficção: ao historiador, que só dispõe de rastros, de documentos, a ele é por definição vedado” (Ginzburg 2005, 271). Por isso, explica Ginzburg, a micro-história reconhece esse limite “explorando as implicações gnosiológicas e transformando-as em elemento narrativo.” (Ginzburg 2005, 271).

Porém, em *Temps et récit*, Paul Ricoeur tentou superar tal separação erguendo uma ponte entre história e narrativa por intermédio da conciliação entre compreensão e explicação, levando em conta que as narrativas ficcionais narram sempre ações e padecimentos humanos na história. Para o pensador francês, o regresso da narrativa à história e a entrada em cena da representação em escala micro-histórica quase abole esse fosso, ocupando-se “com os usos e abusos da memória de modo a ponderar o teor das narrativas entre a verdade e o esquecimento” (Soares 2010, 302-303). Tal ponto reflexivo surge pelo fato de “que a narrativa não se limita a relatar uma sucessão cronológica de factos; enquanto unidade de sentido, ela é capaz de articular numa mesma configuração estruturas e acontecimentos – [...]” (Soares 2010, 345).

Para Ricoeur, o estabelecimento de uma representação narrativa do objeto histórico levou a prática escritural a um novo tipo de mudança, uma nova escala, um novo ritmo temporal, implicando uma redistribuição dos graus de pertinência na escala adoptada pelo olhar sobre o

passado em termos de macro ou micro-história: “[...] os jogos de escalas oferecerá a oportunidade de uma redistribuição dos fenômenos mnemônicos entre os escalões da micro-história e os da macro-história” (Ricoeur 2007, 140-141). No entanto, deve-se a Jacques Revel (1998) a adoção do conceito de “jogo de escalas” para designar esse exercício de transitoriedade metodológica entre escalas narrativas distintas.

Tal jogo está na origem da micro-história que passa a abordar, a partir de então, as memórias “ao nível da vila, da aldeia, de um grupo de famílias ou de um indivíduo envolvido no tecido social. No entanto, o que interessa aqui é a variação de escala, e não o privilégio particular concedido à dimensão micro” (Soares 2010, 331), jogo mútuo que veremos desdobrado em muitas das narrativas ficcionais de José Saramago, de modo a extrapolar os limites da história, claro.³ Trata-se desse jogo de escalas de uma síntese do heterogêneo que se dará por meio da narrativização de muitas obras históricas e, sobretudo, ficcionais.

Sabemos não ser fácil “conciliar os rigores da ciência com os charmes da literatura [, pois] só a língua das histórias é apta a marcar a cientificidade própria da ciência histórica” (Soares 2010, 194). Todavia, o discurso literário, assim como o historiográfico, tem uma forma própria de abordar realidades históricas, usufruindo de uma série de instrumentos específicos. Assim ocorre mutuamente no cruzamento narrativo entre ficção e micro-história, a exemplo do que encontramos na literatura de José Saramago, que parte de uma rigorosa pesquisa histórica para fundamentar grande parte de suas obras produzidas, como veremos mais detidamente a partir do próximo tópico.

O íntimo e o real em José Saramago

A literatura publicada pelo escritor português José Saramago muito se aproxima dos princípios fundamentais da micro-história italiana ao ver e interpretar o mundo de onde seu autor veio: um escritor de ficção portuguesa situado posteriormente à Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, a partir de quando ocorre uma brusca mutação política que implica na supressão dos mecanismos repressivos que afetavam a criação literária.⁴ Por conseguinte, o novo tempo político

³ Ricoeur constata que, apesar de privilegiarem determinada escala, nem a micro-história nem a macro-história se confinam ao uso contínuo de uma só escala: “De fato, nem a micro-história, nem tampouco a macro-história opera continuamente em uma única e mesma escala. Certamente, a micro-história privilegia o nível das interações na escala de uma aldeia, de um grupo de indivíduos e de famílias; é nesse nível que se desenrola negociações e conflitos e que se descobre a situação de incerteza que tal história evidencia. Além disso, ela não deixa de ler de baixo para cima as relações de poder que se dão em outra escala. O debate sobre a exemplaridade dessas histórias locais vividas ao rés-do-chão pressupõe a imbricação da pequena história na grande história; nesse sentido, a micro-história não deixa de se situar num percurso de mudança de escala que ela narrativiza enquanto caminha. O mesmo pode ser dito da macro-história” (Ricoeur 2007, 257).

⁴ “De facto, já depois dos eventos libertadores de 1974, textos como *Dissolução* de Urbano Tavares Rodrigues, *Sem Tecto entre Ruínas* de Augusto Abelaira ou *Finisterra* de Carlos de Oliveira, remetem também, de forma enviesada, para

e social que se vive em Portugal, depois de 1974, vem a ser também, para muitos como Saramago, um novo tempo ficcional.

Nesse sentido, “texto e contexto articulam-se dinamicamente na medida em que entendamos que, num determinado cenário sócio-histórico-cultural o texto faz parte de uma discussão em grande e pequena escala entre o mundo real e o mundo possível, [...]” (Braga 1999, 76). Sendo assim, a literatura saramaguiana “evidencia que o romancista assume a responsabilidade de ser a voz do povo de onde vem, e do qual faz parte” (Braga 1999, 89), voz anteriormente oprimida, enriquecendo suas obras ficcionais com significações novas que tem por finalidade apreender e dar corpo à realidade particular das coisas.

A concepção do “lugar social”, de Michel de Certeau, nos ajuda aqui a revelar o interesse de Saramago em perscrutar aspectos micro-históricos de eventos do passado português, de modo a questionar o discurso histórico institucional “que habitualmente se encontra silenciada no específico desdobramento da disciplina [...], sendo este produto de um indivíduo ou de um sujeito global” (Orellana 2012, 11). Logo, o “eu” do escritor deve conseguir inscrever-se dentro de um “nós-institucional” e para isso, “a prática histórica depende sempre da estrutura da sociedade” (De Certeau 1982, 73). Em tal sentido, a função decisiva do lugar sociocultural do qual Saramago é proveniente aponta para a singularidade daquilo que a operação ficcional e historiográfica representa no momento pós-revolucionário de seu país.

Uma interpretação singular do evento histórico é sugerida por Saramago quando, em entrevista cedida a Carlos Reis, sugere uma concepção da história como “uma imensa tela” em que “tudo está ao lado de tudo, numa espécie de caos, como se o tempo fosse comprimido [...]; e como se os acontecimentos, os factos, as pessoas, tudo isso aparecesse ali não diacronicamente arrumado, mas numa outra ‘arrumação caótica’ na qual depois seria preciso encontrar um sentido” (Reis 1998, 80). Na sua base conceitual de história, que consiste em uma espécie de “arrumação caótica”, surge, na leitura de Mark Sabine, o modelo microcósmico, exigindo a contribuição do leitor para considerar as ligações entre (Sabine 2016, 65) objetos distintos.⁵

Nesse sentido, Saramago, ao ser questionado, na mesma entrevista, acerca do carácter parcelar da história, em seu sentido fracionado e parcial, o escritor respondeu o seguinte:

[...] a História que se escreve e que depois vamos ler, aquela em que vamos aprender aquilo que aconteceu, tem necessariamente que ser parcelar, porque não pode narrar tudo, não pode explicar tudo, não pode falar de toda a gente; mas ela é parcial no outro sentido, em que sempre se apresentou como uma espécie de “lição”, aquilo a que chamávamos a História Pátria. A questão é que a mim não me preocupa tanto que ela seja parcial, quer dizer, orientada e ideológica, porque isso eu posso

um mal-estar ético-social que algo tem que ver com a descrença no poder redentor de ideologias em crise” (Reis 1996, 23).

⁵ Tradução livre para o português do seguinte trecho original: “the microcosmic model, demanding the input of the reader to consider the links between [...]” (Sabine 2016, 65).

mais ou menos verificar, perceber e encontrar antídotos para essas visões mais ou menos deformadas daquilo que aconteceu ou da sua interpretação. Talvez a mim me preocupe muito mais o facto de a História ser parcelar. [...] Quando eu falei de Auschwitz e do homem de Neanderthal ao lado da Capela Sistina faltou uma quantidade de coisas: faltou o ajudante de Miguel Ângelo que estava a moer as tintas; e no caso de Auschwitz, faltou o honrado (imaginemos que honrado...) pedreiro que construiu os muros do campo de concentração, se é que os tinha. É que a este mundo vêm milhões de pessoas que se foram embora e não deixaram seus rastros (Reis 2018, 73).

A angústia do autor português, que se coaduna com a perspectiva da história vista de baixo, reside na parcialidade, ou seja, na fragmentação dos discursos históricos e, por conseguinte, em sua inevitável exclusão de uma série de sujeitos e vozes readmitidas pela micro-história. Saramago, “como artista da palavra, compõe e decompõe significados, cria signos tal como o escultor cria formas sensíveis e plurais que se movimentam e se transformam em sintonia contínua com o próprio homem, cuja mente microcósmica pensa o mundo e a si mesma [...]” (Bastazin 2006, 14). Tal perspectiva vai ao encontro das verificações reflexivas que o escritor português teceu em seu curto texto intitulado *O íntimo e o real: simulações e iluminações*, de 1986, título que, por si só, já anuncia a preferência de Saramago pelas micro representações. Nele, o escritor português verifica que “Na obra de ficção, o narrador [funciona] como instância do íntimo e a instância do real. [...], isto é, o narrador reelabora, modifica, selecciona os fluxos de informação entre a intimidade e a realidade, nas duas direcções” (Saramago 1986, 1).

Partindo desse princípio, Saramago explorou, em *Memorial do Convento* (1982), por exemplo, a intimidade de personagens reais como Bartolomeu de Gusmão, o maestro Domenico Scarlatti, o rei João V, a infanta Maria Bárbara (herdeira do trono), sem deixar de abranger os personagens marginalizado de suas histórias, como os pedreiros explorados pelo rei e as mulheres queimadas pela inquisição. Para tanto, o autor pesquisa o contexto das figuras reais, que passam a ser permeadas pelo imaginário popular e contraposição à história oficial. Logo, seu projeto representacional não se limita pela escala microanalítica das intimidades, pois José Saramago também se preocupa com o amplo contexto cultural da época: “As descrições das cerimônias marcadas pela pompa barroca (festas, batizados, casamentos, procissões, autos-de-fé) é um dos elementos de destaque no livro e se refere à introdução de uma moda nova na Corte, de novos rituais de distinção [...]” (Saraiva s.d., 4-5).

Em *Memorial do Convento*, Saramago utiliza essa estratégia que vai da intimidade dos personagens históricos para o contexto de outros personagens prováveis, demarcando um contínuo ir e vir entre “o íntimo e o real”. Como exemplo, podemos tomar o trecho no qual o romancista parte do rei João V e sua mulher D. Maria Ana para o auto-de-fé assistido por eles, convocando à cena os personagens Baltasar Sete-Sóis e Blimunda Sete-Luas. Tanto Blimunda quanto Baltasar e mesmo o padre Bartolomeu, assim como o Menocchio de Ginzburg, estão relacionados à “história vista de baixo” utilizada pelos historiadores da micro-história. Ao narrar

na perspectiva de figuras populares e relativamente desconhecidas da sociedade, “mediadores culturais” nas palavras de Vainfas (2002, 142), a micro-história se faz pertinente para pensarmos na construção dos personagens saramaguianos, demonstrando como tais figuras possuem alguma relação com o poder ou com o mundo dos poderosos.

José Saramago, enquanto autor-narrador, nos faz superar os olhos de Blimunda na medida em que nos confia os pensamentos de seus personagens. Percebemos esse desejo em Ginzburg (1987), que, através dos depoimentos de Menocchio, tenta revelar os seus pensamentos, tal qual Blimunda que podia ver os homens por dentro, já que: “Dentro do corpo de qualquer de nós poderia Blimunda ver os órgãos, e também as vontades, [...]” (Saramago 1988, 116). Sob a caracterização desses personagens vistos de baixo em seus micro-espacos, na casa periférica, na oficina, no esconderijo ou na construção, encontramos “o investimento semântico de cariz religioso, social, ético e ideológico que, se, por um lado, correspondem à conjuntura político-histórica da época, por outro, a redimensionam em função da(s) perspectiva(s) que o narrador adota para descrever esses mesmos espacos” (Martins 2006, 259).

Assim reconhece Mark Sabine, para quem

[...], as tramas do *Memorial* e seus sucessores propõem a elaboração de uma ‘micropolítica’ revolucionária do cotidiano, que dependeria tanto de uma compreensão revisada das relações de gênero e da política do afeto, quanto da disposição dos indivíduos de questionar seu próprio senso de identidade, bem como do reconhecimento de interesses socioeconômicos comuns (Sabine 2016, 67).⁶

Os romances de Saramago partem sempre de um processamento romanesco com implicações microestruturais, ou seja, se apresentam em constante articulação com um conjunto macroestrutural de ideias colaterais ou secundárias que preenchem e interligam as sequências narrativas. Tal característica deixa as marcas do jogo de escalas pelos seus diversos romances, distinguindo no texto ficcional o que “pode ser referido como a expansão, muitas vezes surpreendente, de uma micronarrativa nuclear, [...]” (Gusmão 1998, 22), como reconheceu o estudioso Manuel Gusmão.

Esse “literary microcosm of reality”, como reconhece Sabine (2016, 31), pode ser observado como estratégia de um outro romance saramaguiano: *Levantado do Chão* (1980). Nesse premiado romance, a redução de escala é diretamente apresentada pelo seu autor-narrador, anunciando ao leitor o resgate de pormenores perdidos no tempo: “todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos a contar, o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos pensamentos [...] não acabaríamos nunca mais” (Saramago

⁶ Tradução livre para o português do seguinte trecho original: [...], the plots of *Memorial* and its successors will propose the elaboration of a revolutionary ‘micropolitics’ of the everyday, which would depend as much on a revised understanding of gender relations, and of the politics of affect, and on individuals’ willingness to question their own sense of identity, as it would on recognizing common socio-economic interests (Sabine 2016, 67).

1980, 30), ou ainda: “passaram cinco dias, que teriam tanto para contar como quaisquer outros, mas estas são debilidades do relato, às vezes tem de saltar por cima do tempo” (Saramago 1980, 127).

Ao proporcionar ao leitor a descrição do que foi e do que é o Alentejo, *Levantado do Chão* revela os muitos sacrifícios, as grandes fomes, as vitórias e os desastres das famílias camponesas, reduzindo a escala de representação ao interior de suas casas e no âmago de seus mais tristes traumas derivados das opressões ditatoriais sofridas no campo. Contar a história da família camponesa do Alentejo foi, para Saramago, um exercício que Maria de Fátima Marinho ressalta como um “reequacionar do conhecimento do passado, reelaborado à luz do privado em detrimento do público, ou do privado enquanto atualização necessária de modos e de eventos desprovidos de significação absoluta, carentes sempre de relativizações fundamentais e imprescindíveis” (Marinho 2019, 117).

A representação narrativa da história de uma família camponesa corresponde àquela dos membros que lhe pertencem ou dos que a ela estão ligados, por laços mais ou menos próximos. A representação dos relatos familiares “nem sempre deve ser aceite sem restrições, dado que a focalização, forçosamente lacunar e parcial, deforma e mascara os acontecimentos e as interpretações que, porventura, deles se façam” (Marinho 2019, 117). Nesse sentido, para elaborar as micronarrativas que constituem o romance *Levantado do Chão*, David Frier (2020, 94-95) já nos alertou em trabalho recente que Saramago fundamentou grande parte dos acontecimentos ficcionais no diário do camponês alentejano João Domingos Serra, que registrou inúmeros episódios ocorridos com sua família alentejana, episódios que acabaram por motivar muitas das cenas narradas no romance saramaguiano de 1980.

É o que se nota na morte trágica dos personagens Augusto Pinteu e sua esposa, que lembra muito a narração dedicada ao falecimento do tio de João Serra, o “António Augusto Lopes” (Serra 2010, 77-79), assim como o episódio no qual o jovem personagem João Mau-Tempo se lembra de ter ficado sujeito a comentários pejorativos acerca da sua virilidade para ele “se mostrar mais produtivo no trabalho” (Saramago 1980, 75), cena que, por sua vez, se refere a outro episódio no qual o camponês João Serra conta como os empregados acabavam por aceitar as atitudes competitivas e hierárquicas dos donos, concorrendo entre si para “acabar as tarefas o mais rápido possível e ridicularizando os próprios camaradas que se mostravam mais lentos no trabalho” (Serra 2010, 95).

Tal encadeamento de episódios emerge na dinâmica das memórias individuais que, limitadas sobre si mesmas, “surgem como relatos de fatos, sincopados em capítulos feitos como se fossem falas fechadas, e que se encadeiam em conjuntos mais amplos de relatos parciais que

apontam para um tom de crescimento ou evolução e constroem os lances de fundo das vidas em foco” (Martins Filho 2012, 43). O primeiro significativo elemento microcósmico do romance surgirá com o silêncio opressivo que atinge a realidade de muitas famílias do Alentejo, ressaltando a mudança do comportamento de alguns. Esse momento de transformação terá seu paralelo na passagem do percurso do casal de personagens Domingo Mau-Tempo e Sara da Conceição para a geração posterior, em que se registra a jornada do casal João Mau-Tempo e Faustina.

O segundo casal emerge como a expressão da transmutação que se sucede à primeira geração, marcando o processo de consciencialização das forças sociais, culturais e as contingências das contradições internas, o processo das trocas até então não questionadas, do existir em produção a partir do qual começam a expressar uma nova luz sobre “o relacionamento percebido como diverso entre patrão e empregado. Podemos reconhecê-lo quando do aparecimento do amigo e futuro genro Manuel Espada, em seu conflito com as novas máquinas, e do amigo Sigismundo Canastro, com a abertura de um novo diálogo social e horizonte de sentido e vida” (Martins Filho 2012, 45-46).

Assim, é possível afirmarmos que as ações dos personagens de *Levantado do Chão* são antecedentes, simultâneos ou posteriores à vida de João Mau-Tempo, protagonista que será o alter ego do camponês João Domingos Serra, cujas memórias o convertem, no romance, em um personagem nuclear na dinâmica transformativa da história familiar dos Mau-Tempo. Mas, sem dúvida, que os demais personagens, em seus próprios contextos, em seus próprios nichos narrativos parciais, vão expressar não só as ideias, cujas linhas de força figuram na vida em foco, como também existirão por direito e função próprios na trama textual: “Eles abrem uma dimensão particular no conjunto da obra com suas subjetividades sugeridas e atuantes, ainda que não focadas, cuja realidade e presença será a riqueza silenciosa de uma persistência exemplar” (Martins Filho 2012, 46).

Em suma, é possível observar, na alquimia do relato de *Levantado do Chão*, os instrumentos formais do seu narrador, que realizará este processo de transfiguração de um povo em classes por meio de uma narrativa que se atém a diversas ações e reações microscópicas:

O que ocorre será o deslocamento em círculos encadeados de sentido, das subjetividades, das descrições existenciais, e dos silêncios em meio a falas, como compassos de uma obra bem orquestrada. A palavra de Saramago buscará, com base no que vimos até aqui, criar uma certa concepção do real, a diversidade e, em franca oposição, àquela suposta ordem natural na concepção de um Garrett, mas que, até hoje, ainda insiste em se tornar presente. Tentará fazê-lo da mesma forma, agora transformada, com o reconhecimento da força de um relato simbólico e mítico (Martins Filho 2012, 44).

A partir dessa trama, Saramago ensaia, em *Levantado*, um microcosmo que, por extensão lógica, representa o macrocosmo do Portugal rural da época da ditadura salazarista: os conflitos e as tensões entre a classe camponesa (cada vez mais consciente da opressão em que viviam) e a

classe dominante dos patrões e proprietários de terra. As marcas representacionais encontradas nesse romance muito se aproximam das considerações do historiador Peter Burke ao descrever as características metodológicas da “Nova História Local”:

Esses estudos locais, urbanos e rurais, têm grande semelhança, formando como que um grupo familiar. Quase sempre são divididos em duas partes, estruturas e conjunturas, e se fundamentam em fontes que possibilitam dados bastante homogêneos, [...]. As características dos estudos regionais desse grupo eram: iniciava-se pela geografia da região, descrevia-se em seguida a estrutura econômica, social e mental e concluía-se com uma análise das atitudes políticas e com um balanço das transformações no tempo (Burke 2010, 80-81).

A extensão temporal micro e macrocósmica da ação romanesca de *Levantado do Chão*, que começa por descrever as características geográficas do Alentejo, é só um dos traços que configuram a saga familiar dos Mau-Tempo, estando ao mesmo tempo presentes aspectos relativos ao código representativo, actancial e, finalmente, temático (Cavaliere 2002). A referência às várias gerações dessa família fictícia é muito importante tendo em vista a saga familiar que representa, pois, no romance, não se trata somente de um personagem a ser focalizado, mas um conjunto de personagens irmanados pela pertença a um determinado microcosmo (uma família, ou outro tipo de comunidade contanto que seja restrita, como a aldeia ou a vila) e pertencentes a diferentes gerações que, ao longo de uma diegese caracterizada por estrutura encadeada e tendencialmente linear, se alternarão no papel de protagonistas, apesar de João Mau-Tempo servir como base ou divisor para os acontecimentos anterior e posteriormente representados.

Cabe salientar, por fim, que a referência à família Mau-Tempo como eixo da ação romanesca é importante em termos estruturais, visto que permite destacar a ausência e a presença de acontecimentos dominantes em relação aos casos de opressão no campo e a crescente resistência que daí advém, elementos que conferem unidade à ação principal da obra. No entanto, cabe salientar que as estratégias para a representação microscópica variam de acordo com as obras saramaguianas, visto que elas não apresentam um único padrão para atingir tal efeito de representação.

Se em *Levantado do Chão* as micronarrativas se centram no plano actancial dos personagens com base nos registros de camponeses em diários e reportagens, em *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), por exemplo, não foi necessário um esforço documental tão precisamente microscópico, bastando para tanto a memória literária, jornalística e fílmica: “Ricardo Reis [...] um senhor bem-posto, sem boina nem boné, de gabardina clara, camisa branca e gravata” (Saramago 1988, 40). O traçado micronarrativo do protagonista Ricardo Reis é efetuado a partir de uma minuciosa descrição dos passeios lisbonenses desse heterônimo pessoano, o que torna o elemento descritivo mais macro-espacialmente significativo, vindo a constituir um dos alicerces do romance, em que se destaca “o limitado microcosmo, caracterizado pela observação direta e a experiência sensível, em

oposição ao macrocosmo que, como se verá, é mediado pela informação indireta e apenas verbal (literária, jornalística e, muito limitadamente, radiofônica): [...]” (Cavaliere 2002, 154). Assim nos mostra o seguinte trecho desse romance de 1986:

[...], desce Ricardo Reis do eléctrico, com isto já passa das dez, poucas são as pessoas que andam fora de casa, nas altas fachadas dos prédios quase não se vêem luzes, é assim no geral, os moradores estão lá para as traseiras, as mulheres na cozinha a acabar de lavar a louça, as crianças já deitadas, os homens bocejando diante do jornal ou a tentar apanhar, entre os tremores, rugidos e desmaios da estática, Rádio Sevilha, por nenhuma razão especial, apenas, talvez, porque nunca lá puderam ir. Ricardo Reis segue pela Rua Saraiva de Carvalho, na direcção do cemitério, à medida que se aproxima tornam-se os passantes mais raros, ainda está longe do seu destino e já vai sozinho, desaparece nas zonas de sombra que há entre dois candeeiros, ressurgue à luz amarelada, adiante, [...] (Saramago 1988, 173).

Ricardo Reis surge assim a partir do conjunto de pessoas que caminham ao seu redor, junto aos tremores e rugidos da cidade de Lisboa, por onde trilha paralelamente aos transeuntes. Pelas ruas vai cadenciando seus passos e seus caminhos, legando à estátua de Camões o seu destino de todos os dias, a contentar-se com o espetáculo do mundo. Ao seguir os passos de Ricardo Reis, o leitor vai se embrenhando na teia de ecos constituídos por toda uma memória cultural, a exemplo dos escritos de Luís de Camões, Cesário Verde e Fernando Pessoa que percorrem, “por vezes em filigrana ideologicamente trabalhada, este romance de José Saramago em cujas páginas as personagens e os acontecimentos confluem numa Lisboa-cidade labiríntica, decadente e ‘sombria, recolhida em frontarias e muros’, ‘guardada’ por um Adamastor de dolorosa expressão” (Arnaut 2023, 8).

Considerações finais

A partir da perspectiva micronarrativa identificada nos romances de José Saramago, podemos concluir que o reconhecido ficcionista português se aproxima muito mais da tese de Georg Lukács segundo a qual “o romance histórico poderia encenar o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra”, de modo que seus personagens demandariam “um tipo, uma síntese do geral e do particular” (Lukács 2000, 151).⁷

Tal perspectiva histórica exige, portanto, a representação de tipos histórico-sociais, que constituiriam a categoria central e o critério da concepção micro representacional da literatura de Saramago. Dessa perspectiva, seus personagens-tipo só seriam significantes se eles portarem a marca das tendências reais da evolução histórica. Eles aliam às características sociais aos traços individuais e, nesse sentido, são frutos de um processo de generalização, estimulando, assim, um jogo de escalas macro e micro dimensionais: “os destinos individuais são alçados à classe de tipos

⁷ Para Lukács, “a compreensão unitária do processo histórico permitiria, [...], a compreensão de um acontecimento na sua função real no interior do todo histórico ao qual ele pertence” (Gobbi 2004, 45).

e se tornam representativos de uma determinada época e de uma determinada sociedade” (Gobbi 2004, 46).

Diante dessas alíneas, claramente Saramago se distancia da tese de Linda Hutcheon, visto que tal síntese tipológica não acontece na sua proposta de metaficção historiográfica, tão utilizada pelos seus estudiosos para analisar a produção romanesca saramaguiana.⁸ Todavia, é verdade que, próximos da tese de Hutcheon, os protagonistas das ficções de José Saramago não se resumem a apenas personagens-tipo, com base em Lukács, visto que “podem ser tudo, para além dos tipos propriamente ditos: são os ex-cêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional” (Hutcheon 1991, 80-81), extrapolando muitas vezes o processo histórico-social de generalização dos indivíduos teorizado pelo pensador húngaro.

No entanto, balanceando as marcas dos elementos micro dimensionais do texto saramaguiano, concluímos que o autor raramente se interessa em isolar seus personagens do corpo social em que está inserido, pois, ao traçar suas mentalidades e materialidades, acaba por se remeter ao conjunto de imagens e situações referentes aos membros de um determinado grupo e lugar históricos. Desse modo, Saramago “Procura reconhecer este magma confuso de presunções herdadas ao qual se refere a cada momento, sem prestar atenção nele, mas sem tampouco expulsá-lo de seu espírito” (Duby e Lardreau 1989, 91).

Portanto, vimos que Saramago mostra, com sua literatura, uma plasticidade variável da macro e micro-história, se atentando ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, e se voltando às pequenas notícias e aos pequenos dramas, sem deixar de lado os acontecimentos da superfície, a história com oscilações de média amplitude, escandidas por fases de alguns decênios, que poderíamos chamar de conjuntural. Observamos que esse jogo de escalas permite ao escritor português acessar os conflitos pessoais, as emoções populares de origem política ou religiosa, as agitações de opinião, a repercussão de um discurso, de um sermão ou de um invento, transitando da simples passagem de uma personalidade excepcional que, pela sua presença, irradia tudo à sua volta: “É sobretudo ao nível desta micro-história que se estabelecem as relações entre os grupos e as pessoas: reacção do indivíduo às pressões exteriores” (Duby e Lardreau 1989, 33-36).

Assim, Saramago usufrui do recurso literário para estabelecer um processo de representação de elementos históricos microscópicos, fazendo da metáfora ficcional um instrumento variável e analítico por excelência. Por essa estratégia coerentemente interpretativa e inferencial, a noção de

⁸ Essa perspectiva de análise foi iniciada em 1991, com o estudo de Helena Kaufman, intitulado “A metaficção historiográfica de José Saramago”, em que afirma o seguinte: Ao analisar vários exemplos da metaficção historiográfica pode dar-se ênfase ao seu aspecto pós-moderno – o motivo do confronto ou do diálogo com o passado. Mas é possível também encarar a metaficção historiográfica como uma nova maneira de escrever a ficção histórica, reformulando o padrão tradicional do ‘romance histórico’. É essa perspectiva que vamos adoptar na análise de três romances de José Saramago: *Memorial do Convento*, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e *História do Cerco de Lisboa*” (Kaufman 1991, 125).

redução de escala de observação, proposta pela micro-história, se apresenta a Saramago como uma ferramenta de representação narrativa viável ao seu estudo histórico e aos seus projetos de composição ficcional, fazendo do 'local' um campo de microrrelações entre grupos e indivíduos em seus respectivos conflitos e espaços de convívio. Por fim, concluímos que, em Saramago, as representações literárias do 'local' perpassam a micro-história, proporcionando outros efeitos de conhecimento em suas mais distintas especificidades, pois desloca as hierarquias e sobreposições entre o nacional e o regional, além de possibilitar repensar as relações entre as categorias centro/periferia, heróis/marginalizados que estão na base de suas consagradas obras.

Referências bibliográficas:

- Arnaut, Ana Paula. "José Saramago: a voz e os ecos", *Reflexos*, n. 7 (2023): 1-14. Disponível em: <http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/1564>. Acesso em 02 mai 2023.
- Bastazin, Vera. "José Saramago: hibridismo e transformação dos gêneros literários". *Nau Literária*, 2, n. 2 (2006): 1-14.
- Burke, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2.^a ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- Cavaliere, Mauro. "A coordenadas da viagem no tempo: uma contribuição para a teoria da ficção histórica baseada em alguns textos portugueses dos séculos XVI, XIX, e XX". Tese de Doutorado, Estocolmo, Universidade de Estocolmo, 2002.
- Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- Duby, Georges, e Guy Lardreau. *Diálogos sobre a Nova História*. Trad. Teresa Menezes. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- Frier, David. "Das crônicas familiares à construção de um romance: da gênese de *Levantado do Chão*". Em *José Saramago. Nascido para isto*, org. Carlos Reis, 85-124. Lisboa: Fundação José Saramago, 2020.
- Ginzburg, Carlo. "Latitudes, escravos e a bíblia: um experimento em micro-história". *ArtCultura*, Uberlândia, 9, n. 15, (2007): 85-98.
- Ginzburg, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Gobbi, Márcia Valéria Zamboni. "Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica". *Itinerários*, Araraquara, n. 22 (2004): 37-57.
- Guerios, Alexsander João. "Os Annales e a Micro-história – um viés historiográfico pelas obras do historiador italiano Carlo Ginzburg". Monografia de graduação em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- Gusmão, Manuel. "O sentido histórico na ficção de José Saramago". *Vértice*, n. 87 (1998): 7-24.
- Hutcheon, Linda. *Poéticas do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
-

- Kaufman, Helena. “A metaficção historiográfica de José Saramago”. *Colóquio / Letras*, n. 120 (1991): 124-136.
- Lukács, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- Marinho, Maria de Fátima. “A memória da família”. *Revista de Estudos Literários*, 9 (2019): 115-130.
- Martins, Adriana Alves de Paula. *A construção da memória da nação em José Saramago e Gore Vidal*. Frankfurt: Peter Lang GmbH, 2006.
- Martins Filho, Alcindo Miguel. *Lendo José Saramago: Levantado do Chão*. Joinville: Clube de Autores, 2012.
- Mendes, José Amado. “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”. *Revista Portuguesa de História*, XXXIV (2000): 349-368.
- Orellana, Rodrigo Castro. “Michel de Certeau: história e ficção”. *Princípios*, Natal (RN), 19, n. 31 (2012): 5-27.
- Reis, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.
- Reis, Carlos. “Romance e História depois da Revolução. José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea”. Em *José Saramago. Il bagaglio dello scrittore*, ed. Giulia Lanciani, 23-36. Roma: Bulzoni Editore, 1996.
- Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- Sabine, Mark. *José Saramago. History, Utopia and the Necessity of Error*. Cambridge: Legenda, 2016.
- Saraiva, João. “José Saramago segundo a micro-história: algumas. Reflexões sobre o romance “memorial do convento” (1982). *Anais do XIX Seminário de História da UFRN*. Natal-RN. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14051583-Josesaramago-segundo-a-micro-historia-algumas-reflexoes-sobre-o-romance-memorial-do-convento1982.html>. Acesso em 02 fev. 2018.
- Saramago, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Saramago, José. *O Íntimo e o Real: Simulações e Iluminações*. Texto datilografado com anotações e assinatura autógrafa do escritor. Integra a exposição fixa “A semente e os frutos” da Fundação José Saramago, de curadoria de Fernando G. Aguilera. 1986, 1 p.
- Saramago, José. *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho, 1980.
- Serra, João Domingos. *Uma família no Alentejo. Mistérios da natureza e da política*. Lisboa: Fundação José Saramago, 2010.
- Soares, Martinho Tomé Martins. “História e Ficção em Paul Ricoeur e Tucídides”. Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.
- Vainfas, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- Vieira, Beatriz de Moraes. 2012. “Um ‘Giro Linguístico’ em torno de Carlo Ginzburg, Hayden White e Eric Auerbach”. Em *Anais do 6.º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*, orgs. Marcelo de Mello Ragel, Mateus Henrique Faria Pereira e Valdeci Lopes de Araujo, Ouro Preto, 2012. .

Recebido: 05 de maio de 2025

Aprovado: 10 de junho de 2025

Dossiê: Micro-história e saberes situados: colonialidade do poder e translocalidade

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49086>

“Que só os casados possam entrar na governança das câmaras das vilas”: enlaces matrimoniais em uma freguesia mineira no século XVIII *

*“That only married men may participate in the governance of town councils”:
marital alliances in an eighteenth-century parish of Minas Gerais*

*“Que solo los casados puedan participar en el gobierno de los cabildos”:
enlaces matrimoniales en una parroquia minera del siglo XVIII*

Carla Maria Carvalho de Almeida **

<https://orcid.org/0000-0001-9048-2661>

RESUMO: Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é investigar as redes de alianças, o sistema de casamentos e os modos de transmissão patrimonial em Minas Gerais. A partir de um “exercício de micro-história” ou de um estudo de caso inspirado nessa metodologia, partimos de duas freguesias do termo de Mariana nas Minas Gerais no século XVIII, para discutir tanto os aspectos mais gerais e quantitativos sobre o sistema de casamentos, como também apreender a dinâmica de construção das redes horizontais e verticais de solidariedade na região. Especificamente neste artigo, nos concentraremos na análise do sistema de casamentos em São Sebastião, uma das freguesias que faz parte do estudo mais amplo, no período de maior dinamismo da atividade mineradora, ou seja, até a década de 1760. Faremos um corte mais verticalizado para explorar os matrimônios mistos entre mulheres forras e homens cativos e abordaremos os diversos enlaces matrimoniais ocorridos no interior de um grupo familiar da elite residente na região.

* Essa pesquisa contou com financiamento do CNPq e da Fapemig.

** Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição. Doutora em História Social pela UFF com pós-doutorado na Universidade de Lisboa e na UFRJ. Autora de *Ricos e pobres em Minas Gerais* (Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010) e organizadora de *Diálogos com o império* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019). Também organizou com João Fragoso e Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Conquistadores e negociantes* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007). Coordenadora do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES). E-mail institucional: carlamca.almeida@ufjf.br.

Palavras-chave: Casamentos. Redes de alianças. Minas colonial.

ABSTRACT: This study is part of a broader research project aimed at investigating alliance networks, the marriage system and modes of property transmission in Minas Gerais. Based on a “microhistory exercise” or a case study inspired by this methodology, we begin with two parishes from the Mariana district in 18th-century Minas Gerais to discuss the more general and quantitative aspects of the marriage system, and to understand the dynamics of the construction of horizontal and vertical solidarity networks in the region. Specifically in this article, we will focus on the analysis of the marriage system in São Sebastião, one of the parishes included in the broader study, during the period of greatest dynamism in mining activity, that is, up to the 1760s. We will take a more vertical approach to explore mixed marriages between freed women and enslaved men and will address the various matrimonial ties that occurred within a family group of the local elite.

Keywords: Marriages. Alliance networks. Colonial Minas.

RESUMEN: Este estudio forma parte de una investigación más amplia cuyo objetivo es investigar las redes de alianzas, el sistema de matrimonios y los modos de transmisión patrimonial en Minas Gerais. A partir de un “ejercicio de microhistoria” o de un estudio de caso inspirado en esta metodología, partimos de dos parroquias del término de Mariana en Minas Gerais en el siglo XVIII para discutir tanto los aspectos más generales y cuantitativos del sistema matrimonial como también comprender la dinámica de construcción de redes horizontales y verticales de solidaridad en la región. Específicamente en este artículo, nos centraremos en el análisis del sistema matrimonial en São Sebastião, una de las parroquias que forma parte del estudio más amplio, durante el período de mayor dinamismo de la actividad minera, es decir, hasta la década de 1760. Haremos un recorte más verticalizado para explorar los matrimonios mixtos entre mujeres libertas y hombres esclavizados, y abordaremos los diversos enlaces matrimoniales ocurridos dentro de un grupo familiar de la élite residente en la región.

Palabras clave: Matrimonios. Redes de alianzas. Minas colonial.

Como citar este artigo:

Almeida, Carla Maria Carvalho de. “Que só os casados possam entrar na governança das câmaras das vilas”: enlaces matrimoniais em uma freguesia mineira no século XVIII”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 99-131.

Introdução

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é investigar as redes de alianças, o sistema de casamentos e os modos de transmissão patrimonial característicos dos membros da elite, comparando-os não só com o de outros grupos, mas também com o que estava previsto formalmente no direito português e aquilo que efetivamente se verificava no cotidiano das Minas Gerais. A partir de um “exercício de micro-história” ou de um estudo de caso inspirado nessa metodologia, partimos de duas freguesias do termo de Mariana nas Minas Gerais do século XVIII (São Sebastião e São Caetano¹), para discutir tanto os aspectos mais gerais e quantitativos sobre o sistema de casamentos, como também apreender a dinâmica de construção das redes horizontais e verticais de solidariedade na região. Especificamente neste artigo, nos concentraremos na análise do sistema de casamentos em São Sebastião, uma das freguesias que faz parte do estudo mais amplo, no período de maior dinamismo da atividade mineradora, ou seja, até a década de 1760. Faremos um corte mais verticalizado para explorar os matrimônios mistos entre mulheres forras e homens cativos e abordaremos os diversos enlaces matrimoniais ocorridos no interior de um grupo familiar da elite residente na região. Utilizaremos como fontes principais os 104 processos de dispensas matrimoniais encontrados para a localidade no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)² e o Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes), de 1735 a 1807³, também abrigado no AEAM. Neste livro estão registrados até o ano de 1760, 193 matrimônios. Por vezes lançarei mão de alguns dados do levantamento inicial da documentação feita para as duas freguesias.

Desde a década de 1980 a historiografia brasileira viu proliferar o número de trabalhos dedicados à história da família na sociedade escravista. Lançando mão de metodologias amplamente utilizadas pelos historiadores europeus, esta historiografia tem se concentrado nas análises de caráter demográfico e dedicado especial atenção à família escrava e, em alguma medida, aos demais grupos sociais. Avançamos muito no nosso entendimento sobre as questões relativas ao tipo de família predominante em cada região; na ampliação da noção de parentesco que passou também a incorporar a ideia do parentesco fictício ou por afinidade; na compreensão do sentido da constituição dos laços familiares entre os cativos para a manutenção da escravidão etc. No que diz respeito à família escrava, temos visto um esforço dos historiadores em buscarem nas origens africanas de grande parte da população cativa, traços culturais que expliquem algumas

¹ Atualmente estas localidades continuam pertencentes à cidade de Mariana, mas tiveram suas denominações alteradas para Bandeirantes e Monsenhor Horta, respectivamente.

² Daqui para a frente indicado como AEAM.

³ Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>. Neste artigo, só utilizarei os registros de casamentos realizados até 1760.

características dos comportamentos e dos sistemas familiares que aqui foram capazes de estabelecer. Também os casamentos entre “desiguais” e as relações interétnicas têm sido resgatadas, não mais na perspectiva da anomia como fazia a historiografia mais tradicional⁴.

Embora ainda tímido, também teve início um movimento de aproximar as análises dos arranjos familiares aqui existentes e aqueles predominantes no reino português. Movimento esse fundamental quando constatamos que os estudos sobre demografia e família em Portugal têm avançado muito nas últimas décadas demonstrando a grande dificuldade de enquadrar os sistemas familiares portugueses dentro dos modelos gerais formulados pela historiografia europeia que, muitas vezes, serviram de parâmetro para os estudiosos brasileiros (Scott 2002). Se é evidente a importância de a historiografia brasileira estabelecer uma reflexão comparativa entre os padrões familiares predominantes no Brasil colonial (tanto no que diz respeito aos índices demográficos, quanto aos padrões culturais) e aqueles característicos da sociedade portuguesa, no caso de Minas Gerais, esta aproximação é ainda mais imprescindível. O grande afluxo de reinóis para a região por ocasião da descoberta dos veios auríferos é por demais conhecida e, por isso mesmo, se analisarmos as dinâmicas familiares de casamentos e de transmissão do patrimônio à luz das investigações sobre as variáveis demográficas de Portugal no mesmo período, estaremos muito mais próximos de construir modelos interpretativos historicamente adequados às realidades de que tratamos.⁵

A aproximação da historiografia brasileira com a micro história italiana que tem marcado os estudos mais recentes também ter permitido descortinar realidades até então pouco destacadas nos estudos sobre as relações familiares. A diminuição da escala de observação tem permitido trazer à tona comportamentos e estratégias dos grupos familiares e dos indivíduos que, de outro modo, ficariam encobertos. Quando a essa análise mais recortada se juntam observações de caráter mais geral e/ou quantitativo, produz-se um jogo de escalas muito salutar para a apreensão das dinâmicas que informavam a vida familiar. É um pouco essa a estratégia metodológica que se quer adotar nesta pesquisa. Ou seja, ao mesmo tempo que lançaremos mão de observações que possibilitem dimensionar quantitativamente os traços do sistema de casamento característico das populações estabelecidas na capitania de Minas Gerais, acreditamos ser fundamental analisar as possibilidades

⁴ Não cabe aqui fazer um levantamento da produção historiográfica sobre História da Família no Brasil, mas tão somente deixar indicadas algumas de suas características que podem nos orientar nesta pesquisa. Uma boa compilação sobre os avanços nesta área pode ser vista em *História da Família no Brasil: séculos XVIII, XIX e XX* (Libby, Meneses, Furtado, e Frank 2015). Em relação aos enlaced entre desiguais, merece destaque o balanço apresentado no estudo de Ana Sílvia Volpi Scott e Dario Scott (Scott e Scott 2015), bem como no artigo de Máisa Faleiros Cunha (Cunha 2017).

⁵ Alguns pesquisadores têm se empenhado nesse caminho, sendo os estudos de Donald Ramos, pioneiros no estabelecimento deste tipo de aproximação (Ramos 1990). Em estudo anterior tentei fazer algumas reflexões nesse sentido (Almeida 2006). Merece também ser destacado o trabalho de Ana Luíza Pereira que analisa a região de Sabará à luz dos padrões da região Norte de Portugal (Pereira 2009).

de escolhas, ainda que limitadas, e as decisões dos sujeitos individuais e dos grupos familiares na definição dos arranjos nos quais se envolviam. Afinal, como muito tem nos ensinado a antropologia e a micro história, os sistemas normativos não são impenetráveis e toda ação social é feita de escolhas, estratégias e manobras possíveis de serem adotadas aproveitando-se das brechas e contradições desses mesmos sistemas que orientavam a sociedade do Antigo Regime.

O casamento como tática para sossegar as populações das Minas

São muitos os estudos que apontam para a função normatizadora do casamento no Antigo Regime e a insistente tentativa da coroa portuguesa em usar as regras canônicas desse sacramento para disciplinar as populações estabelecidas em suas possessões coloniais, notadamente na América. Uma fala do rei Dom João V ao Conde de Assumar datada de 22 de março de 1721, indica muito adequadamente a linha de atuação que a monarquia esperava das autoridades em Minas no que diz respeito ao matrimônio:

[...] que considerando-se que os povos das minas, por não estarem suficientemente civilizados e estabelecidos em forma de repúblicas regulares, facilmente rompem em alterações e desobediências, se lhe devem aplicar todos os meios que os possa reduzir a melhor forma: me pareceu encarregar-vos (como por esta o faço) procureis com toda a diligência possível, para que as pessoas principais, e ainda quaisquer outras, tomem o estado de casados, esses estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegeram para sua vocação porque por este modo ficarão tendo mais amor à terra, e maior conveniência do sossego dela, e conseqüentemente ficarão mais obedientes às minhas reais ordens, e os filhos que tiverem do matrimônio os farão ainda mais obedientes, e vos ordeno me informeis se será conveniente mandar eu que só os casados possam entrar à governança das Câmaras das vilas, e se haverá o suficiente número de casados para se poder praticar esta ordem, e porque sou informado que nessas terras há muitos rapazes, os quais se criarão sem doutrina alguma, que como são ilegítimos se descuidam os pais deles, nem as mães são capazes de lhes darem doutrina (Carta de Dom João a Dom Pedro de Almeida, 22/03/1721, RAPM, ano XXX, 1979, 125-126).

Em resposta à missiva real, um ano depois, o novo governador Dom Lourenço de Almeida escreveria concordando que o desassossego daqueles moradores estava diretamente relacionado ao fato de serem quase todos os habitantes moços e solteiros e, por isso mesmo, pouco afeitos à obediência e sempre predispostos a promoverem “alterações”. Afinal, reforçava o governador, sem mulher e filhos e tendo de seu basicamente ouro, aqueles jovens moços não tinham muito o que perder nem a quem legar. Informava que pela sua experiência percebia que os poucos casados que havia nas Minas eram “muito maiores trabalhadores em desentranharem ouro da terra que estes solteirões, que só lhe leva o tempo a cuidarem em extravagância”. Sugeriu que para se alcançar o objetivo de que mais moradores contráissem matrimônio, o rei não deveria permitir que mulher alguma saísse da região para ir a Portugal ou para as ilhas se tornarem freiras, como acontecia com frequência. Se queixava informando ao monarca que ouvira dizer que o governador do Rio de Janeiro “põe o maior cuidado em que não entrem mulheres para estas Minas” (Carta de Dom Lourenço de Almeida ao Rei Dom João de 19/04/1722, RAPM, Ano XXXI, 1980, 110-111).

Apesar da preocupação das autoridades reinóis em incentivar, promover e normatizar o sacramento do matrimônio entre a população da capitania, muitas vezes descrita como volátil, desassossegada e pouco afeita às uniões estáveis, um relato de 1753 apresenta uma percepção distinta dessa situação, talvez por já se referir a um período de maior assentamento da população comparativamente aos anos iniciais das descobertas auríferas. Em documento que tentava consolidar os inquéritos sobre os rendimentos do bispado de Mariana para ser remetido à coroa, o ouvidor-geral de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso, informava:

De provisões para casamentos, diz o original que se farão 1.000 em cada ano, excetuando escravos que nada pagam, e entendo se fazem mais e que chegarão a 1.500 um ano por outro, porque os filhos do Reino, por falta de interesses para se retirarem para as suas pátrias, se vão casando e estabelecendo, por terem perdido a esperança, e os filhos do país casam de pouca idade, e os que tem casta da terra e de neófitos casam todos [...] (Figueiredo e Campos 1999, 726).

Ou seja, na perspectiva do ouvidor os casamentos eram frequentes e rendiam considerável quantia para os cofres da administração eclesiástica. Rendimentos estes que podiam ser ainda maiores por conta da prática comum de se realizarem os casamentos nas capelas e oratórios, o que obrigava à retirada de outra provisão. Nesse relato, embora seja destacado que o casamento era prática frequente entre os habitantes da capitania, aparecia também a observação de que nem sempre estes enlces seguiam o que era estipulado pela igreja e pela coroa, que presavam pelas uniões entre nubentes de igual condição. Segundo Costa Matoso, poucos eram os matrimônios realizados na igreja matriz das diversas localidades das Minas, “a maior parte dos que se casam se recebem nas capelas por evitarem despesas, viagens e publicidades, de que se guardam uns por pobreza, estes por casarem com pessoas desiguais, aqueles com pretos e outros com grande velhice” (Figueiredo e Campos 1999, 726). Em livro clássico sobre a história da família no Brasil, Maria Beatriz Nizza da Silva ressalta que, além da insistência para a realização do matrimônio, a Igreja sobretudo determinava que estes deveriam ser realizados entre iguais, ou seja, entre cônjuges que tivessem compatibilidade etária, social, física e moral (Silva 1984, 66). O que o relato do ouvidor indica é que nem sempre estas normativas eram seguidas, o que também é reforçado pelas fontes trabalhadas nesse estudo. Embora a grande maioria dos trabalhos sobre o tema indique que nos casamentos legalmente estabelecidos predominava o padrão da igualdade, principalmente no que diz respeito à condição jurídica — livres com livres, escravos com escravos, forros com forros — (Scott e Scott 2015, 38), também não eram incomuns arranjos que fugissem à regra. Notadamente em relação à diferença etária eram predominantes os arranjos em que os homens se casavam com

idade bem mais avançada do que as mulheres, principalmente entre a população mais abastada (Almeida 2006, 91)⁶.

A Freguesia de São Sebastião

A Freguesia de São Sebastião, atual distrito de Bandeirantes, é uma pequena localidade do termo de Mariana ocupada desde os primeiros anos das descobertas auríferas, que se estende ao longo e às margens do Rio de Nossa Senhora do Carmo ou, como é mais comumente chamado, do Ribeirão do Carmo. Segundo Diogo de Vasconcelos, passados alguns anos dos dois graves episódios de fome que levaram à debandada dos primeiros povoadores que por ali haviam se assentado nos anos finais do século XVII, retornaram novamente os mineiros voltando a explorar os ricos veios do ribeirão em busca do ouro (Vasconcelos 1904, 122). Na região tinham se estabelecido vários aparentados do Guarda Mor Garcia Rodrigues Paes que distribuía entre eles as melhores datas de terras minerais. Por volta de 1703, por ali já estava assentado Maximiliano de Oliveira Leite, sobrinho de Garcia Rodrigues e possuidor de muitas lavras e roças. Vasconcelos afirma que datam desta época os primeiros estabelecimentos definitivos nas regiões do Carmo. A capela que daria origem à freguesia de São Sebastião foi erigida pelo sertanista Sebastião Fagundes Varella.

Bem próximo dali, Caetano Pinto de Castro, cunhado de Sebastião Varella, fundou a capela de São Caetano. Estas duas capelas se converteriam nas matrizes das respectivas paróquias de São Sebastião e São Caetano. Em 1724, Dom João V dizia em carta ao governador que, pelas informações que possuía, além das treze igrejas já indicadas pelo cabido do Rio de Janeiro para serem vigarias coladas nos distritos das Minas, havia na região outras igrejas “que pelos sítios, rendimento e número de fregueses, merecem igualmente ser eretas em Vigarias” (RAPM, Ano XXX, 1979, 182). No mapa que enviava, constavam 24 igrejas para serem coladas e eretas em Vigarias, dentre as quais estavam as Igrejas de São Sebastião e São Caetano. Ou seja, as duas freguesias já eram consideradas nessa ocasião localidades com alguma relevância e dinamismo.

Embora não existam dados estatísticos e demográficos muito consistentes sobre a localidade de São Sebastião nos anos iniciais do século XVIII, analisaremos alguns indicadores que nos ajudam a dimensionar a população ali residente. Nos livros de registros dos quintos existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana verificamos que, em 1723, São Sebastião

⁶ Em estudo sobre a região do Rio das Mortes em Minas Gerais, Silvia Brügger discutiu a questão dos princípios da igualdade entre as partes para a realização dos casamentos em diferentes contextos. Se no início do século XVIII a questão do “gosto dos casados” não estava em questão na definição dos arranjos, já que o objetivo do casamento era muito mais a realização dos interesses familiares, ao final do XIX, a emergência do romantismo já colocava em cena a importância dos casamentos por amor (Brügger 2007, 222-223).

contava com 134 proprietários de escravos possuidores de 1.137 cativos, portanto, no mínimo 1.271 pessoas viviam na localidade⁷. Em 1725, a mesma freguesia já contava com 150 proprietários de escravos, sendo 23 deles possuidores de plantéis com mais de 20 cativos. Registrava ainda a existência de 34 vendas⁸. A população escravizada registrada e sobre a qual era calculado o pagamento do quinto devido por cada proprietário era, naquela ocasião, de 1.459 indivíduos. Ou seja, em 1725 a localidade tinha no mínimo 1.609 moradores, um aumento populacional de 26,59% em relação a dois anos antes. Estes dados são obviamente apenas indicadores mínimos, já que, nestes registros não estão contabilizados os cônjuges, filhos e outros agregados destes proprietários, nem a população livre não proprietária de escravizados. Já no “Rol das pessoas de confissão e comunhão em diversas vilas de Minas Gerais” do ano de 1749 encontrado no Códice Costa Matoso, encontramos a informação genérica de que em São Sebastião existiriam 1.500 pessoas (Figueiredo e Campos 1999, 707). Dentre as diversas localidades listadas neste documento, São Sebastião possuía nessa ocasião uma das menores populações, ficando à frente apenas de Camargos, Antônio Pereira e Macaúbas.

No levantamento realizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) para a nossa pesquisa mais ampla, foram identificados para as freguesias de São Sebastião e São Caetano do termo de Mariana (atuais distritos de Bandeirantes e Monsenhor Horta), 549 processos matrimoniais para todo o século XVIII (178 para São Sebastião e 371 para São Caetano). As duas localidades eram vizinhas, criadas quase ao mesmo tempo e, como pode ser observado no gráfico abaixo, a distribuição e frequência dos processos ao longo do tempo entre as duas localidades parece coincidir com o movimento de ocupação e expansão da região que se fez acompanhando o curso do Ribeirão do Carmo. Muitos moradores inicialmente estabelecidos em São Sebastião na margem esquerda do Rio do Carmo foram aos poucos se deslocando e incorporando novas datas de terras minerais e sesmarias para cultivo na direção da freguesia vizinha de São Caetano. Foi esse o caso do Coronel Maximiliano de Oliveira Leite e seu cunhado Caetano Álvares Rodrigues que tinham propriedades conjuntas nas duas localidades e, tendo inicialmente se estabelecido em São Sebastião, foram posteriormente incorporando terras e datas em direção à freguesia de São Caetano (Almeida 2007). Ou seja, considerando o volume total de processos de dispensas matrimoniais para as duas localidades, verificamos que a concentração no primeiro quartel do século foi mínima nas

⁷ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Livro n. 166. Livro de registro dos quintos. Relação de escravos e vendas. Mariana e termo - 1723.

⁸ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Livro n. 150. Livro de registro dos quintos. Relação de escravos e vendas. Mariana e termo - 1725.

duas localidades, totalizando 12 processos em São Sebastião e apenas 9 em São Caetano⁹. O segundo quartel concentra a maior parte dos processos de São Sebastião que posteriormente foram declinando, ao passo que, em São Caetano houve um movimento inverso aumentando o número de processos ao longo do século XVIII que acompanhava o relativo crescimento da população.

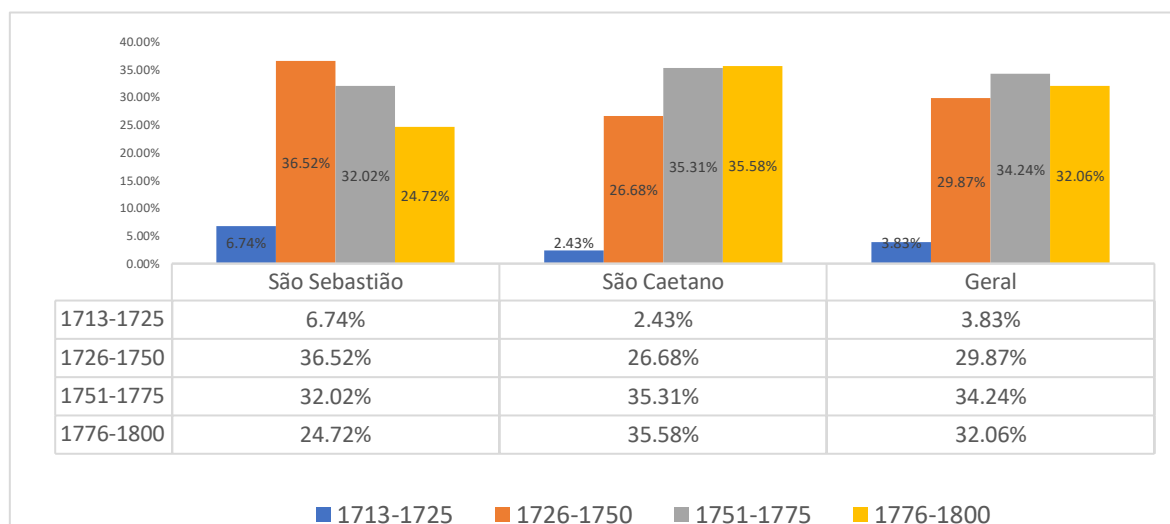


Gráfico 1 – Distribuição dos processos matrimoniais de São Sebastião e São Caetano no tempo

Fonte: Processos matrimoniais do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana 1700-1800.

Apesar destas observações iniciais sobre a distribuição dos processos nas duas localidades ao longo do século, como já destacado anteriormente, nesse artigo, me concentrarei na análise mais pontual dos processos matrimoniais existentes para a freguesia de São Sebastião no período de maior dinamismo da atividade mineradora, ou seja, até a década de 1760. Os 104¹⁰ processos matrimoniais existentes para São Sebastião neste período, permitem observar as principais características dos enlces matrimoniais estabelecidos pelos habitantes da localidade e apreender grande parte das redes de alianças em que aqueles indivíduos se envolveram. Como grande parte das exigências feitas pela igreja para autorizar a realização do casamento eram comprovadas mediante arguição de testemunhas que tivessem algum conhecimento dos nubentes, as ligações entre os moradores ficam claramente explicitadas e mapeadas. Laços de parentesco, vizinhança, compadrio, pertencimento a uma mesma terra no Reino, além de entrelaçamentos no mundo dos negócios, são elementos que pululam nestes depoimentos e que permitem a recomposição de suas trajetórias e redes de sociabilidade. Eventualmente, alguns episódios trágicos e conflituosos também vêm à tona, revelando situações que de outro modo seriam difíceis de serem mapeadas.

⁹ Nesse primeiro quartel do século XVIII os primeiros processos são datados de 1713. Antes disso, não há registros de processos de banhos para as duas localidades.

¹⁰ Dos 104 processos, apenas 96 possuem dados consistentes para serem analisados na abordagem quantitativa.

Além dos processos de dispensas matrimoniais, também lançarei mão dos dados obtidos no primeiro livro de registros de casamentos existente para a freguesia de São Sebastião¹¹.

Os matrimônios na freguesia

Nos aspectos mais gerais, os casamentos realizados em São Sebastião tenderam a seguir o padrão revelado pelos estudos de outras regiões. Como observado anteriormente, fosse pela vigilância da igreja, pela insistência das autoridades coloniais ou pela escolha dos envolvidos, majoritariamente os casamentos que se realizaram na freguesia ocorreram entre pessoas com a mesma condição, pelo menos no que dizia respeito à situação jurídica. Vejamos.

Tipos de arranjos	Livros de Registros Casamentos		Processos matrimoniais	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Casamentos entre iguais	171	88,60%	70	72,9%
Casamentos mistos	22	11,40%	26	27,1%
Totais	193	100%	96	100%

Tabela 1 – Tipos de arranjos matrimoniais na Freguesia de São Sebastião – 1713 a 1760

Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)¹² e processos matrimoniais do AEAM.

Como pode ser observado na tabela 1, tanto nos enlaces registrados no livro de casamentos da freguesia, quanto nos processos de habilitação para se casar, predominaram as uniões entre pessoas de mesma condição (88,60% e 72,9%, respectivamente). O maior percentual deste tipo de arranjo no livro de casamentos está relacionado ao grande número de enlaces entre escravizados registrados nesta documentação. Das 171 uniões realizadas entre pessoas de mesma condição, 109 foram casamentos em que os dois cônjuges eram escravizados, representando 56,5% de todos os matrimônios ocorridos na freguesia nesse período (tabela 2). Aliás, este número tão significativo de casamentos entre escravizados, nos obriga pelo menos a relativizar a ideia de que entre essa população as uniões formalizadas não eram tão frequentes. Considerando o número muito superior de cativos no conjunto da população, esta proporção não é tão surpreendente, mas ainda assim é bastante expressiva revelando a preocupação dos proprietários ou dos próprios cônjuges escravizados em recorrerem à formalização das uniões.

Apesar do grande número de casamentos entre escravizados encontrado no livro de registros, na documentação das dispensas matrimoniais de São Sebastião não foram encontrados

¹¹ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807- AEAM. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>. Só utilizei os registros de casamentos realizados até 1760.

¹² Consulta da documentação realizada através do site: <https://www.familysearch.org>

casos em que os dois contraentes fossem cativos (tabela 2). Nesta documentação só apareceram pessoas escravizadas quando estavam para se unirem a um cônjuge de outra condição (livre ou forro)¹³. Nas Constituições Primeiras do Estado da Bahia que normatizava os arranjos matrimoniais ocorridos na América Portuguesa, “a Igreja assegurava o casamento de escravos e escravas, com pessoas livres e cativas, assim como explicitava que o matrimônio em nada alteraria a condição servil” (Cunha 2017, 226), mas para os enlaces se realizarem era necessário seguir os procedimentos normais. Os processos de dispensas matrimoniais implicavam na investigação pregressa da vida dos cônjuges para que o pároco pudesse autorizar a união. Exigiam, portanto, a apresentação de documentos para comprovação do batismo, apresentação da certidão de óbito do cônjuge falecido no caso de noivos viúvos, realização de banhos e tomada de testemunhos em todos os lugares onde os cônjuges tivessem residido para comprovar que não tinham sido casados anteriormente, dentre outras situações. Dificilmente estes procedimentos poderiam ser realizados para escravizados africanos que tinham sido arrastados de sua terra de origem na qual, muitas vezes, praticavam outras devoções religiosas. Enquanto nos processos de pessoas livres, sobretudo reinóis e seus descendentes, havia um rigor na cobrança por estas comprovações, colocando-se diversos impedimentos para a realização do matrimônio caso não fossem apresentados, nas uniões em que estavam envolvidos um cônjuge cativo ou forro de origem africana, tal rigor seria inútil pela simples impossibilidade de ser cumprido. A única cobrança mais efetiva era quanto à comprovação do batismo que também podia ser feita só por testemunhos. O mesmo acontecia com o caso de ciganos que analisamos. Ficamos com a impressão de que, nessas situações, era mais conveniente para a igreja ser complacente e relaxar as exigências do que se aferrar a normativas rígidas que inviabilizariam o recebimento do sacramento.

Condição	Livros de Registros Casamentos		Processos matrimoniais	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Escravos	109	63,74%	-	-
Livres	50	29,24%	48	68,57%
Forros	12	7,02%	20	28,57%
Indígenas*	-	-	01	1,43%
Ciganos*	-	-	01	1,43%

¹³ Para outras regiões já foram identificadas dispensas matrimoniais para casamentos entre escravizados, mas ao que tudo indica, não eram frequentes. Em estudo com 75 processos matrimoniais do tribunal eclesiástico do Rio de Janeiro que envolviam escravizados ou indígenas, Charlotte Castelnau-L’Estoile, encontrou 5 casos de dispensas em que os dois cônjuges eram cativos. Todos diziam respeito a casos de impedimento de consanguinidade por afinidade (Castelnau-L’Estoile 2016, 25-26). Ao que parece os processos matrimoniais só eram realizados para casamentos entre cativos em casos excepcionais que exigissem dispensas específicas.

Totais	171	100%	70	100%
--------	-----	------	----	------

Tabela 2 - Casamentos entre iguais em São Sebastião – 1713 a 1760

Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) e Processos matrimoniais do AEAM. *Embora indígena ou cigano não indique exatamente condição jurídica, mantivemos essa designação por estarem assim registrados na documentação.

Como já destacado, no conjunto da documentação o número de casamentos mistos, ou entre pessoas com condição jurídica distinta era mínimo, não passando de 11,4% no livro de registro de casamentos e de 27,1% nos processos matrimoniais (tabela 1), o que parece referendar as afirmações da historiografia para outras localidades. Na tabela 3, que apresenta o tipo de enlces mistos, o que mais chama a atenção é o número significativo no livro de registros, dos enlces entre noivas forras com cônjuges cativos que alcançaram 40,91% deste tipo de arranjo. No conjunto da amostragem dos processos matrimoniais, embora o número absoluto de casamentos mistos seja maior (26 casos), apenas 7 casos dizem respeito a enlces entre noivas forras e noivos cativos. A seguir analisaremos de modo mais pontual esses 7 processos. A questão que mais nos intriga é, por que essas mulheres que conseguiram de algum modo adentrar o universo dos livres, decidiam se casar com homens escravizados?

Tipo de arranjo	Livros de Registros Casamentos		Processos matrimoniais	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Noivo livre-Noiva forra	04	18,18%	13**	50,00%
Noivo livre-Noiva cativa	05	22,73%	-	-
Noivo cativo-Noiva forra	09*	40,91%	07	26,92%
Noivo forro-Noiva cativa	02	9,09%	03	11,53%
Noivo forro-Noiva livre	02	9,09%	01	3,85%
Noivo indígena-Noiva cativa	-	-	01	3,85%
Noivo indígena-Noiva forra	-	-	01	3,85%
Totais	22	100%	26	100%

Tabela 3 – Casamentos mistos em São Sebastião – 1713 a 1760

Fonte: Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) e Processos matrimoniais do AEAM. *Inclui um caso de noiva sem indicação de ser forra, mas com origem africana identificada (Gana). ** Pelo menos 4 noivos livres têm indicação de “algum vestígio de cativo” no seu passado.

Tratando dos casamentos mistos em geral, Goldschmidt sugere que as razões para a celebração de casamentos mistos eram muito variadas. No caso das mulheres forras que se uniam a escravizados, as decisões para entrarem nestes tipos de arranjos podiam estar relacionadas ao desejo de tornar lícitas e sacramentadas uniões de fato já existentes, fugindo assim do estado de pecado; à tentativa de restaurar a honestidade afastando de si a situação do meretrício ou mesmo a possibilidade de se unir a um cativo que garantisse o seu sustento e de seus dependentes (Goldschmidt 2004). Com a documentação que temos disponível, é difícil responder àquela pergunta, mas vejamos o que as informações mais detalhadas dos processos matrimoniais podem nos dizer sobre estes casamentos.

Os enlases de mulheres forras com homens escravizados

O primeiro processo deste tipo encontrado na documentação é datado de 1732 e envolve um escravo do grande potentado local, o Coronel Caetano Álvares Rodrigues (Almeida 2007). Embora o processo seja curto e pareça ser complemento de outro, ficamos sabendo que Francisca Cardoso, preta forra de nação Mina e moradora em São Sebastião, pretendia se casar com Francisco Álvares. Em seu depoimento Francisca afirmou ser solteira e ter vindo cativa de sua terra diretamente para aquela freguesia e que nela lhe dera liberdade seu antigo senhor, Manoel Cardoso Almeida. O noivo também era residente em São Sebastião, natural da Costa da Mina e cativo do Coronel Caetano. Dizia ter vindo solteiro e desimpedido de sua terra e que “a casar não era constrangido ou obrigado, mas que o fazia de sua livre vontade”¹⁴. Os banhos em São Sebastião correram sem problemas e foram aprovados, mas como o primeiro livro de casamentos da freguesia só tem início em 1735, não encontramos o registro deste enlace.¹⁵ Neste caso, é muito provável que a motivação da forra Francisca para se ligar a um homem cativo tenha sido o estatuto do senhor do seu noivo que poderia lhe trazer proteção e oferecer amparo em situações de maior dificuldade. O Coronel Caetano era homem muitíssimo poderoso e rico, considerado como um dos personagens com maior capacidade de mando da região do termo de Mariana. O coronel atuara auxiliando diversos governadores das Minas na contenção de situações de conflito, sempre acompanhado de seus escravos armados. Na lista de pagadores de quintos da freguesia de São Sebastião de 1725, o coronel aparecia como possuidor de 80 cativos. Como o noivo Francisco

¹⁴ AEAM, Processo matrimonial de Francisco Álvares, No. 1292233 – Ar.52 – Pasta 12924.

¹⁵ Não conseguimos informações sobre onde foram registrados os casamentos da freguesia com datas anteriores ao ano de 1735. É bem possível que os livros de registros anteriores tenham se perdido ou extraviado. A suposição de extravio é reforçada pelo fato recentemente noticiado de que o Ministério Público do estado recuperou diversos documentos que estavam em posse de um particular. Dentre eles, está um livro de registro de batismo da paróquia de São Caetano do período de 1720 a 1728 que já foi devolvido ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

recebera o sobrenome do coronel, provavelmente era um dos cativos que estava nas graças desse grande senhor de escravos, o que também se deduz pela autorização concedida para a realização do matrimônio.

Em 1740 teve início o processo que registra a história de Josefa Dantas, preta forra que pretendia se casar com Antônio de Freitas, escravo do Capitão João de Freitas de Araújo, ambos moradores em São Sebastião. Josefa comprara sua alforria um ano antes das mãos do seu senhor, o Alferes Francisco Dantas de Araújo, que naquela ocasião se encontrava preso na cadeia não sabemos por qual motivo. Na verdade, na escritura de alforria e liberdade anexada ao processo, consta que, em dezembro de 1739, poucos meses antes de iniciados os banhos, Josefa havia sido coartada, pagando o valor de 340 oitavas de ouro ao seu proprietário. Como era muito comum na América Portuguesa, também nesse caso, os dois cônjuges foram designados com os sobrenomes de seus proprietários. O processo não trás informações sobre a idade do noivo escravizado, nem o seu depoimento. Já a noiva forra tinha 25 anos e no registro de seu depoimento conseguimos algumas informações sobre a sua trajetória. Diz Josefa que:

Era natural da Costa da Mina, de nação Courana, e passara da sua pátria para a cidade da Bahia e ali fora batizada, e a comprara Antônio da Costa que a trouxe a vender a estas Minas e a vendeu há muitos anos e teria de idade ela depoente dez [anos]. E a comprou nesta vila o Alferes Francisco Dantas de Araújo nela morador, vivendo sempre em casa dele e alguns anos, com sua permissão, na freguesia de São Sebastião. E em dezembro de 1739 lhe deu o dito seu senhor Dantas a liberdade, segundo constará de sua carta de manumissão. Que sempre viveu solteira e desimpedida, sem prometer casamento a pessoa alguma mais do que a Antônio de Freitas, preto escravo do Capitão João de Freitas e, não obstante o ser cativo, quer casar com ele de sua livre vontade. (AEAM, Processo matrimonial de Antônio de Freitas, No. 580 – Ar.01 – Pasta 58).

Pelo depoimento deduzimos que o dono de Josefa residia na vila de Nossa Senhora do Carmo, mas que a deixou viver na freguesia de São Sebastião onde provavelmente conheceu o noivo e conseguiu se dedicar a alguma atividade que lhe permitiu acumular o pecúlio com o qual comprou a sua liberdade. Como os dois proprietários dos noivos (ex-proprietário, no caso da Josefa) tinham o mesmo sobrenome Araújo, é possível supor que tinham algum parentesco, o que explicaria a permissão dada a Josefa para residir em São Sebastião, talvez em companhia deste parente do seu antigo dono. Mas como não temos dados para confirmar estas inferências, elas ficam apenas no nível da suposição. No processo, a noiva apresentava ainda o termo de seguimento no qual afirmava que estava ciente da condição de escravo do noivo e que estava disposta a segui-lo para onde o seu senhor o mandasse. Pagas as custas do processo, o matrimônio foi aprovado sem impedimentos, indicando que a confirmação do batismo de ambos fora aceita apenas pelos

testemunhos apresentados. Tanto é assim, que o casamento se oficializou, constando na página 7 no livro de registros de casamentos da freguesia¹⁶.

O processo seguinte de enlace entre noiva forra e noivo escravizado diz respeito a outra Josefa. O casamento da preta forra Josefa Vieira e Francisco Pereira, escravo do Capitão Francisco Pereira Lobo ocorreu no dia 13 de janeiro de 1754 e está registrado no livro de casamentos de São Sebastião¹⁷. No processo matrimonial iniciado em outubro de 1753 consta que Josefa Vieira era de nação Mina e tinha a idade de mais ou menos 40 anos quando iniciou os trâmites para se casar com Francisco. O noivo, também africano de nação Mina, já era viúvo e fora batizado há mais de 20 anos na mesma freguesia de São Sebastião. No processo está anexada a certidão de óbito da sua primeira esposa, Francisca, forra de nação Courá, falecida em 23 de abril de 1751 e sepultada dentro da Igreja, sem ter recebido os sacramentos “por ter falecido de repente”. Feitos os banhos e apresentados os preceitos da quaresma para os noivos, passou-se provisão para realização do casamento de Francisco com Josefa. Ou seja, o cativo Francisco Pereira foi por duas vezes escolhido como noivo por mulheres que já detinham sobre suas vidas, alguma autonomia. Difícil dizer quais as razões para essa escolha, mas talvez, também nesse caso, ela tenha sido favorecida pelo fato do noivo ser cativo bem-quisto por seu senhor Francisco Pereira Lobo, homem importante da região de São Sebastião, capitão da ordenança de Cavalos,¹⁸ que em 1756 aparecia citado como minerador na lista de homens mais ricos da capitania. Na sociedade de Antigo Regime, ligar-se a pessoas de prestígio, ainda que em condição de subalternidade, podia abrir muitos caminhos ou, no mínimo, garantir alguma proteção.

Em janeiro de 1754 teve início o processo matrimonial do mulato Antônio Cardoso, escravo do Vigário Joseph Soares Aranha, e da crioula forra Escolástica de Oliveira, que tinha nessa ocasião 17 anos¹⁹. Temos poucas informações sobre este enlace. Sabemos apenas que a noiva era natural da freguesia de São Sebastião e filha legítima de Damião de Oliveira e da preta forra Antônia Ferraz de Azevedo. Foram feitas as proclamas tanto em São Sebastião quanto em Mariana e apresentaram-se declarações de preceitos quaresmais para os noivos em São Sebastião. Como era obrigatório nestes casos, a noiva Josefa confirmou em seu depoimento que era de sua livre vontade casar com o mulato Antônio, mesmo sendo ele escravo. Confirmava também sua disposição em seguir o noivo para onde o seu senhor o mandasse. Todo o processo foi aprovado sem maiores

¹⁶ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.7. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

¹⁷ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.26v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

¹⁸ AHU_Minas Gerais, cx: 47, doc: 43.

¹⁹ AEAM, Processo matrimonial de Antônio de Freitas, No. 320 – Ar.01 – Pasta 32.

complicações e, em 26 de fevereiro do mesmo ano, realizou-se o casamento, cujo termo de assento no livro de registros foi feito pelo Vigário Joseph Soares, dono do noivo²⁰.

Até aqui estamos diante de quatro casamentos em que noivas forras se uniram a noivos cativos cujos senhores eram homens de destaque na sociedade local. Três destes proprietários, além de muito ricos, tinham funções militares de grande prestígio (coronel e capitães de ordenanças) e outro era o próprio vigário da freguesia. Como destacado anteriormente, embora seja difícil fazer afirmações definitivas sobre estas escolhas, é factível pensar que, talvez a condição de destaque dos proprietários dos noivos, possa ter funcionado como uma das motivações para que mulheres saídas do cativo se ligassem a estes homens escravizados, afinal, é preciso pensar em algum tipo de ganho para estas mulheres pois ligar-se a um homem escravizado implicava não só a limitação da sua liberdade como também um eventual comprometimento com gastos para a libertação dos futuros maridos. Em um dos casos analisados por Charlotte Castelnau-L’Estoile no Rio de Janeiro, a negra forra Andreza era acusada de ter prometido casamento a um escravo, o que ela negava ser verdade. Segundo Andreza ela jamais teria feito tal promessa sendo o demandante um cativo porque “quando uma mulher livre se casa com um escravo, isto significa trabalhar para pagar o preço da liberdade do marido cativo” (Castelnau-L’Estoile 2016, 34). A argumentação de Andreza nos alerta para o fato de que muitos cálculos estavam envolvidos nas estratégias matrimoniais não só dos homens livres da elite, mas também daqueles que estavam imersos nas relações escravistas²¹. O peso da condição escrava certamente estava no centro de muitas destas decisões. De outro lado, do ponto de vista do senhor dos noivos cativos que precisava dar o seu consentimento para a realização do enlace, estas uniões podiam ser muito convenientes, pois havia a possibilidade de serem ressarcidos do seu investimento no futuro com a venda da liberdade do cativo ou podiam funcionar como um meio nada dispendioso de conseguir alguma mão de obra adicional, além de possibilitarem alguma estabilidade em relação à propriedade e à sexualidade escrava (Goldschmidt 2004).

Os três processos seguintes são ainda mais instigantes pois dizem respeito a mulheres forras que eram proprietárias dos noivos com os quais pretendiam se casar. O primeiro deles trata do enlace celebrado entre a preta forra Izabel de Andrade de 40 anos e o seu cativo Teodósio de Almeida de aproximadamente 30 anos. Izabel era africana de nação Conga, já o crioulo Teodósio,

²⁰ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.23. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

²¹ O caso de Andreza e Frutuoso estudado por Castelnau-L’Estoile é muito mais complexo e cheio de reviravoltas. Trouxe aqui apenas um dos argumentos usados pela forra Andreza que nos ajuda a pensar sobre a complexidade das decisões sobre as relações matrimoniais.

era natural de Sabará, morador em São Sebastião e filho legítimo de Domingos de Almeida, preto Angola, e Maria também de nação Angola, já defunta nessa ocasião. Ambos eram cativos do Capitão João de Freitas. Diferentemente dos demais até aqui analisados, esse processo se desenrolou de modo bem mais complexo, envolvendo uma história de adultério, condenação pelo Santo Ofício e anulação de casamento anterior da noiva, que era também senhora do seu noivo. Quando em setembro de 1749, José Soares Brandão, vigário encomendado da Freguesia de São Sebastião, publicou os banhos deste casamento em três dias festivos não apareceu nenhum impedimento. No entanto, o vigário se viu na obrigação de colocar impedimento pelo fato de que “nesta freguesia se diz que Izabel de Andrade fora casada com um Antônio Lopes, mulato, que este quando a recebera era casado com outra no Rio de Janeiro”²².

Ou seja, Izabel estava sendo acusada de já ser casada. Nenhum morador da freguesia foi formalmente colocar impedimento aos banhos, talvez por conhecerem a história em detalhes e entenderem que Izabel havia sido enganada. Mas o vigário, por obrigação de ofício, não podia deixar passar ileso os burburinhos que corriam pelas vielas do arraial. O fato é que, a partir dessa colocação de impedimento iniciou-se um longo processo que precisou ser tramitado no juízo do contencioso para provar a nulidade daquele primeiro casamento e para demonstrar a inocência da noiva Izabel. Tal situação produziu um documento que como poucos nos permite conhecer parte da surpreendente história da forra Izabel, uma mulher africana saída do cativeiro que foi capaz de mobilizar diversos mecanismos institucionais para fazer valer seus interesses. Os noivos precisaram se deslocar da freguesia onde eram moradores até a cidade de Mariana para prestarem depoimento na sede do bispado, o que envolvia custos relativamente elevados. Era comum até entre membros da elite a solicitação de não terem que comparecer em juízo para evitarem os elevados custos do deslocamento. Ainda que todas as informações tenham sido registradas pelas autoridades locais, através do depoimento prestado por Izabel, conseguimos, ainda que indiretamente, ouvir ecos de sua voz relatando sua trajetória de vida. Dizia ela em seu depoimento:

[...] que era a própria Izabel de Andrade, preta forra de nação Conga e batizada haverá 40 anos na dita cidade Conga e que era filha natural de Manoel e de Maria. Que sendo de menor idade fora para a cidade de Luanda [onde] estivera muitos anos e dali que viera para a cidade do Rio de Janeiro, já de idade de vinte anos pouco mais ou menos, onde a comprou um comboieiro chamado Manoel Rodrigues que a trouxe para estas Minas para a freguesia desta Sé, onde esteve morando alguns anos em poder de Catarina Mendes, preta Mina, sua senhora que foi, e daí que a vendera a João Gonçalves, morador em São Sebastião, em cujo poder esteve cativa alguns quatro anos. E depois disso dera ao dito senhor duas libras de ouro por sua liberdade haverá dez anos. E que sempre ficara morando na dita freguesia de São Sebastião até o presente conservando-se sempre no estado de solteira sem prometer casamento a homem algum, exceto a Antônio Lopes com quem esteve casada por tempo de três meses. E depois disso, disseram que o dito pardo Antônio Lopes era casado no Rio de Janeiro e que tinha mulher viva e com efeito foi preso depois de passados alguns anos pelo Santo Ofício.

²² AEAM, Processo matrimonial de Teodósio de Almeida, No. 7732 – Ar.07 – Pasta 774.

Que prometera depois disso casamento a Teodósio crioulo, cativo dela contraente [...] (AEAM, Processo matrimonial de Teodósio de Almeida, No. 7732 – Ar.07 – Pasta 774).

Como tantas africanas que foram deslocadas de sua terra natal e jogadas na rota do tráfico atlântico de escravizados, Izabel fora levada para o Rio de Janeiro e depois para a capitania de Minas Gerais e, mesmo tendo que viver servindo como cativa, inicialmente de outra mulher africana, conseguiu juntar o pecúlio que lhe garantiu adentrar o universo dos livres. Como uma mulher que provavelmente pretendia ter controle sobre sua vida, Izabel parece ter adotado para si a estratégia de adquirir os homens com os quais pretendia se unir em matrimônio. Ela foi proprietária do seu primeiro marido, bem como do segundo pretendente.

Em sua defesa, Izabel argumentou contra o impedimento dizendo que era solteira, embora tivesse sido casada, “da sua parte em boa fé, com o mulato Antônio Lopes que ela, impedida, comprara como solteiro para com ele se casar”²³. Segundo seu relato, anos antes, Antônio tinha sido casado na freguesia vizinha de São Caetano com uma preta Angola chamada Domingas, sendo ambos escravos de Nicolau de Afonseca. Antônio e Domingas foram para o Rio de Janeiro em companhia do seu senhor Nicolau. Antônio teria voltado do Rio de Janeiro para São Sebastião e depois de algum tempo enviou um negro Francisco Coelho para saber notícias de sua mulher. No retorno, o tal negro, muito provavelmente instruído por Antônio, trouxe a notícia de que sua mulher Domingas havia falecido. Antônio, então, se pôs de luto passando a partir daí a se dizer e se comportar como viúvo. Izabel, acreditando ser o Antônio viúvo, o comprou das mãos de Nicolau Afonseca, como ela mesma diz, com o propósito de com ele se casar. E foi o que de fato ela fez. No livro de casamentos da freguesia de São Sebastião está registrado o matrimônio celebrado no dia 03 de janeiro de 1746²⁴.

Pobre Izabel que depois de três meses foi surpreendida com a notícia de que Domingas, a primeira esposa do seu marido estava vivíssima. Izabel perdia ao mesmo tempo seu investimento e seu marido. Por ordem do vigário da vara, Antônio foi preso em São Sebastião enviado para o Rio de Janeiro e dali conduzido para Lisboa. Os procuradores contratados por Izabel ofereceram como prova de sua inocência o fato de Antônio Lopes ter sido julgado pelo Santo Ofício e condenado a cinco anos de degredo para a Costa do Marfim como constava da lista de condenados no Auto Público de Fé realizado em Lisboa aos 16 de novembro de 1749, documentação que foi anexada ao processo. Segundo Izabel, ela dera início ao processo para se casar com Teodósio sem se preocupar com outros procedimentos legais por todos dizerem que, diante daquela situação que

²³ AEAM, Processo matrimonial de Teodósio de Almeida, No. 7732 – Ar.07 – Pasta 774.

²⁴ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.15v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

se tornou pública e notória, seu primeiro casamento era nulo e que ela poderia, portanto, se casar com quem quisesse.

Teodósio era cativo do Capitão João de Freitas Araújo das mãos de quem Isabel o comprou também para com ele se casar, como já havia feito com o primeiro marido bigamo. Pelo visto, Izabel não desistia de sua vontade de contrair matrimônio com alguém que estivesse inteiramente sob seu domínio ou talvez essa fosse a única maneira dela conseguir um marido. Não temos como saber ao certo suas motivações. O fato é que, mesmo tendo que desembolsar recursos expressivos para levar à frente todo esse processo se deslocando junto com o noivo para prestar depoimento e contratando procuradores, Izabel conseguiu derrubar os impedimentos que foram colocados para a realização do enlace. Dizia a sentença final que “pelos mais dos autos e disposições de direito, a julgo livre e desimpedida para poder contrair matrimônio com quem lhe convir para o que lhe passo sentença e pague as custas *ex causa*”²⁵. Assim, no dia 09 de maio de 1750, realizou-se o casamento de Teodósio e Izabel tendo por testemunhos Antônio Machado e Manoel Antônio Brandão²⁶.

Em outro processo deste tipo, conhecemos Antônia de Santa Rosa, preta forra de 24 anos, natural da Costa da Mina que pretendia se casar com seu escravo, Manoel Angola de 25 anos, ambos moradores em São Sebastião. Em janeiro de 1750 teve início o processo para autorizar o casamento e foram feitos banhos em São Sebastião e em São Caetano onde o noivo viveu por um bom tempo²⁷. Como no caso do casamento de Izabel e Teodósio, esta documentação é rica por trazer os depoimentos dos cônjuges que nos contam um pouco sobre suas trajetórias de vida.

O noivo Manoel informou em seu depoimento que havia sido batizado em sua terra natal, mas não sabia o nome do “oráculo de Santo da Igreja”. Numa forma narrativa que ironicamente sugeria ter sido uma ação voluntária do Manoel, o escrivão registrou que ele dizia ter saído de sua pátria com idade de sete para oito anos e viera desembarcar na cidade do Rio de Janeiro. Nesta cidade ele teria sido comprado pelo Padre João de Tal que o conduziu até a freguesia de São Caetano para a casa de Domingos Ferreira que o mandara comprar. Manoel permaneceria por 13 ou 14 anos em poder deste seu senhor que acabaria por vendê-lo para a contraente Antônia com a qual iria se casar. Ainda de acordo com os registros feitos pelo mesmo escrivão, Antônia de Santa Rosa disse em seu depoimento ter saído de sua pátria com a mesma idade do seu noivo, de sete para oito anos. No caso dela o desembarque no continente americano foi feito na Bahia,

²⁵ AEAM, Processo matrimonial de Teodósio de Almeida, No. 7732 – Ar.07 – Pasta 774.

²⁶ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.17v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

²⁷ AEAM, Processo matrimonial de Manoel Angola, No. 6037 – Ar.05 – Pasta 604.

possivelmente na cidade de Salvador, onde permaneceu pelo tempo de um mês. Na Bahia, relatou Antônia:

[...] foi vendida a Antônio de Araújo, que a trouxe para estas Minas pelo sertão e foi pousar na freguesia de São Sebastião em casa do Capitão Manoel Ferreira Souto que a comprou. E nessa dita freguesia foi batizada há dezessete anos, pouco mais ou menos, e se forrou há oito anos, pouco mais ou menos. E que sempre foi solteira, livre e desimpedida, sem prometer casamento a homem algum, exceto a este que se chama Manoel de nação Angola que ela contraente o comprou haverá dois meses para se casar com ele [...] (AEAM, Processo matrimonial de Manoel Angola, No. 6037 – Ar.05 – Pasta 604).

Os banhos transcorreram sem intercorrências, foram apresentadas certidões de desobriga da quaresma pelo tempo de dez anos e, com isso, passou-se provisão para realização do matrimônio. O casamento de Antônia e Manoel consta do livro de registros da freguesia com data de 09 de fevereiro de 1750²⁸.

Em 1759 foi iniciado o processo matrimonial de Perpétua Machado, preta forra de nação Mina e Luíz, preto da mesma nação Mina, escravo da noiva. Perpétua disse ter 35 anos e Luís 30, sendo ambos moradores em São Sebastião. O processo é bem curto, mas informa que a noiva fora batizada em São Tomé na África e o noivo na freguesia em que moravam. Em seu depoimento, Perpétua informou “que sempre assistira na freguesia de São Sebastião onde se forrara haverá 21 anos”²⁹ e que pretendia se casar com Luís, seu escravo que comprara das mãos de Constantino da Silva. Os banhos na freguesia transcorreram sem problema algum e foi passada provisão para o casamento. No verso da página 28 do livro de registros de casamentos de São Sebastião consta que o casamento se realizou no dia 13 de agosto de 1759 na catedral da cidade de Mariana³⁰.

Estamos diante de mais um caso de mulher africana que, depois de conseguir obter sua alforria e, por sua agência, foi capaz de acumular mais algum pecúlio que lhe permitiu comprar a pessoa com a qual se casou. Seriam elas, mulheres que exerciam o ofício do meretrício com as quais dificilmente outros homens se casariam espontaneamente? Ou seriam mulheres ligadas afetivamente a seus noivos cujos senhores não autorizavam o casamento com uma mulher forra e, por isso, elas se viram obrigadas a comprá-los? Não temos informações que nos permitam apontar os motivos exatos para estas mulheres forras comprarem seus próprios maridos, mantendo-os sob seu domínio. São muitas as variáveis possíveis de serem mobilizadas para explicar essa decisão. O que parece certo é que estas mulheres pretendiam ter algum controle sobre suas vidas. Se assim

²⁸ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.17v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

²⁹ AEAM, Processo matrimonial de Luís, No. 129456 – Ar.52 – Pasta 12946.

³⁰ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.28v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

não fosse, elas poderiam simplesmente ter comprado a alforria de seus noivos deixando-os livres para com eles se casarem. Do ponto de vista dos noivos cativos, é possível que a motivação para aceitarem o matrimônio fosse fugir de uma condição de cativeiro violenta, ou talvez, fossem só mesmo ligados afetivamente às suas noivas. De todo modo, faz sentido supor que, quaisquer que fossem as motivações dos cônjuges, algum tipo de acordo teria sido feito com estes noivos para que eles aceitassem esta condição. Afinal, pelo menos nos dois primeiros casos, os relatos indicam que, os futuros maridos cativos foram comprados por suas pretendentes poucos meses antes do matrimônio com o propósito explícito de com eles se casarem.

Os diversificados enlaced em uma família de prestígio

Buscaremos agora explorar a dinâmica matrimonial de uma família que estava no polo oposto da hierarquia social em relação aos indivíduos que analisamos no item anterior. Trata-se da família do português Manoel Pinto da Mota que se ligou por matrimônio a Dona Violante de Godoy e Castro, mulher prendada e alfabetizada pertencente a um dos ramos familiares mais antigos e prestigiados da localidade. Enquanto Manoel realizou união tão ilustre, seu irmão, José Pinto da Mota contraiu matrimônio com uma mulher parda forra. Na documentação das dispensas matrimoniais levantada em São Sebastião, conseguimos localizar 6 processos de integrantes deste grupo familiar. Por ser uma família de grande prestígio, o rigor da Igreja com a apresentação dos documentos exigidos para aprovação do casamento, também era muito maior. Desse modo, produziram-se processos com informações mais abundantes, o que nos permite recompor suas trajetórias de modo mais detalhado e desvendar com mais precisão suas redes de alianças, bem como descobrir segredos, tragédias ou conflitos familiares que os depoimentos nos processos trazem à tona. Além disso, encontramos para esta família outros tipos documentais que nos ajudam a completar suas histórias.

Como muitos portugueses saídos do reino com destino às terras do Brasil, Manoel Pinto da Mota e seu irmão José eram naturais de São Miguel de Varziela, freguesia no norte de Portugal localizada na Comarca de Guimarães do Arcebispado de Braga. Pelo que se lembrava Manoel, em 9 ou 10 de maio de 1724 embarcaram na cidade do Porto para o Rio de Janeiro, aonde chegaram dois meses e meio depois, no dia de São Tiago, 25 de julho. Dalí foram quase sem demora para as Minas Gerais, diretamente para a freguesia de São Sebastião³¹ onde se estabeleceram. Em seu

³¹ AEAM, Processo matrimonial de Manoel Pinto da Mota, No. 7000 – Ar.6 – Pasta 700; AEAM, Processo matrimonial de José Pinto da Mota, No. 5462 – Ar.5 – Pasta 547.

depoimento no processo matrimonial, Manoel informou que sempre teve domicílio em São Sebastião, mas que:

[...] no ano de 1733 foi à Comarca do Serro Frio em que teve outra casa e fez assistência perto de 3 anos indo e vindo da dita comarca para a sobredita freguesia de São Sebastião várias vezes a ver sua casa que sempre conservara nela. Que um ano pouco mais ou menos depois de chegar a primeira vez a estas Minas, falecera a dita sua mulher de quem tivera notícia por carta de seus correspondentes e por pessoas que depois vieram de sua casa e por um filho que tem nestas Minas, o qual veio depois de morta a dita sua mãe a qual faleceu de um desastre [...] (AEAM, Processo matrimonial de Manoel Pinto da Mota, No. 7000 – Ar.6 – Pasta 700).

Por ter vivido um tempo no Serro Frio, foram necessários banhos naquela comarca dos quais não resultou nenhum impedimento. Também em São Sebastião os banhos correram sem problemas e o vigário apresentou certificação de que os dois cônjuges haviam satisfeito os preceitos da última quaresma. Pelos relatos de alguns testemunhos que depuseram para comprovar a condição de viuvez do noivo e que eram vizinhos e naturais da mesma freguesia no reino, ficamos sabendo que o desastre que acometeu a ex-esposa foi uma tragédia familiar. O boticário Manoel Peixoto de 27 anos relatou que Serafina Gonçalves estava na casa de um irmão dela que era espingardeiro quando a arma que ele estava consertando, sem saber estar carregada, disparou por acidente acertando o braço da irmã causando uma ferida que seria mortal. Disse que sabia de toda essa história por viver de sua arte de boticário e ter fornecido remédios para cuidar da ferida no braço da Serafina. Outro depoente natural da mesma freguesia de São Miguel da Varziela, também confirmou a história do desastre e do falecimento da primeira esposa o que sabia por ter acompanhado o sepultamento dela. Como posteriormente foi juntado ao processo a certidão de óbito da pobre Serafina Gonçalves, ficamos sabendo que seu falecimento aconteceu em 1734, sendo sepultada no dia 13 de outubro. Manoel teve com Serafina três filhos e, pelo menos um deles, foi para as Minas ainda criança ficar na companhia do pai, depois do falecimento da mãe.

Assim, depois de 12 anos vivendo na capitania de Minas Gerais, quando em 1736 Manoel deu início aos trâmites para se casar com a jovem Dona Violante de 18 anos de idade, ele já era um senhor viúvo de 40 anos, muito bem-sucedido nos negócios. Só assim para ser aceito na família do Sargento Mor Bernardo Espínola Castro, por duas vezes camarista da Vila do Carmo (Chaves, Pires e Magalhães 2012) e homem muito abastado. Em 1723 o sargento mor apareceu na lista de pagadores de quintos como senhor e possuidor de 50 cativos³². Violante era a caçula dos quatro filhos do Sargento Mor com Dona Maria de Godoy Moreira. Quando sua mãe, Dona Maria, faleceu em 1727 deixou uma considerável fortuna de 23.377 oitavas, 3 quartos de ouro e 12 vinténs a ser

³² Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) - Códice 166-Lançamento dos reais quintos-1723.

partilhada entre seus herdeiros³³. Em 1734, o pai da noiva então com 45 anos foi interditado por seu filho André Espínola e Castro que passou a administrar os bens da família e a atuar como tutor dos irmãos mais novos. A justificativa para tal interdição foi o fato do Sargento Mor Bernardo Espínola estar “desassissado” (Quadros 2013, 42). Possivelmente foi esse irmão André que fez os acertos para o matrimônio de Dona Violante com Manoel Pinto Mota, já que, na época do casamento o pai da noiva já estava interditado. Foi o mesmo noivo Manoel Pinto da Mota quem arrematou os bens do pai da noiva quando estes foram colocados em praça.

Feitos todos os procedimentos exigidos pela igreja, passou-se provisão para realização do casamento com a condicionante de que as certidões de batismo do noivo e de óbito da sua primeira esposa, fossem apresentadas no tempo de dois anos dando para tanto fiança de 20 oitavas de ouro. A documentação foi apresentada com algum atraso, mas ainda assim o noivo conseguiu reaver o valor depositado em fiança. Violante era chamada de dona na documentação o que denota a sua condição de mulher de prestígio. Sua assinatura impecável abaixo do seu depoimento, atesta o seu possível letramento. Situação bem diversa do seu noivo viúvo que assinou o depoimento com grande dificuldade. Dona Violante viveu todos os seus primeiros 18 anos na freguesia de São Sebastião de onde era natural. Segundo as certidões apresentadas, ela foi batizada no dia 07 de agosto de 1718 no oratório que o seu pai tinha em suas casas de vivenda. Seu padrinho de batismo foi ninguém menos que o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, governador das Minas Gerais e sua madrinha, Dona Maria Branca, mulher do Sargento Mor Francisco Nogueira. Esse foi um casamento típico da elite estabelecida na região, em que homens portugueses maduros se casavam com jovens mocinhas nascidas nas Minas (Almeida 2006 e 2007). Manoel Pinto tinha idade muito próxima à do Sargento Mor Bernardo Espínola pai da noiva. Mas essa não era uma característica exclusiva dos casamentos da elite. No conjunto das dispensas matrimoniais existentes para a freguesia de São Sebastião que abarcava, portanto, quase todos os grupos sociais³⁴, o padrão de noivos bem mais velhos que as noivas, se repetia. É o que revela a tabela abaixo.

Faixas	Noivos mais velhos		Noivas mais velhas	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
1 a 3 anos	10	17,85%	03	37,50%
4 a 9 anos	13	23,21%	02	25,00%

³³ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Inventário de Maria de Godoy Moreira. 1º Ofício, códice 21, auto 573 (*apud* Quadros 2013, 41).

³⁴ Não podem ser enquadrados aí os escravizados, já que, nos processos matrimoniais da localidade não encontramos nenhum caso de casamento em que os dois cônjuges fossem escravizados.

10 a 19 anos	22	22,73%	02	25,00%
>de 20 anos	11	39,28%	01	12,50%
Totais	56	100%	8	100%

Tabela 4 – Diferença de idade ao casar nos banhos de casamento — São Sebastião — 1713 a 1760

Fonte: Processos matrimoniais do AEAM.

Dos 64 enlaces para os quais temos informações sobre as idades ao casar dos dois cônjuges, apenas 8 casos diziam respeito a mulheres mais velhas que seus maridos, ou seja, em 87,5% dos arranjos os noivos eram mais velhos que suas futuras esposas. Dentro destes, 62% dos maridos tinham diferença de idade igual ou superior a 10 anos em relação às esposas. Dos poucos casos de mulheres que se casaram com idades superiores às de seus maridos, quatro diziam respeito a mulheres forras que se uniram a homens escravizados, dois dos quais eram cativos das próprias esposas, nossos conhecidos do item anterior.

Também no que tange à naturalidade dos nubentes, percebemos que as noivas eram majoritariamente naturais da América Portuguesa (78,5%) e nascida na própria região. Das 73 noivas naturais das terras do Brasil, 52 eram nascidas na própria capitania de Minas Gerais, sendo 44 em freguesias do termo de Mariana. Pelo menos 27 noivas eram naturais da própria localidade de São Sebastião. Entre os noivos, a proporção de portugueses era bem maior que entre as mulheres. No entanto, diferentemente dos estudos que trabalham exclusivamente com a elite onde a proporção de noivos portugueses e ilhéus era de 94,1% (Almeida 2006, 87), aqui a presença de homens naturais da América como noivos era quase igual a de portugueses. Dos 42 noivos nascidos no Brasil, 23 eram naturais da capitania das Minas e 20 do próprio termo de Mariana.

Local de nascimento	Noivos		Noivas	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Brasil	42	45,16%	73	78,50%
Portugal e Ilhas	41	44,09%	06	6,45%
África	10	10,75%	14	15,05%
Totais	93	100%	93	100%

Tabela 5 — Naturalidade dos nubentes nos banhos de casamento — São Sebastião — 1713 a 1760

Fonte: Processos matrimoniais do AEAM.

De todo modo, o enlace entre Dona Violante e Manoel reproduziu o clássico padrão verificado para os membros da elite mineira: jovem filha de homem da elite, nascida na localidade, que se casava com homem português, muito mais velho que ela (22 anos, no caso) e que também fizera fortuna nas Minas. O casal teve quatro filhos: Caetano Pinto da Mota que se tornou padre,

Maria Josefa de Godoy, Ana Joaquina de Godoy e Gregório Pinto da Mota (Quadros 2013, 48). O casamento durou treze anos. No dia 14 de abril de 1749, Manoel Pinto da Mota faleceu sem deixar testamento, aos 53 anos de idade. No dia seguinte, como homem de prestígio que era, seu corpo foi acompanhado até a igreja por nove sacerdotes, onde foi feito o ofício de corpo presente, levado à sepultura no esquife das almas e sepultado no hábito de São Francisco, sendo enterrado das grades para cima junto ao altar mor³⁵. Dona Violante, com 31 anos ficou viúva e a tutela dos seus quatro filhos menores ficou sob a responsabilidade de João Francisco Nogueira, mas sua viuvez duraria pouco tempo.

Em agosto de 1750, um ano e quatro meses depois de falecido seu primeiro marido, Dona Violante se casaria novamente³⁶, reproduzindo o mesmo padrão do casamento anterior. Seu marido era 14 anos mais velho que ela e integrava a elite política e econômica do termo de Mariana. Domingos Gonçalves Torres vivia de suas lavras e roças e apareceu referido no processo matrimonial com a patente de sargento mor, mas em 1759 pediria confirmação no posto de capitão da ordenança de pé de São Sebastião³⁷. Em 1755 atuou como vereador da câmara de Mariana (Chaves, Pires e Magalhães, 2012) e, no ano seguinte, foi listado entre os homens mais ricos da capitania de Minas Gerais³⁸. Domingos também era português da região norte, nascido na Freguesia de Nossa Senhora da Bela do termo de Monção, arcebispado de Braga. Sua trajetória é semelhante à do primeiro marido de Dona Violante e de muitos outros integrantes da elite mineira. Dizia em seu depoimento que:

Da dita sua pátria saiu tendo idade de 12 para 13 anos, sem lá assistir em outra freguesia mais do que na de seu nascimento, embarcando na cidade de Lisboa onde esteve vinte dias e desembarcando no Rio de Janeiro, de lá ficando-se nela o mesmo tempo, saindo em diretura para estas Minas e freguesia do Furquim onde sempre assistiu até o presente, só agora veio de morada para esta cidade [de Mariana], em todas estas partes viveu sempre solteiro e desimpedido [...] (AEAM, Processo matrimonial de Domingos Gonçalves Torres, No. 1879 – Ar.2 – Pasta 189).

Depois de chegar às Minas, junto com seu irmão Antônio Gonçalves Torres que também foi listado entre os homens mais ricos da capitania, Domingos conseguiu fazer fortuna, o que permitiu que se unisse à Dona Violante. Da mesma forma como acontecera com o falecido marido de Dona Violante que, pouco antes do casamento, arrematara em praça os bens do pai dela quando este foi interditado, também Domingos Gonçalves arrematou os bens do falecido Manoel Pinto Mota pouco antes do casamento. No inventário do marido falecido consta que Domingos

³⁵ AEAM, Processo matrimonial de Domingos Gonçalves Torres, No. 1879 – Ar.2 – Pasta 189.

³⁶ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.18. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

³⁷ AHU_Minas Gerais, cx: 74, doc: 78.

³⁸ AHU_Minas Gerais, cx.70, doc.41.

arrematou pelo valor de 17.500 cruzados, a serem pagos em 10 parcelas anuais, os bens que pertenciam por partilha aos filhos menores de Dona Violante, seus futuros enteados (Quadros 2013, 49-50). Claramente esta parece ter sido uma estratégia familiar para evitar a dissolução do patrimônio quando do falecimento ou interdição do patriarca. Ao comprar metade dos bens que caberiam aos herdeiros menores e casando-se com a viúva, permaneceria em mãos do novo casal todo o patrimônio adquirido anteriormente.

Dona Violante era viúva disputada no mercado de matrimônios da localidade. Segundo informava Domingos Gonçalves, no curto período em que ela estava viúva, muitos pretendentes lhe falaram sobre casamento, sem que ela tivesse dado esperança a ninguém, respondendo sempre que “não estava resoluta a tomar estado”. Por isso, o noivo entendia que quando se tornasse público o ajuste de casamento entre eles, poderiam surgir pessoas a oporem “algum malévolo ânimo para impedi-lo”. Sendo assim, solicitava que fossem tomados os seus depoimentos, mas que pudessem ser dispensados de realizar os banhos no bispado antes do matrimônio e só os apresentar depois de terem recebido o sacramento. Como os párocos das freguesias onde os noivos residiam informaram não saber de nenhum impedimento entre eles, o pedido foi aceito e o casamento se realizou. No dia 26 de agosto de 1750, eles fizeram o chamado casamento oculto (sem apresentação pública dos banhos), realizado “pelas 9 horas da noite”, tendo como padrinhos Antônio Gonçalves Torres, irmão do noivo e Dona Páscoa da Ressureição³⁹. No entanto, foram avisados de que deveriam apresentar no prazo de um mês, as certidões de banho e todas as demais diligências, sob pena de perderem a exorbitante quantia de 600 oitavas de ouro que Domingos precisou depositar na chancelaria como caução. Neste período, enquanto as tais diligências não fossem feitas e eles julgados de fato como desimpedidos, os noivos deveriam viver separados e não se comunicarem, sob pena de excomunhão⁴⁰. Ao que parece, depois de realizado o casamento estas últimas recomendações não foram seguidas pelo casal que foi acusado de estar coabitando. Diz a acusação inserida no processo:

[...] e porque é constante e notório que abusando da graça que se lhes fez na dispensação, estão vivendo juntos na freguesia de São Sebastião com escândalo do mundo e desprezo dos preceitos e determinações da Igreja sem embargo de serem notificados, ao que se deve pôr remédio.

Para Vossa Mercê seja servido mandar que qualquer oficial desse juízo vá notificar aos suplicantes para que no tempo de 3 horas repartidos nelas três canônicas admoestações [...] e outrossim, para no termo de 1 hora se partem sob pena de se proceder a todas as demais censuras e de pagarem por cada dia que assim estiverem, meia libra de ouro para a fábrica da Sé [...] (AEAM, Processo matrimonial de Domingos Gonçalves Torres, No. 1879 – Ar.2 – Pasta 189.)

³⁹ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.18. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

⁴⁰ AEAM, Processo matrimonial de Domingos Gonçalves Torres, No. 1879 – Ar.2 – Pasta 189.

Domingos negou a acusação dizendo que não havia nenhuma dúvida de que ele estava separado do foro e casa de sua mulher enquanto não apresentavam os papéis necessários para cumprir todas as diligências. Colocava-se à disposição para sempre se apresentar em juízo a quem lhe fosse ordenado e acrescentava que, somente esteve na casa de sua mulher “casualmente por outro particular e não por habitação e coabitação”. Posteriormente foram apresentados os banhos em Mariana, Furquim e São Sebastião, ficando faltando apenas as certidões que precisavam vir do Reino e o casal pôde finalmente viver maritalmente. O casal teve quatro filhos e quando em 1762 Domingos Gonçalves faleceu deixando testamento, a expressiva fortuna do casal somava um pouco mais de quinze contos de reis, constando entre os seus bens 101 cativos. Embora Domingos tenha sido descrito como mineiro na lista de homens ricos de 1756, sua propriedade era uma típica unidade produtiva com atividades diversificadas, tendo plantações de cana, engenho, alambique, forno para farinha e tendas de ferreiro, além de lavra de ouro⁴¹.

Em 1760, dois anos antes de seu falecimento, Domingos vendera a metade de seus bens a João Ferreira Bastos, que era sócio em vários negócios do seu irmão Antônio Gonçalves Torres. A outra metade de seu patrimônio foi vendido 14 dias antes de sua morte para o seu enteado o Padre Caetano Pinto da Mota, filho do primeiro casamento de Dona Violante. Ou seja, todos os bens do casal haviam sido vendidos para membros da família ou dela muito próximos e se transformado em duas grandes dívidas ativas a serem pagas em longas parcelas. Tratava-se na prática de um mecanismo que visava manter unida a propriedade e manter longe os credores que eventualmente pudessem querer cobrar suas dívidas levando os bens a serem vendidos por ocasião do falecimento do patriarca. Era a chamada “venda fantástica” (Almeida 2015). Como no seu testamento Domingos havia deixado estipulado que Dona Violante deveria ser instituída como tutora dos seus pertences e dos filhos órfãos, na prática, foi ela quem passou a administrar todos os bens do casal.

Nas prestações de contas que a viúva apresentava em juízo foi informado que a filha do primeiro casamento de Dona Violante, Maria Josefa, tinha se unido em matrimônio ao comprador dos bens de seu padraсто e sócio de seu tio, João Ferreira Bastos. Neste mesmo documento ficamos sabendo que os bens que haviam sido vendidos ao Padre Caetano ficaram sob poder de Antônio Torres, irmão de Domingos. Antônio Gonçalves Torres era homem casado, agraciado com a patente de Capitão de Cavalos da freguesia de Furquim, vereador na câmara de Mariana em 1740 e 1750 e listado como dos mais ricos moradores da região em 1756. Ou seja, fazia parte da mais

⁴¹ AHCSM. Inventário de Domingos Gonçalves Torres. 1º Ofício, código 33, auto 786.

finia elite do termo de Mariana (Almeida 2010). O inventário de Domingos informa ainda que, João Ferreira e Antônio Torres foram sócios até a morte do último em 1776 e que eram proprietários da meia parte das terras do engenho e da lavra que Domingos havia construído às margens do rio Gualaxo do Norte e dos 178 escravos que lá estavam, além das propriedades em São Sebastião que incluía lavras, roças e casas de morada (Quadros 2013, 55).

Nos processos matrimoniais levantados em São Sebastião, localizamos outra filha do primeiro casamento de Dona Violante com Manoel Pinto da Mota que, em 1760, pouco tempo antes do enlace de sua irmã Josefa, se casara com o homem que onze anos antes, quando do falecimento do seu pai, assumira a administração dos bens dos órfãos, dentre os quais ela estava incluída. Mais um casamento que reproduzia o padrão de endogamia da elite que celebrava uniões entre homens portugueses muito mais velhos com jovens noivas nascidas na região, filhas de outros homens com idades próximas às dos seus genros. Dona Ana de Godoy e Castro de 19 anos que como sua mãe sabia assinar, casou-se em 1760 com o licenciado João Francisco Nogueira 36 anos mais velho que ela. O noivo era familiar do Santo Ofício e, pela carta de familiar anexada, constava ser homem de negócio, embora em seu depoimento ele dissesse viver de sua arte de cirurgia. Era natural da freguesia de Santa Maria de Sarraquinhos, termo de Monte Alegre do Arcebispado de Braga. O mesmo padrão de deslocamento do reino dos homens que integravam as elites mineiras também se verificava no caso de João Nogueira:

Depois que saíra de sua pátria, fora para a cidade de Lisboa sendo de idade de 10 para 11 anos. Que na dita assistira no hospital três anos pertencente à freguesia de São Julião e depois que embarcara para a cidade da Bahia onde não tivera assistência considerável porque logo tornara para o Rio de Janeiro de onde sem demora partira para estas Minas onde tem assistido haverá 37 anos sempre na freguesia de São Sebastião (AEAM, Processo matrimonial de João Francisco Nogueira, No. 13679 – Ar.3 – Pasta 368).

Entre os testemunhos que depuseram confirmando conhecê-lo no reino e saber que era solteiro, estava o padrasto da noiva, o capitão Domingos Gonçalves Torres que nessa ocasião ainda estava vivo. Provavelmente foi o padrasto quem fez os ajustes para a realização deste matrimônio que era de grande interesse para a família, já que, o noivo estava na administração dos bens da noiva herdados de seu falecido pai. Ainda que o casamento tenha se realizado, algo não correu de todo bem pois no processo consta um mandado de prisão contra o noivo para que ele se cassasse com a noiva. Sendo intimado a prestar conta da acusação, diz o noivo:

[...] que sendo requerido, a pergunta esponsalícia, por Dona Ana de Godoy e Castro, para efeito de dar cumprimento aos esponsais que com ela contraiu, vindo com efeito à presença do vigário geral e confessando os ditos esponsais, sem embargo disso, o requereu a prisão que ele suplicante recusou por ser homem achado, rogando à mesma suplicada aliviasse da dita prisão pela referida causa, no que a suplicada conveio com a cláusula de que fosse notificado com a pena de excomunhão para não sair desta cidade enquanto não a recebesse por sua legítima mulher; e por que o não pode fazer, sem que V. Exa. lhe faça a esmola de dispensar com ele os banhos ante matrimônio para se

receberem na capela de Santa Ana ou qualquer oratório sem embargo de ser de diversa freguesia a fim de evitar a vexação que se experimenta da assistência nesta cidade [...] (AEAM, Processo matrimonial de João Francisco Nogueira, No. 13679 – Ar.3 – Pasta 368).

A dispensa foi concedida e o casamento foi realizado tendo, no entanto, que apresentar fiança de 200 mil réis para os banhos na região e de 30 mil réis para os banhos e certidão de batismo no reino. A provisão passada em 2 de outubro de 1760 autorizava a realização do casamento urgente sem banhos, mas notificava os noivos de que não deveriam coabitar enquanto não fossem habilitados pelo juízo eclesiástico, com pena de serem excomungados caso essa determinação não fosse cumprida. No dia seguinte, 3 de outubro de 1760, os noivos se receberam na capela de Santa Ana filial da catedral da Sé de Mariana. Assinaram como padrinhos, Francisco Soares de Araújo⁴², que foi também responsável por depositar os 230 mil réis de fiança e o Sargento Mor Domingos Dias Veloso, que na lista de homens ricos de 1756 aparecia como senhor de engenho morador na freguesia do Furquim (Almeida 2010) e que, em 1766, atuaria como vereador da câmara de Mariana (Chaves, Pires e Magalhães 2012). No registro do livro de casamentos consta também que no dia 10 de novembro foi apresentada nova provisão passada pelo Vigário Geral Manoel Cardoso Frazão Castelo Branco que dava os noivos por habilitados e mandava que o pároco lhe desse as bençãos, o que foi feito nesse mesmo dia. O casal estava a partir daí apto a coabitar e levar vida marital completa.

Dentre os casamentos realizados na freguesia, localizamos também o processo matrimonial do enteado de Dona Violante, José Pinto da Mota, que viera para a companhia do pai Manoel nas Minas, quando sua mãe Serafina morreu no reino por um triste desastre, já narrado anteriormente. José recebera o mesmo nome do seu tio paterno que viera para Minas Gerais com seu pai muitos anos antes. Nos banhos realizados em 1751, José afirmou que saiu de sua terra aos 10 anos de idade embarcando na cidade do Porto para o Rio de Janeiro. Dali ele fora para as Minas, diretamente para a Freguesia de São Sebastião para a casa do seu pai “onde até o presente sempre assistiu, haverá 13 para 14 anos”⁴³. No dia 16 de fevereiro de 1751, dois anos depois da morte do seu pai, José se casou aos 24 anos, com Ana Paes de Oliveira Leite de 18 anos, integrante de uma das melhores famílias da terra⁴⁴. Os Paes e os Oliveira Leite eram paulistas, descendentes de Fernão Dias Paes e do Guarda Mor Garcia Rodrigues Paes e estavam estabelecidos na região deste o início de sua ocupação. Como o jovem José Mota vivia na casa de seu pai desde que chegara às Minas,

⁴² Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.30v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

⁴³ AEAM, Processo matrimonial de José Pinto Mota, No. 5461 – Ar.5 – Pasta 547.

⁴⁴ Livro de registro de casamentos da Freguesia de São Sebastião (Bandeirantes) de 1735 a 1807 do AEAM, p.19v. Consulta realizada no site <https://www.familysearch.org/>.

possivelmente foram Dona Violante e seu novo cônjuge, que se encarregaram de fazer os ajustes para que esse enlace pudesse se realizar. Diferentemente de seu pai que se casara aos 40 anos, justamente por ser herdeiro de parte da fortuna deixada por ele, José pôde se casar ainda jovem com uma esposa também jovem integrante de uma das mais prestigiadas famílias da localidade.

O que percebemos com estes enlases realizados a partir do tronco familiar de Manoel Pinto é que, através dessa intrincada rede de casamentos que selavam alianças e negócios anteriormente estabelecidos, os bens familiares permaneceriam circulando dentro do mesmo grupo. Como sabemos, na sociedade de Antigo Regime os matrimônios não eram motivados por escolhas livres e individuais. Pelo contrário, quase sempre os integrantes de um grupo familiar se submetiam aos arranjos geralmente definidos pelo *pater familias* que tinham por meta preservar ou aumentar o prestígio e o estatuto social alcançado, bem como os bens patrimoniais sobre os quais se assentavam essa condição.

Mas nem só de comportamentos padrão e exemplar viveram as famílias da elite colonial mineira. Por vezes, as motivações sexuais, de afeto ou de outro tipo, colocavam algumas curvas nessa linha tão estrategicamente delineada. Entre os processos encontrados na freguesia ligados a esta família, localizamos pelo menos duas situações que indicam outras motivações para o estabelecimento de relações matrimoniais entre os casais. A primeira situação nos revela indiretamente que o pai de Dona Violante, o prestigiado Sargento Mor Bernardo Espínola, tivera pelo menos uma filha fora do casamento, descumprindo todas as normativas da igreja, embora tal prática fosse muitíssimo comum na região das Minas.

Em 1750, Manoel Henriques do Canto, pardo forro de 22 anos manifestava sua pretensão de se casar com Luzia Espínola, parda forra de 23 anos. Manoel era nascido e batizado em São Sebastião, filho natural de Pedro José do Canto e Castro e da parda forra Mariana do Canto. Sua mãe havia sido escrava do seu próprio pai. Possivelmente Manoel havia sido liberto na pia e seu padrinho de batismo fora Francisco de Sousa Rangel. A noiva também era nascida e batizada na freguesia, filha natural da parda Josefa da Cunha e do Sargento Mor Bernardo Espínola e Castro de quem Josefa era escrava⁴⁵. Luzia Espínola nascera em 1727, mesmo ano em que falecera Dona Maria de Godoy, mãe de Dona Violante (Quadros 2013, 41). Portanto, muito provavelmente Luzia fora concebida antes da viuvez do Sargento Mor.

A outra situação diz respeito ao enlace de José Pinto da Mota, irmão de Manoel Pinto da Mota, primeiro marido de Dona Violante. Em 1724, os irmãos José e Manoel saíram juntos da

⁴⁵ AEAM, Processo matrimonial de Manoel Henrique do Canto, No. 7000 – Ar.6 – Pasta 700.

freguesia de São Miguel de Varziela, sua terra natal em Portugal, e vieram se estabelecer em São Sebastião. Falamos muito sobre Manoel da Mota que em 1736 se ligou a uma das melhores famílias da terra através do seu casamento. Diferentemente de seu irmão, dois anos antes, José escolhera para sua esposa, uma parda forra que tinha 35 anos, a mesma idade dele, quando se casaram. Teresa Maria de Jesus se enquadrava nos casos pouco comuns de escravas do reino. Teresa era natural da freguesia do Campo Pequeno da cidade de Lisboa, filha legítima de Manoel Soeiro da Costa e Luísa da Assunção. Pelo depoimento da noiva e de vários testemunhos que depõem no processo ficamos sabendo que, em Lisboa, Teresa vivia como cativa em casa de Estevão de Barros e de lá veio remetida para as Minas ao Brigadeiro Antônio Francisco da Silva que depois a vendeu ao Guarda Mor Maximiliano de Oliveira Leite, morador em São Sebastião. Foi o Guarda Mor Maximiliano que lhe deu a liberdade, 14 anos antes de iniciado os trâmites para o seu casamento⁴⁶.

O que podem nos dizer os destinos tão díspares dos casamentos dos dois irmãos? Certamente as razões que explicam a decisão de José Pinto de se casar com a forra Teresa são bem diversas das que levaram Manoel Pinto ao enlace com Dona Violante. Embora não possamos afirmar categoricamente, é muito provável que na união entre Teresa e Manoel estivessem menos envolvidos cálculos econômicos e talvez pesassem mais questões como afeto, desejo ou afinidade. Penso que tais situações nos alertam para o risco de tentarmos criar padrões estanques para apreender a dinâmica social do mundo colonial. Indicam, pelo contrário, que é necessário estarmos atentos também para as motivações pessoais e para o universo do possível para compreender as escolhas dos indivíduos. Se a ascensão social alcançada nas Minas pelos homens vindos do reino por vezes os motivava a seguir a disciplina católica e a espelhar padrões de comportamento das elites reinóis, o encontro com a realidade da terra, a diversidade “de gentes” de todas as cores e crenças, podia abrir para alguns deles respostas também muito diversas na construção de suas relações familiares.

Referências bibliográficas:

Almeida, Carla Maria Carvalho de. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista”. Em *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, orgs. Carla Maria Carvalho de Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira, 71-100. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

Almeida, Carla Maria Carvalho de. “Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados”. Em *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*, orgs. João Fragoso, Carla M. C. de Almeida e Antônio Carlos Jucá de Sampaio, 121-193. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁶ AEAM, Processo matrimonial de José Pinto Mota, No. 5462 – Ar.5 – Pasta 547).

Almeida, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1850*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

Brügger, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

Castelnau-Léstoile, Charlotte de. “Os filhos obedientes da Santíssima Igreja: escravidão e estratégias de casamento no Rio de Janeiro do início do século XVIII”. Em *Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (séculos XVII-XX)* [online], orgs. Myriam Cottias e Hebe Mattos. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/778>

Chaves, Cláudia M. das Graças, Maria do Carmo Pires e Sônia M. Magalhães, orgs. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História*. Ouro Preto: Edufop/Pppghis, 2012.

Cunha, Maísa Faleiros. “Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade, Franca-São Paulo/Brasil, século XIX”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.34, n.2, maio/ago. (2017): 223-242.

Ferreira, Roberto Guedes. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2008.

Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida, e Maria Verônica Campos, orgs. *Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

Figueiredo, Luciano. *O Averso da Memória*. Brasília: Edunb, 1993.

Furtado, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Goldschmidt, Eliana Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

Libby, Douglas Cole, José Newton Coelho Meneses, Júnia Ferreira Furtado e Zephyr L. Frank, orgs. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Pereira, Ana Luíza de Castro. *Unidos pelo sangue, separados pela lei família e legitimidade no Império Português, 1700-1799*. Tese de doutorado. Universidade do Minho, 2009.

Quadros, Lucas Samuel. “Conservar e reparar a saúde: as leituras e o ofício de um médico ilustrado nas Minas colonial”. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em História, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

Ramos, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. Em *História e população: estudos sobre a América Latina*, orgs. Sérgio O. Nadalin, Maria Luíza Marcílio, Altiva Pillati Balhana. São Paulo: ABEP, 1990.

Scott, Ana Silvia Volpi, e Dario Scott. Casamentos entre desiguais no Brasil Meridional (1772-1845). Em *Famílias Históricas: interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay*. Red de investigación formación, comportamientos y representaciones de la familia em Latinoamérica, orgs. Mónica Ghirardi, e Ana Silvia Volpi Scott, 37-79. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

Scott, Ana Silvia Volpi. *Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em:

https://www.academia.edu/66935557/Aproximando_a_Metr%C3%B3pole_da_Col%C3%B4nia_fam%C3%ADlia_concubinato_e_ilegitimidade_no_Noroeste_Portugu%C3%AAs_s%C3%A9culo_XVIII_e_XIX_

Silva, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

Vasconcelos, Diogo de. *História Antiga das Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

Recebido: 12 de junho de 2025

Aprovado: 10 de julho de 2025

O patrimônio enquanto inconsciente da historiografia

Heritage as the unconscious of historiography

El patrimonio como inconsciente de la historiografía

Rogério Mattos*

<https://orcid.org/0000-0002-6078-5247>

RESUMO: O patrimônio é o inconsciente da historiografia enquanto permanecer inconsciente da história da disciplina. Mas se a historiografia é inconsciente do patrimônio, enquanto isso durar, dificilmente uma visão maior e mais articulada sobre a História poderá emergir, assim como permanecerá o desconhecimento de avanços políticos, sociais e epistemológicos das últimas décadas. O caso do Rio de Janeiro propõe um estudo digno de interesse por envolver temporalidades e abordagens múltiplas, mas especialmente ao patrimônio de herança negra e africana (desde os anos 1980) e como (junto com as descobertas mais recentes) essa geografia permite mudanças importantes tanto para as narrativas do passado quanto para o ensino da história. Na primeira parte resgato alguns questionamentos referenciais da história da historiografia no Brasil, a necessidade da disciplinar interrogar sua memória. Na segunda parte estendo as referências para o debate fora do país para dar conta das implicações políticas da teoria e dos usos de alguns referenciais teóricos geralmente não debatidos no campo. Na terceira parte me debruço sobre a noção de patrimônio histórico no Brasil e destaco o caso carioca e o patrimônio cultural de referência negra da cidade. Na conclusão, faço alguns encaminhamentos possíveis para a abordagem que proponho e reafirmo a crença na razão de que para obter avanços importantes hoje na escrita e no ensino da história a historiografia e a vivência do e no patrimônio devem ser incorporados a ambos.

Palavras-chave: Patrimônio. Historiografia. Cultura negra. África. Rio de Janeiro.

* Doutorando em História pela Unirio (linha de pesquisa Patrimônio, Ensino de História e Historiografia), graduado em História (UERJ) e doutor em Estudos Literários (UFF). E-mail para contato: rogerio_mattos@hotmail.com.

ABSTRACT: Patrimony is the unconscious of historiography as long as it remains unconscious of the history of the discipline. But if historiography is unconscious of patrimony, as long as this continues, it will be difficult for a broader and more articulated vision of History to emerge, just as the lack of knowledge of political, social and epistemological advances of recent decades will remain. The case of Rio de Janeiro proposes a study worthy of interest because it involves multiple temporalities and approaches, but especially regarding the black and African patrimonial heritage (since the 1980s) and how (together with the most recent discoveries) this geography allows for important changes both in the narratives of the past and in the teaching of history. In the first part, I recover some referential questions of the history of historiography in Brazil, the need for the discipline to interrogate its memory. In the second part, I extend the references to the debate outside the country to account for the political implications of the theory and the uses of some theoretical references not generally discussed in the field. In the third part, I focus on the notion of historical heritage in Brazil and highlight the case of Rio de Janeiro and the city's black cultural heritage. In the conclusion, I outline some possible directions for the approach I propose and reaffirm my belief in the reason that in order to achieve important advances today in the writing and teaching of history, historiography and the experience of and in patrimony must be incorporated into both.

Keywords: Patrimony. Historiography. Black culture. Africa. Rio de Janeiro.

RESUMEN: El patrimonio es el inconsciente de la historiografía en tanto permanece inconsciente de la historia de la disciplina. Pero si la historiografía desconoce el patrimonio, mientras éste dure, será difícil que emerja una visión mayor y más articulada de la Historia, así como permanecerá el desconocimiento de los avances políticos, sociales y epistemológicos de las últimas décadas. El caso de Río de Janeiro propone un estudio digno de interés ya que involucra múltiples temporalidades y enfoques, pero especialmente al patrimonio de la herencia negra y africana (desde los años 1980) y cómo (junto con los descubrimientos más recientes) esta geografía permite cambios importantes. tanto para las narrativas del pasado como para la enseñanza de la historia. En la primera parte rescato algunas cuestiones referenciales sobre la historia de la historiografía en Brasil, la necesidad de una disciplina para interrogar su memoria. En la segunda parte, extendiendo las referencias al debate fuera del país para dar cuenta de las implicaciones políticas de la teoría y los usos de algunos referentes teóricos generalmente no debatidos en el campo. En la tercera parte me centro en la noción de patrimonio histórico en Brasil y destaco el caso de Río y el patrimonio cultural negro de la ciudad. En conclusión, hago algunas posibles direcciones para el enfoque que propongo y reaffirmo la creencia en la razón de que para obtener avances importantes hoy en la escritura y enseñanza de la historia, la historiografía y la experiencia de y en el patrimonio deben incorporarse a ambas.

Palabras clave: Patrimonio. Historiografía. Cultura negra. África. Río de Janeiro.

Como citar este artigo:

Mattos, Rogério. “O patrimônio enquanto inconsciente da historiografia”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 132-157.

A lembrança crítica

Uma vez Paul Ricoeur perguntou: “o historiador está condenado a ficar sem voz diante do discurso solitário do filósofo?” (2007, 373). Em *A memória, a história, o esquecimento*, ele buscou a todo custo criar linhas de contato entre seu ofício e o dos historiadores. Em momentos, chega quase a negar ou a limitar o quanto pode a aplicação da doutrina que talvez tenha mais se aplicado, a fenomenologia. A História vem sempre depois do *Dasein* e lhe dá significado. De qualquer forma, o filósofo avançou tanto em suas investigações que passou a assumir o discurso do outro, sem perder de vista sua trajetória pessoal, porque do contrário não conseguiria levar seus questionamentos até ao final. Contudo, sua pergunta continua a ecoar: são os historiadores capazes de fazer teoria?

Para começar a delinear alguns argumentos que possam servir para futuras respostas, tenho como objetivo destacar reflexões do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães. Em um primeiro momento de sua produção, a teoria ou a crítica a uma visão ingênua sobre a escrita da história, não questionadora de seus pressupostos, está atrelada às implicações entre o ofício do historiador e sua narrativa com incidência imediata no ensino da disciplina¹ (Oliveira 2013). A prática que não questiona seus saberes incorre no perigo de ser vítima da memória ou da mera elaboração de inventários. Este seria o caso de José Honório Rodrigues, para quem, em texto retomado por Rebeca Gontijo (2010), a tarefa crítica coincidia com a da memória e que conseguiu, no máximo, através de seu método de revisionismo, para si próprio e para o autor ao qual mais se dedicou, Capistrano de Abreu, um lugar no panteão dos grandes historiadores nacionais. Manoel Salgado Guimarães, logo nos primeiros textos publicados após seu artigo mais citado, síntese em português de sua tese, se propõe dessacralizar a memória, talvez indo um pouco além do que vinha fazendo na França Pierre Nora. Não seria ver o tempo fora dos eixos (“the time is out of joint”), tal como

¹ Os dois textos estudados são: *Repensando os domínios de Clio*, de 1998 e *Usos da história*, de 2000. Ambos foram reunidos recentemente num conjunto de ensaios do professor (Guimarães 2022a).

Hamlet diante da aparição de seu pai morto, acabar por encontrar quem se dedicou tanto a crítica historiográfica relegado à mera memória?

Não se trata de uma constatação de fato Manoel Salgado Guimarães ter virado memória, mas de um risco. Diante da multiplicação de estudos sobre a história da historiografia nacional, ocorre a descentralização das expectativas em relação à relevância do trabalho desses historiadores. Guimarães tem que lidar com a boa concorrência de publicações de seus orientandos, por exemplo, tantos deles exercendo protagonismo no campo disciplinar que ele ajudou a desenvolver. Isso quer dizer apenas que novos questionamentos surgiram com a abertura de novas fronteiras no pensamento historiográfico. A pergunta do historiador acaba por se voltar para sua própria produção. “Se a prática historiadora requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetermos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades humanas?” (Guimarães 2022a, 132). Questionar a historiografia brasileira hoje também é se voltar para os problemas levantados por Guimarães.

Parece que dois lugares comuns foram criados depois da renovação dos estudos históricos após a redemocratização do país: o papel do IHGB e a figura de Francisco Adolfo de Varnhagen. Assim se constituíram dois tipos de projeto, um nacional e outro historiográfico, ambos associados ao Brasil imperial. Contudo, antes de se estabelecerem esses paradigmas, ou seja, na introdução de sua tese de doutorado, Manoel Salgado Guimarães os coloca como o não dito do pensamento social brasileiro. Ao reler esse texto, parece que as pretensões são maiores do que aquelas que os vinculam ao campo específico da historiografia. Ao lado da Semana de Arte Moderna, das interpretações do Brasil da década de 1930 ou, um pouco mais tarde, da produção isebiana ou do Tropicalismo, os primórdios da fundação de uma ciência social brasileira e de um projeto de país, ou seja, a primeira metade do século XIX, “quando a dedicação à história do Brasil foi uma obrigação generalizada dos setores mais cultos, até hoje só foi analisada a partir de aspectos particulares” (Guimarães 2011, 52). A história da historiografia seria então um meio de se indagar a intelectualidade e sua imaginação de forma mais ampla, menos particular. Ainda na década de 1980, quando defendeu sua tese, sua preocupação como historiador se afirma como projeto concorrente às demais interpretações do Brasil, isto é, tem pretensões totalizantes que, salvo engano, não foram cartografadas por seus leitores.

Não seria aqui o caso de substituir riscos, de acabar por trocar um pelo outro? No caso, o da acomodação na memória social da imagem de um historiador rigoroso, metódico e inovador,

por uma outra que expressa radicalidade no pensamento, atitude que pode provocar a ultrapassagem de um quadro cronológico bem delimitado e com problemática agora já consolidada? Talvez não seja o caso se for lembrada a introdução escrita por Manoel Salgado para a reunião de ensaios de Afonso Carlos Marques dos Santos (2007), onde ele diz ser necessário, nos dois primeiros capítulos², reconhecer a influência de seu professor Fernando Novais. Contemporâneo de Manoel, ambos responsáveis pela reformulação da pós-graduação em História da UFRJ, parte do princípio segundo os clássicos do pensamento social brasileiro, o do transplante de cultura estranha/estrangeira para nossas terras: a chegada da Corte portuguesa e a Ilustração foram as condições de possibilidade para o surgimento de uma intelectualidade nativa. Segundo Novais, o reformismo ilustrado português buscou a modernização dentro dos quadros do “despotismo esclarecido” e aberturas no Sistema Colonial. Mas ao invés de abrandar, acentuou a dominação, “e as ‘inconfidências’ marcam o contraponto revolucionário do processo” (Novais 2005, 189). Já com Afonso Carlos, a abertura à noção de imaginário, retirado de Paul Veyne, no lugar da noção de ideologia, como acentuou Valdeci Araujo (2012), e a de invenção, seguindo Hobsbawm, marcaram a mudança de perspectiva operada pelos dois professores da UFRJ. A afirmativa seguinte pode servir para os dois e destaca o projeto historiográfico iniciado na década de 1980: “a história cultural do século XIX ainda está em processo de estudo, uma vez que as pesquisas existentes tanto desprezaram quanto desconhecaram a existência de um projeto civilizatório associado à construção do Estado e da Nação” (Santos 2007, 52).

Mas qual seria a passagem que justificaria uma continuidade ou que aproximaria as interpretações culturais das abordagens materialistas feitas por Novais, Furtado, Caio Prado, etc.? Fragoso e Florentino resgatam o olhar de um comerciante estrangeiro, Wetherell, que na Bahia de 1860 se surpreendeu com o fato de “homens brancos cultivarem longas unhas para demonstrar que não exerciam ofícios manuais” (2001, 124). Se Fernando Novais (2005) diz em entrevista que não vê seu conceito de crise do Antigo Regime ou o de Sistema Colonial abalados pelas críticas dos historiadores fluminenses, é porque eles teriam explicitado algo inerente ao “sistema” por ele entrevistado e que pesquisas empíricas ainda não tinham confirmado. De fato, a classe dos comerciantes de “grossa aventura”, responsáveis pela fixação na colônia de um capital autóctone e que só existiram a partir do desenvolvimento de um sólido mercado interno, é resultado da crise do Antigo Regime, que consolidou a autonomia e a riqueza desses comerciantes e a formação de

² A presença de Novais parece mais ampla a meu ver, em todo o livro, e explícita não nos dois capítulos iniciais, mas nos quatro primeiros.

uma classe não absenteísta que lutará por validação intelectual após a Independência. Os homens de unhas longas deixarão os campos para habitar nas cidades. No caso específico do Rio de Janeiro, talvez morassem nos mesmos imóveis adquiridos pela aristocracia dos trópicos. Incapazes de tornarem duradouras empresas comerciais (que duravam no máximo duas gerações), os traficantes cariocas viravam rentistas urbanos ou senhores de terras e de homens, seguindo dessa maneira o padrão do ideal aristocrático ibérico de ojeriza ao trabalho manual (Fragoso e Florentino 2001, 227-235).

Diante de uma atmosfera assim, não causa surpresa ter sido elidido do discurso literário, filosófico e historiográfico a problematização a respeito da escravidão africana no país. Talvez a abordagem que destaca a singularidade de posicionamentos como os de José Bonifácio (Dolhnikoff 1996) ou Gonçalves Dias (Marques 2010) pertença a uma fase de busca por excepcionalidades ao imaginar que vigia uma espécie de “hipótese repressiva” como impedimento a enunciados que depois terão acolhida ampla com a consolidação do movimento abolicionista. Diante do quadro de uma alta sociedade baseada nos ideais acima expostos, a imaginação a respeito do Brasil era limitada por pobres espaços de experiências, o que resultava num horizonte de expectativa bem aquém do das décadas posteriores, e suas atitudes não podem ser vistas como nada mais do que embrionárias. Quando Valdeci Araujo se refere a “cápsulas do tempo” em referência a imagem de uma identidade nacional, parece se referir a um tempo encapsulado, ou seja, que guarda “a memória de uma geração ou povos destinados inexoravelmente à extinção” (Araujo 2008, 120). O tempo encapsulado, ainda memória e não história, parece o germe, não ainda o cristal que expressará o tempo em sua múltipla modalidade. O germe ainda é uma imagem virtual que faz cristalizar um meio atualmente amorfo. Mas este, por outro lado, “deve ter uma estrutura virtualmente cristalizável, em relação à qual o germe desempenha o papel de imagem atual” (Deleuze 2007, 94). São as relações entre o germe e o espelho que formam a expressão, isto é, o cristal. Assim, somente agora temos as condições de fazer a história daquelas memórias – não, porém, sem antes dar um salto no tempo.

O embate dos saberes

Quando Bergson escreve *Matéria e Memória*, procura resolver o problema que um pouco mais tarde Walter Benjamin e Freud irão se ocupar, o da crise da psicologia. Além de Bergson, Edmund Husserl se ocupou da mesma questão que recolocava em disputa a antiga querela entre filósofos materialistas e idealistas. Ambas as correntes mantinham a posição, apesar de suas

divergências, segundo a qual na consciência só haveria imagens, inextensas e qualitativas, enquanto no espaço só haveria movimentos, extensos e qualitativos. Na ocasião, o fator que dividiu as opiniões foi o lugar do cérebro na passagem entre os dois regimes de imagens. Ora ele era o lugar milagroso onde se reproduziriam o mundo como representação, ora ele era mero epifenômeno ou agregado físico de moléculas, que transmitiria aos olhos o mundo tal como ele é.

Sobre este pano de fundo, os dois filósofos acima citados brandiram suas espadas: para Husserl, toda consciência é consciência *de* alguma coisa, enquanto para Bergson, toda consciência *é* alguma coisa. Para o primeiro, a consciência é como uma luz que ilumina os objetos, “o movimento percebido ou realizado deve ser compreendido evidentemente não no sentido de uma forma inteligível (Ideia), que se atualizaria numa matéria, mas de uma forma sensível (*Gestalt*) que organiza o campo perceptivo em função de uma consciência intencional em situação” (Deleuze 2018, 96). Bergson, pelo contrário, não está nem um pouco preocupado com as condições de uma percepção natural ou seu pressuposto metafísico, a intenção. O que levou à crise da psicologia eram fatores sociais e políticos que imprimiram mais movimento na vida consciente, logo mais imagens no mundo material. Estamos às portas do mundo da reprodutibilidade técnica pelo qual mais tarde Walter Benjamin irá se interessar.

Mas Deleuze tem razão quando alude a uma antiga rivalidade filosófica. A fenomenologia alemã repetia seus velhos erros. Como aponta Edward Said, “pelo menos desde o século XVIII, creio eu, a essência da experiência no Ocidente tem sido não só implementar uma dominação a distância e reforçar a hegemonia, como também dividir os âmbitos da cultura e da experiência em esferas aparentemente isoladas (Said 1995, 95). A cisão do homem em seu duplo empírico-transcendental reforçou, como Husserl em *Krisis*, a percepção do inglês como “coisa pensante” e do indiano como “coisa extensa”, mero animal (Husserl 2008, 66), isto é, a reiteração de toda e qualquer ideia imperialista. Lentamente, tanto na Europa quanto nas extremidades do sistema capitalista, emerge o despertar do “sono antropológico” (Foucault 1999), dilacerado cada vez mais pelas revoluções nacionalistas e pelas guerras de libertação mundo afora. Nesse enquadramento do fim da metafísica e da emergência do outro do homem que se situará os debates sobre o desenvolvimento técnico e o cinema.

Georges Didi-Huberman (2014), ao resgatar a primeira exibição pública dos irmãos Lumière, quando os trabalhadores de sua fábrica assistiram a si próprios saírem do trabalho, aponta, remontando as noções do cinema de poesia de Pasolini, que a tarefa do cinema é antes figurar os povos do que as estrelas. O uso de figurantes ao invés de atores profissionais por parte do cineasta

italiano, sua visão do sul da Itália como uma ponta do “terceiro mundo”, suas observações etnográficas sobre o corpo dos povos, marcam uma virada perceptiva já contida em germe no início da história do cinema.

Por isso a importância dos trabalhos de Gilles Deleuze sobre o cinema, onde retomará a aliança talvez ocasional entre Bergson e cinema para construir uma nova imagem do pensamento. Para ele, tal como a imaginação humana, o cinema desconhece o movimento natural, porque diferente das outras artes, “faz do próprio mundo um irreal ou uma narrativa: com o cinema, é o mundo que se torna sua própria imagem, e não uma imagem que se torna mundo” (Deleuze 2018, 96). A partir da irrealidade transmitida pelo mecanismo cinematográfico, mais próximo se chegaria aos mecanismos de funcionamento da memória humana, mais próxima ao sistema de montagem do que a utopia vã de se procurar construir um encadeamento sucessivo de imagens ou de poses que passariam a impressão de uma história natural ou cronológica. De forma mais precisa, este é o historicismo combatido por Walter Benjamin e expresso em sua Tese VI de *Sobre o conceito de história*: apropriar-se de uma lembrança num momento de perigo. A memória não é natural, mas artificiosa.

Para Bergson, por outro lado, existe uma diferença não de grau ou intensidade, mas de natureza, entre a percepção pura e a lembrança. Quando os dois coincidem, formando uma mistura impura, complexa, a ciência de sua época tratava os dois como fenômenos simples, como se pudessem ser hermeticamente separados de acordo com os critérios do psicólogo. Faz-se da lembrança uma percepção mais fraca, o que dilui ou extingue a distinção entre passado e presente, consequentemente, se exclui o conhecimento do inconsciente e os mecanismos do reconhecimento. Ao mesmo tempo, acaba por se ver na percepção uma lembrança mais intensa, onde ela aparece como um estado interior ou simples modificação subjetiva. Assim, não será conhecido “o ato original e fundamental da percepção, esse ato, constitutivo da percepção pura, pelo qual nos colocamos de início nas coisas. E o mesmo erro, que se exprime em psicologia por uma incapacidade radical de explicar o mecanismo da memória, irá impregnar profundamente, em metafísica, as concepções idealista e realista da matéria” (Bergson 1999, 71). A percepção pura se dá num lugar exterior ao sujeito e ao objeto, ao percebido e àquele que percebe. Ao lugar da exterioridade onde podemos ver as coisas se colidirem, nada se limita a distinção entre sujeito e objeto, por serem puras imagens em movimento: “Dizei que meu corpo é matéria, ou dizei que meu corpo é imagem...” (Deleuze 2018, 99), Deleuze dá o nome de campo de imanência, conjunto de movimentos, de ações e reações, onde a luz se propaga sem resistência e sem perda.

O campo de imanência é a própria luz. Não se trata de um espaço onde a consciência, a partir de sua luz, poderá iluminar e distinguir os objetos a partir de um espaço dado, previamente obscuro, mas, pelo contrário, a partir de cortes móveis numa perspectiva temporal³. “É um bloco de espaço-tempo, pois cabe-lhe cada vez o tempo do movimento que nele se opera. Haverá até uma série infinita de tais blocos ou cortes móveis, que serão como tantas outras apresentações de plano, correspondendo à sucessão dos movimentos de universo” (Deleuze 2018, 99). Percepção e lembrança, matéria e memória correspondem sempre a misturas impuras ou complexas cujo fundo é um plano de imanência ou o indiferenciado que somente se dá a ver através desses cortes móveis. O olho não ilumina ou distingue as coisas. Assim como o cérebro ou a consciência são imagens entre imagens, o olho está nas coisas, não se desprende delas. O olho é luz como todos os outros componentes do universo também o são. Ele está nas coisas, nas próprias imagens luminosas. “A fotografia, se fotografia existe, já está batida e reproduzida no próprio interior das coisas e para todos os pontos do espaço” (Deleuze 2018, 101). Falta ao olho percebê-la.

Os conceitos de Bergson podem encontrar um paralelismo quase exato na noção de inconsciente ótico de Walter Benjamin: “A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente” (Benjamin 1994, 94). Logo, a luminosidade das coisas não choca nosso olhar, entendido esta palavra como nossa consciência. É preciso revelar o fotograma para expor o inconsciente vivo dentro do qual nos movemos, tal como (essa alusão é feita por Benjamin) Freud na época começou a fazer com *Além do princípio do prazer*. Por outro lado, na leitura deleuziana parece que o bergsonismo acaba por ser maior do que Bergson. A crítica deste ao cinema, seu “aliado ambíguo”, acaba por formar um metacinema, por mostrar o universo como “um cinema em si”. A revelação do inconsciente através dos meios técnicos, sejam eles o cinema ou a fotografia, explica melhor os funcionamentos da mente humana e de seus mecanismos de memória do que qualquer abordagem que parta do princípio do cogito cartesiano.

Há aí uma ruptura com toda a tradição filosófica, que situava a luz antes do lado do espírito, e fazia da consciência um feixe luminoso que tirava as coisas da sua obscuridade nativa. A fenomenologia ainda participava inteiramente desta tradição antiga; simplesmente em vez de fazer da luz uma luz interior, abria-a para o exterior, um pouco como se a intencionalidade da consciência fosse o raio de uma lâmpada elétrica (“toda consciência é consciência *de* alguma coisa...”). Para Bergson, é exatamente o contrário. São as coisas que são luminosas por si mesmas, sem nada que as ilumine: toda consciência *é* alguma coisa, confunde-se com a coisa, isto é, com a imagem de luz. Mas trata-se

³ É o que Bergson diz na citação logo acima como “colocar-se no início das coisas”. Deleuze o corrige por não se tratar de um único corte imóvel, mas variáveis cortes como múltiplos são os espaços-tempo.

de uma consciência de direito, difusa em toda parte e que não se revela, trata-se realmente de uma fotografia já batida e reproduzida em todas as coisas e para todos os pontos, mas “translúcida”. Se posteriormente uma consciência vem a se constituir de fato no universo, neste ou naquele lugar no plano de imanência, é porque imagens muito especiais terão aparado ou refletido a luz, e terão fornecido a tela negra [ecrã] que faltava à placa. Em suma, não é a consciência que é luz, é o conjunto das imagens ou a luz que é consciência, imanente à matéria. Quanto à *nossa* consciência de fato, será apenas a opacidade sem a qual a luz, “se propagando sempre, jamais tivesse sido revelada”. A oposição entre Bergson e a fenomenologia é, a esse respeito, radical (Deleuze 2018, 102).

A oposição vista por Deleuze parece vir de encontro ao objetivo de Hans Ulrich Gumbrecht (2010) em ultrapassar a interpretação ou o “jogar luz” sobre as coisas. O teórico alemão identifica como momentos limiares de nossa modernidade o solipsismo de Husserl (quando, incapaz de estender a relação habitual entre sujeito e objeto, elide ambos em razão de um ego transcendental) e a guerra de secessão dirigida por Dilthey e seus quatorze colegas para se separar as “ciências do espírito” dos métodos experimentais na Universidade de Berlim. O contraponto entre ciências “duras” e “suaves”, experimentais ou hermenêuticas, está mais na crença de quem criou essas distinções do que na suposta luta entre físicos e metafísicos. Como Gumbrecht assinala, Bergson, Nietzsche e Freud, apesar de terem se popularizados entre o público leitor e terem se tornado para muitos heróis intelectuais, tiveram que batalhar para se tornarem respeitáveis no mundo oficial das universidades. É mais em razão de ter intelectuais que se empenharam em manter uma distinção de natureza entre as ciências que quem as abordou sem tais discriminações tiveram dificuldades de serem aceitos na academia. Nesse sentido, o “fim da metafísica” como entrevisto pelo autor, se insere no horizonte da utopia e da luta política do que num evolucionismo que podemos traçar cronologicamente seu progresso e, quem sabe, diagnosticar seu fim.

“Estar perdido na intensidade concentrada”: se existe um sentido para a produção de presença ou se ela faz algum sentido: “é a própria dimensão de consciência que é negada pelo tipo de presença física que desejamos ou que simplesmente não entra em jogo” (Gumbrecht 2010, 134). As filosofias da consciência se centram em mundos históricos e culturais cotidianamente específicos. Cada coisa ocupa o seu lugar, faz transparecer algo como uma “bela forma”, inteligível e de fácil comunicação: nos faz contar as coisas “tal como aconteceram”. E se os passados são simultâneos (na fórmula de Gumbrecht) ou existe um presente do passado, um presente do presente e um presente do futuro (na fórmula de Agostinho)? De qualquer maneira, Gumbrecht vai propor um presente amplo, efeito da presentificação do passado, ou seja, “a possibilidade de ‘falar’ com os mortos ou de ‘tocar’ os objetos de seus mundos” (Gumbrecht 2010, 153). Existiria alguma ciência mais antiga do que esta? À primeira vista parece que não, porque a noção de “tempo histórico” surgido entre os séculos XVII e XVIII aumentou as possibilidades de se aprender com

o passado, não mais através dos “exempla” antigos (*historia magistra vitae*), mas pelo estudo das leis que regem o desenvolvimento histórico. Instaura-se a torre de marfim acadêmica, que vê o passado não como o presente do passado, mas como passado “enquanto tal”, e se evita qualquer risco, a aventura do pensamento. “O que não se pode pensar nos mundos cotidianos são, em primeiro lugar, conteúdos, hipóteses, e opções cujo aparecimento nos mundos cotidianos implicaria o risco de produzir consequências indesejáveis” (Gumbrecht 2010, 157). Foram tais riscos que desafiaram Manoel Salgado Guimarães depois das publicações que seguiram seu estudo inicial sobre o IHGB.

Sem fazer uma recapitulação por aqui de como foi desenvolvido em sua produção como um todo o tema do antiquariato, faço menção agora a um dos últimos textos publicados pelo professor, *Vendo o passado: representação e escrita da história*, publicado originalmente em 2007. No subtópico “Produzir o passado como visibilidade: cultura antiquária e colecionismo”, Manoel Salgado põe de epígrafe o seguinte trecho do livro de Adalgisa Lugli, *Naturalia et Mirabilia: les cabinets de curiosité en Europe*: “Os objetos para darem recreação à vista estão todos lá: livros, ânforas, tinteiros, esferas armilares, relógio, gaiola de papagaio, espelhos abertos, instrumentos musicais”. A cultura colecionista, feita por amadores e não por historiadores, se contrapõe à cultura escrita dos profissionais da história. Prática que carrega em si arcaísmos, recende à herança monástica. Seus objetos são semióforos (conceito de Pomian), responsáveis por ligar o aqui com o além. A coleção torna o passado visível, tangível e, quando relatado na novela de Walter Scott, *O antiquário*, está associada ao interesse pelo passado nacional. “Esta cultura antiquária revela-se como uma cultura do objeto, uma valorização por excelência dos procedimentos da autópsia, com a consequente valorização da visão em detrimento do escrito” (Guimarães 2022a, 168).

Seu pressuposto é o trabalho de Jan Assmann, *Moisés e o monoteísmo*, segundo o qual a “decisão mosaica” recaiu sobre o privilégio do escrito sobre a cultura imagética como forma de afirmar a nova religião diante do hábito egípcio de viver entre imagens. Seria uma história de longa duração com consequências vivas ainda hoje nos meios letrados. Contudo, Manoel Salgado busca resgatar a tradição antiquária tanto pelo modo de vida diletante, como também para resgatar uma tradição invisibilizada pela história de um modo geral, mas pelos historiadores de modo particular. A filosofia da história, ao procurar narrar e assim dar sentido às nações (a História como ciência de Estado) e aos nacionalismos que se afirmaram no século XIX, foi a vencedora tal como, algum tempo antes, os “modernos” ganharam a disputa sobre os “antigos”. Ao resgatar a trajetória do Instituto Histórico de Paris como contraponto da Sociedade de História da França, entre um saber nomeado pelos vencedores como “amador” em contraposição a profissionais como Guizot, a

aliança entre erudição e saber desinteressado acabou por ceder lugar para aqueles que escreveram a “verdadeira história” da França pós-revolucionária. Assim, para se compreender a instituição da história enquanto ciência deve ser visto como e porque a imagem da tradição antiquária se altera, já que por um longo período não foi considerada como um saber menor.

A preocupação com a materialidade do passado, com sua física e não com sua metafísica, a “produção de presença” e não a fabricação de sentido, nos termos de Gumbrecht, parecem convergir com as preocupações de Manoel Salgado. Igualmente, o *Stimmung*, como denominado posteriormente pelo teórico alemão, só pode ser experimentado numa consciência historicamente específica da presença da morte em vida” (Gumbrecht 2014, 15). Nos termos de Guimarães, tornar visível o que foi invisibilizado pela história. Não seria este o programa de Gilles Deleuze ao retomar as hipóteses de Bergson e sua aliança ambígua com o cinema? Ante um mundo do sentido ou da consciência, da metafísica ou da fenomenologia, os cortes móveis que produzem o plano de imanência elidem as relações sujeito-objeto não em busca de um ser ainda mais fundamental, mas de um universo a-centrado onde a própria relação autor-obra ou crítico-documento se modifica. Nos ensaios de Hans Gumbrecht do livro *Atmosfera, ambiência, Stimmung*, o autor parece imergir nas obras que analisa, como se quisesse fazê-la aparecer por fora dos contornos críticos que fizeram sua fama. O abandono das notas de rodapé, uma escrita direta como a de um narrador clássico dos livros de ficção, a prevalência do contar sobre o teorizar... Com Manoel Salgado, sua crítica historiográfica é uma crítica da cultura. Ao lado do historiador habitante dos arquivos, surge outro que não se vexa em colocar como “fontes” livros de ficção, textos de história da arte, a análise da imagem de exposições e de peças de museu, da mesma forma que o narrador, para inventariar suas referências, mais viajou do que escreveu, mais até colecionou do que lecionou... Assim, a teoria literária e a historiográfica se aproximam tanto por um modo específico de procurar fazer ver do que procurar fazer compreender, discursar livremente e expressar a vivência com os objetos ao redor (históricos ou literários) e, em seu aspecto formal, acabam por aproximar a crítica literária do próprio fazer literário e o saber historiográfico do amor pelas formas sensíveis como o daqueles que se ocupam exclusivamente da literatura. Um saber difícil, uma psicomacia, um gaio saber inquieto.

O inconsciente da historiografia

Tornar visível o invisível: essa é a fórmula de Manoel Salgado tanto em relação a escrita historiográfica quanto ao olhar sobre o patrimônio⁴. No primeiro caso, busca trazer visibilidade a cultura antiquária. Aterrada pela vitória da filosofia da história, que foi rigidamente aparelhada e incentivada pelo Estado francês pós-revolucionário (a monarquia tinha que se legitimar mais pela história do que pela memória de sua genealogia), o “gaio saber” antiquário é uma cultura que apela mais para a imaginação. Crítica ao documento como mera forma de informação, aos modelos que ajustam os dados em apertadas linhas de generalização, a escrita que compila e inventaria supostas descobertas expostas sem qualquer esforço de presentificar a ausência daquilo que já passou. Na construção de narrativas o documento, o monumento e a própria escrita literária ganham vida e sentido, e, sem o gosto pelas narrativas, por se deixar imaginar-se, acaba-se na construção de uma história, ainda que profissional, sem apelo a curiosidade que leve o leitor a se apaixonar por relatos históricos e, ainda mais, num rude afã memorialístico que elide a própria postura crítica, geralmente disfarçada em citações que jamais agredem a concordância das faculdades cognitivas de um leitor distraído – e que assim deve permanecer.

Identifico no professor uma postura rosseliniana. Isso tem menos relação com o cineasta ter sido o “Sócrates do cinema” do que com o tipo de realismo que ele sugere. Não exatamente a um conteúdo social, como a primeira crítica ao neorealismo se referiu; tampouco a um “mais de realidade” a que se refere Bazin (2018) (mais preocupado com as características formais do que materiais do cinema) quando se refere as fracas ligações entre os acontecimentos nesse tipo de produção; antes, encontramos uma postura de alguém que está entregue a uma visão, que registra mais do que reage, como a heroína de *Europa 51*.

Europa 51 mostra uma burguesa que, a partir da morte de seu filho, atravessa espaços quaisquer e passa pela experiência dos grandes conjuntos residenciais, da favela e da fábrica (“pensei estar vendo condenados”). Seus olhos abandonam a função prática de dona-de-casa, que arruma as coisas e os seres, para passar por todos os estados de uma visão interior, aflição, compaixão, amor, felicidade, aceitação, até no hospital psiquiátrico onde a prendem, ao termo de um novo processo de Joana D’Arc: ela vê, aprendeu a ver (Deleuze 2007, 10).

Se vivemos numa cultura oculocêntrica, iniciada no Renascimento e inflacionada na contemporaneidade (Guimarães 2022a, 149), a educação dos sentidos serve para corrigir os erros da “sedução da memória” quanto aos pressupostos da cultura anti-idolátrica posterior a “decisão

⁴ Esta discussão implica necessariamente no cuidado, no sentido de precisar os termos que operamos, que se torna evidente já na definição do que seria a visualização do passado, implicada tanto em uma narrativa escrita sobre eventos pretéritos (que supõe um leitor com imaginação do que está sendo narrado) como também no projeto de patrimonialização desse mesmo passado em instituições que dão suporte a esta visualização como, por exemplo, os museus” (Guimarães 2022a, 150-151).

mosaica”. Ainda mais, como diz o Bergson de *Matéria e memória* a respeito de nossa percepção das imagens exteriores, nunca percebemos a coisa tal como ela é, percebemos sempre menos de acordo com os nossos interesses, percebemos clichês. Aprender a ver, assim, pode se tornar uma verdadeira psicomaquia, como a da protagonista do filme de Rossellini. Como veremos mais abaixo (não agora), andar pelo Rio passou a significar uma visão deambulante, os centros de referência cultural da cidade se multiplicaram. Chegam a se mesclar todo um novo exercício do olhar.

Dessa forma, a noção de Manoel Salgado Guimarães de tornar visível o invisível se aproxima mais dos pressupostos formais da história dos conceitos de Koselleck. Não é que ele se contradiz quando expõe algo que viu: na estrutura do seu pensamento podem ser reunidas as possibilidades para que uma visão aconteça. Mas quando olhamos o que ele vê no patrimônio, ocorre um estranhamento imediato. Seja ao relatar a projeção do artista plástico Horst Hoheisel sobre o portão de Brandemburgo na noite de 26 para 27 de janeiro de 1997 (ela sobrepõe o antigo poder imperial germânico com os dizeres dos campos de concentração nazistas) (Guimarães 2022a, 181-200) ou sua visita a Longa Noite dos Museus, em 2008 (Guimarães 2012). Nesta, chamou-lhe a atenção a grandiosidade do evento (não seria possível visitar todos os museus abertos para a festividade) e o DDR Museum, inaugurado dois anos antes e dedicado a antiga República Democrática Alemã. Na coleção que visitou, o objetivo era reconstruir as condições de vida no lado socialista da Alemanha. Fora a alusão ao carro Trabant, que seria um sonho de consumo no leste europeu, o relato de viagem parece exaltar as políticas de memória do velho continente. Não há relação direta entre a crítica que Manoel Salgado faz dos pressupostos historiográficos com sua visão de turista. O relato em primeira pessoa serve de mote para reflexão e esta não é trabalhada por aquela.

Com o tempo passado e com a orientação de que geralmente vemos menos do que poderíamos ver, hoje é mais fácil ancorar uma visão na outra⁵. O dado mais evidente, algumas décadas depois da vitória das liberdades democráticas cujo símbolo seria a queda do muro de Berlim, é de que os espaços de liberdade e o horizonte democrático foram corroídos por não haver mais, sequer, um modelo alternativo ao do capitalismo do pós-guerra. O protagonismo alemão na OTAN, na Troika e sua incapacidade de firmar qualquer pacto que religue a zona oriental do Europa com a Ásia são realidades em que o complexo de culpa sobre o nazismo e a nostalgia indulgente com o comunismo antes confirmam seu viés cruel do que o apaziguam. A missa

⁵ Deve ser levado em consideração também que essa preocupação do autor com o patrimônio é tardia e que, como no primeiro artigo citado, sequer uma versão final lhe foi dada.

macabra que Horst Hoheisel celebrou faz parte da longa história de penitência que ajuda a reforçar os erros da aliança ocidental. A exposição do DDR, apontada como algo que ressalta o exotismo no outro e elide sua história, que “parece mesmo uma das formas de condená-lo a não ser submetido ao crivo crítico e interrogativo da história” (Guimarães 2012, 92), tem por objeto uma crítica não afeita a exaltações pueris, mas cujo “crivo crítico” não se sabe muito bem por qual viés poderia ser usado.

Antes do muro quedar e a democracia vencer, se gestava no Brasil uma outra forma de narrar a história, talvez ainda naquele momento desatrelada da história contada nos livros e nas salas de aula. Em 1984 são tombados o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, e a Pedra do Sal, no Rio de Janeiro. Em entrevista concedida em 2008, Joel Rufino dos Santos (Guimarães 2022b) conta as dificuldades para o tombamento carioca: afinal, como tomar algo que à primeira vista não seria nem patrimônio material ou um bem cultural, isto é, uma pedra? Dois anos mais tarde, com o tombamento dos Vestígios do Quilombo dos Palmares, mais um passo foi dado no caminho de desmonumentalização da narrativa patrimonial, de sua narrativa “barroca, moderna e civilizada” (Chuva 2003). A partir da década de 1980, “verificamos uma nova dimensão do valor histórico, que passava a ser atribuído a bens culturais por serem vestígios materiais que documentam eventos passados” (Chuva 2020, 07).

O pleito por memórias sensíveis, memórias difíceis, parece anterior a criação dessas denominações e coincide com a entrada em cena de novos atores políticos no ocaso da ditadura militar. Ocorre um duplo movimento na cena do patrimônio: ela deixa de ser habitada predominantemente por arquitetos e cada vez mais por historiadores, o que ajuda a aglutinar as reivindicações regionais por reconhecimento patrimonial⁶. O caso exemplar é o do tombamento da cidade de Laguna, em 1985, onde o valor histórico da cidade, em sua luta contra a especulação imobiliária, rendeu mais do que o valor arquitetônico ou das “belas artes” (Nascimento 2016b). Não é o caso de concluir que a atuação historiadora democratizou as instituições responsáveis pelos patrimônios históricos, mas que os próprios historiadores, imbuídos de novas problemáticas sociais

⁶ Flavia Brito Nascimento resgata a seguinte pérola indicativa da exclusão dos historiadores da valorização monumentalista do SPHAN: “Basta lembrar que Lucio Costa, no documento que estabelece um Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos da DPHAN, afirma que ‘não é necessário nem talvez mesmo aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão, uma vez que a curiosidade de ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que importam à repartição” (Nascimento 2016b, 136).

e instrumentais teóricos, como conta Ana Brito do Nascimento no mesmo artigo, ajudaram a ampliação de perspectivas antes impossíveis sob o jugo do decreto-lei de 1937.

Seria anacrônico, dessa maneira, atribuir a Manoel Salgado Guimarães a plena compreensão de um processo que só pode ser visto em sua exata amplitude na década posterior a da sua morte. O caso do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (Lima 2018), expõe como foi preciso um processo interno de retorno de investimentos públicos na cidade para expor sua história, aliás, muito mal enterrada⁷. Não só: a mobilização para que o Cais não fosse enterrado novamente pela prefeitura, isto é, a luta que resultou no reconhecimento do Sítio Arqueológico foi fruto da ação popular ao lado da ação dos especialistas. Talvez seja impossível ver com maior clareza o processo iniciado ainda antes da Constituinte. De fato, a constituição federal no seu artigo 216, nos termos de Ulpiano Bezerra de Menezes, “reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade” (Menezes 2012, 33).

Quando do governo Brizola no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro se empenhou no reconhecimento da capital como uma cidade negra (Chuva 2020). A inauguração do monumento a Zumbi dos Palmares, em 1986, na avenida Presidente Vargas, na altura onde outrora funcionava o grande mercado dos comerciantes sírios e libaneses, onde circulavam macumbas e sambas de todos os tipos, no que era o subúrbio da cidade antes de seu subúrbio enquanto tal se constituir (porque era um subúrbio em contraposição a urbe, isto é, a Rua do Ouvidor⁸), apontava para o resgate do passado da cidade (a construção da Marquês de Sapucaí, no Catumbi, e não no Parque do Flamengo, como sugerido à época) em conexão com suas demandas sociais mais amplas (o projeto dos CIEPs). As idealizações de Darcy, que se acreditava vindas de um velho mundo porventura extinto – o da tradição trabalhista –, só encontraram eco, no campo estrito do patrimônio, na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, em seu diálogo com as diferentes instâncias regionais (Nascimento 2016b), e no trabalho do primeiro governo Lula não só em dar melhor arcabouço legal para as terras quilombolas, quanto para prover os recursos financeiros necessários para seu funcionamento⁹ (Chuva 2017b).

Essa movimentação faz lembrar o recurso de troca de lentes exposta por Flora Sussekind em *O Brasil não é longe daqui* (1990). Antes da literatura romântica, os relatos dos viajantes

⁷ Salta aos olhos como, na Pequena África, a história estava sob nossos pés, literalmente, e éramos incapazes de vê-la.

⁸ A definição é interpretação minha após a leitura de Carvalho 2019.

⁹ O papel do INCRA na desapropriação de terras se tornou central para efetivar as aspirações da lei.

estrangeiros no país mostravam uma figuração ampla da paisagem – o quadro natural e sua perspectiva monumental. Com a literatura realista, o foco se tornou mais estreito e mais agudo. Cenas do cotidiano, a banalidade da vida urbana sob os trópicos, expunham uma mudança do olhar experimentada por um país que se queria ver mais como capital do que como interior. E tudo isso seria bastante verdadeiro se o foco não fosse a rua do Ouvidor. Bento Santiago tinha como plano para o término de sua vida amargurada a escrita de uma história dos subúrbios do Rio de Janeiro, o que foi realizado um pouco depois, mas por outro narrador. A vida fora do centro da cidade, como também a que saía das favelas, encontra-se com o Outro do Brasil, o seu sertão. Desde o século XIX, a vinda de migrantes do norte para o sul do país foi resultado do fim do tráfico de escravizados da África, de problemas internos a lógica da economia açucareira e a busca por trabalho nos centros urbanos mais dinâmicos. De Lima Barreto a Graciliano Ramos, a literatura se tornou uma missão porque é um meio de inserção pública e política de setores não afeitos ao “sorriso da sociedade” (Silva 2013).

Portanto, a virada de visão acerca do patrimônio ou a capacidade perceptiva da sociedade, dentro ou fora de instituições de governo, pode ter esses dois marcos referenciais, o do tombamento da Serra da Barriga a inauguração da estátua a Zumbi dos Palmares, mas um caso a mais poderia ser acrescentado, ocorrido logo em 1987.

Retratar em postais o Centro do Rio de Janeiro e suas permanências históricas era um desafio. Poderia se esperar que as fotos oficiais da Prefeitura do Rio dos anos 1980 trouxessem em seus cartões os edifícios de caráter excepcional da região central, como os remanescentes da Cinelândia, uma vez que a tradição do patrimônio histórico e artístico nacional era a da monumentalidade arquitetônica. Mas não foi o caso. As imagens da série de cartões-postais editadas no âmbito do Projeto Corredor Cultural eram principalmente da cidade do cotidiano, da vida na rua, dos sobrados de arquitetura eclética, das moradias, da cidade que permanecia ocupada e viva em meio a repartições públicas e arranha-céus. Quando os edifícios monumentais são retratados nos postais, como o Teatro Municipal, por exemplo, o que se nota são fragmentos em que as contradições e transformações são expostas (Nascimento 2016a, 179).

O fotógrafo Zeca Linhares, na prefeitura de Saturnino Braga, ou seja, do mesmo projeto e contexto político que levou Darcy e Brizola ao poder, trouxe o que seria o avesso da ideia tanto do Brasil como monumento natural de praias e montanhas ou civilizadamente barroca e modernista. A arquitetura dita eclética, isto é, que não se encaixa nos moldes civilizatórios dos fundadores do SPHAN, era, nas fotos, talvez menos a protagonista do que o molde onde um outro tipo de civilidade emergia. A escolha carioca durante o processo de redemocratização não foi pelos resquícios da cidade antiga na Cinelândia, resquícios de um Rio antigo e idílico, tampouco esteve nas intervenções então relativamente recentes (década de 1970), como a construção do prédio nos fundos do Convento do Carmo e o do Arco do Telles. Essa visão ainda clássica que Cêça

Guimaraens (2002) chamou de “paradoxo entrelaçado” diz respeito não ao triunfo da ideia clássico-moderna de Lucio Costa do que ao seu declínio. Os interesses que ligavam a ditadura militar com oligopólios econômicos procuraram não religar o Rio ao mar, porém sobrepuja-lo “de cima”: a paisagem da cidade-balneário fica congelada, praticamente imutável para quem a olha a partir de um arranha-céu como o de Cândido Mendes. A percepção da história ficaria limitada a alcançar as altas regiões e ser dominada assim como o homem faz com a natureza. Aqui chegamos mais perto da passagem que queria relatar, a que leva de Rosselini a Jean Rouch. Antes, a descrição da rua feita por Flávia Nascimento ajuda a nos colocar um pouco mais nessa história:

A “vida à vista” foi captada pelas lentes de Zeca Linhares, fotógrafo oficial do projeto. As moças que faziam as unhas na calçada enquanto tomavam cerveja com o amigo na Rua Luís de Camões, foram flagradas junto à placa que, no canto da imagem, dizia “Rua de Pedestres”, como que autorizando a prática. O edifício do século XIX que hoje abriga o Centro de Arte Hélio Oiticica, que com seu belo embasamento em cantaria de pedras, emoldurava o salão a céu aberto. O sobrado é importante como afirmação da antiguidade do local, assim como a calçada em grandes lajotas de pedras, onde se vive a cidade. Pouco se vê da edificação, que está íntegra, porém suja, com restos de anúncios colados e vidros quebrados. Talvez, àquelas pessoas, pouco importasse o seu estado de conservação (Nascimento 2016a, 180).

Parece-me mais que o auge da história dos pioneiros do patrimônio nacional se deu com o tombamento, na planta, do Parque do Flamengo. O projeto consagrava a cidade como movida a carro e ao lado deixava espaço, o próprio parque, para o convívio entre os habitantes. Ao contrário da abordagem que derrubou importantes marcos arquitetônicos da cidade, como o Palácio Monroe e uma série de outros prédios, a de 1965 se utilizou como principal argumento a luta contra a especulação imobiliária (Chuva 2017a). A aliança com o grande capital com fins especulativos e promotor do êxodo urbano pode se dar tanto nos moldes da “cidade-automóvel” quanto no da cidade dos transeuntes¹⁰, ou seja, independe da abordagem, e é algo que deve ser política permanente de Estado.

De qualquer forma, as vias expressas, a reconexão da cidade com sua baía e a reabilitação de antigas zonas abandonadas, não são práticas auto excludentes, ainda que se refiram a tipos de percepção distintos. Em 2012, o Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio da humanidade com o dossiê Rio de Janeiro, *Paisagens cariocas entre a montanha e o mar*. “Nele é protagonista a cidade plasticamente bela, esteticamente projetada por arquitetos modernistas ligados à escola carioca,

¹⁰ O plano de reabitar o centro do Rio de Janeiro promovido por Eduardo Paes em seu segundo governo foi adiado em razão da especulação imobiliária que, à época, não conseguiu sequer bem esconder seus interesses. Os imóveis feitos para a classe-média, média-baixa, se tornaram tão caros ainda “no papel” que sua construção teve de ser adiada, apesar de que, num primeiro momento, a sobrevalorização ajudou a prefeitura em cotizar na bolsa os investimentos para o Porto Maravilha.

cenário da imagem mundialmente famosa da Baía de Guanabara e do Pão de açúcar” (Chuva 2020, 20-21). Em 2017, a cidade negra é que é tombada em decorrência dos achados que levaram ao tombamento do Sítio Arqueológico do Valongo. A articulação entre as duas não se dá de forma tão evidente como pode sugerir os dois títulos honoríficos.

O projeto dos grandes edifícios marca uma percepção que destoa da do andarilho e, em parte, de quem narra a história alimentado pelos olhos. O errar, o flunar, que de um modo foi acentuado por Paulo Knauss e Temístocles Cézar (2011), e de outro modo por Mattos (2017), encontra aqui sua aporia: como ver a história quando o entorno urbano sai de nosso foco e só conseguimos olhar para cima, para prédios fechados em si mesmos como imensas caixas de sapato feitas de vidro e espelhos? O olhar, sugado por essas construções, para acontecer, deve ser praticado de dentro dessas edificações. São geralmente propriedades privadas, não abertas para visitação pública. Elide-se a história por ser espaço privado ou, ainda mais, por ser uma história que só pode ser narrada com binóculos. Quando se fala de “produção de presença”, de uma física e não de metafísica, o campo do patrimônio se alia a história, ou a história da historiografia pode ser contada a partir da história do patrimônio histórico e artístico nacional.

Quando João Fragoso e Manolo Florentino publicaram seu livro escrito a quatro mãos, decorrente da tese de doutorado de ambos, a reivindicação mais acentuada era por menor desigualdade social num país que acabara de sair da ditadura. Não havia ali “nostalgia imperial” porque os traficantes de grossa aventura se consolidaram em razão da aventura imperial. Por outro lado, o trabalho dos dois historiadores recende ainda a antigas discussões sobre o caráter da burguesia interna brasileira. Mas parece que as temáticas da superexploração do trabalho e, sub-repticiamente (nunca explicitado em nossa historiografia), do imperialismo, são retomadas por Luiz Felipe de Alencastro em seu *Trato dos viventes*. A história africana e sua relação com a história do Brasil aparecem de forma mais evidente num momento em que as políticas afirmativas dão o tom do debate público. Por vezes dá para creditar até a uma boa sorte o fato de que no mesmo período, com a volta da projeção no exterior do país, são feitos os achados na região hoje chamada de Pequena África. Um passeio pela região conta histórias agrupadas em centenas de livros. Nada pode significar melhor, creio, o termo de “produção de presença” exposto no tópico acima. Não só, fica evidente que o patrimônio revela o inconsciente da historiografia, assim como a fotografia revelava nosso inconsciente ótico¹¹.

¹¹ Ver tópico acima.

São claras, salvo engano, o que isso pode significar para o ensino da história. Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas (2010), expõem ainda os conflitos decorrentes de tais políticas. Com um lugar de memória consagrado (não que esteja estabelecido em todo seu potencial), como negar, hoje, a importância do documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*? Ainda mais, com os achados arqueológicos recentes, como desatrelar a história do patrimônio? Ou, além, a história visual ou com imagens da história oral, da história que se ensina na escola e da própria história da historiografia, a história local com a global? Tanto faz. Prefiro compreender caminhando um pouco mais e vendo que, também, a união atual entre história do patrimônio e história da historiografia nos coloca num ponto de vista privilegiado para abordar a história do tempo presente. Vê-la fora dos livros, bibliotecas, museus ou salas de aula, isto é, a partir deste ponto de vista de fora, traz instrumentais mais precisos para a prática historiadora. Vê-se, também, como as *Diretrizes* podem se articular de várias formas, com impactos não só no dia a dia de professores e alunos, mas na teoria e na história da historiografia.

Conclusão: Eu mesmo como um outro

Existe um encontro progressivo (pode ser visto assim, é uma escolha) entre o amadurecimento da teoria da história e da história da historiografia entre nós (1. os casos de Afonso Marques e Manoel Salgado), da história social, política e econômica (2. Frago, Florentino, Hebe Mattos e Martha Abreu, Ângela de Castro Gomes e Jorge Furtado – a UFF dos anos 1990, em resumo), da historiografia e da prática do patrimônio (3. Ulpiano Bezerra de Menezes, Márcia Chuva, entre outros). Sem os avanços desta, dificilmente a primeira sai de sua torre de marfim (geralmente prussiana), assim como a história oral e a econômica podem se encontrar em plena praça pública. Junto a isso, caso seja considerado a história pública, a politização do debate nacional promovido a partir da retomada da tradição trabalhista por Gomes e Furtado (e logo acima essa mesma tradição foi central para o resgate do Rio de Janeiro como capital negra), e no novo

trabalhismo surgido com o Partido dos Trabalhadores¹² e sua face pública na historiografia¹³ com o livro de Alencastro, junto com a história recente do Rio de Janeiro, novos meios de atuação do historiador podem ser vislumbrados, seja na atuação política, na teórica, na de pesquisa documental ou nas salas de aula.

O caso do tombamento do Terreiro da Goméia, na tese de Leon Araújo (2023), explica melhor essa situação: tombado depois da mobilização de agentes locais, servidores públicos do patrimônio e por uma luta política mais ampla em meio à pandemia, seu sucesso mostra os limites da atuação das reivindicações por memória iniciadas por novos atores no período de reabertura política. O terreno foi tombado, mas como atribuir a alguém a posse ou a “guarda” do local recai em obscuros escaninhos jurídicos e burocráticos. Em conversa com o autor¹⁴, ele disse que a luta atual é pela construção de um muro que delimite o terreno, o que seria a condição para obras futuras que restaure o antigo Terreiro da Goméia enquanto centro religioso ou mesmo como centro cultural (o uso futuro com ambas as atribuições também é uma possibilidade). Contudo, mesmo se o muro for construído e o Terreiro restaurado, outros problemas de fora surgem: grupos armados que dominam a região e geralmente não amigáveis a cultos afro-religiosos, a existência de um valão que provoca o alagamento das ruas, a dificuldade de acesso a partir de outras áreas do estado do Rio de Janeiro, etc. Na conversa, Leon Araújo fez um comentário sobre um fato que não está em sua tese, de que na época de Joãozinho da Goméia foi criada uma linha de ônibus que saía de Copacabana até seu terreiro em Caxias. Não era mais a linha de ônibus tradicionais que levam os trabalhadores para a zona sul carioca, mas uma linha que levava a classe-média para o subúrbio. Seria essa descentralização das atenções um impacto positivo e imediato que o projeto

¹² Marcos Napolitano, em *Coração civil*, conta como o que ele chama de “nova esquerda” dos anos 1970 esteve ancorada em critérios de democracia participativa desenvolvidas em Pernambuco com Paulo Freire e Miguel Arraes. Ao contrário da tradição nacional-popular do CPC e do Teatro de Arena, a cultura popular não era vista como objeto de folclore e que só teria dignidade depois de banhada e envernizada pela cultura ilustrada. Por isso, segundo ele, as prefeituras petistas próximas a fundação do partido deram tão certo: ouvia-se a população e se conseguiu criar modelos de participação inéditos em nossa história política. Isso ainda hoje é um fato com as inúmeras conferências (municipais, estaduais e nacionais) feitas pelo PT. Contudo, desde que alcançou o governo federal, suas lideranças parecem ter perdido um elo maior com as bases. Essa é a posição de Napolitano, mas não caberia perguntar se, paulatinamente, por gestos e simbologias, e também pelo próprio imaginário social, Lula não retomou a herança varguista ou trabalhista, mas com a democracia como valor inegociável? Quando o país descobre o pré-sal, Lula aparece imitando o gesto de Vargas; ainda antes, quando de sua posse como presidente em 2003, retoma um argumento que aparentemente estava esquecido desde o golpe militar: não o tema mais abstrato da desigualdade, mas a concretude da fome. Tal como a tradição trabalhista, o primado está nas conquistas sociais e não em vitórias dentro dos quadros formais e liberais da democracia. Sua sagração pela população, creio, não vem de outra causa.

¹³ Foram inúmeros os eventos de governo e de iniciativas relativas as *Diretrizes* que o historiador esteve presente ou foi citado.

¹⁴ Realizada dentro de disciplina ministrada pela professora Márcia Chuva no PPGH/UNIRIO no 1º semestre de 2024.

iniciado com o tombamento poderia trazer à cidade. Caso o Terreiro se tornasse um lugar de memória (assim como outros lugares nas baixadas do Rio), descentralizar a capitalidade do centro da cidade do Rio de Janeiro para outras regiões se tornaria um marco histórico e civilizatório.

Ao ler a tese, vemos os percalços do que se chama de “memórias difíceis”. As dificuldades políticas foram em parte expostas no parágrafo anterior, contudo existiram dificuldades internas para o reconhecimento de Mametu Seci Caxi, filha de Joãozinho e designada pelos búzios, ainda criança e logo após a morte do pai de santo, como continuadora do pai. Eram inúmeros os pretendentes, até por ser um local afamado, e as histórias entre eles são bastante conflitantes entre si. Independente das disputas, o ato fabulatório de Joãozinho da Goméia fica claramente estabelecido: tal como na literatura menor, ele desfaz as fronteiras entre público e privado (ou o mais íntimo, o assunto mais privado, torna-se imediatamente assunto público; ao contrário, a literatura dita maior tem as fronteiras entre essas instâncias bem estabelecidas), a função-autor independe de mestres ou gênios (o que por si questiona o conceito clássico de literatura e seus romancistas) pois seus enunciados são coletivos, e toda sua forma de se expressar desterritorializa as expressões ditas maiores. Por exemplo, o que passa a ser a história da África e do negro no Brasil a partir de alguém que rompeu essas fronteiras, tanto ao dessacralizar o secretismo religioso do Candomblé (o assunto privado se torna público), quanto por ser ele o mestre dos intelectuais que iam ao seu terreiro para aprender a partir de seu ritual, mistura dos candomblés com as umbandas.

Se o patrimônio é o inconsciente da história, a tarefa colocada pelas memórias sensíveis, difíceis, permite uma mobilização por parte dos historiadores de profissão que traz desafios até para se escrever suas projeções, porque chegam na fronteira entre as práticas atuais e as possibilidades futuras. Aqui me sinto um tanto desorientado como se fosse visitar o território *Tava* dos indígenas de São Miguel das Missões (Lacerda 2019). Eles não só se deslocam continuamente, como se identificam (como os indígenas de um modo geral) não com a aldeia, mas com uma noção estendida de família. Eles pertencem a esse conjunto e transitam entre países, estados, cidades e aldeias diferentes, num processo que mostra a complexidade das tarefas da memória. Fora o fato que, já acostumados com a visita dos homens brancos, são extremamente cautelosos, mesmo fechados, a sua influência. Dividem-se entre caciques e lideranças que almejam um pacto com a dita civilização para assim conseguir vantagens e os agrupamentos que rejeitam tanto os contatos

culturais e políticos, vendo de forma negativa também a história dos encontros antigos com os não aldeados¹⁵.

A ONG Vídeo nas Aldeias forneceu o material e as instruções para os guaranis filmarem a si próprios. O resultado é uma filmagem que simula um documentário e aproxima muito de um tipo particular de ficção. Desde *Eu, um negro*, de Jean Rouch, nunca vi nada parecido. Os indígenas fabulam sua própria experiência num trabalho tanto realista quanto ficcional. Nele, podemos dizer exatamente como disse Gilles Deleuze sobre o filme de Rouch: “o ato de fala tem várias cabeças e, pouco a pouco, planta os elementos de um povo por vir, como o discurso indireto livre da África sobre si mesma, sobre a América ou sobre Paris” (Deleuze 2008, 266).

Deixar-se fabular, se descentralizar: não é mais a história do desenvolvimento de nosso subdesenvolvimento (olhar com reverência os lugares de memória europeus, prussianizar a historiografia). Aqui o socratismo de Rosselini perde completamente sua razão de ser. O historiador, o professor na verdade, sai da Pequena África e aparece num lugar remoto do sertão, seja este o de Lima Barreto ou de Graciliano Ramos, ou os amplos sertões de Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Glauber Rocha. Vozes múltiplas, centros múltiplos, é o que a revolução brasileira sempre propôs. As aspirações totalizantes da historiografia durante a redemocratização, encontram na história e na historiografia do patrimônio o seu inconsciente, os pontos frequentemente não capturados por seu olhar natural, enquanto os historiadores do e no patrimônio não se reconhecem na história da disciplina. Como expus acima (e com certeza a demonstração demandaria muito mais páginas), o que antes foi trabalho de vários historiadores no sentido de repensar a história do país, pode encontrar seu ponto de articulação em nossa cultura material e imaterial. Por ser uma cultura sensível, é mais afeita à narração e, por se poder tocar, pode presentificar o passado aos olhos das crianças. A oralidade e a imediatividade do passado se encontram aqui como em nenhum outro lugar.

Referências bibliográficas:

Abreu, Martha, Hebe Mattos, e Carolina Vianna Dantas. “Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores”. *Antíteses*, 3, n. 5 (2010): 21-23.

Araújo, Leon. “Terreiro da Goméia e Patrimônio como Performance: negociação, resiliência e solidariedade”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

¹⁵ É curioso observar como essa mesma divisão está no sertão de Guimarães Rosa: Zeca Ramiro procura um pacto, um contrato, entre os jagunços, enquanto Zé Bebelo se alia a políticos da capital e traz consigo tropas federais.

- Araújo, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- Araújo, Valdeci Lopes de. “O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios”. Em: *Disputas pelo passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Maria Glória de Oliveira, e Valdeci Lopes de Araújo. 9-42. Ouro Preto: Edufop/PPGHIST, 2012.
- Bazin, André. *O que é cinema?* São Paulo: UBU Editora, 2018.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Carvalho, Bruno. *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Objetiva, 2019.
- Cezar, Temístocles e Paulo Knauss. “O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém”. Em: *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*, org. Manoel Luiz Salgado Guimarães. 7-21. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- Chuva, Márcia. “Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio”. *Anais do Museu Paulista*, 25, n. 3 (2017a): 139-166.
- Chuva, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *TOPOI*, 4, n. 7 (2003): 313-333.
- Chuva, Márcia. “Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35 (2017b): 79-103.
- Chuva, Márcia. “Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro”. *Anais do Museu Paulista*, 28, (2020): 1-30.
- Deleuze, Gilles. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- Deleuze, Gilles. *Cinema 1 – A imagem-movimento*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- Didi-Huberman, Georges. *Pueblos expuestos, pueblos figurantes*. Buenos Aires: Manantial, 2014.
- Dolnikoff, Miriam. “O Projeto Nacional de José Bonifácio”. *Novos Estudos*, n. 46 (1996): 121- 141.
- Foucault, Michel. *A palavra e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Fragoso, João Luís Ribeiro, e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Gontijo, Rebeca. “Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira”. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 41, (2010): 491-526.
- Guimaraens, Cêça. *Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
-

- Guimarães, Manoel Luiz Salgado. "História, memória e patrimônio". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34 (2012): 91-112.
- Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Ensaio de historiografia*. Vitória: Editora Milfontes, 2022a.
- Guimarães, Roberta Sampaio. "Lutas sociais, bens culturais e políticas de reconhecimento: Entrevista com Joel Rufino". *Dilemas*, 15, n. 1 (2022b): 411-429.
- Gumbrecht, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.
- Gumbrecht, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.
- Husserl, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- Lacerda, Rodrigo. "Participação e patrimônio histórico imaterial: o estudo de caso de 'Tava, lugar de referência para o povo guarani'". *Comunicação e Sociedade*, 36, (2019): 143-162.
- Lima, Monica. "História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro". *Outros Tempos*, 15, n. 26 (2018): 98-111.
- Marques, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*. São Paulo: EDUFSCar, 2010.
- Mattos, Rogério. "Um modo de ser cínico: Manoel Salgado e a nova historiografia". *Revista Expedições: teoria da história e historiografia*, 8, n. 3 (2017): 416-434.
- Menezes, Ulpiano Bezerra de. "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas." Em: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009, coord. Weber Sutti. Brasília: Iphan, 2012.
- Nascimento, Flávia Brito. "Olhar a rua: Cotidiano, fotografia e preservação do Centro do Rio nos anos 1980". Em: *Fotograficamente, Rio a cidade e seus temas*, org. Ana Maria Mauad, 178-196. Niterói: PPGHistória; LABHOI; UFF; FAPERJ, 2016a.
- Nascimento, Flávia Brito. "Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980". *Anais do Museu Paulista*, 24, n. 3. (2016b): 121-147.
- Novais, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaio de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- Oliveira, Maria da Glória de. "Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão". *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 6, n. 13 (2013): 130-143.
- Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- Said, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- Santos, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- Silva, Maurício. *O sorriso da sociedade – literatura e academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- Sussekind, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Recebido: 26 de agosto de 2024

Aprovado: 25 de março de 2025

Contexto y nuevos datos históricos acerca de un pintor al Noroeste del Río de la Plata (Jujuy, siglo XVIII)

Contexto e novos dados históricos sobre um pintor do Noroeste do Rio da Prata (Jujuy, século XVIII)

Context and new historical data about a painter in the Northwest of the Río de la Plata (Jujuy, 18th century)

Enrique Normando Cruz¹

<http://orcid.org/0000-0003-4099-2609>

RESUMEN: En el artículo se exponen nuevos y originales datos sobre el pintor Diego de Aliaga. Mencionado aunque no retratado hasta el momento por la literatura americanista en su actuación en la pequeña ciudad de Jujuy al Noroeste del virreinato del Río de la Plata. A partir de diversas y numerosas muestras documentales, elaboradas desde una perspectiva de historia social, con expedientes de archivos locales de Jujuy y nacionales de Argentina, se confirma la presencia de este pintor en la región del Tucumán y se amplía la descripción del contexto histórico e identifican otros pintores entre los menestrales. Así como se plantean algunas inferencias sobre la comitencia femenina y el carácter mestizo de los pintores andinos a fines del período colonial.

Palabras clave: Pintores. Colonial. Río de la Plata. Diego de Aliaga.

RESUMO: O artigo apresenta informações novas e originais sobre o pintor Diego de Aliaga. Mencionado, embora não retratado até agora pela literatura americanista, em sua atuação na pequena cidade de Jujuy, no noroeste do vice-reinado do Rio da Prata. A partir de diversas e numerosas amostras documentais, elaboradas a partir de uma perspectiva de história social, com arquivos dos arquivos locais de Jujuy e arquivos nacionais da Argentina, confirma-se a presença

¹ CONICET y Universidad Nacional de Jujuy, Doctor por la Universidad de Sevilla. Posdoctorados en la Universidad Federal de Goiás y Universidad Salgado de Oliveira. Publicaciones recientes: “El guión estatal para los varones del Jujuy colonial (siglo XVIII)”. *Antigua Matanza*, 8-2, 2024. “Actuar lo indio. Los contenidos históricos de una tradición inventada (siglos XV-XXI)”. *Telar*, 33, 2024. Área de estudio Historia y Cultura Americana. E-mail: profecruz@yahoo.com.ar

deste pintor na região de Tucumán e amplia-se a descrição do contexto histórico e identificam-se outros pintores entre os artesãos. Bem como são levantadas algumas inferências sobre a competição feminina e o caráter mestiço dos pintores andinos no final do período colonial.

Palavras-chave: Pintores. Colonial. Rio da Prata. Diego de Aliaga.

ABSTRACT: The article presents new and original information about the painter Diego de Aliaga. Mentioned although not portrayed so far by Americanist literature in his performance in the small city of Jujuy in the Northwest of the viceroyalty of the Río de la Plata. Based on diverse and numerous documentary samples, prepared from a social history perspective, with files from local archives of Jujuy and national archives of Argentina, the presence of this painter in the Tucumán region is confirmed and the description of the historical context and They identify other painters among the artisans. As well as some inferences are raised about female competition and the mestizo character of Andean painters at the end of the colonial period.

Keywords: Painters. Colonial. River Plate. Diego de Aliaga.

Cómo citar este artículo:

Cruz, Enrique Normando. “Contexto y nuevos datos históricos acerca de un pintor al Noroeste del Río de la Plata (Jujuy, siglo XVIII)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 158-178.

Introducción

En la Nueva Crónica y Buen Gobierno se plantea qué en el espacio andino de comienzos de la colonización hispana los pintores suelen ser indígenas, borrachos y “coqueros”² (Poma 1615, 674-688). La descripción de la muy citada fuente mestiza refiere a un oficio europeo occidental que se desarrolló a lo largo y ancho de los Reinos de las Indias Occidentales en un marco cristiano y en relaciones de conquista y colonización que dieron lugar a mestizajes como adaptaciones en resistencia.

Bajo estas caracterizaciones los pintores del Perú colonial fueron muy bien estudiados en los estilos artísticos, la reputación étnica de los maestros, oficiales y aprendices de los talleres urbanos y se analizaron como artefactos culturales sus obras, algunas en relación a la religiosidad indígena andina. Antecedentes a partir de los cuales en este artículo se ampliará el contexto histórico y se aportaran originales datos sobre Diego de Aliaga, un artesano de la pintura mencionado de

² Coqueros: refiere a las personas que chupan y/o mastican asiduamente las hojas de coca por la estimulación contra al cansancio, saciedad de hambre y sed que en ellos provoca.

manera escueta por la literatura americanista que estudio a estas figuras en el amplio espacio al sur de la Audiencia de La Plata. Al respecto la información recabada permite confirmar su actuación en el nuevo virreinato americano del Río de la Plata, amplía el conocimiento del contexto de su ejercicio al identificar otros pintores entre los menestrales de la ciudad de Jujuy, se aportan nuevos datos de las comitencias y se precisa la etnicidad de los artesanos de la pintura colonial.

Para exponer esta tarea primero se resume el estado de la cuestión y describen las fuentes elaboradas para el estudio de los pintores actuando en Jujuy en el período colonial, un distrito reconocido como el más relevante en la República Argentina respecto a la existencia en el presente del siglo XXI de pinturas de la época colonial, amén que se ha planteado la pervivencia de las mentalidades que las generaron y consumieron. Y a continuación se identifica a los pintores en conjunto con los artesanos en la coyuntura borbónica y en la constelación mestiza del Noroeste del Río de la Plata y precisan rasgos novedosos de un menestral de la pintura que se suponía y que ahora se confirma que trabajó en la ciudad a fines del siglo XVIII.

Pintores coloniales de Jujuy y sus fuentes históricas

La Provincia de Jujuy se encuentra al Noroeste de la Argentina y en ella las pinturas de la época colonial perviven en templos y museos como “huellas de lo que fue el esplendor de un tiempo lejano” (Siracusano 2005, 15), que se proyectó desde la época colonial a los siglos XX y XXI en tanto siguen exponiéndose porque siguen utilizándose (González 2003, 137-138; Garcés 2017, 105). Además, es limítrofe con el Estado Plurinacional de Bolivia con quien tiene antecedentes históricos que se retrotraen a la época colonial cuando estaban bajo la jurisdicción de la Audiencia de La Plata (Charcas) (siglo XVII-XVIII) y los tiempos prehispánicos del Collasuyu (circa XIV-XVI).

Por estos motivos es que Jujuy es un espacio histórico de particular relevancia para el estudio de pintores coloniales como Diego de Aliaga, cuyo nombre figura en uno de catorce lienzos depositados en el Museo de Arte Sacro del convento de San Francisco y a quien también se le atribuyen otras obras ubicadas en la Iglesia Catedral y en el templo del pueblo de Tumbaya. Estos datos aportados por la Historia del Arte nos llevaron a realizar un amplio trabajo histórico inductivo sustentado en las contribuciones historiográficas del espacio charqueño y peruano. Lo que nos permitió localizar en las obras de arte y en fuentes manuscritas de primera mano, más datos sobre el pintor en actuaciones que exceden la tarea artística y que nos permiten sumar información a las atribuciones y ampliar las interpretaciones históricas más allá de lo creativo para comprender la identidad étnica de los artífices y la comitencia colonial en el contexto local de Jujuy al Noroeste del virreinato del Río de la Plata.

Los registros de autoría y trabajo de Diego de Aliaga en Jujuy figuran en los lienzos XII y XIV de la serie del viacrucis que fueron considerados por la Historia del Arte para identificarlo en la ciudad en el último cuarto del siglo XVIII (Schenone 1999, 339; Schenone, Gori y Barbieri 1991, 12, 249; Siracusano 2005, 119). Asimismo, considerando el esbozo estilístico de otros lienzos coetáneos también le reputan una pintura de “La Flagelación” depositado en la iglesia catedral y otras obras en la capilla de Tumbaya (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 198, 361, 362; Schenone 1998, 229).

Hasta este conocimiento inducido a partir de su nombre en los lienzos llegaron los estudios históricos acerca de este pintor en la pequeña urbe de San Salvador de Jujuy. Preocupándose, sobre todo, por reconocer la actuación de otros artífices coloniales como Matheo Pizarro, que también firma una obra y se ha vinculado al afamado cochabambino Melchor Pérez Holguín. Lo que tuvo que ver con el hecho que mientras Diego de Aliaga se vincula con el vecindario de la ciudad, a Matheo Pizarro se le atribuye ejercer en el prestigioso ámbito nobiliario del Valle de Tojo y entablar relaciones con los marqueses (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 392; Siracusano 2005, 16; Garcés 2017, 105; Plaza Roig 2022, 312).

Las escuetas menciones historiográficas acerca de Diego de Aliaga nos llevaron a identificar documentación del siglo XVIII que correspondía al distrito de Jujuy en el Tucumán en archivos de Argentina y Bolivia, por ubicarse la urbe dentro de las antiguas sedes judiciales y administrativas del periodo colonial de La Plata (Charcas) y Buenos Aires. Así se revisaron los archivos Histórico, de Tribunales y del Obispado de Jujuy, el Archivo Histórico de Salta, el Archivo General de la Nación Argentina y el Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia. Repositorios en los que se registraron expedientes administrativos (de los cabildos, gobernaciones, audiencias, virreinato y de las autoridades peninsulares), escribanías y judiciales civiles y criminales, con los que se elaboraron muestras correspondientes al siglo XVIII en el que se supone ejerció el artista plástico. Documentos con los que se describió el contexto, se identificaron a los pintores entre los artesanos, establecieron las relaciones con el vecindario y se descubrió la actuación de Diego de Aliaga en la ciudad.

Entre esas muestras se destaca la de veintiséis normas que se aplicaron en el Tucumán y Jujuy porque permiten identificar las relaciones sociales entre el vecindario y los sectores populares y, en uno de ellos se ubica al pintor Aliaga, se enuncia su casamiento en la Villa Imperial de Potosí y aporta un dato valioso respecto a la autoría de otras obras. Otros documentos son los expedientes de sublevaciones contra la Corona en el contexto borbónico, porque en ellos se distinguen personalmente a leales y sublevados y se especifican los oficios. A la par que se relevaron padrones y matrículas del vecindario local de Jujuy, que aluden a la composición de los hogares y se anotan

a pintores entre los menestrales. También documentación colonial del archivo del convento de San Francisco de Jujuy, en especial los Libros de la Tercera Orden porque la supuesta comitente de los lienzos asignados a Aliaga a esa congregación cristiana pertenecía.

Finalmente, se consideró una muestra de 350 testamentos e inventarios de bienes del siglo XVIII. En la que se seleccionaron 151 registros para conformar como colecciones artísticas los documentos que referían a lienzos, imágenes de bulto y estampas. A partir de lo que se validó el género local, estableció el posible público y se enmarcó en el contexto territorial efectivo la obra de los pintores. Se tratan de narrativas diversas y heterogéneas que de manera novedosa nos permiten ampliar la descripción histórica del contexto, identificar nuevos artistas de la pintura y aumentar datos para describir la actuación de Diego de Aliaga en Jujuy. Para así precisar datos de un personaje que ha sido considerado “un verdadero creador, del que no se tiene dato alguno, siendo desconocido igualmente en la región del Antiguo Perú, de donde es posible sea oriundo” (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 12).

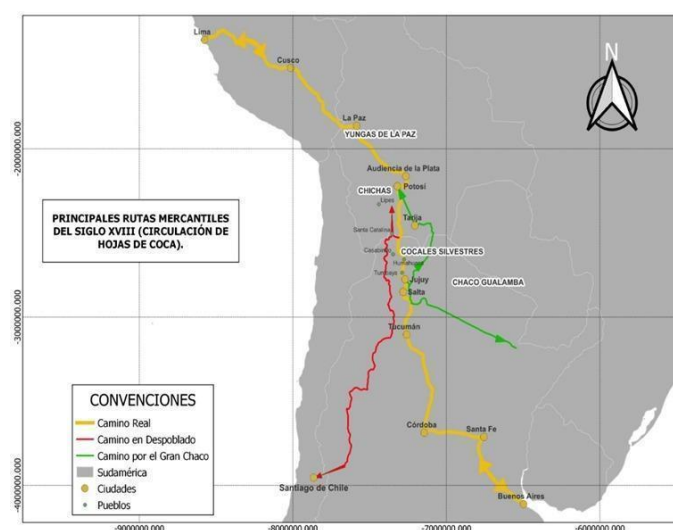
Pintores entre los menestrales de mediados del XVIII

El espacio en el que actúan los pintores de Jujuy comprende el Sur del Perú, los Altiplanos Meridionales y la gobernación del Tucumán (ver Mapa 1). Bajo jurisdicción de la Audiencia de Charcas hasta mediados del XVIII y luego de la de Buenos Aires en el virreinato del Río de la Plata, se trata de una región histórica sobre la que la literatura concuerda en que desde fines del siglo XVII la mayoría de los artistas de fama eran nativos indígenas que trabajaban en la ciudad del Cusco (Gisbert 2002a, 103), y en el XVIII también laborando desde la Villa Imperial de Potosí (Mesa y Gisbert 1977). Centros urbanos artísticos y artesanales del Perú y Charcas desde los que se abasteció comercialmente a la gobernación del Tucumán (Penhos 2005, 109-110), compuesta desde mediados del siglo XVI por las ciudades de Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, Santiago del Estero, La Rioja y Córdoba, y luego de las reformas borbónicas dividida en la Intendencia de Salta del Tucumán (con capital en Salta y jurisdicción sobre Jujuy y Tucumán) y la Intendencia de Córdoba del Tucumán.

Desde el Cusco y Potosí llegaron por las carreteras mercantiles a los templos y hogares de los curatos del Tucumán (ver Mapa 1), las obras (atribuidas) de los talleres del cusqueño Marcos Zapata (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 249), del cochabambino Melchor Pérez Holguín o bien seguidores y discípulos (Schenone 1999, 341; Siracusano 2005, 61). Y por la creciente importancia mercantil que en el siglo XVIII alcanza el Tucumán, junto a las obras también arriban pintores, como el afamado Matheo Pizarro (Schenone 1999, 337) a quien se considera un “pintor del altiplano” en tanto se le atribuye origen de la Villa de Potosí y/o la ciudad de Tarija (Plaza Roig

2022, 312), quien además instaló – se conjetura – un taller de pintura en el ámbito puneño del marquesado del Valle de Tojo (González 2003, 114).

Los estudios también destacan en el actual inventario artístico y sacro a varios lienzos e imágenes de bulto adjudicados a Tomás Cabrera, un artista natural de la vecina a Jujuy ciudad de Salta (Schenone, Gori y Barbieri 1988, 10), que trabajó en una especie de taller familiar sin individualizar su autoría (Penhos 2005, 108-109). Y completando esta breve lista el apellido Aliaga rubrica un par de lienzos del viacrucis que describen a través de estaciones los padecimientos de Jesús en su camino al Calvario (Jorge 2010), suponiéndose que el artista era del antiguo Perú sin especificar de qué ciudad (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 12).



Mapa 1 - Main Mercantile Routes of the 18th Century (circulation of coca leaves).

Fuente: Elaborado en Q-Gis por D. Merchán (Cruz y Soler Lizarazo 2025).

Amén de estas identidades artísticas basadas en sesudas reputaciones estilísticas, indagación de los materiales y deducciones hechas a partir de lecturas iconográficas, el amplio relevamiento documental realizado sobre la realidad social del distrito de Jujuy en el siglo XVIII permitió identificar a otros pintores confundidos entre los artesanos y la plétora social colonial de una ciudad entramada en un intenso tráfico mercantil (ver Mapa 1).

Al respecto la población cristiana de Jujuy en el último cuarto del siglo XVIII según un padrón del año 1778 elaborado por la Iglesia registra un total de 13.619 “almas” de religiosos, monjas y clérigos, españoles, indios, mulatos, zambos y negros libres y esclavos (Larrouy 1923, 380-381). Por lo que otro relevamiento del cabildo del año 1755 de 1257 “almas” puede considerarse representativo de los que residen en el casco urbano en tanto el de 1778 registra a 1707 en el Rectoral. Se trata de un documento aludido como “Matrículas” del vecindario de 1755, 1756 y 1757, en el que se individualizan a todas las personas residentes en domicilios (que se

distinguen como “Casas” o “Ranchos”) en las calles del casco urbano de la ciudad. Identificando al que está a cargo de la unidad doméstica (hombre o mujer), si esta solo o con esposa, hijos, españoles dependientes e independientes, pajes y bajo la generalidad de “criados” anota esclavos, indios de encomiendas, tobas (etnicidad de lengua chaqueña), indios (a secas) y mulatos, pardos y mestizos.

En estos documentos se encontró entre los matriculados en la “Calle de la Barranca” al pintor Bartolomé Pérez viviendo en un “Rancho” y a continuación se identifica una tal “Francisca Paula Girón” en los registros realizados por los capitulares en los años 1755 y 1756 y en el del año 1757 se anota al mismo pintor “Solo” (Matrícula 1755-1757). Las anotaciones echas en estos tres años también permiten reconocer entre los menestrales a los carpinteros residiendo en “Casas” sin indicarse el título artesanal, siendo que, en la muestra de testamentos e inventarios de bienes del siglo XVIII de Jujuy, en algunos casos figuran como “Maestros” cuando se trata del pago por la hechura de ataúdes (Campos 1792).

Además de los carpinteros, los capitulares jujeños enlistan a varios maestros sastres, herreros, zapateros y enchalmadores que eran los oficiales que elaboraban géneros labrados de paños y aparejos de diversos usos (Diccionario de Autoridades Tomo III 1732). El conjunto de artesanos es anotado conformando hogares en “Casas” con mujeres e hijos (cuando los tienen, sino la leyenda “Solo”), e individuos sin identificar su etnicidad, e indios o indias (Matrícula 1755-1757).

En las matrículas no se anotan plateros, aunque sí tuvieron presencia en la pequeña urbe dado el carácter minero de varios de los curatos de Jujuy y la práctica habitual de transformar el mineral en objetos de liturgia, sobre todo a partir del siglo XVIII cuando se da el crecimiento mercantil por el auge minero regional (Santamaría 2001). De la presencia de estos artífices nos informa el inventario de bienes del año 1748 del “Maestro platero Antonio Sayas”, en el que además de varios lienzos y estampas que adornan su sala principal se consigna una imagen de bulto de una vara de alto de Nuestra Señora de las Mercedes vestida con raso blanco y velo de angaripola con una corona de plata de dos marcos y cinco onzas y unos sarcillitos de oro con seis diamantes cada uno (Sayas 1749). Referencia que también figura entre los bienes de su hija, pero con las piedras preciosas anotadas como “chispitas” (Sayas 1800).

La identidad étnica del pintor Bartolomé Pérez y los otros artesanos podría ser mestiza, dado que se lo registra viviendo en un “Rancho”³ en la “Calle de la Barranca”, un sector del casco

³ El término “Rancho” refiere en el espacio al noroeste del Río de la Plata, a la vivienda que albergaba a familias rústicas y mestizas.

urbano de Jujuy compartido con otros hogares conformados por familias de diversas identidades étnicas. Asimismo, se anota que uno de los artesanos está casado con una mestiza y los otros comparten sus hogares con indios y españoles. Otro dato que refuerza la idea del mestizaje de los artesanos y su rol de intermediarios culturales, lo da el perfil del maestro platero Antonio Sayas: un reconocido comerciante de hojas de coca un producto de consumo predominantemente indígena (Cruz y Soler Lizarazo 2025) y a la vez “almacenero de las armas del Rey” (Sayas 1749).

Estos documentos históricos dan cuenta del amplio mestizaje entre los pintores como artesanos. Una cuestión historiográfica reconocida para mediados del XVIII por la literatura respecto de los Reinos Indianos de Nueva Granada (Vargas Murcia 2019, 127) y Buenos Aires (Johnson 2013, 77). Por lo que se constituyen para el Estado y las autoridades coloniales, en un sector específico de una sociedad de calidades étnicas diversas; de allí qué en el contexto de las sublevaciones contra la Corona de la década de 1780 que afectaran en el virreinato del Río de la Plata especialmente a la nueva Intendencia de Salta del Tucumán, se organizaran milicias con el vecindario local que incumbiera también a estos subsectores laborales.

Las milicias de artesanos serán los agrupamientos castrenses con los que el Estado borbónico reordenará el creciente mestizaje colonial. Por eso es que en Jujuy se organizará una milicia de menestrales en la ciudad para enfrentar la “infidelidad de los cholos mestizos y mulatos libres de su jurisdicción quienes reunidos con los indios tobas dirigen sus iras contra el Estado la Religión y Causa Pública” (Documentos 1781). Un cuerpo militar compuesto por cuatro cabos y cincuenta y nueve soldados entre los que identificamos -confrontando con la muestra de 350 testamentos e inventarios de bienes- a un par de maestros carpinteros, un sastre y tres Pedros, uno de los cuales puede ser el pintor registrado en una lista del año 1783 de los vecinos a quienes el médico Francisco Castañeda debía curar y asistir en sus enfermedades porque contribuyeron con dinero para ello (Castañeda 1783-1784).

Recapitulando, a los pintores que la literatura reputa en sus obras presentes en Jujuy y ejerciendo en talleres de un noble marqués por la “fama y predicamento” que los naturales de Cuzco y Potosí tenían en todo este espacio “Colla” bajo la jurisdicción de la Audiencia de la Plata (Chacón Torres 1973; Gisbert 2002b), se deben sumar los que encontramos inmersos activamente en la vida social, económica y militar del casco urbano de la ciudad junto numerosos y variados menestrales y al pintor Diego de Aliaga que a continuación describiremos en aspectos desconocidos por la Historia del Arte.

Diego de Aliaga en la constelación de una ciudad colonial

En el estudio de la pintura en la región andina se plantea el concepto de constelación para dar cuenta de los autores, el público, la multiplicidad de intereses y las expectativas respecto de dichas creaciones en una sociedad compleja y variopinta como la colonial (Penhos 2009, 851). Se trata de una categoría útil para describir la actuación en Jujuy del pintor Diego de Aliaga, pues se trata de una urbe con una sociedad variopinta como se ha delineado en el acápite anterior al identificar a los pintores entre menestrales y la plétora de un vecindario de hispanos, forasteros, naturales, indios, esclavos negros, mulatos, pardos y mestizos.

Las menciones del pintor identificadas por los estudios figuran en un par de lienzos de la serie del viacrucis expuesta en el actual Museo de Arte Sacro del convento de San Francisco de Jujuy. Se trata de la leyenda en la “Estación XII” “Didacus de Aliaga me Pingeb a 1772”, y en la “Estación XIV” “Un Padre nuestro y un Ave María por la hermana de la Tercera Orden Doña María Josefa de Urrutia, año de 1776, eb Aliaga m/f” (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 249). Por este último dato se supone que Urrutia encargó esta obra, integrando así el grupo de los comitentes, unos actores muy bien retratados por la literatura que estudia las pinturas coloniales actuales que persisten y están expuestas en los templos católicos de Jujuy y que ha considerado en particular las obras salvaguardadas en las iglesias del antiguo y colonial curato jujeño de Yavi, atribuidas a Matheo Pisarro y encargadas por el maestro de campo don Juan José Campero y Herrera marques del Valle de Tojo y su esposa Juana Clemencia de Ovando comitentes -entre otros- de un lienzo de la “Virgen de la Almudena con donantes” (Siracusano 2005, 16; Plaza Roig 2023, 77).

Similares figuras matrimoniales como donantes tienen otro lienzo aun no estudiado y salvaguardado en el actual Museo Histórico Provincial de Jujuy. Se trata de la obra “La Pastora” con las efigies de los supuestos donantes y la leyenda “En sufragio de Don Francisco Aguirre y de Doña Faustina A. de Aguirre”. Los Aguirre fueron una familia de actuación pública en Jujuy a mediados del XVIII y una tal “Doña Faustina Aguirre” figura en la matrícula del año 1755 del vecindario de la ciudad viviendo en la “Casa de Don Miguel de Indaburu” (Matrícula 1755-1757). Otro dato relacionado ubica un cuadro con marcos de “La Pastora” junto a otros en el testamento de un vecino jujeño del año 1777 (Sánchez 1777) y una estampa de dicha advocación aparece en el inventario de bienes del Presbítero Antonio de Aráoz (Aráoz 1790).



Figura 1 – La Pastora con donantes, sin autor, sin fecha.

Fuente: Museo Histórico Provincial de Jujuy. Fotografía del autor.

Se tratan de datos sueltos que ayudan a estimar la época de esta obra y que ponen en escena la complejidad de las comitencias matrimoniales y el destacado rol femenino como el que ejerce María Josefa de Urrutia. Al respecto en el año de 1776 en que su nombre figura en los lienzos atribuidos a la mano de Aliaga, encontramos que es viuda del importante vecino General Don Pedro del Portal con quien tuvo dos hijos varones y cuatro mujeres. Parte de su prole están adscriptos junto a ella como “hermanos y hermanas de la Venerable Orden Tercera” de San Francisco con sede en el convento de la ciudad de Jujuy y que contaba con capilla propia (Libro 1786-1820). Denotando un liderazgo social que proviene de antes de su matrimonio pues desde joven ella estuvo involucrada en el avío a las minas de su padre gracias a la provisión de comerciantes locales y de la Compañía de Jesús. Un afán mercantil que le permitió aportar al matrimonio 600 marcos de plata, doce libras de oro bruto, 2 libras de cadenas y cajetillas algunas de plata labrada y ajuar (Portal 1758a), y que continuará ejercitando luego de su casamiento al donar en el año 1756 junto a su esposo joyas, tierras, una estancia, un órgano y plata sellada para que los jesuitas funden un colegio en la ciudad de Jujuy (Portal 1756).

La agencia de María Josefa de Urrutía también es política y artística. Inmediatamente de enviudar personalmente denuncia a los alcaldes y tramita la disposición de los bienes porque el testamento no estaba legalizado por el cabildo, solicita y obtiene la curaduría de los hijos e hijas menores (Portal 1758b), pleitea la salvaguarda y ampliación del patrimonio (Urrutia s/da; Urrutia 1760), pide la autorización del obispado del Tucumán para erigir una capilla en el paraje de Ocloyas (Urrutia s/db), y administra el relevante patrimonio artístico religioso de numerosos lienzos de similar tamaño a los que encargará al pintor Diego de Aliaga: imágenes de Jesús Nazareno, Santo

Cristo, Señor de la Columna, Ángeles, Santa Rosa de Lima, Nuestra Señora del Rosario y de Guadalupe y varias y “muy usadas, estampas francesas y estampas de papeles” (Portal 1758b).

La presencia numerosa de estampas en esta y otras colecciones testamentarias e inventarios de bienes del vecindario de Jujuy, nos lleva al tema de los modelos que los pintores mestizos de indígenas de esta región consideraron para elaborar sus obras. Acerca de esta cuestión la literatura considera que los grabados europeos se transportaban hasta la pintura siempre mayor y eran de la Flandes católica, Italia y Francia en menor medida (Schenone 2014, 92), y en las pinturas andinas regionales se ha detectado también la influencia de grabados de Alemania y España (Mesa 1994, 70).

En particular la serie del viacrucis adjudicada Aliaga es reconocida por la Historia del Arte que identifican en ella “el antecedente de grabados flamencos, que no solo le brindan el apoyo iconográfico, sino que lo estimulan en la elección de una manera de refinada factura, tanto de línea cuanto de color, que, no obstante la reelaboración de su pincel, no alcanza a ocultar el antecedente europeo” (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 12). Y un lienzo de La Flagelación depositado en la Iglesia Matriz y también atribuido a Diego (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 198), recientemente se ha correspondido a un grabador de Amberes Cornelis Galle II (1615-1678) (Garcés 2024, 6701b).

Se tratarían solo de antecedentes, porque también concuerda la historiografía que las obras de los pintores que actuaron en el Perú y Charcas tuvieron libertad en composiciones de arte que bien pueden ser calificadas y arraigadas en lo andino e indígena desde el siglo XVII (Gisbert 1980, 100; Gisbert 2002a, 122). Ejemplos continentales de estas apropiaciones nativas de las estampas es lo que acaece en Nueva España (Herrera y García 2014); y otro local de Jujuy en la serie de lienzos de la “Vida de Santa Rosa de Lima” del templo de Purmamarca en el curato de Tumbaya, que remite a grabados foráneos y en los que se advierte la tensión entre la imposición europea y los mecanismos de resistencia cultural como la introducción de rosas, una innovación del estilo cusqueño (Garcés 2021, 37).

La segunda identificación en Jujuy del pintor Diego de Aliaga, se da en el *intermezzo* entre que figura su nombre en el lienzo numerado XII con fecha de 1772 y el XIV del año 1776. En ese lapso temporal encontramos la mención al pintor en una ordenanza del cabildo de Jujuy publicada en el año 1774 que pautaba “que todos los casados que se hallasen en esta ciudad, y en el distrito de esta jurisdicción salgan a hacer vida con sus mujeres en el término de quince días”, con el apercibimiento qué de no ejecutarlo se procedería contra ellos. Lo que dio lugar a la comparecencia ante el cabildo de “Diego Aliaga mestizo casado en la Villa de Potosí oficial pintor, se le concedió licencia y término de cuatro meses, para que concluyese la obra que se le tenía encomendada en la santa iglesia matriz de esta ciudad” (Auto 1771).

Estas y otras disposiciones de las autoridades coronistas locales fueron elaboradas en consonancia con las virreinales y metropolitanas y responden a la pauta cultural del matrimonio monogámico como forma de control de hombres y mujeres y los hijos en el proceso civilizatorio del occidente moderno (Elias 1987, 221-222). Que en los Reinos de las Indias Occidentales agregarán los factores derivados de la conquista y colonización que darán lugar a una ingente legislación estatal orientada sobre todo a mantener la segregación entre indios, negros y blancos españoles. Como lo demuestra la recopilación de 14 leyes referidas a que las autoridades deben averiguar, informar y controlar que los casados apartados de sus mujeres deben volver con ellas, así como los que migraron de España a Indias o viceversas (Recopilación 1841).

Respecto de los matrimonios de los pintores como artesanos, se ha sostenido que en el occidente europeo se tratan de “artistas profesionales” que trabajaban de manera itinerantes a veces conformando equipos de trabajo familiares (Burke 1991, 147). Planteando estudios sobre los artesanos en el Río de la Plata borbónico que “el camino” era su hogar y que la mayor parte se casaban tarde o quedaban solteros (Johnson 2013, 95). Un contexto histórico occidental y moderno indiano de pintores andinos con esposas que ha sido retratado por la literatura en el análisis iconográfico de un libro del viajero Paul Marcoy (ilustrado por Edouard Riou) de la primera mitad del siglo XIX. En el que se identifica al lado del artista a “una mujer mugrienta y obesa que chilla cucharón en mano” (Gisbert 2004, 144-145), o bien “una grotesca musa inspiradora” (Siracusano 2008, 5-6), que suponemos sin esos calificativos se trata de la conyugue en el hogar y taller en el Cuzco del “más célebre pintor de la ciudad al que apode el Rafael de la Cancha” (Marcoy [1869] 2001, 396 y 398).



Figura 2 – El atelier o estudio del Rafael de La Cancha.

Fuente: Marcoy ([1869] 2001, 398).

En cuanto a los estados conyugales de los pintores de Jujuy, gracias a los documentos que encontramos sabemos que el “oficial pintor Diego Aliaga” está casado en la Villa Imperial de Potosí y los maestros pintores, sastres, herreros, enchalmadores, zapateros y carpinteros son matriculados algunos solos y otros con esposa o concubina e hijos viviendo en casas o ranchos, como en la “Calle de la Barranca en el Rancho de Bartolomé Pérez Pintor” junto a una tal “Francisca Paula Girón” (Matrícula 1755-1757).

La señalación documental acerca del matrimonio en la Villa Imperial de Potosí de Diego de Aliaga no es óbice para que el cabildo de Jujuy le autorice se quede en la ciudad por cuatro meses para concluir una obra en la iglesia matriz (Auto 1771). Que puede tratarse del lienzo de “La Flagelación”, que se le ha atribuido al que se considera un “importante artista de fina mano que pese a inspirarse en grabados flamencos sabe reelaborar las formas con un estilo personal y acabado, utilizando sabiamente línea y color”, en un óleo sobre tela de alto de 320 cm. y ancho 213,5 cm (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 198).

La autorización del cabildo jujeño se puede vincular a otros datos para confrontar la supuesta autoría de Aliaga de más obras en Jujuy. Como la serie de lienzos de Jesucristo expuestos en el templo del curato de Tumbaya (Schenone, Gori y Barbieri 1991, 361-362). Sobre este distrito de composición mayoritaria indígena, tenemos datos acerca de la importancia de las fiestas religiosas cristianas que se celebraban a fines del siglo XVIII en su capilla. A cargo del cura José Alejo de Alberro, los festejos se anotan y se certifica la elección de autoridades para las funciones que se harían en el mes de septiembre del año de 1795, para las advocaciones de la Virgen, de las Ánimas y varias para el “Señor Crucificado” (Fiestas 1795).

El gran tamaño de estas y otras obras que tenía Aliaga en ejecución en Jujuy como la serie del viacrucis (de más de una vara de alto), nos lleva a suponer que debe haber sido auxiliado por oficiales o aprendices en las tareas artísticas y artesanales. En un momento de fines del siglo XVIII en el que aumentó y diversificó la demanda de pinturas en la región andina y proliferan talleres en los que, bajo la dirección de un maestro, trabajaban oficiales y aprendices que podían llegar a decenas en una producción seriada que seguía los procedimientos de división de trabajo (Penhos 2005, 109-110). Tal como acaecía en los talleres de la Villa Imperial de Potosí donde los jóvenes eran encargados a los maestros para enseñarles el oficio a cambio de un pago (Chacón Torres 1973, 117; Siracusano 2005, 154-155), y en la portuaria ciudad de Buenos Aires las madres solas entregaban a sus hijos a los maestros para aprender el oficio y servir en el trabajo (Johnson 2013, 91).

En este momento virreinal y epocal del ejercicio del oficio de pintor, encontramos otro documento del 23 de mayo del año 1776 en el que “Diego de Aliaga Vecino de la Villa de Potosí

oficial pintor y residente en esta ciudad de Jujuy”, denuncia ante el cabildo que un muchacho de 11 años sobrino de él que estaba en su “poder y servidumbre” huyó “sin más motivo que el de sujetarlo rectamente a mi dominio, para quitarlo de malas consecuencias, a fuerza de prolijas diligencias y gastos que he hecho en su solicitud”, y que tiene noticias por un vecino jujeño, que otro de San Carlos (jurisdicción de Salta) “lo llevo de esta sonsacado para su vecindario” (Solicitud 1776). Por lo que solicita se libre una carta de justicia de la ciudad de Jujuy a la de Salta para que se le restituya la custodia y tenencia laboral y moral de su sobrino, y que ello sea a costa del vecino de San Carlos “Respecto de que sus padres del muchacho (que aún viven) me lo entregaron con estrechos cargos y condiciones por cuya razón me es preciso recogerlo para que no hagan malas inferencias de su perdida dichos sus padres” (Solicitud 1776).

El reclamo del pintor Diego de Aliaga que firma el expediente judicial aludido, sugiere otros aspectos del ejercicio del oficio que se relacionan comparativamente con lo que la literatura describe al respecto en diversas locaciones del mundo occidental moderno. El primero es la convivencia entre aprendices, capataces y patrones – hombres adultos unos y jóvenes y niños otros – en los talleres artesanales preindustriales europeos (Darnton 2002, 88). En los que se habilitaron relaciones de violencia patriarcales que generaron subculturas dentro de la general cultura artesanal de maestros, oficiales y aprendices, estos últimos con probables formas tempranas de constitución juvenil (Burke 1991, 84).

Se trataron de relaciones de género en los oficios artesanales qué en el espacio americano se ha interpretado que contribuyeron enfáticamente al entrenamiento de las masculinidades coloniales (Lipsett-Rivera 2019, 175). En marcos patriarcales en los que los maestros eran especie de padres sustitutos habilitados para el maltrato, así como los jóvenes aprendices prácticos en huir a otras ciudades (Johnson 2013, 92). Contextos en los que se desarrollaron las relaciones entre el pintor Diego de Aliaga y el sobrino que tenía en servidumbre, además que en este documento citado se soslaya la identidad mestiza de Aliaga que el anterior le había asignado.

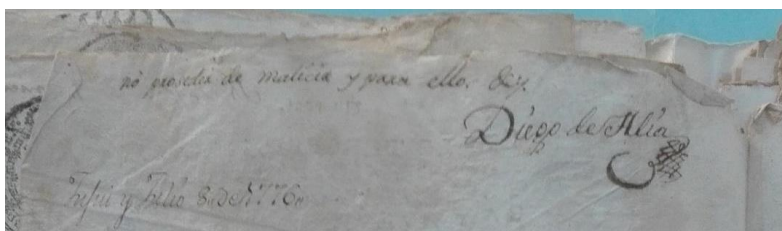


Figura 3 – Firma de Diego de Aliaga

Fuente: Solicitud de carta requisitoria del cabildo de Jujuy al de Salta, Jujuy, 8 de julio de 1776. AHJ-ARR, Caja IX, legajillo 2, documento de 1776, 2 folios.

En la conocida crónica decimonónica del administrador de correos reales Alonso Carrió de la Vandra del año 1776, que describe las sociedades que observa en la carrera que lo lleva de Buenos Aires a Lima pasando por Jujuy y otras urbes y parajes, se identifica que en el Cusco los indios tienen “habilidad más que ordinaria para todas las artes y que [...] se inclinan regularmente a aquellas artes en que trabaja poco el cuerpo, y así, para un herrero, por ejemplo, se encuentran veinte pintores, y aunque había entre ellos mestizos la mayoría eran indios netos” (Carrió de la Vandra [1776] 1985, 176).

Al respecto, el consenso sobre la identidad de los pintores en el amplio espacio peruano desde la ciudad de Lima a las urbes del Tucumán es que en el siglo XVIII la mayoría son indios aunque todavía hay españoles y los mestizos son de difícil identificación (Gisbert 2002a; Gisbert 2004; Selles 2008). Y en los curatos de Jujuy de composición mayoritaria indígena, la literatura concuerda en que las pinturas que jalonan los templos denotan en sus procedimientos una visión del mundo diferente al de la cultura occidental (González 2003, 122-123), que se connota aún más como indígena si consideramos la materialidad de los colores utilizados para elaborar obras, con sulfuros, óxidos, resinas y plantas importadas y sobretodo autóctonas andinas (Siracusano 2005).

Cotejando estas ideas con el “Padrón del distrito de Jujuy” ordenado realizar por el ministro peninsular Gálvez y llevado adelante por el alcalde provincial Diego de la Corte en el año 1779, que identifica y distingue a religiosos, vecinos hispanos, mestizos, mulatos, forasteros e indígenas con sus familias y criados, esclavos y peones; encontramos en el grupo de los “Indios que residen en la dicha ciudad” a “Diego Aliaga de 45 años indio viudo” anotado junto a “Juana María Fuentes de 50 años viuda india. Tomás Martínez mulato de 30 años casado con Gerónima Burgos mulata de 28 años. Tienen por hijos a Ventura de 7 años y Manuel de 2 años. Son todos 4” (Rojas 1918, 153). Significativas referencias documentales originales que confirman la actuación del pintor Diego de Aliaga en Jujuy entre los años 1772 y 1779 con diversas adjudicaciones étnicas: el cabildo local lo identifica como “Mestizo casado en la Villa de Potosí”, él mismo soslaya la adscripción étnica y se denomina “Vecino de la Villa de Potosí” y el relevamiento ordenado por los borbones lo ubica como “indio viudo” entre los “Indios que residen” en la ciudad.

Reflexiones finales

En distintas locaciones de los Reinos de las Indias Occidentales el arte de la población mestiza y popular indígena continua siendo Barroco en el siglo XVIII (Gisbert 2002b, 542; Pantoja Barco 2008, 195), porque informa en diversos códigos acerca de lo propio en la tensión de dominación (Garcés 2017, 105), de unas relaciones coloniales que se plasman en imágenes que pueden ser definidas como mestizas por las dinámicas generadas por la conquista y colonización.

Que en pleno Antiguo Régimen decimonónico tienen otras características y son otros tipos de respuestas a las de los siglos anteriores en los que las preocupaciones eran la occidentalización y los mimetismos (Gruzinski 2007, 126).

Se tratan de mestizajes en los que el barroquismo colonial de rasgos críticos e inestables epocales se expresa de manera sublime en manifestaciones sensibles (Maravall 1975, 428), a las que le cupe bien el término de mestizo, y que pueden apreciarse en la breve pero significativa performance confusa que desarrollan los pintores como artesanos, entre ellos Diego de Aliaga, en el Jujuy de la segunda mitad del siglo XVIII.

Me refiero a la confusión mestiza y clasista entre pintores y menestrales que hasta las reformas borbónicas están motivadas por una común estratificación social en la que incide lo étnico a la par que lo clasista. Lo que los aproximaría a los intermediarios entre lo culto y lo popular del occidente europeo, que, por ejemplo, al igual que los pintores andinos también elegían sus temas de las litografías holandesas o alemanas (Burke 1991, 147) y configuraban grotescos, risibles y hasta borrachines comportamientos ilustrados en la Nueva Crónica y por Riou en perfiles sociales similares a los Silenos del Renacimiento (Burucúa 2001).

Así la confusión de los pintores con los artesanos expresa mixturas en relación al esclavismo, lo técnico en el oficio y la relación colonial que habilitaba el ejercicio de parte de indios. Todo ello en el contexto mercantil de una ciudad como Jujuy en el que destacaba entre fines del XVIII y primeras décadas del XIX el universo de artesanos negros y esclavos domésticos (Raspi 2001; Santamaría 1996). Por lo que no se encuentra la preocupación por una identificación nobiliaria como maestros de parte de los pintores, tal es el caso de Diego de Aliaga que se reputa como pintor a secas y como oficial, al igual que los demás diversos menestrales que viven en la ciudad.

Este panorama épocal de confusas adscripciones laborales corresponde a una escena continental de común adscripción de pintores y menestrales a sectores populares subvalorados. Como se da en el Nuevo Reino de Granada del XVII (Vargas Murcia 2017, 60), donde se ha detectado que cambiara paulatinamente con las reformas borbónicas que en el riel de la fiscalidad planteara posibilidades de nueva nobleza para todos ellos (Vargas Murcia 2019, 127), a la luz de diversas reglamentaciones de la Corona que señalarán la “honestidad y honradez” de los oficios y artes. Me refiero en particular a la pauta dada en Pardo el 18 de marzo de 1783 para todos los virreinos y que se publicara en Jujuy con énfasis para no “perjudicar las artes y oficios para el goce y prerrogativas de la hidalguía a los que la tuvieren legítimamente no deben ser vejados en Jujuy los que se dedican a este honesto y honroso ejercicio antes si estimados y distinguidos conforme a la calidad, y méritos personales” (Auto 1794).

Otra escena confusa y barroca corresponde a las relaciones de género. Con el acto destacado de la comitencia en matrimonio y en el caso de las obras de Diego de Aliaga de una agentiva mujer dentro de la sociedad patriarcal. También el pautado control a través del matrimonio de una móvil y transeúnte sociedad colonial por su carácter mercantil, que da lugar a que se tenga cuidado en matricular a maestros y pintores en “Casas” y “Ranchos” conformando heterogéneas unidades domésticas que privilegian el control familiar como denota la reducción en servidumbre en las tareas de pintura de jóvenes varones para con sus parientes hombres adultos.

Son todos actos sueltos, es cierto, pero vinculados a unas relaciones de género en las que el patriarcalismo es horadado por estrategias mestizas y agencias femeninas y de los jóvenes varones. Que amén que en las interpretaciones iconográficas de las figuras femeninas y masculinas en las pinturas coloniales de América y Jujuy (Soler Lizarazo y Marrelo Alberto 2021; Améndola 2022), puede también apreciarse en las conductas que describimos en constelaciones complejas alrededor de los vínculos y relaciones que Diego de Aliaga y los otros pintores menestrales entablaron entre ellos y con toda la plétora vecinal mestiza jujeña en el Río de la Plata.

Finalmente, los mestizos barrocos de la segunda mitad del XVIII no están anquilosados como en las pinturas de las castas Novohispanas y Peruanas, sino que se expresan en la sublimidad de actuaciones como las que describió Carrio de la Vandra en 1776:

El indio no se distingue del español en la configuración de su rostro, y así, cuando se dedica a servir a alguno de los nuestros que le trate con caridad, la primera diligencia es enseñarles limpieza; esto es, que se laven la cara, se peinen y corten las uñas, y aunque mantenga su propio traje, con aquella providencia y una camisita limpia, aunque sean de tucuyo, pasan por cholos, que es lo mismo que tener mezcla de mestizo. Si su servicio es útil al español ya le viste y calza, y a los dos meses es un mestizo en el nombre (Carrio de la Vandra [1776] 1985, 176-177).

Se tratarían así de performances de los pintores entre menestrales con mestizajes circunstanciales a las calidades asignadas y reconocidas, y que representarían en varios actos el pintor que esperamos haber contribuido a conocer mejor, más allá y a través de obras con su nombre y otras ahora más precisamente atribuidas. Refiero al drama que confirmamos documental y originalmente que Diego de Aliaga actuó a fines del siglo XVIII en Jujuy al Noroeste del Río de la Plata: en 1772 figura como con su nombre en un lienzo al que se le adjudica que fuere el pintor, en 1774 los capitulares de Jujuy lo identifican como oficial pintor mestizo y casado, un par de años después él mismo se dirige al cabildo para hacer un reclamo y se autodenomina y firma como vecino de la Villa Imperial de Potosí y residente en la ciudad de Jujuy, y en la última mención de 1779 es empadronado borbónicamente entre los “Indios residentes” del curato rectoral como “indio viudo”.

Agradecimientos

A las direcciones de los archivos de Jujuy, Salta, General de la Nación Argentina y Archivo y Biblioteca Nacional de Bolivia. Especialmente a Gregorio Caro Figueroa director de la Biblioteca “J. Armando Caro”, a la directora del Archivo de Tribunales de Jujuy Silvina Anglada, a la encargada del Museo de Arte Sacro Lic. Patricia Ovando, al Hermano Dante del Convento de San Francisco de Jujuy y a la Arq. Berta Alonso directora del museo y taller de arte sacro de la Fundación Recrear.

Referências:

Améndola, Tamara E. “Negociaciones e imágenes en la formación del marquesado del Valle de Tojo (La Puna, segunda mitad del siglo XVII)”. Tesis de Maestría, Buenos Aires, Universidad Nacional de San Martín, 2022.

Aráoz, Antonio de. *Inventario de bienes*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 61: 1948, 1790.

Auto de la Intendencia de Salta del Tucumán. Archivo Histórico de Jujuy- Archivo Ricardo Rojas, XLII-1, 1794.

Auto de la Real Audiencia de Charcas sobre vida maridable. Archivo Histórico de Jujuy- Archivo Ricardo Rojas, IX-2, 1771.

Burke, Peter. *La cultura popular en la Europa Moderna*. Madrid: Alianza, 1991.

Burucúa, Emilio José. *Corderos y elefantes. La sacralidad y la risa en la modernidad clásica -siglos XV a XVIII-*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires y Miño y Dávila, 2001.

Campos, Luisa. *Testamento e inventario de bienes*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 62: 1977 y 62: 1980, 1792.

Carrió de la Vandra, Alonso. *El Lazarrillo de ciegos caminantes*. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, [1776] 1985.

Castañeda, Francisco. *Pago de honorarios*. Archivo Histórico de Jujuy-Archivo Ricardo Rojas, XL-3, 1783-1784.

Chacón Torres, Mario. *Arte virreinal en Potosí. Fuentes para su historia*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1973.

Cruz, Enrique N. y Soler Lizarazo, Luisa Consuelo. “Las hojas de coca en Jujuy en el siglo XVIII”. *RIVAR*, vol. 12 (2025), en prensa.

Darnton, Robert. *La gran matanza de gatos y otros episodios en la historia de la cultura francesa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

Diccionario de Autoridades. Tomo III [en línea], 1732. Disponible en: <https://apps2.rae.es/DA.html>. Acceso el 6 mar. 2023.

Documentos que comprueban la data de lo satisfecho a las milicias que estuvieron de guarnición en esta plaza durante la rebelión de indios tobas. Archivo General de la Nación, Sala XIII, 32-6-2, Colonia, Jujuy, Cajas Reales, 1781.

Elias, Norbert. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987.

Fiestas que se hacen en el curato de Tumbaya. Archivo del Obispado de Jujuy, 28 (11- 1) 6, 1795.

Garcés, Carlos A. “La invasión iconográfica: el barroco en el marquesado del Valle de Tojo. Historia y pervivencia”. *Nuestro NOA*, 10 (2017): 93-110.

Garcés, Carlos A. *Iconografías migrantes. Los lienzos cusqueños de Santa Rosa de Purmamarca y sus fuentes grabadas*. Jujuy: Centro de Estudios y Culturas Andinas, 2021.

Garcés, Carlos A. Ítem 6701b. 2024. Disponible en: <https://colonialart.org/citations>. Acceso el 5 dic. de 2024,

Gisbert, Teresa. *Iconografía y mitos indígenas en el arte*. La Paz: Gisbert y compañía, 1980.

Gisbert, Teresa. “La identidad étnica de los artistas del Virreinato del Perú”. En *El Barroco Peruano*. Tomo I, org. Mujica Pinilla, Ramón, Pierre Duviols, Teresa Gisbert, Roberto Samanez Argumedo, y María Concepción García Sáiz, 99-143. Lima: Edición del Banco de Crédito del Perú, 2002a.

Gisbert, Teresa. “Pintura”. En *Diccionario Histórico de Bolivia*. Tomo II, org. Barnadas, Joseph M., 540-542. Sucre: Grupo de Estudios Históricos, 2002b.

Gisbert, Teresa. “La conciencia de un arte propio en la pintura virreinal andina”. En *Tradición, estilo o escuela en la pintura iberoamericana. Siglos XVI-XVIII*, ed. García Sáiz, María C. y, Juana Gutiérrez Haces, 131-150. México: UNAM, 2004.

González, Ricardo. *Imágenes de dos mundos. La imaginería cristiana en la Puna de Jujuy*. Buenos Aires: Fundación espigas, 2003.

Herrera y García, Francisco J. “Una estampa de muy poco valor. Imagen, devoción y discriminación étnica en torno a la creación de una hermandad novohispana”. En *Arte y patrimonio en España y América*, ed. Fernández Valle, María de Los Ángeles, Francisco Ollero Lobato, y William Rey Ashfield, 163-186. Montevideo: Universidad de la República, 2014.

Gruzinski, Serge. *El pensamiento mestizo. Cultura amerindia y civilización del Renacimiento*. Barcelona: Paidós, 2007.

Johnson, Lyman L. *Los talleres de la revolución. La Buenos Aires plebeya y el mundo del Atlántico, 1776-1810*. CABA: Prometeo libros, 2013.

Jorge, María C. *Catálogo del Museo de Arte Sacro San Francisco*. Jujuy: Secretaria de Turismo de la Provincia de Jujuy, 2010.

Larrouy, Antonio. *Documentos del Archivo de Indias para la historia del Tucumán*. Vol. II (1591-1700). Buenos Aires: L.J. Rosso y Cía. Impresores, 1923.

Libro de la Venerable Orden Tercera de Penitencia. Archivo del Convento de San Francisco de Jujuy, 1786-1820.

Lipsett-Rivera, Sonya. *The Origins of Macho. Men and Masculinity in Colonial Mexico*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2019.

Maravall, José Antonio. *La cultura del barroco. Análisis de una estructura histórica*. Madrid: Ariel, 1975.

Marcoy, Paul. *Viaje a través de América del Sur. Del océano Pacífico al océano Atlántico*. Tomo I. Lima: IFEA, [1869] 2001.

Matrícula de las almas del curato rectoral de la ciudad de Jujuy. Archivo del Obispado de Jujuy, 27- 1 (10-1) 39 folios, 1755-1757.

Mesa, José de. “La influencia de Flandes en la pintura del Área Andina”. *Revista de Historia de América*, 117 (1994): 61 -82.

Mesa José de y Gisbert, Teresa. *Holguín y la pintura virreinal en Bolivia*. La Paz: editorial Juventud, 1977.

Pantoja Barco, Rosita Andrea. *Afrodita barroca. Fragmentos para el estudio de una sensibilidad de la cultura. Popayán, siglos XVII y XVIII*. Quito: ediciones Abya-Yala, 2008.

- Penhos, Marta. *Ver, conocer, dominar. Imágenes de Sudamérica a fines del siglo XVIII*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2005.
- Penhos, Marta. "Pintura de la región andina: algunas reflexiones en torno a la vida de las formas y sus significados". En *Pintura de los Reinos. Identidades Compartidas. Territorios del Mundo Hispánico, siglos XVI-XVIII*. Tomo III, ed. Gutiérrez Haces, Juana, 821-877. México: Fomento Cultural Banamex, 2009.
- Plaza Roig, Ana. "Matheo Pizarro: iconografías disímiles para una devoción eficaz". *Eikón Imago*, 11 (2022): 311-325.
- Plaza Roig, Ana. "Nuestra Señora de la Almudena con donantes (1693), un caso de indeterminación iconográfica en el marquesado del Valle de Tojo, virreinato del Perú". *Dialogo Andino*, 71 (2023): 77-91.
- Poma, Guaman. *Carta al rey Felipe III del 14 de febrero de 1615* [en línea]. Copenhague: Centro digital de investigación de la Biblioteca Real de Dinamarca, 1615. Disponible en <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/docs/carta1615/index.htm>. Acceso el 30 nov. 2022.
- Portal, Juan del. *Donación en escritura a los Jesuitas*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 38: 1264, 1756.
- Portal, Juan del. *Testamento*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 41: 1342, 1758a.
- Portal, Juan del. *Inventario de bienes*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 40: 1325, 1758b.
- Raspi, Emma T. "El mundo artesanal de dos ciudades del norte argentino. Salta y Jujuy, primera mitad del siglo XIX". *Anuario de Estudios Americanos*, LVIII, 1 (2001): 161- 183.
- Recopilación de Leyes de los Reinos de Indias*. Madrid: Boix editor, 1841.
- Rojas, Ricardo. *Archivo Capitular de Jujuy*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1918.
- Sánchez, Francisco. *Testamento*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 51: 1690, 1777.
- Santamaría, Daniel J. "Artesanos y esclavos en la sociedad colonial de Jujuy, siglos XVII- XVIII". *Población y Sociedad*, 4 (1996): 225-234.
- Santamaría, Daniel J. *Memorias del Jujuy colonial y del Marquesado de Tojo. Desarrollo integrado de una secuencia territorial multiétnica, siglos XVI-XVIII*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía Sede Iberoamericana de La Rábida, 2001.
- Sayas, Antonio. *Testamento e inventario de bienes*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 36: 1210, 1749.
- Sayas, Gabriela. *Inventario de Bienes*. Archivo de Tribunales de Jujuy, 66: 2096, 1800.
- Schenone, Héctor H. *Iconografía del arte colonial. Jesucristo*. Buenos Aires: Fundación Tarea, 1998.
- Schenone, Héctor H. "El arte". En *Nueva Historia de la Nación Argentina. 3 Periodo español (1600-1810)*, 333-368. Buenos Aires: Planeta, 1999.
- Schenone, Héctor H. "Apuntes para una hipótesis sobre la pintura colonial americana". *Tarea* 1 (1) (2014): 91-98.
- Schenone, Héctor H., Iris Gori, y Sergio Barbieri. *Patrimonio Cultural de la Provincia de Salta, Inventario de Bienes Muebles*. Buenos Aires: Academia Nacional de Bellas Artes, 1988.
- Schenone, Héctor H., Iris Gori, y Sergio Barbieri. *Patrimonio Cultural de la Provincia de Jujuy, Inventario de Bienes Muebles*. Buenos Aires: Academia Nacional de Bellas Artes, 1991.
- Selles Reese, Verónica. *De Viracocha a la Virgen de Copacabana: Representación de lo sagrado en el lago Titicaca*. La Paz: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2008.

Siracusano, Gabriela. *El poder de los colores. De lo material a lo simbólico en las prácticas culturales andinas. Siglos XVI-XVIII*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

Siracusano, Gabriela. *Las entrañas del arte: un relato material*. Buenos Aires: Fundación OSDE, 2008.

Soler Lizarazo, Luisa Consuelo y Marrelo Alberto, Antonio. “Hombres con armas, mujeres con joyas: retratos, estereotipos y representaciones en las obras de José Gil de Castro (1785-1837)”. *Cuadernos de Historia del Arte*, 36 (2021): 39-79.

Solicitud de carta requisitoria del cabildo de Jujuy al de Salta. Archivo Histórico de Jujuy-Archivo Ricardo Rojas, IX-2, 1776.

Urrutia, María Josefa de. *Pleito por un solar*. Archivo de Tribunales de Jujuy, legajo 1636, s/da.

Urrutia, Maria Josefa de. *Solicitud al obispado para la edificación de una capilla*. Archivo del Obispado de Jujuy, 13- 24, 1 folio, (s/db).

Urrutia, María Josefa de. *Reclamo pago de diezmos*. Archivo del Obispado de Jujuy, 27- 14 (10-11), 1760.

Vargas Murcia, Laura Liliana. “Pintores en el esplendor de Tunja: nombres de artífices para salir del anonimato (siglos XVI y XVII)”. *Historia y Memoria*, 15 (2017): 49-72.

Vargas Murcia, Laura Liliana. “Las artes del dibujo, la pintura y el grabado después de las regulaciones de gremios de 1777 y 1790 en Santafé (Bogotá, Colombia)”. *Atrio. Revista de Historia del Arte*, 25 (2019): 120-147.

Recibido: 12 de febrero de 2025

Aprobado: 10 de junio de 2025

Partidos para quê? Quatro questões sobre os partidos políticos na Primeira República (1889–1930)

Parties for what? Four questions about political parties in the First Republic (1889–1930)

¿Partidos para qué? Cuatro preguntas sobre los partidos políticos en la Primera República (1889–1930)

Surama Conde Sá Pinto*

<https://orcid.org/0000-0002-7921-3038>

RESUMO: Os temas eleições e partidos políticos constituem atualmente um importante eixo de renovação nos estudos sobre a Primeira República brasileira. Visando a contribuir para esse debate, o objetivo central deste artigo é discutir as seguintes questões: qual foi a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos regionais entre 1889 e 1930? Que configuração essas organizações assumiram? Que desafios com frequência enfrentaram? Formulamos também breves considerações sobre como foram as relações com os eleitores. Para a realização da análise proposta, foram tomadas como base as experiências político-partidárias do estado e da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República e utilizados como fontes os arquivos privados de dois chefes políticos — Nilo Peçanha e Paulo de Frontin —, além da bibliografia acadêmica sobre o tema.

Palavras-chave: Partidos. Rio de Janeiro. Primeira República.

ABSTRACT: The themes of elections and political parties currently constitute an important axis of renewal in studies on the Brazilian First Republic. Aiming to contribute to this debate, the main objective of this article is to discuss the following questions: what was the function and role played by regional political parties between 1889 and 1930? What configuration did these organizations assume? Which challenges did they often face? We also formulate brief considerations about their

* Professora Associada do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ), doutora em História Social pelo PPGHIS/UFRJ e autora dos livros *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República* (1998) e *Só para iniciados... O jogo político na antiga capital federal* (2011). Possui experiência em pesquisas nas áreas de História Brasil República (com ênfase em Estado, instituições e cidadania) e História do Rio de Janeiro (cidade e estado). E-mail: suramaconde@gmail.com.

relationship to voters. To carry out the proposed analysis, we focus on the experiences of the political parties in the state and city of Rio de Janeiro in the First Republic and, as sources, we used the private archives of two political leaders —Nilo Peçanha and Paulo de Frontin—, in addition to the academic bibliography on the subject.

Keywords: Political parties. Rio de Janeiro. First Republic.

RESUMEN: Los temas de elecciones y partidos políticos constituyen actualmente un importante eje de renovación en los estudios sobre la Primera República Brasileña. Con la propuesta de contribuir a este debate, el objetivo central de este artículo es discutir las siguientes cuestiones: ¿cuál fue la función y el papel que desempeñaron los partidos políticos regionales entre 1889-1930? ¿Qué configuración asumieron estas organizaciones? ¿Qué desafíos hay enfrentado a menudo? También formulamos breves consideraciones sobre cómo fueron las relaciones con los votantes. Para realizar el análisis propuesto tomamos como base las experiencias político-partidistas del estado y la ciudad de Río de Janeiro en la Primera República y fueron usados como fuentes los archivos privados de dos líderes políticos — Nilo Peçanha y Paulo de Frontin —, además de la bibliografía académica sobre el tema.

Palabras clave: Partidos. Rio de Janeiro. Primera República.

Como citar este artigo:

Pinto, Surama Conde Sá. “Partidos para quê? Quatro questões sobre os partidos políticos na Primeira República (1889–1930)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 179-203

Os temas eleições e partidos políticos vêm ganhando destaque na produção recente sobre a Primeira República brasileira (1889–1930) e representam um importante eixo de renovação nas análises sobre período (Viscardi e Fonseca 2019; Viscardi e Alencar 2016; Dal Forno 2020; Ricci e Zulini 2014; Couto 2022). O presente artigo visa a contribuir para esse debate ao refletir sobre partidos políticos regionais na Primeira República, através do estudo dos casos do estado e da cidade do Rio de Janeiro. O resgate dessas experiências apresenta como objetivo central analisar as seguintes questões: a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos; a configuração assumida; os desafios com frequência enfrentados; e, por fim, tecer algumas considerações sobre a relação estabelecida com os eleitores.

É importante esclarecer, ao abordarmos a temática partidária, que não é nosso interesse reconstituir o tecido factual dessas organizações nas unidades da federação priorizadas nessa

análise; tampouco focalizaremos seu perfil social. Da mesma forma, não será desenvolvida uma discussão da dimensão ideológica ou dos programas das agremiações nem será objeto de reflexão a experiência dos partidos operários. Serão privilegiadas apenas as siglas construídas por lideranças da política fluminense e carioca ao longo da Primeira República.

No desenvolvimento da análise proposta, foram utilizados como conjunto documental os arquivos privados de duas chefias políticas, Nilo Peçanha e Paulo de Frontin.¹ A escolha dos acervos indicados não foi fortuita. Nilo Peçanha (1867-1924) foi chefe da principal facção oligárquica que dominou a política fluminense até inícios dos anos 1920 (Abreu e Paula 2014, 989-993). Já Paulo de Frontin (1860-1933) transformou-se em uma das principais chefias políticas da cidade do Rio nos anos 1910 (Abreu e Paula 2014, 505-507). Apesar das diferenças em termos de trajetórias e das singularidades dessas chefias, ambos acionaram estratégias parecidas: passaram por diferentes partidos e buscaram organizar os grupamentos políticos no estado e na cidade do Rio de Janeiro para garantir suas lideranças.

Vale destacar que não perdemos de vista o fato de que o estado do Rio e a cidade possuíam dinâmicas políticas bem diferentes. A política fluminense, em função da Constituição de 1891 e da reforma da Constituição estadual arquitetada pelo grupo nilista antes de Nilo Peçanha assumir pela primeira vez o Executivo fluminense (1904) enfeixou nas mãos do governador grande parte do poder, em detrimento da autonomia dos municípios. Já em se tratando da configuração política do Distrito Federal, diferentes Poderes e instâncias de poderes atuavam. O Prefeito (chefe do Executivo local) era indicado pelo Presidente da República. O Poder Legislativo municipal era exercido pelo Conselho Municipal, eleito pelos cidadãos ativos. E, ao Senado, cabia a avaliação dos vetos dos Prefeitos aos dispositivos de lei propostos pelo Conselho. As especificidades assinaladas dessas dinâmicas políticas, no entanto, não inviabilizam o estudo proposto, uma vez que as questões levantadas se aplicam às duas experiências.

Ainda em termos de definições, é importante esclarecer o uso do conceito de partido político. A literatura sobre partidos políticos é rica, incluindo desde Michels e a “Lei de ferro” sobre

¹ Foi privilegiada do acervo Nilo Peçanha, depositado no Museu da República, a correspondência passiva da primeira década do século XX. Utilizando o recurso da amostragem, foi catalogada toda a correspondência passiva dos anos eleitorais de 1900, 1903, 1906 e 1909, nos meses de janeiro, julho e dezembro, períodos em que com mais frequência eram realizadas as eleições e/ou épocas que imediatamente antecediam ou sucediam os pleitos, num total de 702 documentos (incluindo cartas, cartões e telegramas). Nesse universo, o número de cartas reunidas e analisadas para o ano de 1900 foi de 33, para o ano de 1903 foi de 107, e para os anos de 1906 e 1909, 233 e 329 missivas, respectivamente. No que diz respeito ao acervo Paulo de Frontin, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi utilizado um repertório mais variado, abarcando não apenas a correspondência passiva, mas manuscritos e recortes de jornal dos anos que correspondem a seu ingresso e atuação mais expressiva na política carioca (décadas de 1910 e 1920).

o desenvolvimento dos partidos (Michels 1982), passando pelas contribuições relativas à teoria dos partidos e tipologia classificatória (Duverger 1980), até chegar às análises mais atuais, críticas em relação às anteriores, e que pensam em novos modelos na contemporaneidade — uns ressaltando o declínio da participação da população nas atividades partidárias, a volatilidade dos eleitores e distanciamento das bases, outros defendendo a necessidade de requalificação nos estudos devido à existência de um processo de reconfiguração e adaptação dessas organizações em curso (Katz e Mair 1995).

No universo dessa discussão, o que nos interessa reter é o pressuposto de que diferentes desenhos institucionais exercem influência sobre a organização dos partidos políticos (Samuels e Shugart 2010).

É igualmente importante assinalar que esse debate é construído com base na experiência de partidos europeus nos últimos séculos, a qual se distancia do caso aqui estudado. Optamos, assim, por seguir a definição mais precisa proposta de Serge Berstein, que entende que partido político, para além de uma organização regular ou durável que reúne um determinado número de indivíduos visando o exercício do poder, é um fenômeno histórico por definição e deve ser compreendido como um lugar onde se opera a mediação política (Berstein 2003, 61).

Compartilhamos também dois pressupostos presentes em suas análises: o de que os partidos são fontes importantes de informações sobre as relações de poder de uma sociedade; e o de que o estudo dos partidos faculta acesso tanto a concepções sobre o modelo de sociedade considerado ideal para determinados grupos quanto revela elementos para compreensão das culturas políticas existentes.² Cumpre ainda esclarecer que, ao abordar a temática partidária, em função da natureza das fontes selecionadas, o faremos via dinâmica eleitoral e não via relações no espaço parlamentar.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira é dedicada à reflexão sobre a produção relativa à temática partidária na Primeira República. Nas partes dois e três são discutidas as dinâmicas político-partidárias do estado e da cidade do Rio de Janeiro. Finalmente, a quarta parte é voltada para a análise sobre a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos; a configuração assumida; os desafios com frequência enfrentados; e, enfim, traçamos breves considerações sobre a relação com os eleitores.

Partidos políticos na Primeira República: O estado das artes

Até os anos 1980, o enfrentamento do tema partidos políticos na Primeira República foi

² Seguimos aqui a definição de cultura política proposta por Serge Berstein (Berstein 1992, 7).

ofuscado por análises sobre o funcionamento do sistema político brasileiro (Leal 1989).³ Contribuíram para essa tendência a desvalorização do voto e dos direitos políticos, alimentada pelo positivismo, a visão depreciativa dos partidos presente no pensamento autoritário e o personalismo na política nacional e regional na Primeira República (Souza 1990, 162-226; Diniz 1989, 323-339). Com a produção de análises sobre o papel de diferentes estados no conjunto da federação, contudo, esse quadro vem sofrendo alterações (Ferreira 1994; Martins Filho 1987; Viscardi 2001). A incorporação de fontes variadas (imprensa, arquivos privados, além das contestações) vem jogando também um papel importante nesse sentido. Mas talvez o grande responsável pelo dinamismo nas análises sobre partidos regionais hoje seja o novo olhar sobre o tema eleições. A retomada de estudos sobre eleições tem funcionado como uma espécie de janela para pensar questões como fraudes, degolas, oposições, natureza do voto, figura do eleitor (Viscardi e Figueiredo 2019) e partidos políticos.

Os novos estudos não rompem com a interpretação de que o modelo federalista reconfigurou a dinâmica política partidária do país nem com a ideia de que na nova lógica política inaugurada após 1898⁴ os partidos nacionais cederam espaço para as relações entre as várias situações políticas estaduais e o poder central. Também não questionam que, em alguns estados, formaram-se, no fim da primeira década republicana, partidos políticos que passaram a monopolizar as posições de governo.

Essa produção, contudo, vem agregando novos elementos para esse debate, seja chamando a atenção para o fato de que o padrão partido globalidade⁵ não foi seguido de maneira uniforme por todas as unidades da federação, seja recuperando a experiência das oposições (Figueiredo 2016; Dal Forno 2020).

Alguns estados, em função de razões variadas, apresentaram maior dificuldade de criação de um partido único, tendo sua política marcada pela disputa entre siglas que abrigavam facções oligárquicas rivais.

O estado do Rio é um exemplo nesse sentido. Na Primeira República, dois partidos desempenharam centralidade na política fluminense: o Partido Republicano Fluminense (PRF) e o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), sem que isso traduzisse a existência de uma vida

³ A primeira edição de *Coronelismo, enxada e voto* data de 1948. De lá para cá, embora tenham sido produzidos muitos estudos sobre o tema, a obra de Victor Nunes Leal continuou sendo referência fundamental para o entendimento do funcionamento do sistema político da Primeira República (Carvalho 1997, 229-250).

⁴ Referimo-nos aqui à *Política dos estados ou dos governadores*, pacto firmado por Campos Sales com os governadores, a partir de 1898 (Lessa 1987; Viscardi 2001).

⁵ Entendemos por padrão partido globalidade a configuração assumida por partidos que conseguiram aglutinar, com maior êxito, diferentes facções oligárquicas da política estadual, administrando em seu interior os conflitos.

partidária organizada ou dinâmica. Uma série de obstáculos inviabilizaram na política estadual a construção de um partido forte e coeso. Disputas de facções oligárquicas, o fraco enraizamento do movimento republicano na antiga província, as dificuldades de uma melhor definição nas relações entre governo e partidos são alguns deles (Ferreira 1989; 1994).

Diferentemente do estado, a cidade do Rio de Janeiro foi palco do movimento republicano e experimentou maior difusão desse ideário. Por outro lado, a vida partidária local, cujo destaque ficou por conta do Partido Republicano Federal (PRF), do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) e da Aliança Republicana (AR) também se viu às voltas com desafios. Dois, em particular: a natureza assumida pelos partidos e o fato de o Rio sediar a capital federal (Veneu 1987; Freire 2000; Pinto 2011).

Tanto o estado quanto a cidade do Rio encontraram dificuldades de institucionalização da vida partidária (Ferreira 1989; 1994; Freire 2000; Pinto 2011).

Vale a pena, assim, examinar essas experiências para, em seguida, discutir a função e/ou o papel desempenhado por esses partidos políticos, a configuração assumida, os desafios com frequência enfrentados e tecer algumas considerações sobre a relação com os eleitores.

A experiência político-partidária fluminense

No estado do Rio, a primeira década republicana (1889–1899) foi marcada por tentativas de estruturação de partidos políticos. Entre 1900 e 1920 as organizações partidárias sofreram um refluxo. Já entre 1920 e 1930 o cenário político partidário experimentou tentativas de revitalização (Ferreira 1994, 118).

Apesar de a antiga província fluminense ter fornecido importantes lideranças para o movimento republicano, como Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, Lopes Trovão e Nilo Peçanha, a criação de uma agremiação partidária republicana na província só aconteceu em 1888.⁶ O crescimento do Partido Republicano (PR) ocorreu, em grande medida, com as adesões provocadas pela abolição da escravidão e pela Proclamação da República (Ferreira 1989, 46). A ampliação de quadros, porém, não significou a construção de uma agremiação forte, já que o partido ficou de fora da escolha para a chefia do governo estadual durante o governo de Deodoro da Fonseca (1889–1891).⁷

⁶ Para uma análise da trajetória dos políticos citados ver o *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República* (Abreu 2015).

⁷ Deodoro da Fonseca, ignorando os republicanos no estado, optou pelo nome de Francisco Portela para o governo fluminense. Informações biográficas sobre Portela e demais políticos citados nesse artigo podem ser encontrados no *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro* (Abreu e Paula 2014) e no *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República* (Abreu 2015).

Apesar das diversas tentativas de alcançar maior institucionalização, o Partido Republicano (PR) continuou sem destaque na política do estado. Tentando reverter esse quadro, ainda no governo de Francisco Portela (1889–1891), o PR se aproximou de antigas lideranças monarquistas do Partido Conservador (PC).⁸ Estes últimos haviam criado, em 31 de agosto de 1890, o Partido Republicano Moderado (PRM). Unindo forças, o PR fundiu-se com o PRM, criando, em 13 de abril de 1891, o Partido Autonomista Fluminense (PAF) (Ferreira 1994, 120).

O PAF teve pouco tempo de duração. Com a queda de Deodoro da Fonseca (1891) e a renúncia de seu representante no estado do Rio, Francisco Portela (1891), os grupos políticos organizaram-se e fundaram um novo partido, visando as eleições para uma nova constituinte estadual. Nascia o Partido Republicano Fluminense (PRF), formado pelo finado PAF mais alguns dissidentes do governador deposto.

O PRF dominou a política estadual entre 1892 e 1898.⁹ A sigla passou a controlar as eleições estaduais e federais, legislativas e executivas, mas o domínio não impediu cisões internas.

Em 1896, por ocasião do congresso do partido, na discussão sobre o formato da comissão executiva, a derrota da proposta de ampliação da cúpula do partido fez com que as chefias do município de Campos saíssem da agremiação. Na ocasião, o grupo campista passou a se autodenominar Partido Republicano em Oposição (PRO). Essas chefias se reuniram com antigos adeptos de Francisco Portela para formar o Partido Autonomista (PA). Outras cisões ocorreriam no PRF nos anos seguintes, culminando com a saída de figuras importantes. Dessa vez, o motor da contenda seria a questão das relações governo/partido.

Desde a criação do PRF, em 1892, as funções de chefe de governo e chefe do partido eram concentradas na mesma pessoa. Tal orientação esteve presente nos governos Tomás Porciúncula (1892-1894) e Maurício de Abreu (1894-1897). Alberto Torres, contudo, durante seu mandato de governador (1898–1900), romperia temporariamente com a dinâmica de chefia unipessoal. Torres defendia a importância da separação entre chefe do partido e chefe do governo com base no argumento de que o chefe do governo deveria ter autonomia nas deliberações e na escolha de auxiliares. Insatisfeito com o partido que o elegera para o governo do estado (o PRF) fundou, em 1899, o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). A nova sigla incorporou o grupo de Campos e a dissidência do PRF que ficou do seu lado no confronto com Porciúncula (Ferreira 1994, 124).

⁸ O PC era liderado pelo Conselheiro Paulino Soares de Souza.

⁹ O PRF era chefiado no período por Tomás da Porciúncula.

Cisões partidárias continuaram ocorrendo na política fluminense, a despeito dos esforços de conciliação entre PRRJ e PRF posteriormente feitos.

Em janeiro de 1904, para citar um exemplo, o PRRJ realizou uma convenção que marcaria a saída do grupo político do município de Petrópolis (Ferreira 1994, 125). A querela foi movida pela disputa na indicação do nome à sucessão do Executivo estadual.¹⁰ A candidatura de Nilo Peçanha acabou sendo lançada pelo PRF. Vitorioso nas urnas, ao assumir o governo, Nilo reorganizou o PRRJ, abandonando o PRF. Iniciava aí a escalada do grupo nilista na política fluminense.¹¹

Sob o domínio nilista, o PRRJ fez várias tentativas de incorporação de grupos da oposição. De uma maneira geral, a cooptação das oposições dava-se via abertura de vagas para as Câmaras Municipais. No âmbito dos Legislativos estadual e federal, no entanto, essa estratégia não foi frequente. Também foram feitas iniciativas no sentido de ampliar a comissão executiva do partido, incorporando elementos da oposição. Esse tipo de ação, no entanto, esbarrava na oposição sistemática dos membros do partido.

É importante assinalar que a comissão executiva do PRRJ não tinha de fato poder de decisão. O comando da política partidária voltou a ser concentrado na chefia do Executivo estadual. Essa tendência foi um dos principais empecilhos para a institucionalização tanto do PRRJ quanto do PRF (já que ambos foram utilizados em diferentes momentos para abrigar o grupo nilista). Assim, toda vez que Nilo se ausentava para atuar no governo federal, havia cisões no grupo.

Sucessivos rachas e dissidências no grupo nilista fizeram com que agrupamentos políticos partidários no estado fossem criados e recriados assumindo muitas vezes de forma aleatória e indiscriminada as siglas do PRF e do PRRJ ao longo do período.

Em 1911, com a fundação do Partido Republicano Conservador (PRC) por Pinheiro Machado, o PRF, que naquele momento era controlado pelos nilistas, adotou o nome de Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF).

Nesse mesmo período, o grupo que na ocasião agregava os opositores do nilismo no estado passou a usar a sigla PRF.¹²

Mais adiante, com o rompimento de Nilo Peçanha com Pinheiro Machado, em 1913, os nilistas retiraram-se do PRCF e voltaram a usar a sigla PRF. O grupo de oposição ao nilismo, então,

¹⁰ Nessa querela estavam, de um lado, Hermogêneo Silva (representando o grupo de Petrópolis) e, de outro, Nilo Peçanha, representante campista, afilhado político do barão de Miracema.

¹¹ Doravante denominaremos o grupo de Nilo Peçanha na política do estado do Rio de Janeiro de grupo nilista.

¹² Esse grupo reunia nomes como Miguel de Carvalho, Alfredo Backer e Hermogênio Silva.

adotou a sigla PRCF.

Até 1919, o uso das siglas permaneceu mais bem definido. O PRF ficou agregando a situação nilista, e o PRCF, a oposição ao nilismo no estado. Nesse período, a mobilização partidária foi feita em torno da organização de chapas, evidenciando o que Ferreira chamou de caráter meramente eleitoreiro dos partidos fluminenses (Ferreira 1994, 130).

Os nilistas voltariam a retomar a sigla PRRJ nos anos 1920, e a oposição ao grupo nilista voltaria para o PRF. No período, o que se nota é um esforço significativo de institucionalização dessas organizações na política estadual. As convenções feitas, a criação de diretórios municipais e as mudanças processadas nas comissões executivas dos partidos são importantes indicadores nesse sentido.

Com a derrota da campanha da Reação Republicana, que lançou a candidatura de Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra à presidência da República para o pleito de março de 1922, em oposição à candidatura situacionista de Arthur Bernardes, o grupo nilista foi fortemente perseguido na política estadual. O desdobramento desse episódio foi praticamente o esfacelamento do PRRJ.

Ainda na década de 1920, o cenário político partidário do estado seria povoado por outras siglas, embora com pouca inserção entre o eleitorado e limitado sucesso. Assim, podem ser compreendidas as iniciativas de criação dos Partido do Trabalho (PT), construído para veicular interesses dos plantadores e usineiros de Campos, que no período viviam uma série de dificuldades, e o Partido Republicano Rural (PRR), localizado em Duas Barras, Bom Jardim e São Francisco de Paula, erigido visando combater a política cafeeira desenvolvida pelo Instituto de Fomento Agrícola Fluminense (Ferreira 1994, 135).

Ao traçar a dinâmica das siglas que figuraram no cenário político partidário do estado do Rio, alguns traços são evidenciados: a precária atuação dessas organizações, a ascendência de figuras políticas sobre partidos, a pouca capacidade de neutralizar os conflitos entre as diferentes facções políticas e o uso indiscriminado como morada pelo principal grupamento oligárquico da política fluminense — o grupo nilista — ora no PRF, ora no PRRJ, o que comprometeu a possibilidade de construção de uma identidade por parte desses partidos. Examinemos agora o caso da cidade do Rio de Janeiro.

A experiência político-partidária do Distrito Federal

A primeira década do novo regime também foi marcada na cidade do Rio por esforços para a construção de partidos políticos republicanos. Mais adiante, nos anos 1910, com a criação de novos partidos, assiste-se a uma espécie de dinamismo partidário. Essa tendência continuaria na

década de 1920. A proliferação de siglas, no entanto, deve ser vista com cautela. Não se tratava exatamente da existência de uma vida partidária organizada, mas do reflexo das disputas entre chefias locais por maior espaço de ação no campo político carioca,¹³ no qual, conforme é sabido, atuavam as forças políticas locais e o governo federal.

Na interpretação de Marcos Veneu, as dificuldades experimentadas pelos partidos cariocas na Primeira República estavam relacionadas à natureza e ao formato adquiridos (Veneu 1989, 57). Marcadas pelo caráter sazonal, essas siglas, para o autor, seguiam o perfil do que Maurice Duverger chamou de partidos de quadros, ou seja, organizações formadas em épocas eleitorais congregando lideranças políticas e que se desfaziam passados os pleitos (Duverger 1980, 98-100). Já para Américo Freire, tais dificuldades guardavam relação direta com o fato de o Rio de Janeiro sediar a capital do país (Freire 2000). O *status* de capital da República, para o autor, teria feito com que o campo político carioca fosse marcado pela concorrência entre os grupos políticos locais e o governo federal. Apesar de concordar com a ideia da fragilidade e do caráter sazonal dos partidos cariocas, Freire considerou que as características do jogo político local não inviabilizaram a construção de partidos na cidade visando a influir no ordenamento político local (Freire 2000, 81). De fato, é o que foi observado em análises para o período posterior ao privilegiado por Freire (Pinto 2011, 75-108).

O Partido Republicano Federal da Capital dos Estados Unidos do Brasil foi uma das primeiras siglas construídas após a mudança de regime. A iniciativa tinha como objetivo organizar as forças políticas locais visando a eleição para a Constituinte. Embora a meta tenha sido atingida, a vitória eleitoral não foi suficiente para consolidar a organização. A segunda iniciativa ocorreu em 1893, com a criação do Partido Republicano Federal (PRF), em 30 de julho.

Formado basicamente por congressistas, o PRF foi o primeiro grande ordenador do campo político carioca. A sigla congregou setores ligados ao Florianismo¹⁴ urbano e ao localismo das áreas rurais da cidade, representadas pelas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, esteio eleitoral do partido. Durante toda a gestão de Prudente de Moraes (1894–1898), o PRF dominou a cena política do Distrito Federal, controlando a maioria das bancadas municipal e federal e exercendo ainda por três anos ampla influência na prefeitura. Seu desmantelamento ocorreria em 1897, entre outros fatores, em função da ação do governo federal visando ao desmonte de sua estrutura, através da reforma da Lei Orgânica da capital.

¹³ Utilizamos aqui a noção de campo político de Pierre Bourdieu (Bourdieu 1989).

¹⁴ Sobre o Florianismo, ver *O Florianismo e a construção da República* (Pena 2008).

O segundo grande eixo ordenador da política na capital foi o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Formado com o espólio do PRF, o novo partido contou com as lideranças do chamado Triângulo.¹⁵ O grupo destacou-se na defesa de um projeto visando a assegurar um conteúdo mais autônomo para a política da capital, traduzido em três princípios básicos: instituições político-partidárias fortes e capazes de ordenar o campo político carioca e enfrentar a ação de agentes externos na capital; um maior poder de barganha na relação com os poderes federais, em particular com o prefeito do Distrito Federal; e uma ação mais livre na montagem e manutenção de clientelas (Freire 2000, 82).

A exemplo do PRF, o PRDF nasceu bafejado pelo oficialismo. Em pouco tempo de existência, contudo, o novo partido entraria em choque com o governo Campos Sales (1898–1902), principal alvo das críticas de Barata Ribeiro (chefe da agremiação) na tribuna do Senado. O partido reerguer-se-ia politicamente apenas no fim da gestão do presidente paulista (1902) (Freire 2000, 180).

O PRDF afirmou-se durante o quadriênio de Rodrigues Alves (1902–1906), ocasião em que reuniu os próceres políticos da capital e concentrou sua ação na discussão de questões fundamentalmente locais.

Em 1906, o partido seria reorganizado.¹⁶ Uma das grandes preocupações era fundar diretórios para promover o alistamento de eleitores, pois em março do ano seguinte seriam realizadas eleições para o Legislativo local e eram conhecidos os baixos índices de participação eleitoral na cidade do Rio (Pinto 2016, 261–264). Com a criação do Partido Republicano Conservador (PRC) por Pinheiro Machado, no início do governo Hermes da Fonseca (1910–1914), o PRDF passou a se denominar Partido Republicano Conservador do Distrito Federal (PRC do DF), demonstrando um claro alinhamento com o pinheirismo. Com rígido controle sobre seus representantes e apresentado resultados positivos nas eleições, o partido mostrou-se muito mais consistente do que as iniciativas partidárias nos anos iniciais da República. Mas essa tendência não implica que não tenha enfrentado defecções.

O PRC do DF possuía programa político e esteve longe de ter apenas um caráter sazonal, embora fosse constituído por lideranças e chefias das principais freguesias cariocas. Por outro lado, a tendência ao personalismo foi um traço marcante, traduzido na ascendência de Pinheiro Machado e de Augusto de Vasconcellos sobre o processo de decisão política do Distrito Federal e na

¹⁵ Referimo-nos a Augusto de Vasconcellos, Raul Barroso e Filipe Cardoso Pires, chefes políticos, respectivamente, de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (Abreu 2015).

¹⁶ Arquivo Paulo de Frontin, lata 38, documento 43.

manutenção de uma ampla rede de relações ligada por vínculos de solidariedade, baseados no cultivo de valores como lealdade, reciprocidade e respeito à palavra empenhada. Entende-se por que, em grande medida, com as mortes de Pinheiro Machado e de Augusto de Vasconcellos, em 1915, seguida da forte onda de críticas ao governo Hermes, no novo quadriênio presidencial, o partido sofreu um forte revés.

Em uma espécie de excomunhão, com as críticas feitas por representantes cariocas ao legado de Pinheiro Machado no âmbito político nacional e local, o PRC do DF voltaria a adotar a denominação de Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Começava uma nova fase para o partido, marcada por dificuldades na manutenção da coesão interna, apesar dos esforços de Milcíades Mário de Sá Freire (novo chefe da organização e senador pela representação carioca) para que o PRDF permanecesse na linha de frente da política municipal.

Novas siglas despontariam no horizonte carioca: o breve Partido Autonomista da Capital (PA),¹⁷ a Aliança Republicana (AR) e o novo PRDF (Pinto 2011).

No final de 1916, o PRDF havia perdido não apenas importantes figuras como o domínio do Conselho Municipal para o PA de Mendes Tavares, presidente da Casa na ocasião (Pinto 2016, 270). A despeito disso, o PA jamais teve a mesma força do PRDF nem a capacidade de aglutinação de chefias da cidade. Seu tempo de vida também foi encurtado com a saída de Mendes Tavares, que passou a militar no novo PRDF, formado em 1918.

Em 1918, no cenário político-partidário da cidade, duas forças passaram a disputar o voto do eleitorado nas eleições federais: a Aliança Republicana (AR) e o novo PRDF. A Aliança foi criada por Paulo de Frontin, cuja liderança na política carioca consolidou-se ocupando espaços abertos com a morte de Augusto de Vasconcellos e ganhou forte impulso com sua passagem pela prefeitura do Distrito Federal, em 1919. Curiosamente, Frontin nos anos seguintes repetiria a fórmula inaugurada por Barata Ribeiro e seguida por Augusto de Vasconcellos: a ocupação de uma cadeira no Senado pela representação do Distrito Federal e a organização de um partido para comandar a política carioca da Câmara Alta.

Em termos de composição, a AR reunia novas figuras, mas também egressos do PRDF, como era o caso do próprio Frontin, e contava com o apoio de setores ligados ao comércio e à indústria no Rio.¹⁸ Já no novo PRDF, perfilavam ex-integrantes de pelo menos três partidos: do PRDF, do PA e mesmo da AR.

¹⁷ O Partido contava com expoentes como Alcindo Guanabara (egresso do PRDF), Irineu Machado e Mendes Tavares.

¹⁸ Carta enviada pelo Vice-presidente do Diretório Central do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro a Paulo de Frontin, em 22 de maio de 1919. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 61.

Em 1921, a AR e o PRDF unir-se-iam, formando a Coligação, visando às eleições para Câmara dos Deputados, para a renovação do terço no Senado e para a vaga aberta na Câmara Alta, com a morte de Octacílio de Carvalho Camará.

Apesar da vitória eleitoral, a calma duraria pouco. Em 1922, a mais importante força da política da cidade, a AR, viveria uma crise, culminando na saída de Paulo de Frontin e de outros elementos que se opuseram ao apoio dado pelo partido à candidatura de Arthur Bernardes para o pleito presidencial de março de 1922.

Caminhando para o final dos anos 1920, em 1927, Frontin estaria à frente da Coligação (organização formada por egressos da AR). A política partidária carioca veria ainda o surgimento de mais dois novos partidos: o Partido Democrático do Distrito Federal (PD do DF) e o Bloco Operário (BO).

Tanto o aparecimento do PD do DF quanto a fundação do BO devem ser entendidos dentro de um contexto mais amplo, marcado pela emergência dos setores médios urbanos, pela defesa por uma maior participação no processo eleitoral, pelas críticas às práticas que davam forma ao sistema político vigente e pela defesa de demandas dos trabalhadores, este último no caso do BO.¹⁹

Cabe aqui, após o desenho dessa dinâmica partidária da cidade e do estado do Rio, retomarmos as questões destacadas no início do texto.

Questões

Qual a função e o papel desempenhado pelos partidos políticos na Primeira República? Que configuração essas organizações assumiram?

Foram múltiplas as funções desempenhadas pelos partidos políticos aqui abordados. É possível elencar pelo menos cinco mais evidentes: a de promotor de coesão de grupamentos políticos; a de organizador de votos; a de criador de recursos para os pleitos; a de veículo de acesso a cargos de representação e a de instrumento de divulgação de programa político.

No estado e na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, os partidos funcionaram primeiramente como instrumentos de promoção de coesão de grupamentos políticos. A carta de Amaro Cavalcanti (prefeito do Distrito Federal na ocasião) enviada a Frontin no contexto de criação da AR é ilustrativa: “...Esta é para congratular-me com V Ex^a pelo modo, criterioso e

¹⁹ O PD do DF se concentrou no combate às práticas políticas tradicionais, a exemplo do congênere paulista e do nacional, ambos criados no ano anterior, tendo à frente, respectivamente, Antônio Prado (pai do prefeito da cidade do Rio no período, Prado Jr.) e Assis Brasil.

altamente inteligente, pelo qual está unificando sob a sua chefia política os bons elementos do Districto Federal.”²⁰ Vale esclarecer que, por bons elementos, se entende as chefias políticas da cidade.

Na ótica dos missivistas, o partido era percebido como um espaço de congraçamento, como um lugar de construção de alianças.²¹ A pergunta que se coloca é por que essa meta foi tão perseguida?

O expressivo volume de cartas nos arquivos examinados não deixa dúvida: porque havia muita competição nas eleições. A competição englobava não apenas adversários políticos, mas aliados, que competiam entre si. Reunir os expoentes eleitorais em uma mesma sigla diminuía as incertezas dos pleitos na medida em que conjugava esforços, sintonizando a participação dos membros nas diferentes etapas do processo eleitoral, que incluíam a composição das mesas, o alistamento dos eleitores, a formação das chapas, o controle sobre os votos, as eleições, a apuração e o reconhecimento dos eleitos.

Nem sempre, no entanto, esse papel de organizador de expoentes eleitorais foi desempenhado com êxito. Havia, uma espécie de dicotomia entre a maneira como os partidos eram representados e a prática política desses atores, conforme fica evidenciado nos trechos das duas missivas a seguir. A primeira foi enviada no período de reorganização do PRRJ, mediante o aumento do número de membros da comissão executiva do partido, de cinco para sete, visando à abertura para membros da oposição. Nilo e seu grupo se empenhavam para tornar o partido hegemônico na política fluminense já que, em janeiro de 1904, seria iniciado seu mandato no governo do estado e seriam realizadas eleições para a Assembleia Legislativa fluminense e para as Câmaras Municipais. Já a segunda missiva foi escrita no contexto das eleições federais de janeiro de 1906.

...Cada vez mais me convenço que o nosso partido está composto de tipos que querem fazer uma pilhagem vergonhosa. (Carta enviada por Honório Pacheco a Nilo Peçanha, em 08/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

Apesar dos esforços que tenho feito deante dos meus amigos, neste município, e commigo mesmo para fazer desaparecer a má impressão que nos deixou a conducta do Dr. Themístocles, sempre hostil a nós, não consegui totalmente convencer os da conveniência de darmos votação igual a esse nome, e agora ele próprio acaba de anular os meus esforços continuando a alimentar a esperança, já perdida entre os meus adversários, e procurando despertar a actividade política que tinham abandonado e, portanto, embaraçado desde o início a ideia de congraçamento do município... (Carta enviada por Sérgio Pitta a Nilo, em 19 de janeiro de 1906. Arquivo Nilo Peçanha, lata 5, pasta 2).

²⁰ Carta enviada por Amaro Cavalcanti a Paulo de Frontin, em 8 de fevereiro de 1918. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 39.

²¹ Ver cartas de Henrique José, Henrique Borges e Aureliano Alvares, enviadas a Nilo Peçanha em 26/07/1906, 25/12/1903 e 07/12/1909, respectivamente. Arquivo Nilo Peçanha, lata 6, pasta 1; lata 2, pasta 2; lata 10, pasta 2.

Um dos fatores que dificultava as articulações políticas no período era a forma direta e pessoal como os acordos eram feitos, passando em geral pelo crivo de Nilo ou Frontin. Outro problema que parece não ter sido resolvido foi o de como abrir espaço para setores da oposição no partido sem o comprometimento daquela que seria a função principal (o conagraçamento). Fazer acordos implicava em conceder aos novos membros benesses das quais antigos correligionários, muitas vezes, não estavam dispostos a abrir mão, o que justifica a constante troca de siglas observada no período.

O conteúdo das cartas a seguir, enviadas em conjunturas diferentes, é elucidativo a esse respeito:

A composição da Comissão Executiva com elementos de um e outro grupo político dará a ideia de uma aliança, não estranho que justamente o 4º distrito dê dois representantes, um enfraquecendo o outro, e não estranho porque sei que conheces o meu ânimo tolerante e conciliador e com certeza V. teve esta circunstância em mente quando assim resolveu... (Carta enviada por Henrique Borges a Nilo Peçanha, em 25 de dezembro de 1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

...Essa tem por fim de felicitar calorosamente V. Excia por ter tido a presciência de anular os esforços empregados pelo Judas do Ingá, João Baptista e M. Carvalho no pseudo acordo político, cujo fim eles segredavam com a maior desfaçatez, era esfacular o partido que acompanha V Excia e ao mesmo tempo desprestigiá-lo.²² (Carta enviada por Aureliano Alvares a Nilo Peçanha em 07/12/1909. Arquivo Nilo Peçanha, lata 10, pasta 2).

O primeiro relato, de Henrique Borges, foi produzido no período de reestruturação do PRRJ, pouco antes de Nilo assumir o Executivo estadual, em janeiro de 1904. O segundo se insere no contexto de acirramento da disputa política fluminense entre Nilo Peçanha e Alfredo Backer, governador do Rio no período, em função das eleições para a ALERJ e para as Câmaras Municipais.

Nilo ocupava desde junho de 1909 a presidência da República. Distanciara-se, assim, da política estadual. Mediante essa brecha, Backer articulou-se com chefias locais e, utilizando as prerrogativas do cargo, construiu importantes alianças, sobretudo em Petrópolis. O embate político entre os grupos chefiados por Nilo e Backer atingiu níveis poucas vezes observados. Envolveu pedidos de *habeas corpus* preventivo a favor de eleitores e mesários e o envio de força federal para municípios fluminenses sob a justificativa de fazer cumprir o dispositivo legal. O episódio evidencia duas práticas importantes do período: a força dos governadores e consequentemente o poder de barganha do situacionismo estadual com chefias locais; e a atuação de Nilo Peçanha como um típico chefe oligarca do período, que, embora afastado temporariamente dos embates da política regional, utilizou o cargo de Presidente da República para assegurar a sua base política no estado do Rio, ameaçada com as pretensões de Backer. Em resposta, Backer enviaria longo telegrama a

²² O Judas do Ingá a quem o missivista faz referência é Alfredo Backer, governado eleito com apoio de Nilo Peçanha que se tornou oposição ao mesmo. Por isso, passou a ser chamado de *Virabosta*. Vira-bosta é um passarinho que se apropria do ninho de outro.

Nilo, em protesto à ação federal no território fluminense (Pinto 1998, 137).

Um outro fator que alimentava dissensões era não ter indicados incluídos na chapa oficial do partido ou não ser indicado para a comissão executiva. A carta de Otávio da Rocha Miranda a Paulo de Frontin, em 1919, mostra seu desapontamento nesse sentido. Nela, o chefe político da freguesia de Inhaúma comunicava a entrega do cargo de membro da comissão executiva da AR, pouco mais de um ano após a sigla ter sido criada, apresentando como explicação o estabelecimento de compromissos à sua revelia, tendo o partido assumido posições sem sua prévia consulta e em sacrifício de *direitos adquiridos*.²³ O mesmo pode ser dito em relação à longa missiva do advogado Flávio Silveira explicitando seu descontentamento por não ter sido indicado para a comissão executiva da AR na ocasião da sua criação.²⁴ Casos como esses produziam dois tipos de resultado: a perda do prestígio político do indicador e/ou sua saída da agremiação.

Um dado importante é que, na amostragem de cartas utilizadas no acervo Nilo Peçanha nas conjunturas eleitorais do início do século XX, o tema partidos aparece em menos de 10% das missivas, a despeito de todas as articulações que antecediam os pleitos. As temáticas mais recorrentes nas cartas dos dois arquivos dizem respeito às fases de arregimentação de aliados, formação das chapas, informes sobre situação política, denúncias de fraudes e solicitação de favores por serviços políticos prestados (Pinto 1998; Martins 2017).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, embora as siglas cariocas também não tenham firmado identidades políticas mais nítidas, não se observou algo parecido. Trocar de partido não foi raro entre lideranças da cidade. Augusto de Vasconcelos pertenceu ao PRF e ao PRDF. Paulo de Frontin foi do PRDF antes de fundar a AR e, em 1927, passou a fazer parte da Coligação. Mas não houve caso de um mesmo grupamento político, identificado com um projeto, migrar de uma sigla para outra sistematicamente, conforme observado no caso fluminense.

Por outro lado, a lógica da busca do congraçamento também foi perseguida e nitidamente funcionava para ordenar o campo político carioca, que se via às voltas com um adversário particular de peso: o governo federal.²⁵ Assim, reunir influências políticas em um partido foi importante estratégia para frear as investidas intervencionistas do governo federal no campo político carioca,

²³ Carta enviada por Otávio da Rocha Miranda a Paulo de Frontin, em 30 de setembro de 1919. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 70.

²⁴ Carta enviada por Flávio Silveira a Paulo de Frontin, em 28 de agosto de 1918. Arquivo Paulo de Frontin, lata 18, documento 44.

²⁵ O controle de serviços urbanos e a elaboração de dispositivos de lei que modificavam o formato político-administrativo do Distrito Federal foram importantes estratégias do governo federal para limitar a autonomia política da cidade. No tocante à legislação, foi recorrente a ampliação das prerrogativas da Prefeitura, transformada em eixo central da administração da cidade, em detrimento do raio de poder do legislativo local.

garantindo maior espaço de ação para os grupos políticos locais e limitando o varejo político (Veneu, 1989, 57).

Mas o conagraçamento era também um meio importante para a arregimentação do eleitorado, segunda função observada dos partidos. Não à toa, em momentos de reorganização de partidos, além de propostas de ampliação de comissões executivas (expediente utilizado para cooptar adversários, assim como a incorporação de nomes nas chapas oficiais), a mobilização em torno da criação de diretórios era frequente. Os diretórios eram uma espécie de núcleo de enraizamento do partido, organizando as chefias, e, conseqüentemente, porta de acesso ao eleitorado, conforme é possível perceber nas cartas de Fernando Ferraz e de um correligionário de Nilo Peçanha de São Sebastião do Alto no contexto anterior às eleições estaduais e municipais que seriam realizadas em 31 de janeiro de 1904:

Ao Exmo amigo e chefe Dr. Nilo Peçanha, Francisco Ferraz lembra a conveniência de ser organizado o Directório de Valença sob as bases adaptadas. A oportunidade em política é fator importante; urge, pois, aproveitar o actual momento político, que, com a organização do Directório nos dará a unanimidade n'este município. (Carta de Fernando Ferraz enviada em 05/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

...Junte vista a 2ª via da cópia do partido Republicano de S. Sebastião do Alto, que com os principais elementos constituímos, e que incontestavelmente temos a quase unanimidade do eleitorado... (Carta de Antônio (sobrenome ilegível) enviada em 19/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 2).

Infelizmente, a correspondência dos arquivos analisados não traz muitas informações sobre os diretórios, a não ser informes de fundação e indicação de composição e posicionamento eleitoral.²⁶

Como desdobramento da função de promoção de coesão política, agregar votos controlados por chefes políticos era um importante papel dos partidos e preocupação frequentemente observada, sobretudo em conjunturas de maior competição entre grupamentos, ou seja, com a proximidade dos pleitos. O que implica em dizer que os partidos tinham uma função eleitoral pronunciada: “O partido que vos presta apoio é aqui representado por mais de 60% do eleitorado, porem o entusiasmo partidário será diminuído no pleito de 30 caso não entre na chapa o Dr. Mattos Pitombo.” (Carta de Antônio Valentino e Mário de Souza enviada em 11/01/1909. Arquivo Nilo Peçanha, lata 8, pasta 1.). O conteúdo da missiva, assinada por dois correligionários de Nilo no período de articulações para o pleito federal de 1909, indica ainda outra questão que será abordada mais adiante: os desafios enfrentados pelas organizações.

No que diz respeito à arregimentação do eleitorado, a produção acadêmica, desde a

²⁶ Ver carta de Zacarias Machado da Cunha enviada em 31/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha, lata 2, pasta 1.

publicação do clássico *Coronelismo, enxada e voto* (Leal 1949), tem destacado os mecanismos de controle do sufrágio acionados no sistema coronelista. Reunir chefias numa sigla facilitava essa engrenagem política, ajudando muitas vezes nas projeções da matemática eleitoral feitas antes dos pleitos, conforme atesta a correspondência trocada entre os chefes políticos. O trecho da carta a seguir, enviada por um correligionário de Nilo no contexto das eleições para a Câmara Federal, em 1906, é um exemplo nesse sentido:

Hontem regressei de uma grande excursão pelo interior do Município e amanhã empreenderei outra em direção oposta. Vae tudo bem. Para estimular todos os amigos tenho fallado na conquista da hegemonia do districto que caberá a Resende se comparecer unida e forte às urnas, amparando a chapa oficial, do que outros grandes Municípios do districto.

Dispomos aqui de mil votos dos quaes espero comparecerão uma cerca de 800.

...Darei almoço aos eleitores em todas as secções eleitorais do Município... (Carta de Francisco Botelho enviada em 23/01/1906 a Nilo Peçanha. Arquivo Nilo Peçanha, lata 5, pasta 2).

Na cidade do Rio, porém, dada a fragmentação de papéis e domínios sociais, o controle do eleitor representava um desafio maior. Salvo nas áreas dominadas pelas chefias do Triângulo, a matemática eleitoral guardava elementos de maior imprevisibilidade.

Tanto para o estado, quanto para a cidade, reunir as chefias, além de aumentar as chances de vitória eleitoral e, consequentemente, de acesso a benesses por serviços políticos prestados, podia implicar também no terceiro papel desempenhado pelos partidos: o de menor dispêndio com as despesas eleitorais.

Numa época em que não havia justiça eleitoral, as eleições implicavam em gastos altos relacionados ao alistamento, transporte dos eleitores, vestimenta, alimentação, confecção de cédulas, entre outros. Uma carta enviada a Nilo, no contexto das eleições para a Câmara Federal de 1909, espelha essa dimensão:

...Lembro que é necessário providenciar sobre despesas que se hão de fazer com o transporte e alimento dos eleitores de Mauá e Raiz da Serra que alguns moram fóra da secção outros se acham empregados nesta capital. Esta secção é exatamente a do Coronel Thiago que se acha em dificuldade de dinheiro.

Será bom ponderar isto aos candidatos. Por minha parte, darei alguma cousa ao Modesto.

A secção de Raiz da Serra e Mauá regula de duzentos eleitores e a de Bananal e Santo Aleixo, onde haverá despeza a fazer, é de trezentos... (Carta de A. Furtado enviada em 12/01/1909 a Nilo Peçanha. Arquivo Nilo Peçanha, lata 8, pasta1).

O voto propriamente dito também implicava em despesas e possuía preço no mercado político junto a determinados segmentos do eleitorado carioca, que se dividia em eleitores arregimentados (aqueles sob controle de chefias como as do Triângulo) e os independentes (aqueles com maior liberdade de escolha e, portanto, mais disputados). O trecho reproduzido a seguir de uma carta enviada a Paulo de Frontin relativa às eleições para Câmara Federal e Senado em

fevereiro de 1921 é bastante eloquente em relação a esse segundo grupo:

Levo ao vosso conhecimento que preciso de 1000 chapas para senador e 1000 para deputados. Dr. Frontin, os eleitores não irão votar sem que dê a eles dinheiro, muitos deixam de ir votarem como na eleição de Dr. Sampaio Corrêa pois que ele so deu-me no dia da eleição 100\$000 e que os eleitores quizeram me agredir como o Dr. devia ter sabido, foi V. Excia. que mandou que eu desse almoço e que depois pagou. (...) Eu sei que torno importuno mas eu que trato deste serviço quero que V. Excia. me dê o que tem que dar porque elles do contrário não irão às urnas; até um 1º escripturário quer dinheiro e eu tenho que entregar cédulas e dinheiro; na eleição passada gastei meu 300\$000 com a eleição de Dr. Sampaio Corrêa. Agora tenho quatrocentos e tantos eleitores a 5 ou 10\$000 que é quanto monta cada um eleitor... (Carta de Augusto Moreira Zebal a Paulo de Frontin, datada de 15 de fevereiro de 1921. Arquivo Paulo de Frontin, lata 19, documento 16).

A exemplo da carta de Augusto Zebal, espécie de braço direito de Frontin nas eleições, existem registros no arquivo Paulo de Frontin sobre contabilidade eleitoral e os valores direcionados não apenas para chefias e eleitores, mas jornais, revistas, centros acadêmicos, agremiações carnavalescas da cidade (sociedades, ranchos e blocos), entre outros (Arquivo Paulo de Frontin, lata 28, documento 41).

Além de colaborar na gestão de despesas eleitorais, a quarta função exercida pelos partidos foi o de veículo de acesso a cargos de representação. Ter seu nome indicado na chapa de um partido, principalmente se esse partido fosse situacionista, aumentava consideravelmente as chances de um candidato ser eleito. Embora a inscrição em um partido não fosse condição para lançamento de candidaturas (havia a opção de candidaturas avulsas), siglas partidárias situacionistas podem ser pensadas como carimbos para o ingresso de um aspirante à representação política.

Por fim, a defesa de plataformas políticas foi outra função desempenhada pelos partidos, conforme já assinalado. Nesse sentido, a ideia de que os partidos no período tinham apenas um caráter eleitoral deve ser relativizada. Basta mencionar que dois governadores do estado do Rio, Alberto Torres e Nilo Peçanha, foram eleitos pelo PRF, mas, em seguida, romperam com o partido que os elegera para dar forma a uma agremiação que servisse de base política para suas respectivas gestões e projetos políticos (Ferreira 1994, 125; Pinto 1998, 71). No caso da cidade do Rio, a defesa da autonomia político-administrativa do Distrito Federal foi um componente permanente nas plataformas dos partidos, mas que assumiu significados diversos, variando de partido para partido. Os partidos cariocas divergiam basicamente em relação à defesa ou não da manutenção do Rio como sede da capital da República. A AR, sob a liderança de Frontin, propunha a ideia de transferência da capital por considerá-la dispendiosa e prejudicial aos negócios da cidade (Pinto 2011, 102).

Servir de esteio ao governo e dar visibilidade a programas políticos foi uma diretriz que comandou não só a criação de novos partidos como também a reorganização de partidos já existentes. O exemplo a seguir é bastante ilustrativo a esse respeito. Em dezembro de 1903, a

comissão executiva do PRRJ foi reorganizada. O objetivo era ampliá-la de cinco para sete membros. A manobra visava a abrir espaço para oposição, cooptando adversários políticos, para, no ano seguinte, aprovar o projeto de governo de Nilo Peçanha. O interessante no expediente adotado foi que a incorporação de opositores não comprometeu o domínio das forças situacionistas — pelo contrário. A frase de Francisco Botelho, político de Resende, é reveladora nesse sentido: “...A Comissão é constituída por amigos do governo, não tem o direito de levantar nomes declaradamente hostis à situação...”²⁷.

Respondendo à questão sobre que tipo de configuração essas organizações assumiram no período, é razoável afirmar que foi a de grupamentos de expoentes políticos, de notáveis, embora muitas vezes, como no caso de lideranças municipais do estado, essa notoriedade não tenha ultrapassado a localidade onde eram influentes. Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, esses grupamentos contavam com dois tipos de expoentes políticos, uns de perfil mais paroquial, como foi o médico e senador Augusto de Vasconcelos, e outros com perfil mais cosmopolita, como o festejado engenheiro, presidente perpétuo do Clube de Engenharia, e senador Paulo de Frontin (Freire 2000; Pinto 2011).

Que desafios com frequência enfrentaram as organizações partidárias aqui abordadas?

Muitos foram os desafios enfrentados pelos partidos do estado e da cidade, conforme vimos até aqui. Na lista, pode ser incluída a instabilidade de acordos entre membros, o personalismo, o caráter sazonal, as dificuldades nas relações entre governo e partidos e, consequentemente, o não equacionamento da questão sobre qual deveria ser a instância definidora de ação política: o partido ou o governo?

As eleições na Primeira República acirravam a disputa política e os partidos se viam às voltas com a necessidade de refazer os acordos políticos, o que muitas vezes conjugava ampliação de bases (com incorporação de antigos adversários) concomitante à perda de tradicionais aliados, conforme demonstrado. O personalismo das lideranças partidárias — traço marcante nas experiências das siglas fluminenses e cariocas — era um ponto que fragilizava os partidos. Por outro lado, estava em sintonia com o modelo oligárquico vigente. Já o caráter sazonal dos partidos explica-se em função de ganharem maior evidência em períodos eleitorais. Finalmente, a questão sobre a instância definidora da ação política (governo ou partido) foi um problema enfrentado pelas siglas fluminenses, não fazendo parte do universo de desafios dos partidos cariocas dada a especificidade da dinâmica política da cidade.

²⁷ Carta enviada por Francisco Botelho em 20/01/1903. Arquivo Nilo Peçanha, lata 1, pasta 2.

Por outro lado, conforme já observamos, no caso do Distrito Federal, havia mais um componente: a ação desarticuladora do governo federal, já que não era interesse do governo federal conviver com uma força política local organizada no espaço da capital.

E como pode ser pensada a relação com os eleitores? Para os eleitores, a referência partidária era fundamental?

Sobre essas indagações, nos limitaremos a tecer apenas alguns comentários. A primeira é mais difícil de ser tratada com o tipo de fonte utilizada. As missivas fornecem informações fragmentadas; iluminam a relação de Nilo e Frontin com chefes políticos e com algum tipo de controle eleitoral, mas, salvo em alguns casos de eleitores que pedem empregos, não esclarecem muito a respeito da relação partidos e eleitores. Seria necessário ter acesso a atas partidárias para aprofundar a questão, o que não é possível em se tratando dos acervos utilizados.²⁸

É possível afirmar, no entanto que, no período, conforme vimos, os partidos fundavam diretórios municipais para organizar a chefias locais que, por sua vez, arregimentavam eleitores. Uma vez fechada a composição da chapa oficial para os pleitos, os partidos as anunciavam na imprensa e entre seus eleitores. Era comum também a publicação das cédulas para o dia das eleições, mas não se ia além disso. A relação chefe político/eleitor ganha mais evidência nas correspondências do que a relação partido/eleitor.

No estado, os eleitores votavam nos candidatos indicados pelas chefias políticas que, no dia das eleições, muitas vezes os vestiam, transportavam, alimentavam e que lhes distribuíam os envelopes com as cédulas. Na cidade, a escolha do candidato também não refletia exatamente vínculos partidários. Irineu Machado, um dos mais importantes expoentes da política municipal, pode ser tomado como um exemplo nesse sentido.

O advogado carioca, que afirmava ser socialista, em 1903 foi eleito pelo PRDF, em 1909 militava no Partido Liberal de Rui Barbosa, em 1916 fazia parte do Partido Autonomista e assim por diante. Ele ganhou inclusive a fama de destruidor de partidos, já que, por onde passava, tempos depois a organização entrava em declínio. Mesmo compondo com forças políticas diversas, Machado nunca deixou de ser um dos políticos cariocas que apresentava os maiores índices de votos nas eleições (Pinto 2016, 278), conseguindo inclusive se eleger pela bancada mineira, para a legislatura de 1912 a 1914. Da mesma forma, a correspondência passiva de Paulo de Frontin está repleta de relatos de correligionários que firmam sua lealdade e vinculam seu voto à liderança do

²⁸ O pesquisador que trabalha com o tema partidos políticos na Primeira República sabe que é muito difícil localizar as atas. Em geral o que há está pulverizado em arquivos privados. O caminho mais frequente de busca de dados, tanto sobre a composição das chapas quanto dos programas, é a imprensa.

engenheiro e não ao partido ao qual estava vinculado, o mesmo ocorrendo com Nilo Peçanha.

Considerações finais

Talvez seja interessante retomar aqui quatro critérios utilizados na Ciência Política para a definição de partidos: a duração no tempo, ou seja, a existência maior do que a vida de seus fundadores; a extensão no espaço, o que pressupõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações; a aspiração ao exercício do poder, o que implica na existência de um projeto; e a vontade de buscar apoio popular (Charlot 1982).

Aplicando esses critérios para os partidos políticos do estado e da cidade do Rio na Primeira República, vimos que longevidade não foi regra. Sazonalidade foi o principal traço observado. Quanto à extensão no espaço, é possível afirmar que o federalismo, o positivismo e o pensamento autoritário funcionaram como obstáculos para uma dinâmica política baseada em partidos nacionais. Por outro lado, os partidos republicanos esforçaram-se para organizar diretórios locais e promover o alistamento de eleitores, com o fim de evitar o varejo político. Em se tratando de aspiração para exercício de poder, embora não tenhamos analisado os programas partidários, ao menos no momento de lançamento, os partidos apresentavam suas plataformas. Por outro lado, nelas não eram detectadas diferenças de fundo ideológico, salvo raras exceções, e um indício claro a esse respeito foram as constantes migrações de partido feitas por lideranças no período. Tais defecções eram na maioria das vezes motivadas por divergências em torno da indicação de nomes nas chapas oficiais e/ou resposta ao não reconhecimento por serviços políticos prestados. São inúmeros os relatos nesse sentido na correspondência analisada.

Finalmente, a busca de apoio da população, ou seja, a preocupação constante em arregimentar eleitores, esteve presente. O que mostra que, embora estivéssemos diante de um modelo oligárquico, a garantia de algum tipo de legitimidade para o sistema foi buscada, revelando-se ação importante na engrenagem do funcionamento da dinâmica política.

Parece razoável afirmar que não há descompasso entre a forma como os partidos funcionavam e o sistema político vigente, pois estamos diante de um modelo oligárquico. Embora os sistemas oligárquicos sejam assentados em diferentes configurações sociais, neles o governo é controlado por poucos, há virtual ausência de eleitores e é prática corrente a apropriação privada de recursos públicos, ou seja, não há maior distinção entre o que é público e o que é privado.

Conforme indicamos na introdução, a utilização dos arquivos de figuras de proa da política fluminense e carioca nas duas primeiras décadas do século XX teve como objetivo fornecer subsídios para a compreensão da função, do papel, da configuração assumida, dos desafios

enfrentados pelos partidos e tecer algumas considerações sobre a relação estabelecida com os eleitores na Primeira República. Não há dúvidas que Nilo Peçanha e Paulo de Frontin são figuras muito diferentes. O primeiro exerceu por dois mandatos a chefia do Executivo estadual (1904–06; 1914–1916), foi vice-presidente (1906–1909), presidente da República (1909–1910) e Senador, entre outros. Foi também personagem central na Campanha da Reação Republicana (1921–1922), que em sua plataforma política propôs inovações importantes para a política nacional (Ferreira 2022). Por outro lado, em se tratando de sua ação a nível estadual, atuou como um típico oligarca de sua época. Já o engenheiro Paulo de Frontin, transitou nos universos acadêmico (era professor da Escola de Engenharia), empresarial (era sócio de Campos Sampaio na Cia Melhoramentos do Brasil e presidente perpétuo do Clube de Engenharia) e político (foi deputado federal, prefeito e Senador pela representação carioca). Enquanto Nilo atuou num cenário marcado por oligarquias, Frontin moveu-se num campo marcado pela forte presença do governo federal e dos chefes políticos das freguesias da cidade. Talvez o ponto que mais os aproxime seja o empenho na construção e reconstrução de partidos, além do fato de que deixaram acervos muito ricos que nos permitem acesso a formas de se fazer política no seu tempo.

As considerações aqui traçadas, com base nos casos fluminense e carioca, não esgotam o tema. São apenas um exercício de reflexão, um esforço de identificação de elementos que acreditamos poderem ser observados em outras experiências partidárias regionais, configurando uma dinâmica marcada por características que, longe de constituírem exceções, muito provavelmente revelam uma tendência corrente e apontam para um dado muito importante: a competição política. Esse aspecto merece destaque porque coloca sob suspeita a ideia arraigada de que a política na Primeira República pode ser resumida a um jogo de cartas marcadas. Mas, para avançarmos nessa discussão, é necessária a ampliação da produção de estudos sobre PRs estaduais.

Referências bibliográficas:

- Abreu, Alzira Alves de, e Christiane Jalles de Paula, org. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2015. E-book.
- Abreu, Alzira Alves de, e Christiane Jalles de Paula, org. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2014.
- Berstein, Serge. “L’historien et la culture politique”. *Vingtième Siècle, Revue d’histoire*, n. 35, (1992): 67-77.
- Berstein, Serge. “Os partidos políticos”. Em *Por uma história política*, org. René Remond, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Boehrer, George. *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1954.
-

Charlot, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

Couto, Felipe Rabelo. “Elite política em movimento: Ministros de Estado e poder político na Primeira República”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Bens Culturais — CPDOC/FGV, 2022.

Carvalho, José Murilo de. “Cidadãos inativos: A abstenção eleitoral”. Em *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Carvalho, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 40, n. 2, (1997): 229-250.

Casalechi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Dal Forno, Rodrigo L. “Como se em política fosse possível agir sem artimanha, sem o senso de oportunidade: O processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)”. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

Diniz, Eli. “Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: Um balanço histórico”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 32, n. 3, (1989): 323-339.

Duverger, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1980.

Ferreira, Marieta de Moraes. “Fragmentação política e questão partidária”. Em *Em Busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*, Marieta de Moraes Ferreira, 117-140. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

Ferreira, Marieta de Moraes. *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

Ferreira, Marieta de Moraes. *1922: O passado no presente: Permanências e transformações*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV/FAPERJ, 2022.

Figueiredo, Vitor Fonseca. “Voto e competição política na Primeira República: O caso de Minas Gerais”. Tese de doutoramento, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

Freire, Américo. “A república carioca”. Em *Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*, Américo Freire. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Katz, Richard, e Peter Mair et al. “The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990”. *European Journal of Political Research*, n. 22, (1992): 329-345.

Lessa, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.

Michels, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

Pena, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: O florianismo e a construção da república*. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

Pinto, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Pinto, Surama Conde Sá. “As siglas da política carioca”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 429, (2005): 143-170.

Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... O jogo político na antiga capital Federal*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.

Resende, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: O novo PRM (1889–1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

Ricci, Paolo, e Jaqueline Zulini. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: A tônica das eleições na Primeira República”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 57, (2014): 443-479.

Santos, Felipe Martins dos. “Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

Souza, Maria do Carmo Campello de. “O Processo Político-Partidário na Primeira República”. Em *Brasil em Perspectiva*, org. Carlos Guilherme Mota, 162-226. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Veneu, Marcos Guedes. “Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895.” *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 30, n. 1, (1987): 45-72.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. “Minas de dentro para fora”. *Locus, Revista de História*, 5, n. 2, (1999): 89-99.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro e Almino Alencar, org. *A república revisitada*. Porto Alegre: Ed. PUC, 2016.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro e Vitor Fonseca Figueiredo. “Eleições na Primeira República: Uma abordagem alternativa acerca da participação popular”. *Locus, Revista de História*, 25, n. 2, (2019): 12-36.

Wirth, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Witter, José S. *Partido Republicano Federal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Zimmermann, Maria Emília Marques. “O PRP e os fazendeiros de café”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1987.

Fontes:

Arquivo Nilo Peçanha – Museu da República.

Arquivo Paulo de Frontin – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Recebido: 05 de agosto de 2024

Aprovado: 13 de março de 2025

**A Classe Militar no século XIX:
A imprensa como campo de discussão e definição da instituição militar**

*The Military Class in the 19th century:
The press as a field of discussion and definition of the military institution*

*La clase militar en el siglo XIX:
La prensa como campo de discusión y definición de la institución militar*

Fernanda de Santos Nascimento*

<https://orcid.org/0009-0009-5509-6517>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o discurso dos periódicos militares ao longo do tempo, relacionado as ideias expostas pelos redatores e sua relação com a caracterização da classe militar. O período que se estende de 1850 a 1881 foi um profícuo período para a imprensa militar, quando uma série de periódicos foram lançados. A hipótese central deste artigo é que a imprensa militar, durante o XIX, foi um importante canal de disseminação de ideias sobre o que é ser militar em um momento em que não há um discurso efetivamente institucional. Na falta deste discurso é a imprensa militar que parece assumir este papel. Para além, a oposição com a classe política é também determinante na formação do discurso. Observa-se uma participação relevante de oficiais egressos da Escola Militar nestes periódicos, dado que pode ter ligação com o próprio tipo de discurso veiculado por esta imprensa. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo para organização do corpus documental. A imprensa torna-se, portanto, porta voz de um longo processo de profissionalização das forças armadas brasileiras.

Palavras-chave: Imprensa Militar. História Militar. Segundo Reinado.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the discourse of military periodicals over time, related to the ideas exposed by the editors and their relationship with the characterization of the military class. The period stretching from 1850 to 1881 was a fruitful period for the military

* Professora substituta de História na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus Jaguarão. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisas em História Militar, Política e Sociedade, ligado a UESPI. Conduz pesquisas no âmbito da formação do estado nacional, da formação da instituição militar e da imprensa no Oitocentos. Email para contato: fernandaisrael@gmail.com

press, when a series of periodicals were launched. The central hypothesis of this article is that the military press, during the 19th century, was an important channel for disseminating ideas about what it means to be a soldier at a time when there was no effectively institutional discourse. In the absence of this discourse, it is the military press that seems to assume this role. Furthermore, opposition to the political class is also decisive in the formation of discourse. There is a significant participation of officers who graduated from the Military School in these periodicals, as this may be linked to the type of discourse conveyed by this press. The methodology used was Content Analysis to organize the documentary corpus. The press therefore becomes the spokesperson for a long process of professionalization of the Brazilian armed forces.

Keywords: Military Press. Military History. Second Reign.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar el discurso de los periódicos militares a lo largo del tiempo, relacionado con las ideas expuestas por los editores y su relación con la caracterización de la clase militar. El período que va de 1850 a 1881 fue un período fructífero para la prensa militar, cuando se lanzaron una serie de publicaciones periódicas. La hipótesis central de este artículo es que la prensa militar, durante el siglo XIX, fue un canal importante para difundir ideas sobre lo que significa ser soldado en una época en la que no existía un discurso efectivamente institucional. En ausencia de este discurso, es la prensa militar la que parece asumir este papel. Además, la oposición a la clase política también es decisiva en la formación del discurso. Existe una participación significativa de oficiales egresados de la Escuela Militar en estas publicaciones periódicas, lo que puede estar relacionado con el tipo de discurso que transmite esta prensa. La metodología utilizada fue el Análisis de Contenido para organizar el corpus documental. La prensa se convierte así en portavoz de un largo proceso de profesionalización de las fuerzas armadas brasileñas.

Palabras clave: Prensa Militar. Historia militar. Segundo Reinado.

Como citar este artigo:

Nascimento, Fernanda de Santos. “A Classe Militar no século XIX: A imprensa como campo de discussão e definição da instituição militar”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 204-228.

Introdução

Em 1855 havia, no Rio de Janeiro, a publicação de três periódicos militares: *O Militar*, *O Militar Brioso* e a *Revista Marítima Brasileira*. Na Bahia, no mesmo ano, estava sendo publicado o periódico *O Brasil Marítimo*. Todos estes periódicos tinham um ponto em comum: estavam voltados à classe militar, isto é, posicionavam-se como sendo a voz dessa classe na arena da imprensa. Na década de 1860 surgem outros periódicos de temática similar: *O Militar* (1859-1861, RJ), *O Athleta* (1860, PE), *Annaes Marítimos* (1861, RJ), *Revista Militar* (1862-1863, PE), *O Brado Militar* (1863, PE),

O Indicador Militar (1862-1863, RJ), *O Soldado e o Marinheiro* (1869, RJ). Nas décadas seguintes, até o final do século outros foram publicados como *A Alvorada* (1878-1879, RS) e o *Echo Militar* (1879, AM), além da *Revista Militar Brasileira*, editada no Rio de Janeiro, em 1878. Em 1881, é lançado no Rio de Janeiro *O Soldado* e, no mesmo ano, a *Tribuna Militar*.

O fenômeno não é incomum: observa-se a participação de militares na imprensa e a publicação de periódicos desde os anos 1830. A frequência, bem como a qualidade destes periódicos aumenta a partir dos anos 1850 e marca, definitivamente, a participação dos militares brasileiros na arena da imprensa (Nascimento, 2015). Esta tendência será verificada não apenas no XIX, mas permanecerá de forma ativa também no século XX, permitindo que possamos compreender a existência de um campo de pesquisa, cujo objeto principal é a imprensa militar.

Logo, assinalamos aqui a existência dessa imprensa caracterizada, sobretudo, pela produção de periódicos voltados para a classe militar, que constroem discursos e buscam levar essa interessante temática para a sociedade. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar o discurso destes periódicos ao longo do tempo, sobretudo em relação à caracterização da classe militar. O período que se estende de 1850 a 1881 foi profícuo para a imprensa militar, quando uma série de periódicos foram lançados. Duas questões balizaram nossa pesquisa: Como é formado o discurso ao longo do tempo? Quais são as características atribuídas e necessárias a um militar do século XIX, na opinião dos redatores dos periódicos?

A hipótese central deste artigo é que a imprensa militar, durante o XIX, foi um importante canal de disseminação de ideias sobre o que é ser militar e sobre a própria instituição militar no período. Na falta de um discurso que fosse, de fato, institucional, é a imprensa militar que busca assumir este papel. Observa-se uma participação relevante de oficiais egressos da Escola Militar, dado que pode ter ligação com o próprio tipo de discurso veiculado por esta imprensa. Este dado é importante, sobretudo, se pensarmos no relevante papel exercido pela Escola Militar para a formação do oficialato – já que a partir de 1850 passa a ser obrigatória a formação aos aspirantes à carreira militar. A relação com a Escola Militar pode ajudar a explicar, também, por que é somente a partir da década de 1850 que os periódicos ganham relevância. Utilizando-se a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin 2007) é possível perceber que o discurso dos periódicos não sofre muitas mudanças ao longo do recorte temporal desta pesquisa.

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior, que busca identificar e categorizar os periódicos escritos por militares no século XIX, no Brasil. A imprensa militar ganhou pouca – ou quase nenhuma atenção – na historiografia sobre militares nos últimos anos. Em que pese trabalhos como de John Schulz (1994) e Adriana Barreto de Souza (1999) que utilizaram periódicos em suas

análises, além das pesquisas promissoras de José Miguel Arias Neto (2013), o periódico é visto como fonte dentro da pesquisa e não como objeto e campo de pesquisa. Assinalamos aqui, portanto, a existência da imprensa periódica militar no século XIX (e entendemos a existência desta imprensa de igual forma no século XX) enquanto campo e objeto de pesquisa.

Uma concepção comum da historiografia brasileira sobre a instituição militar é que foi somente com o fim da Guerra do Paraguai que se desenvolveu, no Exército brasileiro, um espírito de corpo e uma autoestima ligada ao fato de ser militar. Ou seja, tais sentimentos seriam consequência da dura campanha contra o Paraguai (Izecksohn 2002; Castro 1995; Costa 1996; Doratioto 2002). Para John Schulz, é o período pós-guerra que transformou significativamente a relação dos oficiais com a instituição militar, reforçando principalmente sua identidade de grupo (Schulz 1994, 76). É possível que estas concepções tenham relação com uma historiografia que se concentrou em buscar na instituição militar as principais causas da decadência e da falência do modelo imperial. Oliveira Viana (2010), Raymundo Faoro (2001) e Heitor Lyra (1964) já indicavam como a Guerra do Paraguai havia introduzido o discurso de diferenciação entre civis e militares. No entanto, é perceptível que estes autores não se questionaram sobre a possibilidade de que, antes do referido conflito, pudesse haver a construção de um discurso que buscasse sentido na definição de uma *classe militar*. E, ao definir a classe militar, estavam estes redatores buscando afirmar a existência de uma consciência corporativa, um espírito militar—ou espírito de corpo. Este discurso pode ser percebido pela imprensa periódica do período, sobretudo a imprensa militar, formada por egressos da Escola Militar na maioria dos casos.

Logo, a historiografia solidificou a ideia de que os militares – até a Guerra do Paraguai – não possuíam um *ethos* específico e que a crise decorrente do conflito paraguaio é que vai intensificar esta caracterização. Por outro lado, o discurso dos periódicos aqui analisados indica outra possibilidade: os redatores parecem, a todo tempo, insistir em caracterizar a classe militar e, com isso, estabelecer uma identidade institucional, quando o próprio Estado – e a nação brasileira, por consequência – careciam de definições e caracterizações específicas. Importante assinalar que, neste período, não há um discurso oficial de identidade institucional no interior da corporação. Logo, a participação de militares na imprensa e a insistência em caracterizá-la em seus escritos, parece caminhar nesta direção.

Portanto, buscamos aqui analisar os periódicos a partir de categorias específicas criadas no processo de pesquisa e organização do corpus documental. Nosso objetivo é demonstrar como os periódicos criaram um discurso sobre a própria instituição e caracterizaram o ser militar no século XIX. Partindo-se da hipótese de que não há uma institucionalização definida nesse período,

sobretudo no que tange a questão de um exército profissional, acreditamos que a imprensa foi o canal utilizado pelos militares para a construção desse discurso e da própria identidade institucional no XIX.

Apresentando o corpus documental e os periódicos militares

Os periódicos mencionados foram localizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e, também, no acervo da Companhia Editora de Pernambuco que, desde 2023, tem trabalhado na digitalização da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE). A profusão de periódicos militares tem sido apontada pela historiografia como relevante para os estudos sobre a instituição militar no Brasil do Oitocentos (Arias Neto 2013; Nascimento 2015). Os periódicos militares se inserem na dinâmica da imprensa do XIX, que pode ser definida como uma imprensa de combate. Ela difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século (Morel 2005). Muitas vezes, durante o século XIX, um único indivíduo se valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas.

Nesse sentido, como bem apontou Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX” (Luca 2008, 133). A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates, e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da imprensa, interpor-se nos debates da sociedade. A imprensa torna-se um importante canal de disseminação de ideias políticas e debates, ocupando espaço primordial na sociedade do Oitocentos (Alonso 2000). Carvalho acentua como a imprensa teve uma liberdade de atuação no Império jamais vista. Ela atuou como um fórum político alternativo principalmente para a oposição, muitas vezes sem representação na Câmara (Carvalho 2008, 55)

O surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, consequência da modernidade e da própria institucionalização das forças militares, aliado ainda à influência do cientificismo e da ilustração (Assis 2006). Portanto, a existência de periódicos militares era uma tendência mundial. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de *L'Academie Royale de Sciences Militaires de Suède*. Em Portugal, em 1849, surgiu a Revista Militar, comandada, principalmente, por jovens tenentes de engenharia (Assis 2006). O lançamento da revista foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de fevereiro de 1849. Através de seu correspondente

jornalístico em Lisboa, publicava o *Diário* constantes informes e trechos da *Revista Militar* portuguesa em suas páginas.

Estes periódicos internacionais não eram desconhecidos dos militares brasileiros. Muitos periódicos internacionais eram citados pelos redatores militares no Brasil. Em *O Militar*, por exemplo, uma das justificativas para o seu aparecimento é a existência de periódicos similares em outros lugares do mundo (*O Militar* 1854d, 1). Em 1862, o periódico *O Indicador Militar* cita a *Revista Militar* de Portugal (*Indicador Militar* 1862d, 437). A revista é ainda citada em 1881, pelos redatores da *Tribuna Militar* (*Tribuna Militar* 1881b, 2). Em 1869, *O Soldado e o Marinheiro* faz uma referência ao conceituado *Army and Navy Journal*, publicado por militares americanos, desde 1863 (*O Soldado e o Marinheiro* 1869b, 4). E em 1881, o periódico *O Soldado* traz uma transcrição sobre a *Revista Military and Naval*, publicada pelo segundo ano consecutivo na Argentina, em Buenos Aires (*O Soldado* 1881f, 2).

A mesma referência encontrada aos periódicos internacionais é também encontrada para os periódicos nacionais, principalmente naqueles que circularam no mesmo período. Em 1855, o redator de *O Militar Briosso* informa receber uma carta do redator do jornal *O Rio Grandense*, publicado na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (*O Militar Briosso* 1855b, 1). O lançamento de *O Militar* (1854) foi acompanhado pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB 1854a, 5), e o periódico *O Brasil Marítimo*, da Bahia, era lido e reproduzido pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB 1855b, 5-8). Em Recife, *O Athleta* (1860) faz referência ao *Militar*, do Rio de Janeiro e a *Revista Militar* que era publicada no *Diário do Recife* (*O Athleta* 1860a, 2). A redação do *Echo Militar* (1878), de Manaus, agradece a redação de *A Alvorada* (1879), de Rio Grande, pelos números recebidos (*Echo Militar* 1879, 1).

Logo, configurava-se uma rede da imprensa militar baseada em dois pilares: na internacionalização dos escritos, oriundos dos países-modelo, cujas forças armadas eram maiores e mais organizadas; e a nacionalização dos escritos dos militares brasileiros, que circulavam através de redes de acesso, proporcionadas pela constante troca de serviço dos militares entre as diversas províncias do Império. Assim, existia uma rede de contatos possibilitada aos redatores da imprensa militar, tanto pelo conhecimento de periódicos estrangeiros quanto pela referência aos periódicos nacionais. Marco Morel definiu a forma dinâmica como os vocabulários políticos circulavam e eram repetidos pela sociedade, relacionando-se entre si e com o outro, levando à transformação e à interferência dos espaços públicos (Morel 2005, 60). Constitui-se, assim, a imprensa militar como integrante de um espaço público dedicado à discussão de ideias e valores sobre a instituição militar na sociedade brasileira do oitocentos.

A existência dos periódicos militares, tanto no exterior quanto no Brasil, pode ser vista como consequência da profissionalização das forças armadas ocorrida durante o século XIX. E esta profissionalização tem relação não apenas com o cientificismo do período, mas também com a própria centralização do Estado moderno (Creveld 2004). Para Costa, no caso brasileiro, foi o Exército que viabilizou a centralização do Estado, após as reformas regenciais (Costa 1996, 54).

O recorte temporal desta pesquisa justifica-se a partir da constatação de que os periódicos militares passaram a ter maior destaque a partir da década de 1850. Algumas razões apontam para esta conclusão: o desaparecimento das revoltas internas, finalmente encerradas com a vitória do governo sobre os praieiros pernambucanos, em 1848; uma maior profissionalização do Exército, consolidada através de seguidas reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o ministério de Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1849-1853); e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX (Nascimento 2015).

Logo, a década de 1850 foi primordial para o estabelecimento do discurso de formação da classe militar, além de concretizar a construção do Estado imperial e de fortalecimento das prerrogativas do Executivo. Constitui-se ainda como período de centralização das atribuições estatais. Sob direção dos Saquaremas o gabinete de 29 de setembro de 1848 juntou-se, em 1852, com o gabinete do Marquês do Paraná, consolidando a direção conservadora. O objetivo maior de uma série de reformas efetuadas foi a organização de algumas instituições estatais, seguida da reorganização das esferas burocráticas do Estado (Mattos 2004, 152).

A melhor eficácia das forças armadas foi também objetivo dentro das reformas institucionais. Uma grande reestruturação foi efetuada no Exército, começando pela lei de promoções e de acesso ao quadro de oficiais, passando em seguida para a criação do corpo de saúde e a criação das comissões de melhoramento para material. No ensino militar, foi criada uma escola de exercícios práticos de artilharia para a Marinha, e a criação de um curso de infantaria e de cavalaria no Rio Grande do Sul para o Exército. As leis criminais militares também receberam alguns adendos, sobretudo em relação às penas e ao desenvolvimento do processo criminal. O regresso conservador de meados do século procurou responder às forças de descentralização que atuavam no interior do Estado, sobretudo depois da Maioridade (Carvalho 2008).

A década de 1850 nos parece ser o período de formação da identidade militar, que será criada, fundamentalmente, em oposição à existência de uma outra classe, identificada pelos redatores: a classe política. Ao caracterizar como funciona a política nacional, como agiam os políticos e como a monarquia enfrentava o desafio da governabilidade, os redatores dos periódicos constroem um discurso fundamental baseado na antítese das duas classes: se o militar é honrado,

o político é corrupto; se o militar é patriótico, para o político o patriotismo é apenas um elemento eleitoral. Esse discurso será fundamental para a compreensão daquilo que é ser militar, para esses elementos da sociedade.

Para análise do corpus documental foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. O método é bastante pertinente para os estudos de imprensa, pois trabalha com a possibilidade de categorização (Bardin 2007). Para Navarro e Díaz (1995, 191) o recurso da categorização é bastante indicando principalmente a pesquisadores que trabalham com corpus de análise extensos e variados. Logo, duas categorias foram criadas e aplicadas a todos os periódicos: a categoria “características militares” e a categoria “características políticas”. Em todos os periódicos foram localizados trechos que foram distribuídos nestas categorias de análise. O resultado foi organizado em quadros sinóticos e comparativos que possibilitaram uma maior compreensão do esforço dos redatores em caracterizar a classe militar em oposição à existência da classe política. O método permite o caráter exploratório dos textos dos periódicos.

Uma característica comum: a classe militar

A característica comum a todos os periódicos militares estudados aqui é sua ligação com a Classe Militar. Todos os periódicos advogam esta relação que irá guiar seus programas e sua política. A justificativa é sempre dada pela necessidade de existir um periódico que defenda os interesses da classe na arena da imprensa. Logo, a referência à necessidade de existência da imprensa militar é lembrada pelos periódicos:

é bem definida a linha de conduta que cumpre à imprensa Militar guardar: [...] ela servirá para fazer com que a classe inteira aprecie seus direitos, calcule-lhes a extensão, e compreenda precisamente a importante posição que ocupa no Estado (O Militar 1854a, 8).

A nossa missão é árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos ao nosso fim, que não é outro senão levantarmos a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar como dissemos os foros de todos os cidadãos, que indefesos suportam várias preterições em seus direitos (O Militar Briosso 1855a, 4).

[...] a aparição do *Indicador Militar*, que veio representar na imprensa legítimos e bem entendidos interesses de uma classe tão digna de respeito e consideração pela completa abnegação que faz do mais precioso direito do homem – a liberdade: festejamo-lo por vir promover a emulação e brios militares (Indicador Militar 1862a, 121).

Como órgão das classes militares, *O Soldado* procurará demonstrar a sua opinião, e convencer aos inimigos das nossas classes –que somos mais adeptos da civilização do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania (O Soldado 1881a, 1).

Ficará por esse modo a classe militar com um órgão de publicidade próprio, que a represente condignamente no país e fora dele, e com uma fonte inesgotável de onde partam as inspirações de tantas cabeças pensantes da mesma classe (Tribuna Militar 1881a, 1).

Em termos gerais, a maior parte das citações se refere a dois pontos principais: a necessidade da existência de um periódico militar na arena da imprensa, e a defesa dos interesses e direitos à que a classe militar faz jus, sempre identificada pelos redatores como uma classe não aquinhoada pelo poder político. Todos os periódicos analisados aqui, sem exceção, mantinham essa assertiva, ponto central de sua existência. Não menos importante é perceber esta imprensa como uma tentativa de institucionalizar as forças armadas, mesmo que tal iniciativa não seja de caráter oficial. Era esforço dos redatores, portanto, apresentar a classe militar e seus objetivos, por meio de assertivas contundentes sobre ser militar no século XIX.

Os redatores irão se esforçar, em muitos momentos, para definir as fronteiras de compreensão de comportamento, ação e função de uma força militar. E assim, definem os termos daquilo que se julga classe militar. Embora possa existir uma dificuldade em definir os grupos que compõem a classe militar, o discurso dos periódicos dirigia-se, especificamente, aos militares da Marinha e do Exército. Mas o que significa classe para os redatores dos diversos periódicos?

O conceito surge a partir da reflexão sobre as formas de organização política que são discutidas a partir do movimento iluminista na Europa e da emergência do estado moderno. Originalmente, classe tem um sentido biológico de classificação. O termo surge aliado às pesquisas do naturalista Carl von Linné, que no século XVIII elabora um sistema de classificação vegetal. Rapidamente, o conceito é absorvido pela intelectualidade francesa que o aplica à sociedade. No final do século XVIII foi possível perceber que as pessoas também podiam ser classificadas a partir das suas características mais constantes e diferenciáveis. A relação naturalista tem intrínseca relação com o pensamento iluminista da Europa central, onde a sociedade era entendida como um organismo, uma ordem dada e fechada, daí sua rápida relação com a ideia de classificação oriunda do pensamento científico. O termo passa a fazer parte do vocabulário político europeu e, incorporado aos estudos de Saint Simon, classe vai ganhar sentido mais sociológico, vinculado ao controle do trabalho e seus produtos.

Segundo o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, classe queria dizer “ordem de distribuição sistemática, graduação arbitrária, aula de estudo” (Pinto 1832, 244). No tradicional dicionário de Moraes Silva, do final do século XVIII, classe também é definida como uma graduação arbitrária ou uma ordem sistemática, incorporando significados de tradição científica e botânica (Silva 1789, 278). Como aponta Morel, os liberais brasileiros da época da independência já utilizavam classe enquanto vocabulário político com duas significações: a primeira, identificada como arcaica, relaciona-se ao uso de classe enquanto sinônimo de corpo social, isto é, em um sentido taxonômico; a segunda definição encontrada é mais moderna,

identificada como contemporânea, e tem relação com a interpretação dada pelos autores da economia política inglesa e, também, pelos liberais franceses, que compreendiam a questão a partir do conflito de classes. Guizot, um autor que circulava bastante entre os liberais brasileiros, acreditava que a Europa era constituída a partir do conflito de classes (Morel 2005, 65). Posteriormente, estas ideias vão influenciar diretamente a construção de origem marxista. As duas significações perduram no vocabulário político nacional e permeiam as definições que os próprios redatores dão ao sentido de classe militar.

Para os redatores dos periódicos, o conceito de “classe” parece ter uma definição também plural, indo ao encontro da percepção de Morel de que ambas as significações perduram no debate político nacional (Morel 2005, 66). A primeira definição parece ser mais classificatória, em termos de ordem/organização dentro da sociedade imperial, à qual Morel chama de definição arcaica; A segunda definição é política e social, ligada às possibilidades de representação dos diferentes grupos nas assembleias legislativas, que talvez possa ser relacionada a uma ideia mais contemporânea de classe dentro do discurso político. A primeira definição pode ser observada no *Indicador Militar*, quando um articulador pede providências para que seja regulado o uso da banda de lã –peça que simboliza o status de cadete ou particular do Exército, a fim de que “pessoas de ínfima classe, como pretos escravos” não fossem confundidos como soldados particulares (*Indicador Militar* 1862b, 345).

A segunda definição de classe também é identificada nos periódicos. Em *O Militar* (1854) o autor entende que as “classes produtoras e servidoras têm sido sacrificadas à vontade absoluta, ao domínio repugnante [...]” da classe legista (*O Militar* 1854b, 2). Refere-se o autor à atuação da classe legista sobre as demais classes da sociedade imperial, diante do dilema da representatividade. Na assertiva, classes produtoras e servidoras parece ter uma conotação social mais contemporânea, enquanto a comparação com a classe legista parece se ancorar na definição de classe enquanto ordem social. Também em *O Militar Briosso* (1855), há o sentido contemporâneo de classe: “o povo morre a fome, na miséria, consequência inevitável do monopólio e o governo dorme! O pão, principal elemento da classe média (e também da proletária) diminui de dia em dia” (*O Militar Briosso* 1855b, 1).

Por outro lado, a própria representatividade das classes era questionada. Um dos maiores objetivos de *O Militar Briosso* (1855) era requerer que “todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições” (*O Militar Briosso* 1855a, 1). O discurso contra os magistrados pode ser entendido a partir do intenso debate que se coloca, no início da década de 1850, sobre a

participação dos funcionários públicos na política imperial. Carvalho demonstra como houve, até meados do século, uma intensa relação entre a elite política do Império e a burocracia imperial. A carreira política da elite geralmente começava com a disputa pelos cargos de juiz e, daí em diante, visualizava-se a possibilidade de ascensão na carreira. Havia um consenso sobre a forte presença dos empregados públicos, sobretudo dos magistrados na política. A influência dos magistrados era certamente exagerada pela oposição e a imprensa, por esse período, abordou o assunto de maneira intensa (Carvalho 2008, 178). A partir de 1855, o projeto de lei do Marques do Paraná restringindo a atuação política de funcionários públicos foi vencedor e significou o primeiro grande golpe no poder dos magistrados.

Portanto, em termos de definição da ideia de classe, é possível compreendermos que o sentido de ordem, de corpo social é o principal sentido utilizado pelos redatores para conceituar a classe militar. A classe militar é um componente do corpo social, assim como a classe política. Foi possível identificar seis características atribuídas à classe militar pelos periódicos durante o período aqui estudado. Todas estas características se repetem, em maior ou menor grau, nos periódicos. As características têm relação com a construção de um discurso positivo sobre ser militar e, principalmente, se constitui um discurso em oposição à outra classe: a política.

Assim, pontuamos as seguintes características identificadas pelos redatores, e atribuídas pelos periódicos à instituição militar e aos militares como classe: a) O militar é sempre honrado, brioso, fiel, desinteressado, cômico de seus deveres, profissional e obediente; b) O exército e a instituição militar são sempre fiéis aos princípios constitucionais, à nação e às suas instituições, sendo peça-chave para a existência da nação; c) Tanto a classe e, por consequência, a instituição militar, é abandonada, esquecida, desmoralizada, amesquinhada e sofredora; d) É a única classe que permuta o sangue pela honra e integridade da pátria, que vive de sacrifícios e que dá a vida pela pátria; e) O militar é um verdadeiro patriota, e o amor à pátria é uma nobre característica do soldado; f). Por último, é a classe que possui condições de administrar o país, pelo seu patriotismo e sua ilustração.

A constatação baseia-se na análise documental e na criação de categorias, através da análise de conteúdo, que foram sistematicamente aplicadas a todos os periódicos. Os dados foram organizados a partir da categoria “características militares” e nela foram incluídas todas as assertivas que faziam referência à classe militar encontrada nos periódicos. Assim, foi possível traçar um painel analítico significativo em relação à caracterização feita pelos redatores da classe militar em cada periódico estudado. O quadro abaixo sintetiza as principais assertivas dos redatores sobre a classe militar:

Quadro 1 – Características Militares

<p>Sobre a Classe Militar (<i>O Militar</i>, 1854)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● O Exército é fiel à nação e as suas instituições; ● Os militares são fiéis mantenedores da constituição e amigos devotados da monarquia; ● Vive no abandono e na orfandade; ● É esquecida de forma criminoso; ● A Classe Militar é a melhor garantia de ordem e integridade da nação; ● A Classe militar está esquecida, abandonada e menoscabada desde 1831; ● A Classe Militar, sobre a qual pesa o mais oneroso serviço, só pode lobrigar no futuro a miséria e o abandono para si e para sua família;
<p>Sobre a Classe Militar (<i>O Militar Brioso</i>, 1855)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A Classe Militar sofre em silêncio e estoicamente; ● A Classe é infeliz; ● Exemplo de obediência e sofrimento; ● Classe desventurada; ● É uma classe infortunada; ● É rica de brio e dignidade e pobre de dinheiro; ● É tratada com desprezo e indiferença; ● A Classe Militar é tratada com desprezo e submetida à nudez, à fome e ao frio; ● A Classe Militar é briosa; ● A infeliz Classe tem direito de partilhar dos negócios do Estado; ● A Classe militar é cheia de privações, desprezos e sacrifícios; ● A Classe Militar é patriótica; ● A Classe Militar é digna; ● A Classe Militar é vítima constante de injustiças; ● A Classe Militar sustenta o governo, mas é por ele esquecida e espinhada; ● A Classe Militar é constantemente amesquinhada; ● A Classe Militar é distinta;
<p>Sobre a Classe Militar (<i>Indicador Militar</i>, 1862)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Espera, num futuro próximo, ter a consideração do governo e a estima da sociedade; ● A classe militar é numerosa, valente, sofredora, dedicada à pátria, ao trono, às leis e em grande parte instruída; ● É uma classe dedicada, essencialmente obediente; ● A classe permuta seu sangue pela honra e a integridade da pátria; ● A existência da Classe militar constitui um princípio de ordem e de civilização, e uma garantia para o progresso e o desenvolvimento;

Sobre a Classe Militar (<i>O Soldado e o Marinheiro</i> , 1869)	<ul style="list-style-type: none"> ● É uma classe distinta pela nobreza do seu desinteresse e pelo heroísmo e abnegação; ● A classe vive condenada ao ostracismo, mas tem direitos de atuação política pela sua ilustração e patriotismo; ● A classe militar é composta de mártires; ● A classe militar representa perfeitamente a maneira de ver e sentir, de pensar e querer de toda a nação; ● É uma das classes que serve o país, e a única desambiciosa; ● É uma classe desvalida e amesquinhada, senão vilipendiada;
Sobre a Classe Militar (<i>O Soldado</i> , 1881)	<ul style="list-style-type: none"> ● A classe militar não conhece obstáculos, porque para o conquistador só há uma única palavra de ordem: é vencer; ● Entre nós é ela a garantia da estabilidade da ordem e segurança da liberdade; ● A classe militar tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios, e o eleva pela grandeza das ações;
Sobre a Classe Militar (<i>A Tribuna Militar</i> , 1881)	<ul style="list-style-type: none"> ● A classe militar contribui com o penoso tributo de sangue; ● A classe militar é anarquizada pelos homens políticos; ● Tem por timbre a honra; ● É dotada de consideração e prestígio; ● Um dos direitos sagrados da classe militar é a recompensa pelos seus sacrifícios;

Fonte: Nascimento, 2015.

Pelo quadro, é possível perceber que a classe militar reúne uma série de características distintas, que acabam se materializando no discurso. É possível, ainda, perceber como o discurso dos anos 1850 e 1860 é mais incisivo que o discurso posterior, dos jornais da década de 1880. Algumas características são também comuns ao discurso ao longo do tempo, como a questão da estabilidade da ordem e do amor pátrio. Estas são apenas algumas assertivas similares no discurso de ambos os periódicos. Logo, algumas palavras-chave associam-se ao ser militar: honra, patriotismo/pátria, ordem, obediência, nação, amor, integridade, dever, respeito. Todas essas palavras repetem-se com frequência nos discursos aqui observados.

Em termos comparativos, a honra é a principal característica atribuída a classe militar destacada pelos redatores. Comparando-se as ocorrências de todas as seis características referidas anteriormente é a honra, e seus atributos, que mais é repetida pelos redatores em todos os periódicos. Em seguida, é a relação entre a instituição militar e o Estado que ganha destaque. Para os redatores, esta ligação é uma das bases da própria existência da instituição no meio político. Em terceiro lugar, está a ocorrência de características negativas para a instituição militar e a classe: abandonada pelo poder político, acaba se tornando sofredora e humilhada, contrastando,

paradoxalmente, com o seu dever último: o sacrifício e a morte pela pátria. Em seguida, o amor à pátria é louvado e lembrado, seguido, por último, na insistência de que o militar é um administrador pela própria essência da profissão. O discurso construído através destas características é cíclico, sendo a honra e a relação com a entidade estatal os principais elos. Como causa e consequência, a política é o pano de fundo: seja a política exclusivista que afasta os militares da arena de debates, seja a política negativa, que desmoraliza a instituição e o soldado pelo abandono, pelos baixos soldos e pela desvalorização.

É possível compreender a existência dos periódicos militares também como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX. Não é possível pensarmos a força militar do Oitocentos uma força profissional a exemplo das forças europeias (Huntington 1996). Nesse sentido, as forças militares brasileiras deste período devem ser consideradas como a caminho da profissionalização (Nascimento 2024). E a imprensa militar do período pode ser vista como um elemento nesse processo, como definidora de uma consciência corporativa.

Morris Janowitz (1967) destaca que o processo de profissionalização das forças armadas, em um contexto europeu, foi lento e gradativo, permeado de interrupções e reviravoltas. Embora o processo tenha início no século XVII, e graus diferentes de profissionalização possam ser encontrados no século XVIII, é somente no século XIX que o processo se consolida na Europa. Por consequência da função à qual se destina – e por possuir o monopólio da violência e ser seu reproduzidor, a organização militar é rigidamente estratificada e autoritária (Janowitz 1967, 18).

No século XIX, ocorreram dois momentos de profissionalização dos exércitos europeus: durante as Guerras Napoleônicas, quando muitos países criaram suas escolas militares; e no último quartel do século, quando a Prússia aglutina uma série de elementos que tornaram suas forças armadas poderosas. As características atuais são fruto da evolução de uma série de relações da instituição armada ocorridas ao longo do século XIX, chamadas por Huntington de instituições da vocação militar. São elas: a) exigências para o acesso ao oficialato; b) meios de ascensão profissional; c) o caráter da educação militar; d) a natureza e o grau de desenvolvimento do estado maior; e) o *esprit de corps* do oficialato e a competência geral do corpo. Durante o século XIX, foi o exército prussiano que mais se adequou a estas características, sobretudo por volta de 1875. Portanto, é possível determinarmos que o conjunto destas características pode definir uma força armada profissional do Oitocentos, sobretudo a partir da segunda metade do século.

Mas, e a existência (ou inexistência) de uma ou outra característica, torna um exército menos profissional? O profissionalismo é resultado de uma série de ações que, durante o século XIX, são ainda muito recentes, estão em processo de consolidação e são fruto do próprio

desenvolvimento do Estado. Portanto, não podemos considerar o Exército brasileiro uma força armada profissional, nos termos definidos e propostos para o século XX. Por outro lado, se adequarmos as perspectivas de evolução da força ao longo do século XIX em direção ao profissionalismo, podemos compreender o Exército brasileiro como uma instituição em busca de um grau de profissionalismo.

Para uma instituição militar, a construção de um discurso é elemento primordial para a profissionalização e, também, para sua própria institucionalização (Huntington 1996; Douglas 2012). É reflexo do desenvolvimento de um sentido de identidade grupal – de uma consciência corporativa ou um *esprit de corps* – e de um sistema de administração próprio. Assim, falar de profissionalismo militar implica compreender que a direção de um conflito foi dada a pessoas que se comprometeram com este serviço, além de possuir uma instrução e competências próprias, aprendidas através de um processo lógico de educação e treinamento (Janowitz 1967, 14). Isto nos leva a seguinte questão: É possível considerar o discurso com relação à classe militar um indício do nascimento de uma consciência corporativa da instituição, primordial para seu processo de profissionalização?

Tanto Huntington (1996) quanto Janowitz (1967) relacionam a corporatividade como uma característica das forças armadas profissionais. Janowitz (1967) não se refere especificamente ao conceito de corporatividade, mas trabalha com a ideia da criação de um sentimento de pertença, de uma identidade de grupo. Para Huntington (1996), a corporatividade, se relaciona ao sentimento orgânico e de autoconsciência que domina o grupo. Este sentimento de pertença terá relação com a disciplina, o estudo, o treinamento e a convivência dentro do grupo. É possível entendermos como um *esprit de corps*, isto é, de uma corporatividade comum a todos os profissionais.

Já na primeira edição de *O Militar* os redatores finalizam o artigo inicial com uma intensa caracterização de si: “Nossas ideias são muito fixas, nossas convicções muito profundas, nossos caracteres muito independentes [...] fiéis mantenedores da constituição, amigos devotados da monarquia, nunca de nossa pena se ouvirá essa virulência de palavras” (*O Militar* 1854d, 1). As assertivas presentes no texto são importantes, sobretudo naquilo que tange ao sentimento de classe: primeiro, porque o texto buscava caracterizar quem eram os militares por trás da redação do periódico; segundo, porque indicava a existência de um *esprit de corps*, sobretudo a partir da enumeração de suas características. Portanto, é possível entender que a criação de um discurso sobre si é essencial para a formação de um espírito de corpo ou uma corporatividade. E tal característica precisa estar presente para que possamos enquadrar a instituição em algum grau de

profissionalização. Aos redatores do periódico a formação de um espírito militar era condição necessária a existência da força armada militar no XIX.

Os periódicos, em diversas ocasiões, referem-se ao *espírito militar* ou *espírito de classe*. É possível inferir, através da categorização da documentação, que frequentemente este espírito militar está associado a características que unem a classe militar em um sentido subjetivo: é a camaradagem, a subordinação, o senso de dever, a disciplina. O espírito militar é diferente da criação discursiva do *ser militar*. Ao mesmo tempo que os redatores dos periódicos estão criando a ideia do que é ser militar no Brasil do oitocentos, compreendem que o espírito militar é o amálgama de suas definições. Ou seja, o espírito militar é o princípio unificador do discurso. É um elemento formador da classe militar, e sem o qual a classe não existe. É o conjunto de tradições, características e elementos formadores da classe militar. É definido em termos abrangentes, mas conserva ainda um significado subjetivo, ligado ao amor pela classe e, também, ao sentimento de pertença. Os militares, portanto, entendiam a importância deste elemento na própria formação institucional do Exército. O espírito militar é a identidade do grupo – ou a corporatividade, da qual fala Huntington (1996), elemento dependente da formação de um discurso sobre si.

A partir desta ideia, é possível entendermos o esforço que está sendo dispendido por estes redatores para a caracterização da classe militar e, por consequência, a criação de uma consciência corporativa. Buscam dar voz a classe, a partir de suas experiências e vivências, sempre reafirmando que seus periódicos são uma necessidade na arena da imprensa. O esforço na caracterização positiva dos militares sugere ao pesquisador que os redatores estavam, de fato, construindo um discurso sobre o significado do que é ser militar no Brasil do oitocentos. Neste sentido, a falta de um discurso oficial da própria instituição habilitava estes redatores a criá-lo a partir de seu ponto de vista, em um período de forte reorganização do Estado imperial e de busca de profissionalização da instituição, conforme aqui apontado anteriormente.

Classe militar x Classe política

Vimos até aqui como os redatores caracterizaram a classe militar através do tempo, voltando-se principalmente a uma definição que tem a honra e características positivas como pilar da construção deste discurso. É possível que o discurso tenha relação com o caminho de profissionalização dessa força armada, além de tentativas de institucionalização, ao recorrer a constante definição da classe militar. Busca, ainda, a criação de um *esprit de corps* ou de uma corporatividade junto ao oficialato. Durante este período não há um canal de comunicação institucional da classe militar. Para a Marinha, tal canal só surgirá em 1882 com o lançamento da

Revista Marítima Brasileira. Para o Exército, com o lançamento da *Revista do Exército Brasileiro* no mesmo ano. Logo, parece haver um longo período em que os próprios militares utilizam a imprensa como canal de veiculação de concepções específicas sobre a classe militar. É sintomático ainda que tal discurso apareça com mais força a partir da década de 1850, na chamada Conciliação. Tais considerações nos levam a questionar: quem eram os redatores destes periódicos? O discurso da classe militar será construído em oposição a uma classe específica: a classe política.

Em geral, os periódicos eram anônimos, mas em alguns casos, foi possível avançar a pesquisa e descobrir quem era responsável pelas publicações. Em sua maioria, eram militares com formação pela Escola Militar do Rio de Janeiro e alguns, como é o caso dos redatores de *A Alvorada* (1878), formados pela Escola Militar de Porto Alegre. Portanto, parece haver uma relação entre a formação militar dos redatores e sua inclinação pelo discurso sobre a classe militar.

O periódico *O Militar* (1854) ainda não teve sua autoria definida. Embora tanto Schulz (1994, 39) quanto Adriana de Souza (1999, 156) defendam que os alunos da Escola Militar deveriam ser os responsáveis pela redação, não há nada que indique essa informação. Ao contrário: a tendência verificada aqui é que os periódicos eram, em geral, escritos por oficiais geralmente formados pela Escola Militar. É possível inferir, portanto, que *O Militar* fosse escrito por um oficial ou oficiais, possivelmente com formação militar (Nascimento 2015, 100).

O redator de *O Militar Brioso* era o capitão Umbelino do Campos Limpo, formado pela Escola Militar, bacharel em matemática, que publica o periódico em 1855. Campos Limpo era também liberal, o que pode justificar seu discurso de oposição à política imperial e ao Ministério da Guerra. Em julho de 1855 Campos Limpo é transferido para Sincorá, região afastada da província da Bahia e *O Militar Brioso* deixa de ser publicado (Nascimento 2015, 107).

Em 1862 foi lançado o *Indicador Militar*. O periódico pode ser considerado o primeiro de cunho profissional escrito por oficiais do Exército brasileiro. Seu editor era o Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe, militar do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército, cujos estudos na Academia Militar foram concluídos em 1841 (Stuart 1980). O *Indicador* é o único periódico que pode ser comparado aos seus congêneres internacionais, pois se apresentava em uma estrutura de artigos mais técnicos e todos possuíam autoria identificada (Nascimento 2015, 118). Ao todo, o *Indicador* contou com 34 colaboradores identificados, entre as edições do ano de 1862 e 1863. Destes, 10 militares trabalhavam na Escola Militar ou como professores ou como funcionários. Ainda do total, 10 militares faziam parte do Corpo de Engenheiros e 8 militares eram do corpo de Artilharia.

Em 1869 foi lançado no Rio de Janeiro *O Soldado e o Marinheiro*, dedicado aos interesses da classe militar. Seu redator era Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército (Silva 1870, 444). Foi lente interino da Escola Militar, antes do bacharelado, e posteriormente adjunto do curso preparatório e repetidor da cadeira de história e geografia. Em 1869, quando passa a ser publicado na Corte *O Soldado e o Marinheiro*, era repetidor da disciplina de francês da Escola preparatória anexa à Escola Militar, no Rio de Janeiro (Almanak 1871, 19).

A Alvorada (1878) da cidade de Rio Grande (RS) estava sob a direção de Julião M. Tavares. Embora seu diretor não fosse militar, o periódico possuía 11 colaboradores, todos militares. Afirma, desta forma, sua legitimidade enquanto periódico especializado, voltado para a discussão da temática militar. Todos os onze colaboradores estavam identificados na capa. Desses, somente três militares não possuíam nenhum curso militar. Cinco colaboradores haviam se formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, enquanto outros três haviam se formado na Escola de Infantaria e Cavalaria de Porto Alegre (Nascimento 2015, 137).

Exceção aos periódicos aqui identificados será *O Soldado* e a *Tribuna Militar*. Os redatores destes periódicos não terão formação em nenhuma Escola Militar. No entanto, terão acesso à vivência militar através da experiência na Guerra do Paraguai. O redator de *O Soldado*, publicado em 1881 no Rio de Janeiro, era o Alferes honorário Cândido Reinaldo da Rocha. Já a *Tribuna Militar* que tem publicação concomitante ao *Soldado*, se anunciava como “Órgão das Classes Militares e dos interesses gerais do país”. O administrador era J. A. de Castro Miranda que não era militar. Portanto, o periódico não estava sob a direção de um militar, mas sim de um civil. No entanto, muitos colaboradores e muitos textos são os mesmos de *O Soldado*.

A ligação da maioria dos periódicos com a formação na Escola Militar é um dado importante. A Escola Militar se tornaria centro aglutinador de conhecimento e experiências, que, a partir da década de 1850, tem seus cursos vinculados à possibilidade de ascensão profissional na carreira, a partir das reformas de Felizardo Souza e Mello (Schulz 1994; Souza 1999). Importante assinalar que muitos oficiais já tinham efetuado os cursos de formação antes da reforma, sobretudo os redatores dos periódicos dos anos 1850 e 1860. Logo, é possível inferir que, antes da obrigatoriedade do curso para carreira de oficial, muitos militares optavam pela formação militar. A formação possivelmente contribua para as definições similares sobre classe militar encontradas em todos os periódicos. O fio condutor da honra – e seus atributos – como maior característica militar, além da relação entre a instituição e o Estado, revela a permanência de um discurso que busca definições sobre o que é ser militar no Oitocentos. É possível ainda compreender que este

discurso será construído, na imprensa militar, através da oposição entre a classe militar e a classe política.

Como já assinalamos, neste período não há uma institucionalização completa das forças armadas imperais. Há carência de um discurso institucional que justifique a existência da força e que a caracterize dentro da sociedade. O termo classe é frequentemente usado com o significado de corpo social, em seu sentido taxonômico, pela imprensa militar. Nesse sentido, há um esforço de caracterização e de construção de um discurso positivo sobre o que é ser militar no oitocentos.

Logo, é necessário compreender que, para existir, uma instituição precisa ser estruturada através da codificação de informações. Este processo é formado a partir de analogias e oposições, que são fruto de uma construção cognitiva coordenada pelos seus membros, que constituem um agrupamento social. Logo, o agrupamento social é definido pelo estilo de pensamento que o une (Douglas 2012, 69). Desta forma, podemos compreender as instituições como um agrupamento social legítimo baseado em algum princípio geral de fundação. Assim, a existência de uma sociedade ou comunidade é definida pelo pensamento e pelo sentimento comum de seus membros. As analogias servem como codificadoras das informações e legitimam as instituições: “o princípio estabilizador é a naturalização das classificações sociais. Precisa haver uma analogia através da qual a estrutura formal de um conjunto de relações é fundada no mundo físico ou no mundo supranatural” (Douglas 2012, 71).

Logo, quando as analogias estão naturalizadas no discurso, a instituição se torna mais forte e fundamentada. É o aparato cognitivo que permite o jogo das analogias entre a natureza e a razão. Assim, as instituições conferem identidades a si. Através dos periódicos militares, podemos observar o esforço na criação da identidade efetuado pelos redatores, sobretudo para definir a classe militar. É comum encontrarmos o seguinte jogo de analogias em diversos momentos da imprensa militar:

Militar	Político
Consciente	Negligente
Idôneo	Imoral
Honrado	Vergonhoso

Este conjunto de analogias frequentemente observado nos periódicos militares situa a classe militar em oposição à classe política, na construção do discurso, sugerindo classificações positivas para a primeira e negativas para a segunda. Em 1881, os redatores de *O Soldado* referiam-se ao patriotismo como “esse pobre palhaço das praças, que serve de brinquedo aos senhores do

pleito governamental” (O Soldado 1881b, 3). O patriotismo era (e ainda é) um valor caro aos militares. Mas, para a classe política, a pátria serve apenas de “brinquedo”. Por outro lado, a classe militar é definida como aquela que “tem os nobres sentimentos do amor pátrio, que leva o cidadão aos maiores sacrifícios e o eleva pela grandeza das ações” (O Soldado 1881c, 1). A analogia e a oposição estão definidas: enquanto o político não é patriota, o militar o é, e é esse patriotismo que leva à grandeza de ações no campo de batalha.

Desta forma, os militares forjam seu discurso baseado em antíteses, positivas e negativas, sobre o que é ser militar e o que é ser político. É o processo de profissionalização e a burocratização das forças armadas que leva ao surgimento de questões específicas no relacionamento entre civis e militares. Para Celso Castro, tais questões “estão presentes, em maior ou menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um ethos específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países” (Castro 1995, 97). O ethos pode significar também aquilo que os redatores chamavam de espírito militar, ou seja, uma identidade de si. Para Castro, a Questão Militar nos anos 1880 foi um momento-chave desse processo. Para o autor, foi a primeira vez em que um grupo de militares afirmou publicamente a existência de uma “classe militar” opondo-se aos atos do governo (Castro 1995, 97).

Embora as perspectivas de Castro sejam brilhantes – sobretudo sua tese sobre a influência da Escola Militar no processo de derrubada da monarquia, a classe militar se constrói em oposição à classe política muito antes da Questão Militar e a imprensa militar será o principal canal da construção deste discurso de oposição de classes e de definição da classe militar. Como vimos, são as práticas sociais que moldam um discurso e possibilitam a criação das classificações e analogias, que irão determinar a organização das estruturas institucionais.

A insistência na elaboração do discurso com a Questão Militar pode ter ligação, justamente, com a falta de percepção da participação dos militares na imprensa, sobretudo, através de uma imprensa própria. A Questão Militar ganha importância por que a discussão entre oficiais – e a defesa da honra militar, é efetuada pela imprensa. Mas os militares se utilizavam da imprensa como canal de discussão, e mesmo como espaço destinado à sociabilidade muito antes da década de 1880. Acentuamos, justamente, a existência e a importância da imprensa militar periódica nos estudos sobre militares.

A imprensa militar não se configura apenas como um espaço de efetiva oposição política ao Império, mas sim como espaço de construção de um discurso sobre a própria instituição militar. Este discurso tem relação com a definição de classe militar pelos redatores e, com isso, a formação

de identidade em oposição a outros grupos existentes na sociedade brasileira do período. Se os periódicos forem lidos somente com o olhar da experiência política, seu discurso pode ser interpretado como uma oposição feroz ao governo imperial. No entanto, uma análise mais cuidadosa, destacando o viés militar do discurso, pode revelar dados e interpretações diferenciadas. É possível, portanto, compreender que os redatores dos periódicos se esforçaram no sentido de constituir não apenas o significado de ser militar no período, mas também de sinalizar a importância da existência do *espírito militar* para a consolidação da instituição. É a insistência na formação de uma consciência corporativa.

O quadro sintético abaixo, produzido a partir da análise do periódico *O Militar Brio* (1855), é um exemplo que sintetiza a afirmação:

Quadro 2 – Quadro comparativo entre as características militares e políticas em *O Militar Brio* (1855)

CARACTERÍSTICAS MILITARES	CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS
A instituição é sempre honrosa, é sempre digna;	A política é rotineira, é inerte e desmoralizadora;
O Exército é um elemento de ordem, paz e dignidade nacional;	A mediocridade e a desordem são características dos exercícios políticos;
A força militar é obediente ao governo legalmente constituído, mas não aos desmandos do poder;	Os homens do poder são acostumados a mandar e ser cegamente obedecidos;
O Militar é cheio de brio e cômico de seus deveres;	Os políticos são negligentes em relação aos negócios públicos;
O soldado é o sustentáculo da ordem e o filho da honra;	Os políticos são corruptos e só agem a bem de seus interesses;
O Militar é idôneo;	O político é imoral;
O militar é apto para discutir sobre todas as questões;	O político não compreende a classe militar;

Fonte: Nascimento, 2015.

É possível observar no quadro acima uma série de oposições criadas pelos redatores nos diversos textos publicados no periódico. A oposição é originada a partir da atribuição de características à classe militar sempre positivas. Ou seja, no jogo de classificações indicado por Douglas os redatores criam uma série de características para definir as características militares (Douglas 2012, 69). Da mesma forma, são criadas características para a classe política, constituindo-

se o discurso com um conjunto de analogias baseadas na oposição. As instituições não podem ter um pensamento próprio, pois são entidades socialmente construídas. Dependem, portanto, do trabalho cognitivo de seus membros, que se empenham na construção de um discurso, que irá determinar os aliados, os oponentes e o padrão das futuras relações institucionais.

Mas é possível falarmos em instituição militar ou em militares como algo uno e indivisível nesta análise? Não é possível considerarmos a instituição como um todo durante este período, nem a opinião dos redatores como sendo uma opinião institucional. Já ressaltamos aqui como a imprensa militar era obra alguns militares e que, em hipótese alguma, o discurso veiculado por ela poderia ser considerado um discurso institucional. Embora os periódicos quisessem ser – e assim se denominassem – órgãos legítimos das classes militares, o pesquisador não pode tomar a afirmativa por fato, e transformá-la em dado concreto: os periódicos não exprimiam o todo da classe militar, embora fosse esse seu objetivo. A historiografia aponta, neste sentido, opinião similar (Souza 1999; Castro 1995).

Portanto, não consideramos aqui a opinião dos redatores dos periódicos como a opinião de toda a instituição militar. No entanto, a recorrência e similaridade de definições, além da ligação da maior parte dos redatores com a Escola Militar, sugere a importância das opiniões destes militares na imprensa. É visível o esforço efetuado pelos redatores para homogeneizar as características da classe militar em torno de assertivas comuns que relacionam definições sobre o que é ser militar naquele período. Na falta de um discurso oficial, é possível que a participação na imprensa tenha levado os redatores a pensarem, em linhas gerais, sobre a instituição à qual faziam parte, expondo suas ideias e conceitos através de iniciativa própria e pessoal. O importante jogo de oposição entre a classe militar e a classe política neste contexto demonstra a intenção de construir um discurso positivo sobre ser militar neste período. Assim, embora a opinião dos redatores dos periódicos não possa ser considerada a opinião de todos os membros da instituição, há similaridades importantes dentro do grupo, sugerindo a importância do discurso da imprensa militar no período do Segundo Reinado.

Conclusão

Em *O Militar* (1854), uma citação dá conta de exprimir todo o sentimento e todo o sentido que, para os redatores, tinha a palavra militar:

O Militar é o verdadeiro amigo de sua pátria, é o melhor de seus filhos. Ele dá tudo quanto possui e pode possuir, presente, futuro, sangue e vida, todos os bens da terra pelo esplendor e integridade do seu país, pelo bem estar de seus compatriotas. O Militar lança-se no mais renhido combate, não como se apenas fora uma máquina de guerra, segundo pensam alguns ingratos, mas sim procurando alcançar a todo transe a glória e

independência de sua nação; e dessa lide ou volta mutilado e tinto em seu próprio sangue ou nela morre, esmagando ainda com o peso de seu corpo os inimigos de sua pátria. O militar não é um filho, é mais que um filho, é um mártir pronto sempre para ir ao sacrifício! Ingratos, mil vezes ingratos aqueles que nos desconhecem, nos desprezam e até... nos humilham” (O Militar 1854c, 4).

Neste trecho encontramos todos os elementos constitutivos da classe militar: o militar é um patriota, livre de ambições, que busca a glória através de combate e do seu código de honra; é um mártir a serviço da nação, cujo sacrifício é recompensado com o abandono e a humilhação. Estas características atribuídas à instituição militar são bastante pontuadas pelos redatores dos periódicos durante o período aqui apresentado. Todas estas características se repetem, em maior ou menor grau, nos periódicos. As características têm relação com a construção de um discurso positivo sobre ser militar.

Assim, esta pesquisa buscou demonstrar como os periódicos militares publicados entre 1850 e 1882 procuraram construir um discurso sobre si e, em última análise, a formação de uma identidade grupal através do jogo de analogias positivas e negativas entre militares e políticos. A partir da análise de conteúdo foi possível perceber como muitas assertivas são comuns em todos os periódicos, mesmo levando-se em conta o intervalo de tempo entre as publicações. Os periódicos tinham sempre o mesmo objetivo: ser a voz da classe militar na arena da imprensa, tornando público o debate com relação à importância da existência da classe militar, ressaltando suas características positivas e construindo um discurso de si.

A relação entre a formação de um discurso que busca – em última análise – a consolidação de um espírito de corpo ou de uma corporatividade institucional é condição *sine qua non* para a profissionalização e institucionalização de uma força armada moderna. Logo, a pesquisa aqui apresentada buscou traçar esse caminho: na falta de um discurso institucional, alguns militares brasileiros utilizam a imprensa para esta construção, que só irá se consolidar institucionalmente no século XX. É possível compreender a existência dos periódicos militares, por consequência, como uma tentativa de profissionalização do Exército brasileiro no século XIX.

Fontes

O Militar, ano I, edição n. 6, de 30 de setembro de 1854 (a)

O Militar, ano I, edição n. 3, de 12 de agosto de 1854 (b)

O Militar, ano I, edição n. 5, de 12 de setembro de 1854 (c)

O Militar, ano I, n. 1, de 14 de julho de 1854 (d)

O Militar, ano I, n. 17, de 31 de março de 1855 (e)

O Militar Brioso, ano I, edição n. 1, de 28 de fevereiro de 1855 (a)

O Militar Brioso, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855 (b)

- O Militar Brioso, ano I, n. 5, de 28 de março de 1855 (c)
- O Militar Brioso, ano I, n. 10, de 10 de maio de 1855 (d)
- O Athleta, sábado, 27 de outubro de 1860, edição N° 3 (a)
- Indicador Militar, ano I, n. 8, de 16 de abril de 1862 (a)
- Indicador Militar, ano I, n. 18, de 16 de setembro de 1862 (b)
- Indicador Militar, ano I, edição n. 7, de 1 de abril de 1862 (c)
- Indicador Militar, ano I, n. 23, de 1º de dezembro de 1862 (d)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 3, de 23 de outubro de 1869 (a)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 4, de 30 de outubro de 1869 (b)
- O Soldado e o Marinheiro, ano I, n. 3, de 23 de outubro de 1869 (c)
- O Soldado, ano I, n. 3, de 22 de março de 1881 (a)
- O Soldado, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881 (b)
- O Soldado, ano I, n. 36, de 13 de outubro de 1881 (c)
- O Soldado, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881 (d)
- O Soldado, ano I, edição n. 13, de 26 de abril de 1881 (e)
- O Soldado, ano I, n. 16, de 6 de maio de 1881 (f)
- Tribuna Militar, ano I, n. 12, de 11 de agosto de 1881 (a)
- Tribuna Militar, ano I, n. 24, de 22 de setembro de 1881 (b)
- Echo Militar, ano II, edição n. 1, de janeiro de 1879
- Revista Marítima Brasileira, ano IV, n. 1, de 20, de julho de 1854 (a)
- Revista Marítima Brasileira, ano IV, n. 16, de 1º de março de 1855 (b)
- Almanak do Ministério da Guerra. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871.
- Almanak do Ministério da Guerra no ano de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1881.

Referências Bibliográficas

- Arias Neto, José Miguel. “Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX.” *Revista Brasileira de História Militar*, 3, n. 8 (2012): 27-29.
- Assis, José Luís. “Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910): Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos.” *Revista Militar*, n. 2457, (2006): 1-34. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140. Acesso em 02 jul. 2025.
- Bardini, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- Blake, Augusto Victorino Alves de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893.
-

- Carvalho, José Murilo de. *A construção da Ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Castro, Celso. *Os Militares e a República. Um Estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976.
- Costa, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- Creveld, Martin van. *Ascensão e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2002.
- Douglas, Mary. *Como pensam as instituições*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012.
- Hahner, June. *Relações Entre Civis e Militares no Brasil 1889-1898*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.
- Huntington, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- Izecksohn, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers. 2002.
- Janowitz, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.
- Luca, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” Em *Fontes Históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky, 111-153. São Paulo: Contexto, 2005.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo. HUCITEC, 2005.
- Navarro, Pablo, Capitolina Díaz. “Análisis de Contenido.” Em *Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales*, org. Juan Manuel Delgado y Juan Gutiérrez, 177-224. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.
- Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Tipografia de Silva: Ouro Preto, 1832.
- Schulz, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo. EDUSP, 1994.
- Silva, Innocencio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870.
- Sodré, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- Souza, Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- Studart, Guilherme. *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*. Editora da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1980.

Recebido: 05 de janeiro de 2025

Aprovado: 25 de abril de 2025

**Transtemporalidade e o anacronismo das imagens:
uma leitura possível da obra *A imperatriz antropófaga*, de Fernando
Lindote***

*Transtemporality and the Anachronism of Images:
A Possible Reading of the Work *A Imperatriz Antropófaga*, by Fernando Lindote*

*Transtemporalidad y anacronismo de las imágenes:
Una posible lectura de la obra *A imperatriz antropófaga*, de Fernando Lindote*

Rodolpho Alexandre Santos Melo Bastos**

<https://orcid.org/0000-0002-5167-0843>

Rafaela Arienti Barbieri***

* A proposta deste artigo é derivada do projeto de extensão “Imagens Mediterrânicas e o Pathos Catarinense: Um Atlas de Memória, Arte e História”, coordenado pela Professora Dra. Aline Dias da Silveira (UFSC) e pela Dra. Thays Tonin (UFSM), contemplado no Edital Elisabete Anderle de estímulo à cultura (2019) e vinculado à Fundação Cultural BADESC em parceria com pesquisadores da Cátedra Unesco, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Meridianum — Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais (UFSC/CNPq) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e com o apoio cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Para maiores informações, consultar: <https://pathossulamericano.paginas.ufsc.br/>.

** Professor Colaborador no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Doutor em História e atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É autor do livro “Naruto e a mitologia: Ecos do passado e de narrativas míticas em Naruto Shippuden” e dos artigos “Os entrelaçamentos temporais e mitológicos das presenças das deusas antigas na personagem Kaguya no anime Naruto Shippuden” (Revista Palíndromo, 2022) e “Usos do passado nos animes japoneses: A presença de imagens míticas das deusas da destruição e do mito dos irmãos, em Naruto Shippuden” (Revista Tempos Históricos, 2020). Defendeu a tese de doutorado intitulada “Ave-Maria cheia de filmes: Transtemporalidade do sagrado (e do) feminino através da presença de Maria no filme ‘Io sono con te’ (2010)” no PPGH-UFSC, em 2020. Atua nas áreas de epistemologia, imaginários sociais, estudos de presença e tempo histórico. Pesquisa também imagens, representações, religiões, religiosidades, mitologias e as manifestações desses temas na cultura popular, como cinema, animes, mangás e memes. E-mail: rodoxbastos@gmail.com.

*** Doutora em História (área de concentração em História Global) pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a tese “God help you when the Devil wants you”: Uma história social do horror satânico no cinema estadunidense” (2024). Foi pós-graduanda e bolsista no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde obteve o título de Mestre em 2018 (linha de pesquisa em História, Cultura e Narrativas). É membro do Grupo de Pesquisa História das Crenças e das Ideias Religiosas (HCIR/DHI/UEM), do Núcleo de Estudos em História e Cinema (NEHCINE/UFSC) e do CINEMA — Centro de Investigação e Estudos em Meios Audiovisuais (UNIVILLE). Atualmente desenvolve pesquisa na área de história,

<https://orcid.org/0000-0003-1836-8121>

RESUMO: Ancorado no conceito de anacronismo das imagens de George Didi-Huberman e nas contribuições sobre experiências temporais de Reinhart Koselleck, este artigo pretende investigar como a obra de arte intitulada *A imperatriz antropófaga*, do artista Fernando Lindote, carrega marcas da colonização, da resistência dos povos colonizados e de temporalidades antigas. Com isso, busca-se compreender como essa obra e seu autor dialogam com a complexidade cultural latino-americana e brasileira, revelando contradições, continuidades e resistências associadas ao colonialismo e a espaços de experiências de longa duração e tradição, inclusive de outros espaços geográficos, como os dos colonizadores (Península Ibérica, Europa e/ou Mediterrâneo). A obra de Lindote pode ser lida como o resultado e o espaço onde ressoam influências globais e locais, oferecendo novos olhares sobre as interseções entre tradições culturais, relações de poder e processos históricos, evidenciando permanências e rupturas presentes no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Fernando Lindote. Imperatriz Antropófaga. Temporalidades. Colonização.

ABSTRACT: Based on George Didi-Huberman's concept of the anachronism of images and Reinhart Koselleck's contributions to temporal experiences, this article aims to investigate how the work of art entitled *A Imperatriz Antropófaga* (Anthropophagous Empress), by the artist Fernando Lindote, bears the marks of colonization, the resistance of colonized peoples, and ancient temporalities. The aim is to understand how this work and its author establish a dialogue with the cultural complexity of Latin America and Brazil, revealing contradictions, continuities, and resistance associated with colonialism and spaces of long-lasting experiences and traditions, including other geographical spaces, such as those of the colonizers (the Iberian Peninsula, Europe and/or the Mediterranean). Lindote's work can be read as the result and space where global and local influences resonate, offering new perspectives on the intersections between cultural traditions, power relations, and historical processes, highlighting the continuities and discontinuities present in the Brazilian context.

Keywords: Fernando Lindote. Anthropophagic Empress. Temporalities. Colonization.

RESUMEN: Anclado en el concepto de anacronismo en las imágenes de George Didi-Huberman y en los aportes sobre experiencias temporales de Reinhart Koselleck, este artículo se propone investigar cómo la obra de arte, titulada *La emperatriz antropófaga* del artista Fernando Lindote, lleva marcas de colonización, resistencia de los pueblos colonizados y temporalidades antiguas. Con esto, buscamos comprender cómo esta obra y su autor dialogan con la complejidad cultural latinoamericana y brasileña, revelando contradicciones, continuidades y resistencias asociadas al colonialismo y espacios de experiencias y tradiciones de largo plazo, incluyendo otros espacios geográficos, así como la colonizadores (Península Ibérica, Europa y/o Mediterráneo). La obra de

Lindote puede leerse como el resultado y el espacio donde resuenan influencias globales y locales, ofreciendo nuevas perspectivas sobre las intersecciones entre tradiciones culturales, relaciones de poder y procesos históricos, destacando permanencias y rupturas presentes en el contexto brasileño

Palabras clave: Fernando Lindote. Emperatriz antropófaga. Temporalidades. Colonización.

Como citar este artigo:

Bastos, Rodolpho; Barbieri, Rafaela. “Transtemporalidade e o anacronismo das imagens: Uma leitura possível da obra *A imperatriz antropófaga*, de Fernando Lindote”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 229-248.

Introdução

“Sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo”

(Georges Didi-Huberman 2015, 15).

As obras de arte, como imagens, são fontes privilegiadas para a compreensão do movimento e da confluência de culturas e ideias. Como ressonâncias do ser humano no tempo e no espaço, atravessado por relações de poder, processos históricos e entrelaçamentos culturais, elas podem ultrapassar fronteiras geográficas, históricas e disciplinares, contendo um potencial único de significado para pensar a cultura e trazer à tona informações que escapam a nossa herança textual, pois carregam conhecimentos que transcendem esses registros tradicionais.

As imagens e/ou obras de arte carregam a materialidade das ações e produções humanas no tempo e no espaço históricos. Elas expressam a relação entre o ser humano (seu corpo), seu contexto histórico e social (tempo e espaço) e suas intervenções no mundo, como a produção de objetos culturais. Compreender essa complexa posição das imagens na história exige, portanto, um olhar atento e sensível, capaz de problematizá-las sob novas perspectivas e identificar detalhes que, à primeira vista, parecem deslocados, mas que conectam diferentes tempos históricos e espacialidades.

Uma única imagem pode trazer à tona contradições e continuidades culturais, como aquelas produzidas em meio às relações históricas entre a Europa e a América Latina. Suas inter-relações evidenciam a emergência de cosmovisões, tradições e percepções de mundo que se tencionam, se fundem ou se sobrepõem em um movimento dinâmico e contínuo. No contexto latino-americano, por exemplo, a produção de objetos culturais carrega as marcas da colonização, da colonialidade

ou, mesmo, uma ferida colonial,¹ as quais se referem ao processo histórico do século XVI da chegada dos europeus à América, da instauração de seu poder político, judiciário e da imposição de sua religião. Esse colonialismo, que ocorreu de forma violenta, quando chega ao fim com processos políticos e administrativos de independência, é chamado de descolonização. Embora esse regime político e jurídico no Brasil, por parte de Portugal, não exista mais, seus efeitos perduraram até hoje, marcando o país com profundas desigualdades sociais, intolerância religiosa e preconceito racial. Reconhecer essa ferida e as marcas da colonialidade é um passo fundamental para compreender as dinâmicas sociais e culturais contemporâneas.

Segundo Walter Mignolo (2017), modernidade, colonialidade e a definição de América são conceitos que se interconectam. Proposto por Aníbal Quijano no final dos anos 1980 e 1990, expressam uma expansão do conceito de colonialismo, nomeando “a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental” (Mignolo 2017, 2). Ao abordar a colonialidade como constituição de um poder capitalista, moderno, colonial e eurocêntrico, Quijano chama atenção para a criação e naturalização da ideia de raça:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (Quijano 2005, 118).

No Brasil, país colonizado em diferentes momentos por europeus, essa herança cultural é marcante. As ideias trazidas durante o período colonial continuam a influenciar o pensamento brasileiro, sua memória histórica, sua noção de raça e suas expressões visuais. Entretanto, essa herança não é a única que se manifesta: outras imagens, culturas e cosmovisões também se fazem presentes, como as de origem indígena, africana e latino-americana. O Brasil, inserido nesse contexto, manifesta tal complexidade cultural em sua produção artística.

Mesmo obras de arte historicamente datadas permitem observar essa colonialidade por meio de conexões transculturais entre o global, o transnacional e o local. Elas oferecem *insights* sobre essa ferida colonial, ao revelar as interações entre influências europeias mediterrânicas, latino-americanas, indígenas, africanas, brasileiras e o fazer artístico contemporâneo, além de conexões

¹ Entre as definições de ferida colonial, localiza-se aquela de Mignolo, utilizada em *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial* (2005), que se refere ao que caracteriza o colonizado: “[...] el sentimiento de inferioridad impuesto en los seres humanos que no encajan en el modelo predeterminado por los relatos euroamericanos” (Mignolo 2005, 17). Caracterizados por essa ferida física ou psicológica, “es una consecuencia del racismo, el discurso hegemónico que pone en cuestión la humanidad de todos los que no pertenecen al mismo locus de enunciación (y la misma geopolítica del conocimiento) de quienes crean los parámetros de clasificación y se otorgan a sí mismos el derecho de clasificar” (Mignolo 2005, 34).

com tradições iconográficas e visuais antigas e de longa duração sobre o sagrado, relações de poder e outros.

Essa reflexão pode ser feita a partir da produção artística que emergiu no contexto cultural catarinense, um ambiente onde se faz presente um tempo não linear e não homogêneo, composto por singularidades e contradições. Algumas obras trouxeram à tona diversas referências históricas e sociais, fazendo emergir uma simultaneidade de tensões, ideias, imaginários e temporalidades.

Por esses motivos, mesmo que certas obras apresentem elementos de uma cultura colonial e suas permanências, elas também apresentam feridas coloniais, mesmo sutis, como uma forma de resistir aos investimentos colonialistas. É por meio dessa perspectiva que optamos por analisar *A imperatriz antropófaga* de Fernando Lindote, que não representa apenas seu momento histórico, mas também reatualiza memórias e sobrevivências² de diferentes passados, conectando tradições culturais brasileiras, indígenas, africanas e europeias mediterrânicas.

Lindote é natural da cidade de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, sendo amplamente associado ao estado de Santa Catarina, onde desenvolveu boa parte de sua carreira artística. Suas obras, como *A imperatriz antropófaga*, sintetizam um encontro de múltiplas temporalidades e narrativas iconográficas, emergindo como um campo de diálogo crítico sobre colonialidade, resistência e identidade, ao articular elementos que vão além da representação visual, adentrando reflexões profundas sobre as dinâmicas de poder e as sobrevivências culturais que permeiam a história do Brasil.

Todavia, antes de passarmos para essa análise específica, julgamos necessário tomar como ponto de partida uma obra que não é brasileira, pertencente às tradições andinas, que é a pintura da *Virgen del Cerro*, mas de extrema importância para entender como funciona o processo de colonialidade, o anacronismo das imagens proposto por Didi-Huberman, o horizonte de expectativas de Koselleck e a interseção de inúmeras temporalidades em imagens.

La Virgen del Cerro

La Virgen del Cerro é uma pintura referente à colonização espanhola na América, na região da atual Bolívia, conhecida por ser uma representação da Virgem Maria integrada ao formato das minas de prata localizadas nas montanhas de Potosí (Figura 2).³ Tal representação é considerada o

² Neste artigo, utilizamos o conceito de sobrevivência não para designar um traço cultural ou religioso supostamente inferior ou irracional que já deveria ter sido superado frente ao desenvolvimento científico racionalista, nos moldes do século XIX, mas, sim, no sentido da proposta de Aby Warburg. Sobrevivência é a palavra traduzida para o português do original alemão *Nachleben*, utilizado para expressar a possibilidade de sobrevida das imagens, ou vida póstuma. Warburg, por sua vez, é uma das fundamentações teóricas de Didi-Huberman.

³ *La Virgen del Cerro*, segundo Luz Helena Caballero (2020), faz parte de um grupo de quatro obras descobertas por Mario Chacón durante a década de 1980, no depósito de uma igreja em Potosí. As quatro pinturas representam

resultado das tensões e apropriações da cosmologia dos povos andinos e da religião católica na assimilação da Virgem Maria com a divindade feminina Pachamama (Figura 1).

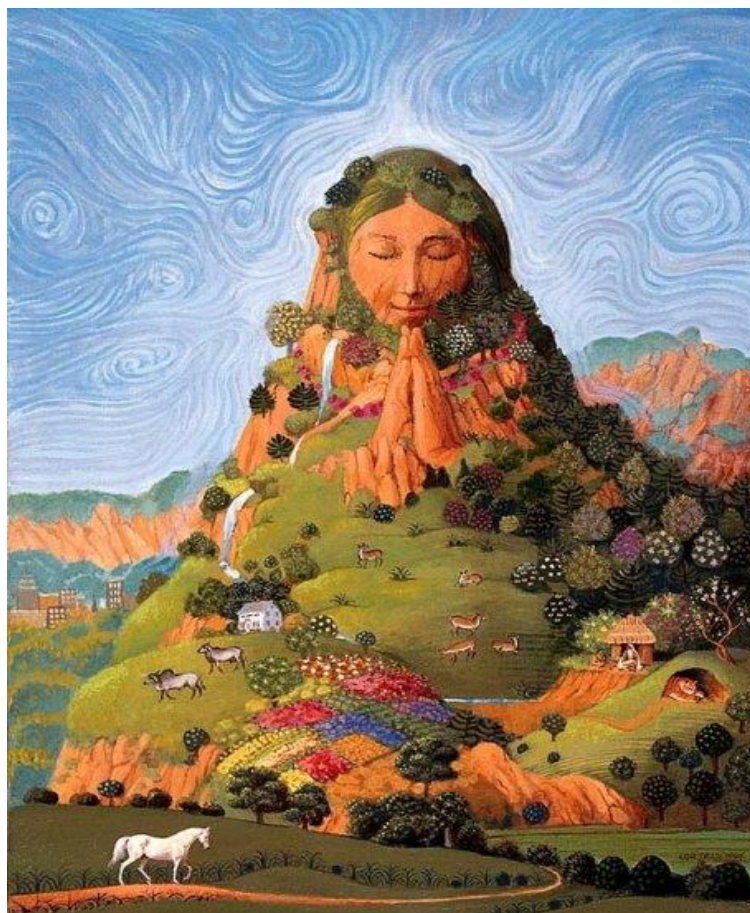


Figura 1 – Uma representação de Pachamama.

Fonte: <https://takiruna.com/2013/12/21/la-pachamama/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

A Figura 1 é uma representação moderna da divindade Pachamama, de autoria desconhecida, mas que apresenta os principais elementos e características relacionados a ela, como a presença de uma montanha que forma o corpo de uma figura feminina, coberta de vegetação, flores, árvores e animais, simbolizando fertilidade, biodiversidade e abundância. Nela, ainda estão presentes uma cascata que fluem da montanha, remetendo à água como fonte de vida e energia. O rosto da mulher está harmoniosamente fundido com o relevo de uma montanha, uma simbologia da Mãe Terra como um ser divino e de fertilidade. A postura das mãos em prece sugere espiritualidade, paz e conexão com o mundo sagrado.

diferentes versões da Virgem Maria associada às montanhas (minas) de prata de Potosí, das quais três estão na Bolívia e uma em Buenos Aires.

A presença de elementos como a casa, os animais domésticos e a pequena vila ao fundo indicam um cenário rural e a integração do ser humano à natureza de forma equilibrada. Os campos coloridos sugerem atividades agrícolas, reforçando o papel da terra como fonte de sustento. O verde, o azul e os tons terrosos reforçam a vitalidade e a harmonia com a natureza. O céu com padrões ondulados sugere uma conexão espiritual ou energia cósmica em torno da figura.

A imagem de *La Virgen del Cerro* (Figura 2), por outro lado, é a união entre um certo tipo de iconografia mariana com o conceito de Pachamama como divindade feminina, representando a fusão da Deusa-Mãe Cristã (A Virgem) com a Mãe-Terra andina. Nesse sentido, essa imagem apresenta as tensões e intenções de dominação por parte do europeu colonizador em terras americanas e suas populações. É uma imagem produzida por homens brancos, europeus e cristãos e que, no mínimo, ressignifica os elementos e tradições que não pertenciam à Europa.



Figura 2 – *La Virgen del Cerro* (1720).

Fonte: Virgen del Cerro. 1720. Autor desconhecido. La Paz, Bolívia (Museu Nacional de Arte).

Por esses motivos, *La Virgen del Cerro* foi muito utilizada durante a colonização da América espanhola — em especial, a dos povos andinos. Ela era o ícone cristão de fácil assimilação pelos indígenas, fazendo a ligação dos humanos com a esfera do divino. Isso acontecia porque reunia

alguns dos mesmos símbolos e atributos que Pachamama apresentava. Para Margarita E. Gentile Lafaille (2012), essa imagem, incorporada com os símbolos de Pachamama, era o suporte visual utilizado nos sermões populares realizados nos Andes.

No entanto, os europeus não foram capazes de esvaziá-la ou eliminá-la por completo, produzindo, assim, novas imagens que mesclam as intenções do colonizador e os elementos do colonizado. Ou seja, em *La Virgen del Cerro*, observamos o confronto dos mundos imaginais diversos que, segundo Hans Belting (2014), acompanham a colisão dos povos, as conquistas e as colonizações, mas também a resistência que, no mundo imaginário dos vencidos, se levanta e move contra as imagens dos vencedores.

Foi nesse sentido que os jesuítas começaram a colonizar, no campo das visões, o mundo imaginário dos indígenas, ao impor imagens diante de seus olhos e constantemente as divulgar, para se apoderar da sua imaginação e de seus sonhos, o que pode ser compreendido como uma ação colonialista: “Isso produziu uma cultura imaginal híbrida, porque as imagens importadas deixaram de ser o que eram e foram adaptadas, recriadas e alteradas” (Belting 2014, 83).

A imperatriz antropófaga

Como foi possível observar em *La Virgen del Cerro*, as imagens falam, simultaneamente, sobre esses conflitos de ideias, visões de mundo, de posicionamentos religiosos, relações de poder e diversos tempos históricos. E por que existem tantos conflitos? Como esses elementos são simultâneos e estão em tensão nas imagens? A obra *A imperatriz antropófaga* (Figura 3), de Lindote, é um dos exemplos que conseguem presentificar esses conflitos, interseccionando elementos do contexto brasileiro, latino-americano, do de povos africanos trazidos durante o período de escravidão e, até mesmo, um repertório cultural pertencente aos colonizadores (europeus/mediterrânicos/ibéricos/portugueses).

Antes de passarmos para a análise imagética da obra, é preciso prestar atenção a como seu próprio nome oferece interpretações valiosas sobre simultaneidade, tensões e continuidades. A obra intitulada *A imperatriz*, criada em 2017, provavelmente produzida em Florianópolis, Santa Catarina, onde Lindote reside e mantém seu ateliê desde 1983, carrega significados cheios de referências históricas, culturais e críticas.

Parte do título é uma referência ao *Manifesto antropófago* de Oswald de Andrade, que propunha uma ideia metafórica de “devorar” culturas externas para recriar algo original, próprio do Brasil. A imperatriz seria uma figura que simboliza poder e soberania, mas com uma característica paradoxal: em vez de colonizar ou dominar diretamente, ela consome o outro culturalmente. A escolha do termo “imperatriz” sugere uma imagem de autoridade, uma alusão às

potências coloniais ou às elites brasileiras que perpetuaram dinâmicas de poder desiguais. Ao associar “imperatriz” a “antropófaga”, Lindote desconstrói essa figura de poder, mostrando que mesmo as culturas dominantes são moldadas por uma interação (ou apropriação) de outras culturas.⁴

O nome da obra também sugere uma homenagem irônica a Tarsila do Amaral, cujo *Abaporu* (1928) é um ícone da antropofagia cultural, ajudando a artista a consolidar o movimento antropofágico. A imperatriz poderia ser interpretada como uma personagem caricata ou exaltada que celebra essa apropriação criativa. Dessa forma, a obra e o título de Lindote dialogam com a busca por uma identidade cultural brasileira híbrida e multifacetada, que não se limita aos padrões europeus ou estadunidenses. O Brasil é, alegoricamente, essa *A imperatriz* que absorve, mistura e transforma culturas de fora em algo único, trazendo à tona a complexidade da identidade cultural e histórica brasileira.



Figura 3 – *A imperatriz antropófaga* (2018).

⁴ Para uma análise mais detalhada sobre a obra e suas referências, consultar: Cherem, Rosângela Miranda, e Luciana Knabben. 2021. “Convivências disjuntivas, gesto e arquivo em Fernando Lindote”. (Re)existências: Anais do 30º encontro nacional da ANPAP, João Pessoa, Brasil, 2021. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/374094.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024; Cherem, Rosângela Miranda, e Luciana Knabben. “Pintura e desterritorialidade em Fernando Lindote”. *Ouvirouver*, 17, n. 1 (2021): 54-66. Disponível: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/51508/32568>. Acesso: 12/12/2024.

Fonte: Fernando Lindote. *A imperatriz antropófaga*, óleo sobre tela, 150 x 140 cm, 2018, coleção de Jeanine e Marcelo Collaço. Fotografia: Isaias Martins.

Outro elemento que podemos destacar na obra de Lindote é uma espécie de mordada, de formato triangular com a vértice para cima, cobrindo nariz e boca, na cor verde, mas transpassado por frestas. Essa mordada ganha outro significado quando a comparamos com a mordada da Figura 4, que representa Anastácia. De biografia incerta, segundo Grada Kilomba (2019), alguns relatam que Anastácia, nascida em Angola, foi filha de uma família real Kimbundo, da qual foi sequestrada e escravizada por uma família portuguesa, na Bahia. Outros afirmam que ela teria sido uma princesa nagô/iorubá antes de ser capturada e trazida ao Brasil na condição de escravizada. Ainda segundo o autor, “enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravização” (Kilomba 2019, 35).



Figura 4 – Representações de Anastácia (1839).

Fonte: <https://journals.openedition.org/horizontes/docannexe/image/8581/img-1-small580.png>. Acesso em: 25 dez. 2024.

Segundo Pereira (2023), foi durante a década de 1960 que se consolidou a representação amplamente conhecida de Anastácia (Figura 4). Yolando Guerra, então diretor do Museu do Negro no Rio de Janeiro, associou a gravura de 1839, de Jacques Étienne Victor Arago, a Anastácia:

Na publicação, a legenda da gravura se refere à “punição de escravos”, sem fazer menção a uma mulher ou pessoa específica. Mais de 150 anos depois de sua criação, o desenho foi integrado ao projeto expositivo do Museu do Negro, que associou a imagem a outros rostos negros, de figuras anônimas e personalidades como Zumbi dos Palmares. A gênese do “nascimento gráfico” da Escrava Anastácia se baseia em um desenho do século XIX que foi personalizado e feminilizado. A devoção popular tomou de empréstimo uma obra de arte (Sansi 2007, 36) exposta como imagem histórica (Pereira 2023, 08).⁵

⁵ Em 2022, uma versão distinta do retrato de Anastácia alcançou repercussão nacional através da obra *Anastácia livre*, do artista visual Yhuri Cruz, que representa Anastácia sem as mordadas, conduzindo à amplificação dos debates sobre

Ainda de acordo com o autor, o retrato de Anastácia possui raízes complexas, conectadas ao passado da escravidão negra no Brasil e nas Américas. Sua presença possui um teor ambivalente: “[...] ela se converteu em símbolo de resistência e imagem de devoção popular. Imagem simultaneamente religiosa, política e histórica [...] ela adquiriu uma nova camada de sentido e potência ao ser recriada no campo da arte contemporânea” (Pereira 2023, 03). Na obra de Lindote, ambivalência e potência permanecem presentes nessa leitura de arte contemporânea.

Outra característica importante da obra de Lindote é a cor de pele não branca de *A imperatriz*. Tal característica permite analisá-la, ao menos em um primeiro momento, em um movimento de ruptura com uma tradição étnica europeia. Ela está em um local escuro, que parece ser o fundo do oceano ou uma espécie de pântano. Apesar de amordaçada e situada em uma posição aparentemente vulnerável, a imagem sugere resistência. Sua coroa, única fonte de luz no quadro, destaca-se como símbolo de força. Talvez nesse cenário, a mordaca se transforme em uma máscara que a permite respirar. Ela carrega uma espada ensanguentada na mão esquerda e um outro objeto em sua mão direita, compondo uma cena de tensão. O cenário onírico intensifica o caráter simbólico da obra, reforçando a ideia de resistência mesmo em meio à adversidade. A presença da referência a Anastácia novamente demonstra, sob outra ótica, a ambivalência das imagens, a presença das marcas coloniais que guiam significados após a descolonização, um sinal de que “as feridas da escravidão se fariam sentir muito após a Abolição” (Pereira 2023, 06).

A força da obra também se manifesta na pintura, especialmente na ferida no lado direito da tela. As manchas de tinta, dispostas de forma intencional, transmitem, através dessa fratura, a sensação de que a própria tela está viva e machucada. Lindote (2015) se vê como um artista que compreende seus trabalhos como um espaço de discussão. Segundo ele, a sociedade na qual vive, de alguma maneira, participa do que ele faz.

Neste sentido, concordamos com Cherem e Knabben (2021), quando afirmam que o quadro da *A imperatriz* possui um olhar penetrante que encara diretamente o espectador. No entanto, por mais que se tente alcançar a estranha figura ali representada ou compreender a totalidade da cena, são as interferências e acidentes que predominam, compondo uma espécie de enigma pronto para devorar a própria visualidade da tela. As flores resplandcentes na coroa da imperatriz, por exemplo, estão cortadas na linha superior da tela, como se fossem resultado de um enquadramento fotográfico descuidado ou como se a pintura pudesse se expandir além dos limites do quadro.

seus diferentes significados e meios onde se manifestam. Nesse sentido, vale lembrar que nas religiões de matriz africana, como a umbanda, Anastácia é cultuada junto aos pretos-velhos.

O fundo noturno, a vestimenta escura e a pele negra da figura destacam as linhas que se dispersam pela mão esquerda da mulher, “assim, o que parece se destacar é um esforço pictórico para obter uma figuração dotada de força em si mesma, sem preocupação de produzir algum vínculo temático ou narrativo” (Cherem e Knabben 2021, 63).

Lindote é um artista com uma trajetória que reflete a complexidade de um corpo historicamente situado no Brasil, atravessado por múltiplas culturas, inclusive dentro do próprio país, entre o Rio Grande do Sul, estado onde nasceu, e Santa Catarina, onde se consolidou como artista que viveu intensamente o repertório cultural catarinense:

Este movimento constante de desterritorialização fez com que, no começo dos anos 80 se mudasse para Florianópolis, trazendo seu interesse pelos desenhos pinturas rupestres do Costão do Santinho, conhecidos através de uma matéria sobre o museu arqueológico do Padre Rohr num dos cadernos de cultura do jornal Correio do Povo que era de seu avô (Cherem e Knabben 2021, 65).

Sua obra não se limita a uma experiência individual e dialoga com questões coletivas e sociais de seu contexto. Por meio da pintura, Lindote propõe discussões sobre temas relevantes da sociedade a que pertence. Embora sua produção tenha uma forte ligação com o contexto brasileiro, ele também se dedicou ao estudo da arte europeia. Em 2016, destacou seu interesse pela pintura dos séculos XVII e XVIII, especialmente das escolas da Espanha, Holanda e França, além de expressar curiosidade pela escola medieval italiana. Seu foco não é apenas nos artistas, mas em períodos históricos, sendo influenciado por referências como Rembrandt, Diego Velázquez, Francisco de Goya e Georges La Tour, cujas obras ajudam a compreender o uso do claro-escuro presente em seu próprio trabalho.

Segundo Cherem e Knabben (2021), Fernando Lindote desenvolve sua obra a partir de um vasto arquivo que opera como um índice de um pensamento sensível e reflexivo, sempre em transformação. Esse arquivo não é apenas uma coleção de referências; é um espaço dinâmico no qual ele articula habilidades, desenvolve poéticas e explora noções operatórias que desconhecem a rigidez das hierarquias e classificações. Lindote, em sua abordagem, transcende limites tradicionais ao integrar diferentes camadas de conhecimento e expressão artística, propondo novas formas de relacionamento entre o pensar e o criar.

Seu repertório é amplo, abrangendo elementos visuais e plásticos, bem como aspectos conceituais e teóricos. Porém, é em seu pensamento pictórico que esse repertório ganha força. Para Lindote, o visível e a aparição superam o visual e a aparência, indicando que a profundidade de sua obra reside mais na experiência do que na mera representação. Esse pensamento pictórico traduz-se em suas pinturas, que funcionam como dispositivos abertos, capazes de ultrapassar fronteiras e

se deslocar livremente por diferentes territórios criativos e interpretativos (Cherem e Knabben, 2021).

Eucronia e horizonte de expectativas de *A imperatriz antropófaga*

A relação de *A imperatriz* com o contexto de produção e o repertório cultural e visual de seu autor, Fernando Lindote, dialoga com as contribuições de Didi-Huberman (2015), para quem “estar diante da imagem é estar diante do tempo”. Entre as temporalidades da imagem, destaca-se a eucronia — o tempo de produção do artista —, com suas singularidades, contradições e pertencimentos históricos. No caso da obra em questão, observa-se o desejo de resistir às heranças coloniais por meio de uma construção imagética crítica. Entretanto, essa tentativa de resistência convive com tensões próprias do lugar social do artista — um homem branco, nascido e formado no sul do Brasil — o que evidencia que sua produção, embora propositiva, não escapa inteiramente às estruturas coloniais. Assim, *A imperatriz* é, simultaneamente, um espaço de resistência e de reprodução de tensões coloniais.

Didi-Huberman (2015) propõe pensar as temporalidades que atravessam a imagem, uma vez que é o tempo que possibilita o acesso heurístico a elas. O autor estabelece uma arqueologia crítica dos modelos de tempo e seus valores de uso através dos objetos imagéticos. Para ele, uma imagem possui, no contexto de sua produção, o tempo eucrônico, com seu caráter factual, comum e referente a seu período histórico-social. É o tempo do artista e da imagem, priorizado pelo historiador da arte durante suas análises, em uma atitude de pureza temporal que desconsidera outras temporalidades como ponto de partida.

Para Didi-Huberman, “[...] essa atitude canônica do historiador não é nada mais que uma busca da concordância dos tempos, uma busca da consonância eucrônica” (Didi-Huberman 2015, 19). A eucronia é observada pelo autor sob o ângulo do que é conveniente ao tempo do artista (e as imagens que produzem), significando algo próximo a um sintoma no saber histórico. Daniela Campos (2014, 09) explica que são “[...] imagens envoltas a publicidades, comportamentos, morais e modas em voga em seu tempo histórico de produção”.

O tempo eucrônico se manifesta em *A imperatriz* quando Lindote busca discutir questões sociais, políticas e religiosas do contexto brasileiro e latino-americano e se destaca pela exuberância das cores encontradas na coroa da imperatriz, bem como por elementos da flora brasileira. Embora sua arte seja influenciada pelos estudos de arte europeus, como se observa no estilo barroco da imperatriz, com suas roupas e fundo escuro, Lindote produz uma arte que lhe é própria. Todavia, sua produção, que não é uma simples reprodução da arte europeia, mas uma reinterpretação crítica dela, ainda não escapa à colonialidade, provavelmente devido ao fato de ser um homem branco

que nasceu e viveu grande parte de sua vida no sul do Brasil. Dessa forma, a imperatriz é um espaço de simultaneidade e tensão no campo das imagens, ao evidenciar, além da colonialidade, as influências de artistas europeus, que refletem uma necessidade de legitimação do artista (e seus marcadores sociais), que se utiliza dessas referências para afirmar sua produção.

A imperatriz ainda apresenta determinados estratos de tempos que, segundo Koselleck, se mesclam e se justapõem “simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (Koselleck 2006, 11), motivo pelo qual enseja uma visualidade que pode ser analisada a partir de suas interações, enlaçamentos e diálogos com o cotidiano da realidade social. Assim, Lindote, ao assumir a relação direta de seus trabalhos com a sociedade na qual vive e que, de alguma forma, participa do que ele faz, propõe uma expectativa nas intenções de suas criações artísticas, visto que espera que dela algo aconteça, como uma reflexão, por exemplo.

Tal expectativa, ou melhor, o horizonte de expectativas, segundo Koselleck (2006), conecta-se à pessoa e ao interpessoal que se realiza no hoje; é um futuro presente que está voltado para o não experimentado e que só pode ser previsto: “Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (Koselleck 2006, 310). *A imperatriz* está na esteira desse horizonte de expectativas, ao denunciar as marcas de uma ferida colonial e as intenções de Lindote, como na escolha do nome da obra como uma figura de autoridade contra as potências coloniais ou às elites brasileiras que perpetuaram dinâmicas de poder desiguais.

Seu desejo é resistir a esse projeto colonialista e sua obra está motivada por um anseio, seja voluntário ou não, ao demonstrar elementos de resistência ao construir essa figura de poder, mostrando que mesmo as culturas dominantes são moldadas por uma interação (ou apropriação) de outras culturas, como no Brasil, por exemplo. Uma obra atravessada por relações de poder, processos históricos e entrelaçamentos culturais, que carrega as marcas da colonização, sua violência e seus efeitos, intencionando avançar na compreensão das dinâmicas sociais e culturais contemporâneas.

No entanto, existem outras experiências temporais que podemos identificar em *A imperatriz*. Tais experiências remetem à presença de uma longa temporalidade, mais antiga (ou antigas), que surge como imagem anacrônica repleta de espaços de experiências, por meio de determinados componentes presentes no interior da obra. É sobre o anacronismo temporal e seus espaços de experiências em *A imperatriz*, que segue a próxima etapa de nossa análise.

Imagens anacrônicas e espaços de experiências em *A imperatriz antropófaga*

Para Didi-Huberman (2015), o tempo eucrônico, sozinho, não é capaz de revelar as demandas da fonte e de seu objeto visual, motivo pelo qual seria necessário recorrer ao anacronismo para transcender o contexto da imagem. Limitar-se ao contexto de produção das imagens é insuficiente para se compreender a complexidade das temporalidades que a compõem.

Todavia, é oportuno enfatizar que uma análise anacrônica não invalida uma interpretação eucrônica. Antes, o contrário, tendo em vista a possibilidade de diálogo entre tais percepções, em que a utilização do anacronismo, combinado com o eucronismo, enriquece consideravelmente as análises em torno do objeto visual que, a nosso ver, remete diretamente a uma ideia de transtemporalidades no interior da imagem. Por isso devemos transcender, por meio do anacronismo, não apenas as informações condizentes com o contexto de produção das imagens, mas também levar em conta elementos que se referem à repetição, às permanências ou às sobrevivências de um passado, ou de vários passados, no interior da imagem de forma reatualizada no presente. É o elemento antigo presente na imagem que nos interessa aqui.

Na materialidade da imagem de *A imperatriz*, é possível perceber esse anacronismo das imagens por meio das cores, formas e elementos que revelam a emergência de tradições anteriores, de longa duração e que resistem às investidas de uma cultura dominante europeia, branca, patriarcal e cristã, voltadas contra o feminino, os negros e os indígenas.



Figura 5 – *A Imperatriz Antropófaga* e *La Virgen del Cerro*.

Fonte: Virgen del Cerro. 1720. Autor desconhecido. La Paz, Bolívia (Museu Nacional de Arte); Fernando Lindote. *A imperatriz antropófaga*, óleo sobre tela, 150 x 140 cm, 2018, coleção de Jeanine e Marcelo Collaço. Fotografia: Isaias Martins.

De acordo com a Figura 5, a imagem da imperatriz apresenta, de imediato, um triângulo com a vértice para cima, o que rememora uma tradição antiga ligada ao campo do feminino

entrelaçado ao sagrado, como nas representações da Pachamama ou da *Virgen del Cerro*. As imagens apresentam formas e características iconográficas que evocam a conexão entre a natureza e a figura feminina, simbolizando a Mãe Terra, ou Pachamama, em várias tradições culturais. Além disso, esse triângulo simboliza não apenas as montanhas, mas também seu conteúdo e sentido simbólico. E, para acessar o interior dessas montanhas, é necessário passar por uma abertura, representada pelas cavernas.

A forma triangular presentifica uma experiência temporal e uma imagem anacrônica que envolvem antigas divindades telúricas (associadas à terra) e ctônicas (relacionadas à caverna e ao subterrâneo). Nesse contexto, a caverna é associada ao útero materno, e a mãe humana é assimilada à Grande-Mãe telúrica. Para Verlindo (2002), existe uma relação entre a caverna e o útero materno, e a assimilação da mãe humana à Grande-Mãe telúrica. Segundo Mircea Eliade (1987), as cavernas são elementos que estão assimilados à matriz da Terra-Mãe, e os rituais que acontecem no interior delas, desde tempos remotos, seria um retorno místico à Mãe.

De acordo com Bonetti (2013), as cavernas são espaços sagrados que simbolizam o “útero da deusa” e a própria realidade viva da divindade; é o ventre grávido da deusa, no qual grutas, cavernas, rachaduras ou fendas representam o útero primordial da Grande Deusa Mãe. Tal relação, segundo Eliade, pertence às deusas telúricas (dentre as quais também acrescentamos as deusas ctônicas), em que seus mitos revelam, “[...] o mesmo mistério do nascimento, da criação e da morte dramática seguida pela ressurreição” (Eliade 1957, 171).

Gilbert Durand (2001) salienta que existe, entre a gruta e a casa, a mesma diferença que entre a mãe marinha e a mãe telúrica: a gruta seria mais cósmica e mais completamente simbólica que a casa — é a matriz universal dos grandes símbolos da maturação e da intimidade. O autor destaca que a igreja cristã, a exemplo dos cultos iniciáticos de Átis e de Mitra, assimilou o potencial simbólico da gruta, da cripta e da abóbada. Por isso, é possível perceber a construção de inúmeras igrejas e templos dos cultos da antiguidade pagã nas proximidades de cavernas e fendas, como São Clemente, em Roma ou Lourdes, que retomam a tradição de Delfos, Hierópolis e Cós.

De acordo com Flávia Regina Marquetti (2002), essa relação da caverna com o útero se deve a sua característica de interioridade, pois, ao observar animais selvagens como leões e ursos saindo de dentro dela, se tem a impressão de estarem nascendo da caverna. Tal característica seria um dos motivos pelos quais as cavernas operam como espaços ritualísticos e sacrificiais que, na ambivalência marcada pelo medo e pelo prazer, se iguala, para o homem pré-histórico, ao corpo da mulher. Esse “útero-caverna”, de onde se origina a vida e seu “sexo-abertura ctônico”.

Essas considerações nos permitem perceber a experiência temporal que envolve, desde passados longínquos, referentes às deusas telúricas, que, segundo Bastos (2020), remontam ao

Neolítico (5.000–2.500 A.E.C.), bem como remetem a passados menos longínquos como a tradição dos deuses do Olimpo, ligados à mitologia grega (que também partilham de experiências temporais ligadas às deusas telúricas).

A presença desses elementos antigos em *A imperatriz* emerge como uma memória errática que regressam como sintoma, portadora de uma memória coletiva que circula por intermédio do tempo, reatualizando-se nos mais diversos momentos históricos. Nesse sentido, para Didi-Huberman (2015), as imagens possuem diferentes temporalidades, mesmo contemporâneas, e estão repletas de memórias e obsessões pelo passado (ou passados). Elementos como cores e formas permitem perceber significados que ultrapassam o tempo eucrônico do artista e da obra. A imagem tem, desta forma, mais memórias, mais passados e mais tempos que se acomodam e se montam.

Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem, e ela é, diante de nós, o elemento do futuro, o elemento da duração [*duree*]. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser [*étant*] que a olha (Didi-Huberman 2015, 16).

A imperatriz revela a identificação e a confrontação de experiências temporais multifacetadas sobre o feminino, o sagrado, o negro, o indígena, a colonialidade, a opressão e a resistência. Essas experiências referem-se tanto a um passado longínquo e distante quanto às expectativas do contexto de produção da obra e de Lindote. Segundo Didi-Huberman, propor o anacronismo é interrogar a plasticidade fundamental das imagens “[...] e, com ela, a mistura, tão difícil de analisar, dos diferentes tempos operando em cada imagem” (Didi-Huberman 2015, 15).

O anacronismo se apresenta, dessa forma, como um método eficiente para se analisar os elementos de *A imperatriz*, pois permite identificar suas múltiplas temporalidades, além de exprimir suas complexidades, sobrevivências e a presença de passados. Sua materialidade revela a identificação e a confrontação de experiências temporais multifacetadas sobre determinados imaginários e cosmovisões sobre o feminino, o sagrado, as antigas divindades femininas, por exemplo. Essas experiências, isto é, espaços de experiências referem-se tanto a um passado longínquo e distante quanto às expectativas do contexto de produção da obra e de seu criador.

Identificamos esse(s) passado(s) com a concepção de tempo histórico proposto por Koselleck (2006) de espaço de experiência, em que a experiência se refere ao passado atual, no qual acontecimentos foram incorporados e que podem, inclusive, ser lembrados. Nessa experiência, mesclam-se a elaboração racional e as formas inconscientes de comportamentos, que não estão presentes no conhecimento. Transmitida por gerações e por instituições (mas não só), na experiência de cada indivíduo, está contida e é conservada uma experiência alheia, e a história é concebida como o conhecimento de experiências alheias.

Existe, assim, uma assimetria entre espaço de experiência e horizonte de expectativas, que podem ser associados com a estrutura de um presente largo em que se busca reter o passado e em que o futuro está bloqueado. A obra de Lindote possibilita perceber a produção da presença dessas experiências temporais de passados antigos e míticos. Tais experiências ainda tocam nossos corpos e se comunicam com os fenômenos temporais de um espaço de experiência do passado, que estão presentes no contexto de produção de *A imperatriz*, na qual se tornam tangíveis, de alguma forma, para o presente.

Para Jasmin (2006), Koselleck apresenta o tempo como uma construção cultural, de forma que cada época determina o entrelaçamento entre o já experimentado (como o passado) e as possibilidades que se lançam em um horizonte de expectativas (para o futuro), no qual

[...] a história — considerada como conjunto dos fatos do passado, como dimensão existencial e como concepção e conhecimento da vida, que permitem a sua inteligibilidade — deve ser apreendida em sua própria historicidade constituindo um objeto da reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites e as suas consequências (Jasmin 2006, 09).

A imperatriz, ao tornar presente os atributos de divindades antigas, traz à tona irrupções de vários passados, de experiências de tempos, de constelações que se impõem como espaços de tempos não lineares, reveladas pelas roupagens históricas presentes nos diversos imaginários sociais, continuamente reconfigurados e reatualizados num processo de longa duração. Esses imaginários sociais, de algum modo, orientam e dinamizam o(s) passado(s) em destino, em futuro, em desejo, em que esse(s) passado(s) se dialetiza(m) na pretensão de um futuro, no qual, dessa tensão, surge um presente que emerge nas produções sociais e nos objetos culturais da humanidade.

Portanto, *A imperatriz* se configura como um espaço de conflitos de tradições e experiências temporais sobre a resistência ao colonialismo — mas sem conseguir se desvencilhar dele completamente —, ao sagrado, ao feminino, a cosmovisões antigas, que resistem por meio de suas tradições milenares com seus atributos de força e sacralidade. Assim, a obra é o espaço, produto e resultado de resistência, onde se pode refletir sobre inúmeras tentativas de silenciamento e marginalização histórica de determinados grupos e vozes. *A imperatriz* pode ser interpretada como uma representação de uma ferida colonial, onde coexistem tensões de opressões históricas e das resistências que surgem em resposta a essas opressões.

Considerações finais

Nossa análise buscou pensar como a obra *A imperatriz antropófaga* sintetiza um encontro de múltiplas temporalidades, tradições culturais e narrativas iconográficas, que emergem como um campo de diálogo crítico sobre colonialidade, resistência e identidade. Criada no contexto da arte brasileira contemporânea, a pintura articula elementos que vão além da representação visual,

adentrando reflexões profundas sobre as dinâmicas de poder e as sobrevivências culturais. Essa relação, longe de ser arbitrária, revela uma construção cuidadosa e intencional, na qual o passado, o presente e o imaginado dialogam de forma orgânica.

Essa característica de Lindote possibilita que suas pinturas se tornem veículos de múltiplas leituras. Ou seja, não pertencem a uma única tradição, mas dialogam com diversas referências culturais, artísticas e históricas. Esse diálogo coloca em evidência corpos e símbolos que denunciam um passado marcado pela exploração e dominação, enquanto celebra narrativas de resistência. Por outro lado, também evoca passados mais antigos, vívidos, que se tensionam com certas projeções de futuro, em que tradições culturais se entrelaçam, resistem e reconfiguram suas narrativas no presente. Essa dinâmica complexa demonstra como Lindote foi capaz manipular, por meio dos elementos existentes no interior de *A imperatriz*, noções de tempo e espaço que convidam o espectador a explorar relações complexas entre o visível e o imaginado, entre rupturas e continuidades, entre passados, presente e futuros.

Ao considerar as contribuições de Reinhart Koselleck (2006), é possível compreender que *A imperatriz* se constitui como um campo de cruzamento entre espaços de experiência — os tempos passados, inscritos nas camadas imagéticas e simbólicas da obra — e horizontes de expectativa — os impulsos projetivos do artista diante de sua realidade histórica. A imagem revela, assim, uma constelação temporal onde se sobrepõem elementos antigos e/ou ancestrais, sobrevivências coloniais e anseios de transformação. A pintura se torna, portanto, não apenas um vestígio do passado, mas uma abertura para o futuro, no qual a memória histórica adquire densidade crítica e se articula à possibilidade de novos imaginários sociais.

Referências bibliográficas

- Bastos, Rodolpho Alexandre Santos Melo. “Ave Maria cheia de filmes: Transtemporalidade do sagrado (e do) feminino através da presença de Maria no filme ‘Io sono con te’ (2010)”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.
- Belting, Hans. *Antropologia da imagem*. Lisboa: Publisher; KKYM: EAUM, 2014.
- Caballero, Luz Helena. 2020. “La Virgen del Cerro. Paisagem e imagen sagrada”. *Seminario de la Maestría en Historia del Arte (MHAR) Historiografía, ecología y montañas do Departamento de Historia del Arte*, Bogotá, Colômbia, 2009. Disponível em: <https://historiadelarte.uniandes.edu.co/clio/septima-edicion/la-virgen-del-cerro-paisaje-e-imagen-sagrada/>. Acesso em: 25 dez. 2024.
- Campos, Daniela Queiroz. “Entre o eucronismo e o anacronismo: Percepções da imagem na coluna Garotas do Alceu”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- Cherem, Rosângela Miranda, e Luciana Knabben. 2021. “Convivências Disjuntivas, Gesto e Arquivo em Fernando Lindote”. (Re)existências: *Anais do 30º encontro nacional da ANPAP*, João

Pessoa, Brasil, outubro de 2021. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/374094.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

Cherem, Rosângela Miranda, e Luciana Knabben. “Pintura e desterritorialidade em Fernando Lindote”. *Ouvirouver*, 17, n. 1 (2021): 54-66. Disponível: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/51508/32568>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Didi-Huberman, Georges. *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

Durand, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Eliade, Mircea. *Ferreiros e alquimistas*. Lisboa: Relógio D’Água, 1987.

Eliade, Mircea. *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa: Editions Gallimard, 1957.

Jasmin, Marcelo. “Apresentação”. Em *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Reinhart Koselleck. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Kilomba, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Lafaille, Margarita E. Gentile. “Pachamama y la coronación de la Virgen-Cerro. Iconología, siglos XVI a XX”. 2012. *Advocaciones Marianas de Gloria — SIMPOSIUM (XXª Edición)*, San Lorenzo del Escorial, Espanha, setembro de 2012. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4100946>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Marquetti, Flávia Regina. “A protofiguratividade da Deusa Mãe”. *Classica*, 15/16, n. 15/16, (2002): 17-40. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/224>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Mignolo, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

Pereira, Edilson. “Da escravidão à liberdade: A imagem de Anastácia entre arte contemporânea, política e religião”. *Horizontes Antropológicos*, 29, n. 67 (2023): 1-37. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/8wRzHWvMjpQKfwj7MZrG4zz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Quijano, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” Em *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais*, org. Edgardo Landier, 117-142. Buenos Aires: Perspectivas Latino-Americanas: CLACSO, 2005.

TV UFSC. 2016. “A cor da nossa tela — Fernando Lindote”. YouTube, 07:42. <https://www.youtube.com/watch?v=4QsOpgo2Ryc>.

Verlindo, Jorge. “As cavernas sagradas de Creta: Suas relações com a Grande Deusa Mãe e com aspectos xamânicos da religiosidade minoica”. *MÉTIS: História & Cultura*, 2, n. 2 (2002): 229-259. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1113>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Recebido: 03 de janeiro de 2025

Aprovado: 25 de abril de 2025

**Pastores africanos no horizonte da “ocupação” da Angola central*
Ngulu, Keto e a expansão da missão congregacional (c. 1880-1900)**

*African pastors on the horizon of the “occupation” of Central Angola
Ngulu, Keto and the expansion of the congregational mission (c. 1880-1900)*

*Pastores africanos en el horizonte de la “ocupación” de Angola central
Ngulu, Keto y la expansión de la misión congregacional (c. 1880-1900)*

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos**

<https://orcid.org/0000-0002-8681-267X>

RESUMO: Nas décadas finais do século XIX, o interior da região central de Angola passava por significativas transformações sociopolíticas. Tais processos culminariam no avanço das campanhas militares de ocupação nos sobados do Bié (*Výje*) e do Bailundo (*M’balundu*), territórios que, apesar das contínuas e ambíguas relações com agentes europeus, haviam mantido sua autonomia política até àquele momento. Nesse cenário, as primeiras missões protestantes começaram a ser estabelecidas na região. Dentre os primeiros convertidos pela *West Central African Mission*, emergiram personagens como Abraham Ngulu e Jacob Keto, jovens que se tornariam pastores, professores e líderes comunitários. Suas trajetórias aparecem de maneira esparsa e lacunar na escrita missionária produzida nos primeiros anos de atuação dos congregacionais na Angola central. Ao examinarmos aspectos de suas contribuições, buscamos ampliar as possibilidades de compreensão das experiências africanas no contexto de expansão do imperialismo e do cristianismo no continente africano.

Palavras-chave: História da África. Angola. Imperialismo. Missões Cristãs. Discurso Colonial.

ABSTRACT: In the final decades of the 19th century, significant sociopolitical changes were taking place in the interior of Central Angola. Such processes would culminate in the advancement of the

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Processo nº 88887.690625/2022-00.

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: jessicasantoshistoria@gmail.com.

Portuguese military campaigns on the *sobados* of Viye and M’balundu. Despite the continuous and ambiguous connections with European agents, these territories had maintained their political autonomy until that moment. In this context, the first protestant missions were established in the region. Among the West Central African Mission’s first converts, there were characters such as Abraham Ngulu and Jacob Keto, local young men that would become pastors, teachers, and community leaders. Their trajectories appear sparsely in the missionary writing produced during the first years of the mission in Central Angola. Through examining aspects of their contributions, we seek to contribute to the understanding of African experiences in the context of the expansion of imperialism and Christianity in Africa.

Keywords: African History. Angola. Imperialism. Christian Missions. Colonial Discourse.

RESUMEN: En las últimas décadas del siglo XIX, importantes cambios sociopolíticos afectaron el interior de Angola Central. Estos procesos culminaron en el avance de las campañas militares portuguesas en Viye y M’balundu. A pesar de los vínculos continuados y ambiguos con agentes europeos, estos territorios mantuvieron su autonomía política hasta aquel momento. En este contexto se establecieron las primeras misiones protestantes en la región. Entre los primeros conversos de *West Central African Mission* se encontraban personajes como Abraham Ngulu y Jacob Keto, jóvenes que se convertirían en pastores, maestros y líderes comunitarios. Sus trayectorias aparecen de forma escasa e incompleta en la escrita misionaria producida durante los primeros años de la misión en Angola Central. Al examinar aspectos de sus contribuciones, buscamos contribuir a la comprensión de las experiencias africanas en el contexto de la expansión del imperialismo y el cristianismo en el continente africano.

Palabras clave: Historia de África. Angola. Imperialismo. Misiones Cristianas. Discurso Colonial.

Como citar este artigo:

Santos, Jéssica Evelyn Pereira dos. “Pastores africanos no horizonte da “ocupação” da Angola central Ngulu, Keto e a expansão da missão congregacional (c. 1880-1900)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 249-270.

Introdução

No relatório anual da *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM) apresentado em Detroit no ano de 1883, o Bailundo (M’balundu)¹ era retratado como uma “terra

¹ Atualmente um município pertencente à província do Huambo em Angola. No final do século XIX, o topônimo se referia a um território governado por um soba (grafia aportuguesada; em *umbundu, ossoma*) – um ‘sobado’. Fernando Florêncio indica que a geografia do M’balundu anterior ao estabelecimento colonial correspondia a uma vasta região do planalto central, que partia de “seu centro fundador, a montanha de Halavala”. A partir de 1902, com a vitória portuguesa na campanha militar principal da ‘Guerra do Bailundo’, o território foi, de maneira progressiva, sendo

tão estéril quanto o próprio Sahara”. De acordo com o mesmo escrito, seus habitantes, apesar de “todos os seus vícios, eram gentis no caráter”, e por isso, “mereciam todo o esforço necessário para salvá-los” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1883, 28). Essa visão se ancorava na noção de que “apenas a luz do evangelho” poderia iluminar “os corações e mentes” nativos, que se encontrariam na “escuridão”. Na esteira desses signos, reverberava um dualismo característico do discurso colonial², amplamente empregado como síntese da “missão civilizadora”.

Além do verniz racialista e eurocêntrico da imagem dos africanos no “coração das trevas”, o trecho do relatório guarda indícios de uma outra matiz presente nos retratos dos bailundos elaborados pelos missionários: a presunção de que as populações locais seriam, por natureza, abertas à “civilização”. A presumida característica alimentaria representações dos povos do Bailundo – e, em certa medida, das populações *umbundu*³ do planalto central de Angola de maneira geral – como povos “dóceis”, “receptivos à civilização ocidental”. Tais essencializações aparecem, por exemplo, em textos de missionários e etnografias produzidas no período colonial (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1883; Childs 1949, 214; Edwards 1962, 19, 20). O nexos central dessa construção discursiva, ganha vazão, inclusive, no período pós-colonial, com a representação do “bailundo” como “leal e dedicado trabalhador”, noção baseada “não apenas nas dinâmicas do trabalho migrante”, mas também a uma suposta e essencializada “inabilidade e falta de vontade de se rebelarem” (Martins 2015, 144).

A atribuição de tal característica como supostamente inerente às populações locais produz uma redução que permite a construção de um estereótipo. Ainda que não seja mais que a expressão de uma projeção, de um reducionismo, de um falseamento, essa construção ganhou lugar no projeto missionário congregacional desenvolvido na região, tendo sido incorporada em estratégias da ação missionária na localidade e seus entornos nas décadas seguintes.

restringido e atravessado pela “lógica das divisões administrativas coloniais, até se confinar aos seus actuais limites, que correspondem, grosso modo, ao actual município do Bailundo e algumas regiões dos municípios adjacentes” (Florêncio 2010).

² O contraste entre “luz” e “escuridão” se configurou como um *topos* do discurso colonial, que deu forma à presunção de que a “missão civilizadora” do Ocidente consistia em “levar luz ao continente negro”. Ao analisar *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, Edward Said mostra a vinculação dessa imagem ao imperialismo, por meio de “projetos não só cruéis, mas ainda bem intencionados, de levar luz aos lugares e povos escuros deste mundo por meio de atos da vontade e demonstrações de poder” (Said 2011, 72). A oposição entre “luz” e “obscuridade” se traduz numa das figuras constituintes do campo discursivo que, segundo Mudimbe, “formula incessantemente os direitos do mais forte e os procedimentos para implementar sua missão e objetivos” (2022, loc. 3771).

³ *Umbundu* (em grafia aportuguesada, umbundo) é uma língua nacional de Angola, atualmente falada majoritariamente nas províncias do Bié, Huambo, Benguela e Kwanza-sul. De acordo com o censo mais recente, de 2014, é falada por 23% da população (Instituto Nacional de Estatística de Angola 2016, 51). Neste texto, o termo aparece tanto associado à língua quanto a seus falantes.

Apesar da suposta “abertura” dos nativos à conversão, números significativos em termos de adesão ao cristianismo protestante só iriam se mostrar substanciais no século XX⁴. Nos fins do século XIX, a missionação teria um crescimento tímido, mas algumas de suas estratégias principais – a adoção do vernáculo como veículo de evangelização e alfabetização, a formação de catequistas e pastores nativos e a manutenção de estruturas e vínculos sociais locais – seriam esboçados ainda nessa primeira fase.

Em 1881, a missão evangélica do Bailundo foi instalada nas terras altas da Angola central. Sua primeira sede fora inicialmente fixada em um lugar próximo da *ombala*⁵ do soba Ekwikwi II (1876-1893). Essa escolha fez parte da estratégia que visava atingir certos estratos da população como alvo da primeira fase da expansão do trabalho missionário. Era o caso dos filhos dos chefes que residiam nos entornos da *ombala* de Ekwikwi II. Em certa medida, a estratégia rendeu frutos: dois dos filhos do soba teriam sido enviados à escola da missão (Heywood 2000, 22). Os garotos integrariam uma parcela da população que receberia uma ênfase na fase inicial da atenção missionária congregacional. Sob a ótica dos missionários da estação do Bailundo, homens e garotos da região seriam “brilhantes e inteligentes, ágeis para aprender”. Ancorados nesse diagnóstico, esperavam uma boa recepção da ação missionária entre eles (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1883, 28, 29).

Seria precisamente dentre a juventude masculina que os missionários encontrariam personagens centrais para o projeto missionário⁶. Ainda nos finais do XIX, esses atores assumiriam funções fundamentais na trajetória da expansão das missões congregacionais no interior de Angola. Alguns deles teriam uma presença frequente nas escritas missionárias, sendo citados em relatórios, periódicos, livros e cartas compiladas ou editadas pelas sociedades missionárias mais atuantes na região, como a *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM) e a *United Church of Canada* (UCC)⁷. Embora possamos identificar a recorrência de referências a esses personagens, as

⁴ A respeito da adesão numérica, Lawrence Henderson relata que foram registrados “após vinte e cinco anos de trabalho, em 1905, apenas 283 membros da igreja”. Em 1930, na celebração do jubileu da missão que ocorreu no Bailundo, “as igrejas da área relataram 9000 membros da igreja e 6000 catecúmenos distribuídos entre 822 comunidades” (Henderson 1992, 73).

⁵ *Ombala* (pl. *Olombala*) consiste no termo em *umbundu* que indica uma “estrutura administrativa equivalente a capital” (Kandjo 2021, 116).

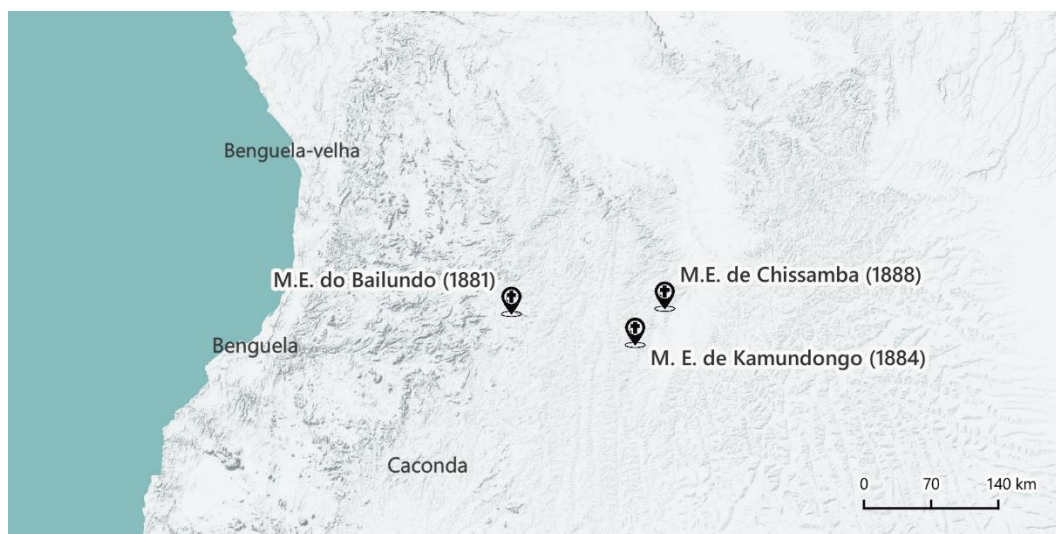
⁶ A atenção aos personagens locais masculinos nas narrativas missionárias pode erroneamente provocar a sensação de que as jovens estiveram ausentes das estações missionárias, o que não era o caso. A irmã de Ngulu, um dos personagens abordados nesse texto, frequentava e realizava atividades na missão. Cabe considerar, no entanto, que a instrução feminina no âmbito da missão congregacional era mais restrita e enfatizava a mulher no âmbito doméstico – principalmente a partir de 1916 com a Escola Means, instituição exclusiva para garotas. Embora a tônica da escrita missionária fosse majoritariamente masculina, é possível identificar nos trabalhos da missionária Elisabeth Logan Ennis uma prevalência de questões relacionadas às mulheres *umbundu* (Ennis, n.d.; 1945).

⁷ A partir de 1890, a *Plymouth Brethren* inauguraria seu trabalho missionário no Bié. Em 1897, outra missão protestante, a suíça ‘Missão Filafricana’ também se instalaria no planalto, mais precisamente em Kalukembe. Na década de 1930,

escritas missionárias – como é de se esperar de textos atravessados pela biblioteca colonial⁸ – tendem a silenciar, recortar ou dissolver seus nomes e atuações específicas.

Uma das expressões mais recorrentes desse direcionamento aparece em menções a esses personagens não por meio de seus nomes, mas de categorias generalizantes como “ajudantes nativos”. No entanto, há algumas exceções a esse tratamento narrativo: personagens locais que aparecem nesse repertório a partir de citações nominais. Esse é precisamente o caso de Abraham Ngulu e Jacob Keto, membros da primeira geração de jovens convertidos à fé cristã no âmbito da *West Central African Mission* (WCAM). A partir das estações de Chissamba e do Bailundo, tais jovens foram peças importantes do processo de estabelecimento das missões congregacionais no planalto central de Angola. Ao explorarmos aspectos de suas atuações, buscamos discutir neste artigo as relações dos personagens locais com dois processos complementares: a expansão do cristianismo congregacional no planalto central de Angola e a codificação escrita de sua língua local majoritária, o *umbundu*.

Figura 1: Mapa – Missões evangélicas congregacionais no planalto central de Angola e seus respectivos anos de fundação, século XIX.



Fonte: Adaptado de OpenStreetMap, 2015, “OSM Basemap”, <http://tile.openstreetmap.org/>; Esri, “World Terrain Base”, 2017.

https://server.arcgisonline.com/arcgis/rest/services/World_Terrain_Base/MapServer/tile/%7Bz%7D/%7By%7D/%7Bx%7D&zmax=22&zmin=0

havia onze sociedades missionárias protestantes no planalto central angolano, mas apenas a *American Board of Commissioners for Foreign Missions* e a *United Church of Canada* teriam, segundo Childs, desenvolvido um trabalho extensivo na região (1949, 16, 228).

⁸ Formulada por Valentin Yves Mudimbe, a noção de “biblioteca colonial” faz referência um corpo de conhecimentos que articula uma visão de África orientada pelo paradigma da diferença. Essa biblioteca teria inventado uma África ancorada no terreno epistemológico ocidental (Mudimbe 2013; 2022). Seguindo essa lógica, no terreno discursivo da biblioteca colonial, o africano aparece como uma imagem do Outro. Suas atuações em escritos vinculados ao repertório da biblioteca colonial, portanto, são atravessadas pela lente de uma alteridade que opera com frequência por silenciamentos e desigualdades.

As missões congregacionais no planalto central de Angola em seus anos iniciais

Os anos iniciais da implementação das missões nas terras do Bailundo foram atravessados por uma multiplicidade de dinâmicas e transformações. Ponto estratégico das rotas de comércio de longa distância e conectado às redes comerciais atlânticas⁹, o Bailundo fora um dos sobados que se fortaleceram na região do planalto central ao longo do século XVII.

Na altura do XIX, no entanto, a região experienciava um cenário específico de perturbação política e social. A historiadora Linda Heywood sugere que as mudanças no controle econômico entre elites locais no cenário da passagem do fim do tráfico transatlântico¹⁰ à exportação de *commodities* consistiu num dos fatores determinantes desse quadro, no qual a integração de membros de linhagens não governantes e outros personagens nos círculos do comércio de longa distância desempenhou papel fundamental (2000, 2, 16). Particularmente entre 1870 e 1890, as condições comerciais entre governantes, caravaneiros e comerciantes locais se modificaram significativamente, tendo sido marcadas pelo fechamento das feiras¹¹, pela ascensão econômica de comerciantes e produtores locais de marfim, cera, e, posteriormente, de borracha (Heywood 2000, 14), assim como pelo declínio do papel dos intermediários “sertanejos”¹² nas transações com as firmas de Benguela (Ball 2000, 32).

Nessa conjuntura, o processo de inserção das missões congregacionais no planalto central de Angola percorreu seus primeiros itinerários. A respeito desse momento, um de seus missionários escreve um livro que pretende traçar o percurso da missão evangélica no interior da África, destinada a trazer as “soluções” necessárias para os problemas do continente africano. A narrativa apresenta a missionação como “força redentora, agente motriz da missão civilizadora, sem a qual os nativos ficariam presos no estado de escuridão” (Santos 2019, 40). No capítulo que lida diretamente com os estágios iniciais da inserção missionária em solo africano, o autor, John T. Tucker, apresenta o destino da África a partir do binômio constituído pela ocupação militar e pela conversão cristã. Defende a última como caminho definitivo, afirmando que “baionetas não

⁹ As demandas do comércio atlântico por escravizados consistiu num fator determinante para as reorganizações políticas e sociais no interior da Angola central, dado o envolvimento das elites com tais redes, rotas e agentes e a recorrência de razias e invasões. Tais aspectos influenciaram o fortalecimento de sobados centralizados como o Bailundo e o Bié. Para uma discussão mais aprofundada a respeito dessas relações, consultar Dias (2007, 317) e Candido (2013).

¹⁰ Ainda que o decreto de Marquês de Sá da Bandeira relativo à proibição do comércio português de escravos por mar tenha sido assinado em 1836, tais práticas ainda persistiram, como a historiografia tem discutido. A respeito, consultar Neto (2017).

¹¹ Local onde traficantes de escravos e comerciantes negociavam produtos manufaturados e escravos.

¹² Nomenclatura dada aos comerciantes europeus ou mestiços que passavam a negociar no interior. Alguns deles chegavam a estabelecer vínculos com as sociedades locais, como é o caso de Silva Porto, comerciante português que desenvolveu relações com os *umbundu* no século XIX. Sua trajetória “transcultural” é discutida por (Ceita 2015).

rompem laços nem espadas resolvem problemas sociais” (Tucker 1927, 56). A partir desse terreno, procura justificar a “necessidade” da fundação das missões cristãs protestantes no interior africano a um público leitor majoritariamente norte-americano¹³.

Essa interpretação é indicativa da tendência do protestantismo da segunda metade do XIX de enxergar a atividade missionária como caminho para evangelizar e “civilizar” o mundo não-cristão. O discurso de Tucker, nesse sentido, emerge como mais uma ressonância da ideia de uma “missão civilizadora” ancorada no tropo do “fardo do homem branco”¹⁴.

A alegoria escolhida para a abertura de seu texto – baionetas e bíblias –, portanto, revela uma aderência à imagem recorrente que conclama a “necessidade” da “missão civilizadora”. E vai além de sua simples enunciação: indica os meios em que tal operação seria realizada. Dessa maneira, sintetiza dois processos que, à época, estavam em curso no interior do continente africano: a ocupação militar de vários pontos dos territórios africanos reivindicados pelas nações imperialistas e a instalação de missões cristãs no interior do continente. Em muitos casos, como no relativo ao estabelecimento da *West Central African Mission* (WCAM) em Angola, esses processos ocuparam lugares sobrepostos nas geografias atravessadas pelo ímpeto imperial, operando inclusive em intervalos temporais muito próximos. Não é surpreendente, portanto, que o termo “ocupação” tenha sido empregado tanto como referência ao avanço militar quanto para o processo de instalação das missões na narrativa do missionário (Tucker 1927, 56).

Com a concepção da missão cristã como uma “ocupação” necessária para transformar os africanos no horizonte, John T. Tucker atuou na WCAM por cerca de quinze anos, a serviço da *United Church of Canada* (UCC). A UCC era uma instituição religiosa canadense ligada a *Congregational Foreign Missionary of British North America*. No planalto central, essa organização desenvolveria uma colaboração com uma sociedade missionária norte-americana, a *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM). Atuando em conjunto, ambas representavam a inserção dos congregacionais em Angola. Há uma sólida produção historiográfica que discute as circunstâncias de suas entradas e as relações dos agentes missionários com os chefes locais e a administração colonial (Heywood 2000; Soremekun 1971; Neto 2012; Ball 2010; Péclard 2005). Neste texto, nos limitaremos a apresentar algumas linhas de força desse contexto em seus anos iniciais, a fim de

¹³ “Drums in the darkness” oferece, por exemplo, instruções específicas para desenvolver em salas de aula os temas abordados. É, portanto, um material que foi pensado do ponto de vista da instrução, e provavelmente se destinava a um público amplo. Sua marca central, de oferecer uma narrativa do “poder do evangelho como uma força redentora” (Tucker, 27, vii) demarca sua intenção em publicizar as missões cristãs em outros continentes.

¹⁴ O “fardo do homem branco” (*White man's burden*) faz referência a um termo que ganhou notoriedade no discurso imperialista ocidental a partir de um poema de Rudyard Kipling (1899).

melhor localizar a atuação de africanos convertidos na expansão do cristianismo e na produção escrita em *umbundu*.

O pequeno grupo formado por três líderes protestantes congregacionais se instalou no Bailundo e fundou em 1881 a primeira estação missionária na área. Três anos depois, uma outra importante estação congregacional foi formada em Kamundongo, no Bié (*Víje*), sobado vizinho do Bailundo – que fora, frequentemente, seu rival¹⁵.

A trajetória de expansão foi momentaneamente interrompida em 1884, quando Ekwikwi II, o soba do Bailundo, expulsou os missionários de suas terras, inaugurando um evento controverso nas relações entre protestantes, governantes locais e agentes portugueses. De acordo com Fola Soremekun, tal trama resultou de uma crise iniciada por meio da ação de um agente colonial português, o sertanejo Eduardo Braga, que teria supostamente plantado discórdias entre missionários e chefes locais, ao ter “explorado o desejo de Ekuikui por armas e rum, produtos que os missionários tinham se recusado a fornecer” (1971, 346). Heywood (2000, 22), por seu turno, sugere que o soba teria utilizado a presença dos missionários protestantes para negociar com os portugueses, como forma de exercer pressão para o envio de padres e professores católicos, além de requerer a nomeação de um representante da administração portuguesa em seu território. A respeito dessa última reivindicação em particular, a historiadora Maria da Conceição Neto (2012, 69) sugere que o interesse do soba em um representante português estava relacionado ao controle dos comerciantes portugueses que residiam ou passavam por seu território.

O caso gerou um atrito diplomático entre o governo português e o consulado norte-americano. De um lado, a resposta oficial do governador de Benguela afirmou que nem os sertanejos nem o soba tinham sido instruídos a expulsar os missionários, buscando eximir inicialmente seus agentes de quaisquer responsabilidades. De outro, o representante do consulado norte-americano em Luanda respondeu apontando uma falta de influência política da administração lusa naquele território, sugerindo que o “governo português não tinha representantes no Bailundo e não tinha poder para compelir os povos nativos” (Soremekun 1971, 347). Frederick Stanley Arnot, missionário associado a outra organização protestante, a *Phymouth Brethen*, interveio em defesa dos congregacionais, ao se deslocar ao Bié a fim de falar com Ekwikwi e Braga (Henderson 1992, 54).

Ao fim da querela, o governador geral de Angola exonerou Braga, afirmando que a preocupação dos sertanejos com relação à potencial influência dos missionários em suas relações

¹⁵ A rivalidade entre o Bailundo e o Bié foi recorrente, ambígua e circunstancial enquanto tais unidades sociopolíticas eram independentes, mesclando períodos de confrontação com coexistência pacífica. A respeito, consultar Neto (2012, 67, 70) e Melnysyn (2017, 188, 193).

comerciais poderia ter levado algumas pessoas a terem induzido o soba do Bailundo a tomar a decisão com base em falsas acusações. Ele então autorizou o reestabelecimento da missão, mas não deu garantias a respeito da permissão do soba. Ekwikwi II escreveu ao governo pedindo que os missionários retornassem, afirmando que tinha sido enganado pelo sertanejo (Soremekun 1971, 348; Henderson 1992, 55). Além disso, escreveu ao missionário William Sanders para que comunicasse aos outros missionários que estava “convidando-os a retornar, desculpando-se pela forma como os tratou, culpando a parte que o sugeriu o mau tratamento e assegurando-os sua amizade” daquele momento em diante (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1885, 24)¹⁶. Após essa sucessão de conflitos e negociações, os missionários norte-americanos voltaram ao planalto.

O episódio da expulsão se tornou um marco frequentemente acessado na historiografia a respeito da região (Neto 2012, 70; Soremekun 1971, 346; Fish 2002, 52; Henderson 1992, 54). Nesse sentido, o evento emerge como um símbolo da história das relações ambíguas que se estabeleceriam nas décadas seguintes entre o governo português, os chefes locais e os missionários “estrangeiros”.

Com o avanço do empreendimento imperial europeu no cenário do último quartel do século XIX, campanhas militares de ocupação colonial foram promovidas pelo governo português. Duas delas, em particular, afetaram significativamente a configuração política da região: a de 1890, no Bié, e a Guerra do Bailundo, em 1902. Mas as vitórias portuguesas decorrentes dessas campanhas e a instauração de fortes nos territórios não significaram necessariamente um domínio efetivo ou total. Estruturas de uma administração colonial efetiva seriam realidades apenas duas décadas depois, embora as experiências de ocupação tenham trazido consequências imediatas às sociedades locais e às dinâmicas de poder relacionadas às autoridades nativas (Neto 2012; Dias 2013; Santos 2019).

Nesse cenário de acentuada instabilidade do fim do século XIX, a inserção da missão congregacional na região teve um alcance reduzido, se comparado com as primeiras décadas do XX. Essa fase inicial, no entanto, plantou a semente de muitos elementos que depois viriam a caracterizar a trajetória da missão congregacional no planalto central de Angola. Aqui discutiremos duas dimensões desse processo que se desenrolaram de maneira complementar: a formação de

¹⁶ No relatório da ABCFM, há a menção explícita do envio da mensagem do soba a Sanders. No entanto, num panfleto que propunha apresentar a história dos anos iniciais da WCAM a um público maior, a interlocução específica com a autoridade local a respeito da resolução do conflito é obliterada. Ganham espaço na narrativa as negociações com a administração portuguesa e a intervenção de Arnot (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1886, 11-12).

quadros nativos, sujeitos *umbundu* convertidos ao cristianismo congregacional, e a codificação da língua local, o *umbundu*.

“Every Man in His Own Tongue”¹⁷: Literacia, vernáculo e conversão

A ação missionária protestante nas terras altas do planalto desempenhou um papel significativo na disseminação da literacia entre os *umbundu*. Ainda nos anos iniciais, as estações do Bailundo, Chissamba e Kamundongo treinaram catequistas para a evangelização, o que incluía o ensino de práticas de leitura e escrita. Alguns desses catequistas integraram um grupo de novos convertidos que se tornariam quadros e futuros pioneiros da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA). Esses africanos foram responsáveis por estações auxiliares, fundadas em comunidades e compostas majoritariamente por funcionários nativos. As estações auxiliares estavam subordinadas às principais, e embora esses sujeitos estivessem em funções de liderança em suas comunidades originárias, eles apareciam com frequência nos relatórios e narrativas de missionárias descritos a partir da denominação de “ajudantes nativos”¹⁸.

Um desses “ajudantes nativos” que se destacou nessa fase inicial foi Abraham Ngulu. Um dos primeiros catequistas formados pela missão congregacional, se tornaria o primeiro pastor nativo oficialmente ordenado do quadro da igreja congregacional *umbundu*¹⁹. Considerado como “o braço direito”²⁰ do missionário Walter T. Currie, se tornou um personagem principal no processo do estabelecimento da estação missionária de Chissamba², fundada em 1888. Em ocasiões em que o reverendo Currie não estava presente, Ngulu assumia os sermões, como o fez em dois domingos na estação do Kamundongo, no Bié. Tais pregações tiveram uma boa recepção local. De acordo com a missionária Helen Melville, nos dois domingos em que Ngulu conduziu as pregações houve um bom comparecimento aos serviços. Para ela, o evangelista local era um “bom comunicador, que apresenta a verdade de maneira objetiva” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1896, 152). Ainda em seus primeiros anos de atuação como líder comunitário, desempenhava uma função importante nos batismos em Chissamba: era aquele que dava as boas-

¹⁷ A frase faz referência a um subtítulo do texto de Tucker que aborda brevemente a questão da evangelização na língua local (1927, 66).

¹⁸ Mais precisamente nos relatórios anuais da *American Board of Commissioners for Foreign Missions*, no periódico *The Missionary Herald*, também publicado pela sociedade missionária, e em Tucker (1927).

¹⁹ Foi ordenado reverendo no ano de 1929. Em 1930, se juntariam à Ngulu no quadro das ordenações de pastores nativos Israel Cassoma e Horácio Rodrigues do Bailundo, Lumbu e Alberto Catema de Chissamba, Paulino Ngonga de Elende, Salupula do Chillesso, Antonio Chico Wambu e Jorge Chilulu do Dondi e Chiwale de Bunjei. De acordo com a fotografia desse primeiro grupo que consta no livro de Henderson, Ngulu parece ser o mais velho dentre os recém ordenados (Henderson 1992, 109).

²⁰ Henderson afirma que Ngulu “se tornou o sólido braço direito de Currie na construção da nova missão de Chissamba, na pregação do evangelho, e no testemunho cotidiano do significado de ser cristão”. No original, “[...] became Currie's strong right hand in constructing the new mission of Chissamba, in preaching the Gospel, and in witnessing in everyday life to what it means to be a Christian” (Henderson 1992, 56).

vindas aos novos convertidos, oferecendo-lhes a “mão direita da comunhão” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1896, 486). Também participava na distribuição de materiais e suprimentos (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1897, 197). Nesse sentido, ocupava um lugar de vínculo entre a comunidade local e os missionários estrangeiros que à altura conduziam as celebrações e sacramentos.

Ngulu fez parte de um grupo de líderes iniciais que faziam visitas regulares a outras vilas com o intuito de expandir a evangelização (Henderson 1992; Childs 1949; Tucker 1927). Essas iniciativas seriam importantes para o crescimento do número de convertidos, notavelmente na década de 1890, quando as estações já contavam com a presença de sujeitos como Ngulu em atividades de ensino e pregações. A respeito do trabalho empenhado por quatro evangelistas, grupo de jovens que incluía Ngulu, Walter T. Currie relata:

É costumeiro para dois desses jovens começarem na manhã de domingo, retornando na quarta-feira a tempo para a reunião de oração. Os outros dois partem na manhã da quinta-feira, e voltam no sábado. Eles vão àquelas vilas que ficam cerca de um dia de viagem daqui. As pessoas geralmente os oferecem uma casa em que possam dormir, e à noite eles reúnem os moradores para ouvir o evangelho. As mulheres estão em casa, [já tem] chegado de seus trabalhos nos campos àquela hora, e os homens, se estiverem discutindo um caso ou “multa”, a não ser que seja de grande importância, geralmente cessam suas discussões antes da refeição da noite. E então a oportunidade de pregação é melhor a essa hora do dia. Sentimos que é uma questão de gratidão a Deus que está apoiando esses jovens nesse trabalho. Eles não parecem ainda fracos de coração ou cansados, pelo contrário. O zelo deles está aumentando e o desejo pelo bem-estar espiritual de seus compatriotas repousa em seus corações. Durante os dois meses passados, mais distritos têm sido visitados e congregações maiores têm sido mais relatadas do que antes²¹ (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1896, 152).

O trabalho de evangelização de Ngulu, então, se expandiria nos anos seguintes, e partir de 1897, Ngulu também lideraria sua comunidade, passando a residir no local em que estavam centradas suas relações de parentesco (Childs 1949, 66). Sua atuação se tornaria uma das justificativas centrais para o apelo à sua ordenação oficial, que apenas aconteceria mais de duas décadas depois. Lawrence Henderson relata que os congregacionais consideravam que ele tinha realizado uma grande parcela de viagens entre comunidades e feito pregações em novas regiões. Esses percursos eram feitos a pé. Além disso, Ngulu contribuía na intermediação de casos relacionados à disciplina, os quais, em grande medida, eram resolvidos com sua consulta (Henderson 1992, 108, 109).

²¹ No original: “It is the custom for two of them to start out Monday morning, returning on Wednesday in time for prayer-meeting. The other two leave on Thursday morning, returning on Saturday. They go to those villages about a day’s journey from here. The people usually give them a house to sleep in, and in the evening they gather the villagers to listen to the gospel. The women are at home from their field work at that time, and the men, if they have been discussing a case or ‘fine’, unless of very importance, usually cease their haranguing before the evening meal. And thus the opportunity for preaching is best at that time of the day. We feel it a matter of Great thankfulness to God that he is sustaining these young men in this work. They do not as seem faint-hearted or weary, rather the contrary. Their zeal is increasing and the longing for the spiritual welfare of their countrymen lies very near to their hearts. During the past two months more districts have been visited and larger congregations reported than ever before”.

A centralidade de Ngulu no projeto de expansão da missão congregacional, apesar de não detalhada, é pontualmente reconhecida nos textos oficiais dos congregacionais. Sua proximidade e conhecimento da língua e cultura local são aspectos que foram recebidos pelo projeto missionário, mas com limites: era necessário que certas percepções locais fossem negadas. Ritos pós-morte que incluíam o recurso aos “espíritos” (ou ancestrais), por exemplo, eram rejeitados pelo *ethos* missionário. Uma situação em que é possível acessar a posição de Ngulu frente à questão consiste na ocasião de um surto de pneumonia que provocara o falecimento de sua irmã, Nakatami, que também frequentava a missão de Chissamba. Cerimônias locais relacionadas ao descobrimento da causa da morte não foram permitidas. O fato de Ngulu rejeitá-las, afirmando “que não acreditava em tais coisas por muito tempo” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1896, 332) e, em razão dessa postura, ter encarado recepções negativas de seus parentes, foram motivos de destaque pela escrita missionária. Nesse sentido, o personagem tornava-se um indício a ser publicizado de que o projeto de conversão encontrava sucesso em solo africano.

Contudo, além da intenção missionária, reside aqui um vestígio que permite visualizar um pouco da posição dos jovens evangelistas frente à cultura local. Embora a cultura *umbundu* fosse lida como aberta ao cristianismo, e as visitas de evangelização se adequassem à organização local, aos novos convertidos era esperado uma rejeição das percepções e crenças locais encaradas pelos missionários como “fetiches” e “superstições”, mesmo que isso afetasse suas relações de parentesco e vínculos com suas comunidades de origem. Nesse sentido, ainda que emergisse um cristianismo congregacional *umbundu* baseado no parentesco e em códigos culturais locais, conforme o projeto missionário que seria sintetizado por Childs décadas mais tarde (1949, 150, 155), a conversão ainda implicava que as culturas não cristãs passassem pelo que Mudimbe chama de “processo de redução” (2013, 71).

Outra figura do planalto central que assumiu posições similares às de Ngulu foi Jacob Keto. Convertido e alfabetizado na estação do Bailundo, Keto foi o primeiro pastor local a ser considerado como tal na região, de acordo com comunicações oficiais da ABCFM, os relatórios anuais e o periódico *Missionary Herald*. Jacob, “o diácono mais capaz”, embora tenha sido eleito como pastor em 1889 (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1889, 33; 1891, 24), não fora incluído no grupo das ordenações oficiais que aconteceram em 1929-1930. No mesmo ano em que passou a assumir o posto de pastor em sua comunidade, uma pequena igreja foi organizada e Keto foi escolhido como o responsável por conduzir as celebrações. Dois anos depois, as estações já contavam com cinco pastores nativos, ainda que não ordenados oficialmente como reverendos (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1891, 23).

No Bailundo, além de conduzir as atividades da igreja local, Keto foi indicado para liderar os serviços de sábado na estação principal por cerca da metade do ano de 1891 (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1891, 24). Mantinha também uma escola noturna, espaço que absorvia também interessados que não podiam participar de aulas na missão durante o dia. Com o crescimento dessas escolas nas comunidades, logo alguns missionários passaram a defender projetos que oferecessem centros de treinamento para “preparar os mais promissores jovens para o trabalho cristão entre seu próprio povo” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1889, 34). No entanto, escolas formais com esse intuito só seriam inauguradas na segunda década do século XX, mais precisamente em 1914, com o Instituto Currie do Dondi, uma escola para rapazes, e em 1916, com a Escola Means, exclusiva para garotas.

Ainda que suas formações iniciais tivessem contado com as estruturas iniciais das missões, que segundo os próprios missionários eram deficitárias, Ngulu e Keto se consolidaram em posições de liderança em comunidades do planalto central, ao mesmo tempo em que se tornaram personagens próximos dos missionários. Esses fatores seguramente foram decisivos para suas posições de pastores nativos, décadas antes da possibilidade oficial de um personagem local se tornar reverendo. As experiências desses primeiros pastores influenciaram significativamente a expansão da atividade missionária tanto no sentido religioso como no pedagógico, fortalecendo um direcionamento baseado na “adaptação” do cristianismo à sociedade e cultura local²². Nessa operação, os líderes das comunidades teriam um papel essencial. Ainda no século XIX, os jovens que os missionários avaliavam como potenciais novos pastores e professores recebiam instruções nos campos da “escrita, aritmética, geografia, música vocal e a arte de ensinar”, além do estudo da bíblia e “maneiras de apresentá-la a um público” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1901, 30).

Na Angola central, figuras como Ngulu e Keto foram peças-chave de um projeto missionário de conversão de comunidades que sugeria a manutenção de seus laços de parentesco e a formação de quadros locais. Por outro lado, esse modelo também consistia, além de um aspecto de uma idealização do projeto de conversão, uma alternativa ao plano prático: encorajar os pastores e catequistas a se organizarem a partir de suas estruturas de parentesco e relações de parentesco oferecia uma saída à questão do aumento de convertidos que passaram a fixar residência nas estações missionárias, situação que não foi bem recebida pela sociedade missionária (Childs 1949, 65).

²² Uma das teses centrais de Gladwyn M. Childs em *Umbundu Kinship and Character* afirma que o conhecimento e a prática *umbundu* poderiam ser adaptados à educação cristã (Childs 1949, 150, 155).

Os primeiros pastores e catequistas passaram a ocupar certos espaços sociais que estariam vinculados às suas relações com o universo missionário que poderiam conferir lugares de distinção, num cenário de transformações sociopolíticas²³. Uma dimensão importante da formação nas estações missionárias que se vinculava a essa possibilidade de “distinção” residia em torno da aquisição das habilidades de leitura e escrita²⁴. Ao mesmo tempo em que a literacia abriria possibilidades para esses personagens ocuparem certas funções (intérpretes, professores, pastores) nas sociedades do planalto, também era um elemento recebido de modo ambíguo pelas comunidades locais. Missionários relatavam, por exemplo, que havia uma crença na associação das habilidades de leitura e escrita às práticas de “feitiçaria” (Childs 1949, 153, 163; Tucker 1927, 68), o que poderia afastar os novos convertidos de certos espaços comunitários. Assim, o envolvimento desses personagens locais também trazia implicações às maneiras como eles eram recebidos fora das estações missionárias.

É preciso pontuar que esses personagens não apenas receberam no contexto pedagógico congregacional instruções necessárias para a leitura e escrita. Seus processos de alfabetização nas estações estavam profundamente atrelados ao projeto de codificação do vernáculo escrito, um dos objetivos dos missionários congregacionais no terreno do planalto central. Nesse sentido, a adoção do idioma local como meio de evangelização e alfabetização espelha uma estratégia de conversão que não opera apenas no universo das línguas europeias (Tembe 1998, 342; Cruz e Silva 1998, 399), muito embora, parte dessas atividades fossem mediadas por processos tradutórios²⁵. Esse direcionamento oferece um contraponto a visões que negavam a possibilidade da evangelização e educação cristã em línguas não europeias. Uma dessas percepções encontra-se sintetizada no texto *Ésquisses Senegalaises*, de autoria do padre David Boilat²⁶. A respeito do *wolof*, Boilat questiona: se “essa língua carece de todas as palavras teológicas, como vamos lhes ensinar perfeitamente o dogma católico, os deveres cristãos, sem a língua francesa?” (Boilat 1853, 14).

²³ Em “Deus é Feiticeiro”, Iracema Dulley aponta a “aceitação da presença missionária por parte dos Ovimbundu” como uma “estratégia de distinção, evidentemente não redutível a um cálculo reducionista” (2010, 52).

²⁴ É preciso ponderar, no entanto, que a literacia não chega na Angola central com os missionários, como parte de suas narrativas construídas em torno de seu pioneirismo pode levar a supor. A escrita já era utilizada como instrumento burocrático e diplomático pelas autoridades do interior de Angola. A respeito, consultar C. M. Santos e Tavares (2002). O elemento que pode ser destacado não é tanto o “pioneirismo” das missões congregacionais, mas a possibilidade de expansão – ainda que limitada – da literacia para além das elites estabelecidas e sua relação com a codificação escrita da língua local, o *umbundu*.

²⁵ A discussão das práticas tradutórias no contexto do planalto central no período colonial consiste num percurso solidamente explorado no trabalho de Dulley (2022; 2010; 2020).

²⁶ David Boilat (1814-1901) nasceu em Saint-Louis, região localizada no Senegal, filho de um pai europeu e uma mãe ‘mestiça’. Em 1832, “foi enviado à França pela Igreja Católica como um membro de um grupo de estudantes africanos, que estavam entre os primeiros alvos do projeto colonial francês de assimilação”. Quando retornou à Saint-Louis, se tornou um “abade, ou vicário, e diretor de algumas das escolas da colônia” (Warner 2019, 33).

O dilema dos lugares das línguas não-europeias como veículos da evangelização seria encarado pelos missionários católicos da Congregação do Espírito Santo que atuaram no planalto central: apesar de cultivarem o interesse no *umbundu*, manifesto em seu aprendizado como tarefa da missionação e sua codificação em gramáticas e dicionários (Valente 1964a; 1964b; Le Guennec e Valente 1972), o centro da conversão espiritana consistia nos sacramentos. Para os congregacionais, no entanto, a pedra fundamental da conversão se ancorava na noção de que os convertidos pudessem apreender os significados dos textos bíblicos a partir dos vernáculos (Dulley, 59; Edwards, 82), seguindo uma tradição que remonta à reforma do século XVI (Péclard 2005, 118). No relatório da ABCFM de 1883, essa direção se manifesta na ideia de que “bons resultados são esperados sempre que eles [os nativos] podem comunicar em sua língua a mensagem do evangelho” (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1883, 29). Assim, a partir de suas línguas nativas, catequistas e pastores congregacionais se engajariam ativamente com as tarefas de ensino da doutrina e alfabetização²⁷ em suas comunidades.

Do ponto de vista material, a ênfase na evangelização e alfabetização por meio de textos bíblicos se ancorou no engajamento com as atividades de produção e circulação local de impressos, que incluíam edições no vernáculo. A instalação de uma pequena imprensa na estação missionária do Bailundo – que mais tarde seria transferida para a estação de Kamundongo (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1891, 23) – se traduziu num passo fulcral para esse itinerário²⁸. Um local dedicado a essa atividade foi organizado pelo missionário Walter T. Currie, com o objetivo de produzir tiragens de material pedagógico e religioso como cartilhas, bíblias e sermões a serem utilizados na própria missão. Ainda que com dimensões limitadas, essa imprensa desempenhou funções importantes nas esferas logística e pedagógica das estações congregacionais, que antes dependiam das impressões realizadas em Benguela. Grande parte dos materiais foram produzidos em *umbundu*, cuja codificação escrita os congregacionais afirmavam ter sido pioneiros. Àquela altura, a ABCFM tinha no horizonte a tarefa da sistematização escrita de mais três línguas africanas (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1885, xl). Esse dado e o interesse em demarcar, ainda no final do século XIX, o pioneirismo com relação à codificação escrita da língua local majoritária indica que havia um esforço em retratar positivamente o empenho em conhecer os sistemas de significado locais (primeiro a língua, mais tarde, os costumes) para a sociedade missionária.

²⁷ Mais tarde, principalmente por meio do decreto 77 de 1921, o governo português restringiria o ensino à língua portuguesa. Contudo, nem sempre essa restrição impediu o uso do vernáculo como veículo de comunicação do ensino e evangelização nas missões congregacionais. A respeito, consultar Péclard (2005, 115, 118).

²⁸ Um outro caso de instalação de uma imprensa local em missões cristãs é discutido por Teresa Cruz e Silva (1998), em texto sobre a atuação da Missão Suíça dentre os *Tsonga* de Moçambique.

No entanto, esse esforço ainda chegava aos alunos de forma incipiente: no que diz respeito aos materiais didáticos, os pupilos contavam apenas com a cartilha traduzida para o *umbundu* (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1882, 25). A cartilha tinha quarenta e nove páginas, e fora distribuída por estações do Bié e Bailundo, atendendo parte da demanda por materiais de apoio, os quais em anos anteriores eram com frequência produzidos em estêncil (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1882, 23). Por outro lado, William Sanders, um dos missionários estabelecidos em Benguela, já tinha compilado e publicado um vocabulário bilíngue inglês-umbundu àquela altura. Trechos do novo testamento também já tinham sido traduzidos (Sanders e Fay 1885; Mortimer, Arnot, e Sanders 1893; Steconci e Gambier 2019; Marthinson 1957). Ao final de 1889, 19.054 páginas tinham sido impressas por meio da estação do Bailundo (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1889, 33). Naquele momento, o trabalho de tradução ganhava força (American Board of Commissioners for Foreign Missions 1888, 24). Um dos pilares desse trabalho consistia nos comitês de tradução, compostos por missionários e por intérpretes, professores e pastores nativos (Tucker 1927, 129).

É preciso pontuar que apesar de relatos da aproximação dos congregacionais com a língua local incluírem testemunhos de sua variedade e riqueza (Tucker 1927, 67; American Board of Commissioners for Foreign Missions 1888, 23), tal operação ainda se vinculava à ideia da missão como “iluminação”, passo necessário para levar a palavra escrita ao “continente sem livros” (Tucker 1927, 67). Nesse sentido, residia aqui mais uma redução da África ao “paradigma da diferença”, reforçando uma visão do continente típica da “biblioteca colonial”. Para além da retórica salvacionista e essencializada²⁹ do pioneirismo missionário a respeito da codificação do vernáculo escrito, é possível olhar, ainda que de maneira limitada, para esse processo buscando ampliar o entendimento em torno do papel dos personagens locais nas “complexidades do encontro interlingual e intercultural” como uma “via de mão dupla” (Gilmour 2007, 1771). Esse “encontro”, no entanto, foi desenvolvido a partir de relações desiguais. Ngulu, apesar de visto por missionários como “herói da fé”, central para a expansão da palavra (Henderson 1992, 56, 57), ocupava uma posição bem diferente dos missionários norte-americanos. Como um “professor evangelista”, seu pagamento não era responsabilidade da sociedade missionária. Pastores e catequistas como ele e Keto faziam parte de uma liderança nativa rural, da qual esperava-se que “se pudesse manter a si e sua família por meio do trabalho agrícola” e, de maneira complementar, pudesse contar com “contribuições de seu povo” (Henderson 1992, 75). Ngulu apenas ganharia

²⁹ Além de reducionista, a ideia da África como o “continente sem livros” é falsa. Embora muitas sociedades africanas tenham centrado seu conhecimento na oralidade, isso não quer dizer que em todas elas a escrita inexistiu. A respeito do tema, ver, por exemplo, Hrbek (2010).

um salário regular da congregação depois de sua ordenação. A quantia, que foi estimada em 160\$00 angolares na década de 1930 (Henderson 1992, 56), era mais alta que a média dos “salários indígenas”³⁰ do período, mas ainda inferior à dos “estrangeiros”, como é possível deduzir a partir do questionamento em torno do conhecimento dos salários dos norte-americanos, enquanto os ordenados dos africanos “eram de conhecimento de todos e discutidos nas reuniões” (Dulley 2017, 11).

A codificação escrita do *umbundu* – que incluía também o trabalho dos novos convertidos envolvidos com o trabalho de tradução – foi um aspecto fundamental para a emergência de um material escrito a respeito da história e da cultura *umbundu*, que seria incorporado em manuscritos que atualmente integram arquivos missionários, como é o caso das *Crônicas do Bailundo*³¹, e em etnografias produzidas no período colonial, como *Umbundu Kinship and Character* (1949), publicação do etnólogo e missionário Gladwyn Murray Childs. O livro de Childs utiliza como referência relatos desses sujeitos como informantes, mas também incorpora seus textos produzidos originalmente no vernáculo, a exemplo de um texto coletivo que foi traduzido e parcialmente incorporado aos capítulos V, VI e VII. A co-autoria do trecho incorporado é atribuída também a Abraham Ngulu (Childs 1949, 81). Assim, é possível visualizar que as relações desses personagens com a literacia, no contexto de “ocupação” no planalto central – tanto no sentido da conversão religiosa quanto do avanço do imperialismo – influenciou parte das narrativas que mais tarde emergiriam a respeito da história e da cultura *umbundu*.

Considerações Finais

A atenção a aspectos das trajetórias de personagens como Abraham Ngulu e Jacob Keto que emergem das escritas missionárias congregacionais podem ampliar as possibilidades de compreensão das múltiplas maneiras como africanos atravessaram o cenário de expansão imperialista, que, em alguns territórios, coincidiu com o estabelecimento de missões cristãs.

Os casos de Ngulu e Keto atestam a participação de africanos ainda nos estágios iniciais das missões, exercendo um papel basilar numa interlocução que permitiria o crescimento do cristianismo no continente. Essa interlocução, no entanto, era desigual. Algumas desigualdades, inclusive, aparecem nos textos: nas referências não nominais aos atores locais, na categorização

³⁰ “Em 1935, o salário mensal efectivamente pago (excluindo portanto os complementos não monetarizados, a existirem) foi em média de 21 angolares. Os salários referidos no relatório de Vaz Monteiro, para efeitos de comparação com os de S. Tomé em 1937, são todos igualmente inferiores a 30\$” (M. Santos 2012).

³¹ As “Crônicas do Bailundo” se referem a um documento escrito em *umbundu* que se encontra no acervo da ABCFM na Houghton Library. Descrito por Iracema Dulley como um “relato fragmentário da vida no Bailundo, na Angola Central”, o manuscrito aborda aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos da região. O texto, assim como sua transcrição anotada e traduções para o português e o inglês foram publicados na revista *África* como material suplementar do artigo de Dulley (2021).

generalista de evangelizadores e trabalhadores como “ajudantes nativos”, ou mesmo no silenciamento de agências locais em detrimento de uma narrativa salvacionista, ancorada na lógica de “levar a luz” ao “continente na escuridão”.

Ao desenvolverem espaços religiosos e de formação em suas comunidades locais, amplamente por meio do *umbundu*³², Keto e Ngulu abrem caminhos para a constituição de uma igreja local, dando os primeiros passos para o que se tornaria décadas mais tarde a Igreja Congregacional em Angola (IECA). Abraham Ngulu persiste na memória da instituição como uma de suas figuras principais. Atualmente, uma escola localizada no atual município do Bailundo carrega seu nome³³. Embora o nome de Jacob Keto não encontre tal reverberação – Ngulu continuou a ser mencionado em escritos missionários e etnográficos na primeira década do século XX –, ambos ofereceram contribuições, cada um à sua maneira, que viriam a ser fundamentais para a construção de uma leitura *umbundu* do cristianismo congregacional, ainda que, atravessada pelo processo de conversão, essa interpretação estivesse sujeita a reduções.

Fontes

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 72. Boston: Riverside Press, 1882. Yale Divinity Library. <https://digital.library.yale.edu/catalog/11662444>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 73. Boston: Press of Stanley and Usher, 1883. Hathitrust Digital Library. <https://hdl.handle.net/2027/iau.31858011316886>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 75. Boston: Press of Stanley and Usher. Yale Divinity Library, 1885. <https://digital.library.yale.edu/catalog/11662984>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 78. Boston: Press of Stanley and Usher, 1888. Yale Divinity Library. <https://digital.library.yale.edu/catalog/11663596>

³² A noção de que a língua local é importante para a transmissão do Evangelho ainda encontra reverberação atualmente entre os umbundu, como pode ser apreendido pelos testemunhos do Pastor Abias Couto: “O Evangelho só é Evangelho quando vivido na língua de um povo” e do Reverendo Abel de Jesus: “não se pode evangelizar o povo ovimbundu sem umbundu”, recolhidos por Cláudio Tomás (2010, 65, 66). O autor argumenta que atualmente “a IECA vem reclamando o lugar de uma *entidade* que funciona como vaso comunicante entre a comunidade de práticas *umbundu*, que ela tutela, e o projecto de construção da nação em Angola na sua relação com as estruturas dominantes da política e do Estado” (2010, 68). Tais “comunidades de práticas” seriam a garantia “da preservação da genuína cultura dos povos” (2010, 84). Olhar em perspectiva tal leitura contemporânea da relação entre a identidade *umbundu/ovimbundu* e a IECA fornece indícios da continuidade de vínculos entre as apropriações evangélicas da cultura *umbundu* que apresentam ressonância com aspectos presentes já nos anos iniciais das missões congregacionais da região: a importância da língua como veículo de evangelização, por exemplo. É preciso considerar também que tal leitura contemporânea, no entanto, fora atravessada por outras dinâmicas históricas – o próprio colonialismo, a luta anticolonial e a guerra civil angolana – que também contribuíram para sua formulação.

³³ A “Escola Missionária Reverendo Abraão Ngulo” foi inaugurada no Chilume, município do Bailundo, Província do Huambo, em outubro de 2024.

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 79. Boston: Press of Samuel Usher, 1889. Yale Divinity Library. <https://digital.library.yale.edu/catalog/11663786>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 81. Boston: Published by the Board, 1891. Hathitrust Digital Library. <https://hdl.handle.net/2027/hvd.ah5cq3>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *Annual report of the American Board of Commissioners for Foreign Missions*. 91. Boston: Published by the Board, 1901. Yale Divinity Library. <https://digital.library.yale.edu/catalog/11666322>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *The Missionary Herald*, 92, n. 4 (1896). Hathitrust Digital Library. <https://hdl.handle.net/2027/ia.ark:/13960/t3b02sw0n>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *The Missionary Herald*, 93, n. 5 (1897). Hathitrust Digital Library. <https://hdl.handle.net/2027/wu.89066110610>

American Board of Commissioners for Foreign Missions. *West central African mission: a condensed sketch*. Boston: N. 1 Somerset Street, 1886.

Tucker, John Taylor. *Drums in the Darkness*. Toronto: The Ryerson Press, 1927.

Referências Bibliográficas

Ball, Jeremy. “A “Time of Clothes”: The Angolan Rubber Boom, 1886-1902”. *Ufabamu: A Journal of African Studies*, 28, n. 1 (2000): 25-42. <http://dx.doi.org/10.5070/F7281016584>

Ball, Jeremy. “The ‘Three Crosses’ of Mission Work: Fifty Years of the American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM) in Angola, 1880-1930”. *Journal of Religion in Africa*, 40, n. 3 (2010): 331–57. <https://doi.org/10.1163/157006610X532202>

Boilat, David. *Esquisses Sénégalaises; physionomie du pays, peuplades, commerce, religions, passé et avenir, récits et légendes*. Paris: P. Bertrand, 1853. <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df-79e6-a3d9-e040-e00a18064a99>

Candido, Mariana Pinho. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Ceita, Constança do Nascimento da Rosa. “A transculturação de Silva Porto na África Central — Viyè — Século XIX”. *Mulemba*, 10, n. 5 (2015): 185-232. <https://doi.org/10.4000/mulemba.1929>

Childs, Gladwyn Murray. *Umbundu kinship & character: being a description of the social structure and individual development of the Ovimbundu of Angola*. London, New York: Published for the International African Institute by the Oxford University Press, 1949.

Cruz e Silva, Teresa. “Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)”. *Lusotopie*, n. 5 (1998): 397-406. www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1170

Dias, Jill. “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”. Em *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*, org. Cristiana Bastos, Bela Feldman-Bianco e Miguel Vale de Almeida, 315-43. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Dias, Jill. “Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX”. Em *O Império Africano (Séculos XIX-XX)*, org. Valentim Alexandre, 69-93. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

Dulley, Iracema. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume, 2010.

Dulley, Iracema. “Indexation and Displacement: Spiritain Missions in the central highlands of Angola”. *Africana Studia*, n. 23 (2020): 97-112.

Dulley, Iracema. “Chronicles of Bailundo: A Fragmentary Account in Umbundu of Life before and after Portuguese Colonial Rule”. *Africa*, 91, n. 5 (2021): 713-741. <https://doi.org/10.1017/S0001972021000553>

Dulley, Iracema. “Naming Others: Translation and Subject Constitution in the Central Highlands of Angola (1926–1961)”. *Comparative Studies in Society and History*, 64, n. 2 (2022): 363-393. <https://doi.org/10.1017/S0010417522000056>

Dulley, Iracema. “Missões católicas e protestantes no Planalto Central angolano: continuidades e descontinuidades”. Em *Missões, religião e cultura: estudos de história entre os séculos XVIII e XX*, orgs. Carlos André Silva de Moura, Eliane Moura da Silva e Harley Abrantes Moreira, 291-314. Rio de Janeiro: Prismas, 2017.

Edwards, Adrian C. *The Ovimbundu under two sovereignties: a study of social control and social change among a people of Angola*. London: Oxford University Press, 1962.

Ennis, Elisabeth Logan. *The Umbundu Baby and Its Mother*. Boston: Woman’s Board of Missions, n.d.

Ennis, Elisabeth Logan, “Women’s names among the Ovimbundu of Angola”. *African Studies*, 4, n. 1(1945): 1-8. <https://doi.org/10.1080/00020184508706660>

Fish, Bruce. *Angola, 1880 to the present: slavery, exploitation, and revolt*. Philadelphia: Chelsea House Publishers, 2002.

Florêncio, Fernando. “No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M’balundu e o Estado Angolano”. Em *Vozes do Universo Rural*, ed. Fernando Florêncio, 79-175. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2010. <https://books.openedition.org/cei/198>

Gilmour, Rachael. “Missionaries, Colonialism and Language in Nineteenth-Century South Africa”. *History Compass*, 5, n. 6 (2007): 1761-1777. <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2007.00472.x>

Henderson, Lawrence W. *The Church in Angola: A River of Many Currents*. Cleveland, Ohio: Pilgrim Press, 1992.

Heywood, Linda. *Contested power in Angola, 1840s to the present*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2000.

Hrbek, Ivan. “As fontes escritas a partir do século XV”. Em *História geral da África, I: metodologia e pré-história da África*, ed. Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, 2010. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>

Instituto Nacional de Estatística de Angola. *Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola de 2014*. Luanda: INE - Divisão de Reprografia, 2016. https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf

Kandjo, João Sicato. “Uma visita à Ombala Ndala Kandumbu: contribuição para a historiografia dos Reinos Ovimbundu”. *Revista angolana de ciências*, 3, n. 1 (2021): 115-32. <https://doi.org/10.54580/R0301.07>

Kipling, Rudyard. “The White Man’s Burden”. *McClure’s Magazine*, 12, n. 4 (1899): 290-91.

Le Guennec, Grégoire, e José Francisco Valente. *Dicionário português-umbundu*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

- Marthinson, A. W. “Bible Translations in Belgian Congo, Ruanda-Urundi, and Angola”. *The Bible Translator*, 8, n. 4 (1957): 191-202. <https://doi.org/10.1177/000608445700800411>
- Martins, Vasco. “The plateau of trials: modern ethnicity in Angola”. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2015.
- Melnysyn, Shana. “Vagabond States: Boundaries and Belonging in Portuguese Angola, c. 1880-1910”. Tese de doutoramento, Michigan, University of Michigan, 2017.
- Mortimer, Favell Lee, Frederick S. Arnot, e William. H. Sanders. *Oku tunda k'ekumbi: “The peep of day”*. London: Printed by the Religious tract society, 1893.
- Mudimbe, Valentin Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.
- Mudimbe, Valentin Y. *A Ideia de África*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
- Neto, Maria da Conceição. “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961”. Tese de doutoramento, Londres, School of Oriental Studies, 2012.
- Neto, Maria da Conceição. “De Escravos a ‘Serviçais’, de ‘Serviçais’ a ‘Contratados’: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 33, (2017) 107-29.
- Péclard, Didier. “État colonial, missions chrétiennes et nationalisme en Angola. 1920-1975. Aux Racines sociales de l'UNITA”. Tese de doutoramento, Paris, Institut d'Etudes Politiques de Paris, 2005.
- Said, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Sanders, William H., e W. E. Fay. *Vocabulary of the Umbundu language*. Boston: T. Todd, printer, 1885.
- Santos, Catarina Madeira, e Ana Paula Ribeiro Tavares. *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cacabenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- Santos, Jéssica Evelyn Pereira dos. *Colonialismo no sertão pacificado: os povos do planalto de Benguela sob o Terceiro Império Português (1890-1954)*, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2019. <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5671>
- Santos, Maciel. “Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda”. *Revista Angolana de Sociologia*, 10 (2012), 49-74. <https://doi.org/10.4000/ras.245>.
- Soremekun, Fola. “Religion and Politics in Angola: The American Board Missions and the Portuguese Government, 1880-1922”. *Cahiers d'études africaines*, 11, n. 43 (1971): 341-77. <https://www.jstor.org/stable/4391120>
- Steconci, Ubaldo, e Yves Gambier. *A World Atlas of Translation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2019.
- Tembe, Joel das Neves. “A American Board Mission e os desafios do protestantismo em Manica e Sofala (Moçambique), ca. 1900-1950”. *Lusotopie*, 5 (1998): 335-43. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1166
- Tomás, Cláudio Andrade da Conceição. “Discursos e práticas alternativas de reconciliação nacional e de construção da nação em Angola: o caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola”. Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2010. <http://hdl.handle.net/10071/1818>
- Valente, José Francisco. *Gramática umbundu: a língua do centro de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964a.
-

Valente, José Francisco. *Seleção de provérbios e adivinhas em umbundu*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964b.

Warner, Tobias. “The Fetish of Textuality: David Boilat’s Notebooks and the Making of a Literary Past”. Em *The Tongue-Tied Imagination*, Tobias Warner, 33-50. New York: Fordham University Press, 2019. <https://doi.org/10.5422/fordham/9780823284634.003.0002>

Recebido: 06 de junho de 2025

Aprovado: 25 de abril de 2025

Paradoxos dos direitos humanos e a judicialização dos crimes da ditadura civil-militar brasileira (1973-2023)

Paradoxes of human rights and the judicialization of crimes committed by the Brazilian civil-military dictatorship (1973-2023)

Paradojas de los derechos humanos y judicialización de los crímenes de la dictadura cívico-militar brasileña (1973-2023)

Camilla Cristina Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-6941-9497>

RESUMO: O terrorismo de Estado se manifesta por meio da implementação de uma política delinquente, sustentada por saberes especializados, engrenagens institucionais e ações articuladas em prol de um objetivo preciso. No Brasil, esse cenário se consolidou após o golpe de 1964, contando, entre seus mecanismos de legitimação, com a atuação do Poder Judiciário. Paradoxalmente, foi também sob a ditadura que se registraram as primeiras vitórias jurídicas de familiares de mortos e desaparecidos políticos frente à máquina repressiva. Este artigo investiga ações civis e penais ajuizadas entre a década de 1970 e os primeiros anos da década de 2020, com o objetivo de analisar a atuação garantista do Judiciário brasileiro no reconhecimento da responsabilidade do Estado, da imprescritibilidade e do direito à reparação por graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar — em contraste com sua postura de não enfrentamento dos crimes do passado na esfera penal. Nossa hipótese é que a base do consenso jurídico-militar firmado à época reverbera até hoje, refletindo-se na impunidade como traço marcante da responsabilização penal de torturadores da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Judicialização. Direitos humanos. Impunidade.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora da UniProjeção. O presente artigo é fruto da pesquisa realizada no primeiro ano de Estágio Pós-doutoral na Universidade de Brasília. Foi pesquisadora CNV e da COVEMG. É autora do livro “A síndrome autoritária: Como a sobrevivência do discurso anticomunista da ditadura militar afeta a luta pelos direitos humanos no Brasil” (2025), publicado pelo Selo Caliantra/UnB. Contato: ccs.historia@gmail.com.

ABSTRACT: State terrorism manifests itself through the implementation of a delinquent policy, supported by specialized knowledge, institutional mechanisms, and coordinated actions in pursuit of a specific objective. In Brazil, this scenario was consolidated after the 1964 coup, with the Judiciary Branch acting as one of its legitimizing mechanisms. Paradoxically, it was also under the dictatorship that the first legal victories of family members of politically dead and disappeared individuals were recorded against the repressive machinery. This article investigates civil and criminal lawsuits filed between the 1970s and the early 2020s, with the aim of analyzing the Brazilian Judiciary's guarantor role in recognizing the State's responsibility, the imprescriptibility of statutes, and the right to reparations for serious human rights violations committed during the military dictatorship — in contrast to its stance of not addressing past crimes in the criminal sphere. Our hypothesis is that the basis of the legal-military consensus established at the time reverberates to this day, reflected in impunity as a striking feature of the criminal liability of torturers during the civil-military dictatorship.

Keywords: Civil-military dictatorship. Judicialization. Human rights. Impunity.

RESUMEN: El terrorismo de Estado se manifiesta a través de la implementación de una política delictiva, apoyada en conocimientos especializados, mecanismos institucionales y acciones coordinadas en favor de un objetivo específico. En Brasil, este escenario se consolidó después del golpe de 1964, contando, entre sus mecanismos legitimadores, con la acción del Poder Judicial. Paradójicamente, fue también bajo la dictadura que se registraron las primeras victorias judiciales de los familiares de muertos y desaparecidos políticos frente a la maquinaria represiva. Este artículo investiga las acciones civiles y penales interpuestas entre la década de 1970 e inicio de la década de 2020, con el objetivo de analizar el papel del Poder Judicial brasileño en el reconocimiento de la responsabilidad del Estado, la imprescriptibilidad y el derecho a la reparación por las graves violaciones de derechos humanos cometidas durante la dictadura militar, en contraste con su postura de no enfrentar los crímenes del pasado en la esfera penal. Nuestra hipótesis es que la base del consenso jurídico-militar establecido en ese momento resuena hasta nuestros días, reflejándose en la impunidad como característica llamativa de la responsabilidad penal de los torturadores durante la dictadura cívico-militar.

Palabras-clave: Dictadura cívico-militar; judicialización; derechos humanos; impunidad

Como citar este artigo:

Silva, Camilla Cristina. “Paradoxos dos direitos humanos e judicialização dos crimes da ditadura civil-militar brasileira (1973-2023)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 271-298.

Introdução

Como elaboramos o passado da ditadura civil-militar na sociedade brasileira? Não temos uma resposta fácil a essa pergunta. Em primeiro lugar, porque o “passado” não existe em si como um ponto fixo e fechado no tempo. Quando tratamos de passados sensíveis então, a dimensão das disputas sobre seus sentidos e significados retesa ainda mais a forma como são inscritos na memória pública.

Na última década, acompanhamos o paradigma dos direitos humanos que, em âmbito global, envolveu os processos pós-ditaduras com foco no direito à verdade e à justiça aos crimes do passado recente. O “espírito comissionista” que irrompe com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, foi importante para tensionar o discurso de reconciliação e anistia tão bem marcado por diferentes governos, na democracia (Buarque de Hollanda 2018). Mas, ao mesmo tempo, esta tensão não foi suficiente para dissipar os efeitos da permanência de uma narrativa que foi bem articulada nos últimos governos ditatoriais.

Nesse cenário, não podemos esquecer que vítimas e familiares da ditadura civil-militar brasileira têm reivindicado, há muito mais tempo, a presença e o traço irrevogável desse passado (Bevernage 2020). Uma demanda que não só compõe o regime histórico das últimas décadas, mas também integra a base do embaralhamento das dimensões temporais enquanto entidades rigorosamente separadas.

Todavia, isso não quer dizer que tal disposição do tempo tenha sido assumida de forma homogênea, especialmente quando tratamos de membros e instituições de Estado. Durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, nos 40 anos do golpe de 1964, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, expressou a seguinte mensagem do presidente em entrevista coletiva:

Devemos olhar para 1964 como um *episódio histórico encerrado*. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a *justa memória* dos acontecimentos e personagens daquele período – grifos nossos (Presidência da República *apud* Bauer 2013, 18).

Muita coisa mudou nesses quase vinte anos, ainda que, infelizmente, não pareça ter mudado a posição do presidente reeleito¹. Devido à iniciativa de diversos atores, especialmente o

¹ Em entrevista para o programa “É Notícia!”, que foi ao ar no dia 27 de fevereiro, quando interpelado sobre os 60 anos do golpe no Brasil, Lula declarou: “O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da história do Brasil que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país para frente” (Lula é cobrado [...] 2024). Dias depois, a orientação oficial da Presidência da República aos Ministérios foi a de não realizarem críticas nem atos diante da efeméride dos 60 anos, para evitar indisposição com as Forças Armadas. A adoção dessa narrativa coloca em evidência dois fatores contundentes das políticas retrospectivas em nosso país: i) elas operam sob os limites do projeto de reconciliação

movimento de familiares, políticas públicas atentas ao não encerramento desse “episódio” foram criadas. Em 2009, em segundo mandato, Lula ratificou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) que pela primeira vez discriminava o eixo memória e verdade, bem como previa a criação de uma comissão da verdade no país. O que ocorreu. Como bem sabemos, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12528/2011 e instituída em maio de 2012.

Na atualidade, pesquisadores (as) da história recente brasileira (Pereira 2015; Bauer 2017; Brandão 2020; Cunha 2020) concordam que um dos impactos indiretos das investigações conduzidas por comissões da verdade no país foi a reativação da disputa sobre o passado ditatorial, que por muitos anos foi solidamente absorvido na memória pública através da forte inscrição da guerra interna. Nesses termos, experienciamos a força do *dispositivo anticomunista*, uma engrenagem ideológica aperfeiçoada e hermeticamente acondicionada para produzir inimigos internos (Silva 2025).

Entre as narrativas de “verdade para os dois lados” ou “encerremos esse passado visando a reconciliação nacional”, vimos crescer o ódio a então presidenta da República, ex-militante da esquerda armada e que encarou – mesmo que em limites bem definidos – a missão de promover a mais ampla investigação estatal sobre as violações cometidas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar. Diante dos últimos anos, sentimos na pele que agir pela implicação de militares, políticos e empresários civis com os crimes do passado é de fato mexer em um complexo “vespeiro”.

Mas foi também nesse cenário que as primeiras denúncias buscando a responsabilização penal de torturadores foram ofertadas pelo Ministério Público Federal (MPF). De 2012 a 2023, 54 ações penais foram iniciadas na justiça brasileira, sendo que em apenas dois casos tivemos a condenação dos indiciados em segunda instância. São os casos de Carlos Alberto Augusto, condenado pelo sequestro de Edgar Aquino Duarte, à pena de dois anos e onze meses de reclusão em regime semiaberto; e de Cláudio Antônio Guerra, que em 2023 recebeu a condenação de sete anos de prisão, também em regime semiaberto, pela ocultação dos cadáveres de doze pessoas (Brasil MPF vs. Guerra 2019)². Diante das possibilidades recursais, nenhum dos dois foi efetivamente preso, sendo que a punibilidade de Carlos Augusto foi extinta em menos de um ano pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em janeiro de 2022 (Brasil MPF vs. Augusto e outros 2012)³.

nacional, com vínculo direto à autoanistia (Autor(a), ano); ii) o contundente papel das Forças Armadas como *veto players* na política brasileira (D’Araujo 2012).

² Ação penal nº 5005036-93.2019.4.02.5103.

³ Ação penal nº 0011580-69.2012.4.03.6181.

O traço marcante da nossa justiça transicional tem sido o seu avesso: a impunidade. No fundamento dela está a anistia de 1979 e o projeto de reconciliação nacional organizado pelo alto e assumido como componente perene da cultura política brasileira. Mas existem outros coeficientes em jogo. Este trabalho apresenta alguns deles, que atravessam temporalidades, conexões entre forças políticas dominantes e produções de sentido histórico baseadas na aversão aos direitos humanos.

Paradoxos do poder torturador

A historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira se assenta hoje em alguns consensos. Um deles é o próprio reconhecimento do braço civil que sustentou a máquina repressiva, via financiamento e/ou cumplicidade. A identificação de indivíduos e empresas envolvidas em graves violações de direitos humanos, realizada na última década pelas comissões da verdade instituídas no país, abriu caminhos para a responsabilização de colaboradores⁴ como a Volkswagen, que além de fornecer carros aos aparelhos de repressão, também consentiu com prisões arbitrárias e torturas em suas fábricas⁵.

A implicação da sociedade civil com o Estado ditatorial também ratificou outro consenso: de que, em algum nível, todos foram afetados pela capacidade do “regime brasileiro de invadir o cotidiano das pessoas” (Fico 2020). Entre modernização e segurança, a lógica do *inimigo interno* foi sendo moldada na construção de um dispositivo de controle não só político, mas também social. Nesses termos, espaços cotidianos “foram afetados por todo tipo de suspeita com relação ao outro, ao desconhecido, redefinindo relações de convivência e vizinhança a partir do que o Estado passava a definir como comportamentos aceitáveis ou não” (Cordeiro 2019, 225).

A punição a tais comportamentos era encaixada em esferas legais e clandestinas. A dinâmica dos órgãos de repressão foi apresentada em importantes trabalhos (Quadrat 2000; Santos, Teles e Teles 2009; Joffily 2013; Padrós 2013), que se debruçaram na compreensão da máquina de *terrorismo de Estado* como predecessora das que viriam a ser instaladas em outras ditaduras no Cone Sul. A busca por legitimidade atravessou os primeiros anos da ditadura brasileira, que se munuiu de atos

⁴ Vale salientar que os trabalhos realizados na Argentina visando a judicialização dos crimes de lesa humanidade de cunho econômico durante a última ditadura têm contribuído de forma significativa para conceituar tipologias de responsabilização. Nesse sentido, a cooperação de empresas coma ditadura instalada em 1976 tem sido investigada quanto à cumplicidade/acompanhamento secundário e aos casos de corresponsabilidade (Basualdo 2016).

⁵ A ação civil contra a Volkswagen foi iniciada pelo MPF, em 2016, assim como outros inquéritos na justiça estadual e do trabalho. Em 2020, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a empresa concordou em disponibilizar 36 milhões para indenização de ex-trabalhadores/familiares e na promoção de medidas de memória, verdade e justiça. Parte deste montante tem sido utilizado pelo CAAF, na condução de pesquisas sobre a cumplicidade de outras empresas com a ditadura (CAAF/Unifesp 2023).

institucionais, decretos-leis e até de uma nova constituição, em 1967. Mas foi a partir da criação da Operação Bandeirantes (OBAN), em 1969, que as especificidades da máquina de legalidade rotineira combinada com uma esfera extralegal se consolidaram⁶.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu um número expressivo de documentos e testemunhos para endossar o argumento de que, por trás dos crimes de detenções arbitrárias, tortura, execuções e desaparecimentos forçados, houve a estruturação de uma política de Estado, “[...] com destinação de recursos, organização de centros e de instrumentos e uso de pessoal próprio” (Brasil 2014, 350). No caso específico da prática de tortura a presos políticos, seu caráter rotineiro e generalizado nas instituições públicas brasileiras foi reconhecido internacionalmente no auge da repressão.

No ano de 1970, a Comissão Americana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu denúncia sobre a existência de 12 mil presos políticos no Brasil (*Caso 1.684*), sujeitos a vários tipos de torturas. Designado como relator do caso, o professor Durward V. Sandifer solicitou realizar investigações *in loco*, por mais de uma vez negadas pelo governo brasileiro. Em resposta a um dos pedidos, o Ministro de Relações Exteriores à época, Mário Gibson Barbosa, demonstrou indignação com o que creditava ser “intervenção excepcional da Comissão”. Nesses termos foi taxativo: “*não existe no Brasil caso algum de violação de direitos humanos*”⁷ (grifos nossos).

Esta é uma frase emblemática. Ela demarca não só a fábula de um Estado de Direito após 1964, mas também certa atemporalidade em seu sentido. Nas últimas décadas, depoimentos que admitiram a tortura contra presos políticos restringiam-na a casos isolados, como o do coronel Paulo Malhães, ex-Chefe da seção de contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE), à CNV. Oficialmente, as forças armadas brasileiras nunca reconheceram que os crimes cometidos por agentes do Estado ditatorial foram praticados em caráter sistemático, ou seja, de forma planejada.

Ao contrário disso, trabalhos historiográficos e relatórios das comissões da verdade demonstraram como, após 1964, foi estabelecida uma prática rotineira, burocratizada e coordenada

⁶ É preciso salientar que não defendemos de forma alguma a narrativa que crê que a violência do Estado ditatorial tenha suas origens no ano de 1968. Do ponto de vista da institucionalização do monitoramento e informações, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Comissão Geral de Inquéritos (CGI) datam dos primeiros meses pós-golpe. Compondo a engrenagem da repressão desde 1964, ainda podemos destacar: especialmente no mês de abril, pelo menos seis navios foram utilizados como prisões; o 1º Batalhão de Infantaria blindada (BIB), no Rio de Janeiro, já atuava como centro de tortura e detenção; o “Dopinha”, primeiro centro clandestino de tortura da ditadura, estava em funcionando pelo menos desde 1966; sem contar na atuação das Delegacias de Vigilância Social (DVS) e dos Departamentos de Ordem Política e Social que já estavam em funcionando em vários estados do país desde o final da década de 1930 (Brasil 2014).

⁷ Arquivo MRE. Telegrama MRE_AAA/1/602.60(20). 11/01/1971.

de repressão, na qual a perpetração da tortura compunha a dinâmica dos interrogatórios. Em alguns órgãos de segurança e informação, como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, havia equipes de interrogatório determinadas para escalas de 24 horas de atividade, de forma que o “tratamento” aos presos fosse possível ininterruptamente, pelas turmas “A”, “B” e “C” (Brasil 2014, 357-358). Além da estrutura, a prática de tortura era também a expressão de um “objeto de saber”. Como aponta Carla Osmo (2018, 20), existiu

todo um campo de conhecimento a fundamentar o seu emprego. Já na época dos fatos – não obstante a censura vigente –, os depoimentos das milhares de vítimas confirmavam-se mutuamente ao exporem, além dos locais e pessoas envolvidas, os métodos e instrumentos, os quais eram adotados em diferentes partes do território nacional de forma precisa e padronizada, e nomeados com um vocabulário específico.

As ditaduras do Cone Sul empenharam-se, de forma mais ou menos precisa, no apoderamento de estruturas e normativas camufladas de democráticas. O caso brasileiro é um dos mais categóricos. Além da manutenção dos três poderes – ainda que, na prática, o Congresso Nacional funcionasse com a restrição de dois partidos e junto com o Judiciário estivesse sob as amarras do Executivo – a burocratização e compartimentação do sistema repressivo, amarrado por atos institucionais, decretos e por uma nova constituição, compunha o teatro armado no espectro da “revolução”.

O suporte estadunidense no treinamento ideológico e militar, com a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a criação da *National War College*, reflete no estabelecimento de uma instituição de ensino no país, a Escola Superior de Guerra (ESG), responsável por preparar seu corpo discente não só para eliminar o inimigo interno, mas a pensar a estrutura organizacional para que isso fosse feito da forma mais “limpa” possível. A ESG tornou-se a principal articuladora entre as elites civis e militares anticomunistas, ao mesmo tempo que exprime os paradoxos políticos do Brasil. Um fato interessante é que, às portas do golpe, dentre os ingressos de 1963 estavam: João Goulart, então Presidente da República, e dois norte-americanos: Lincon Gordon e Robert S. McNamara (Lentz 2015)⁸.

Havia também amarras estruturais que facilitavam a sistematização da máquina repressiva. O autoritarismo no Brasil não está circunscrito às duas ditaduras do século XX. No início da década de 1920, por meio do Decreto n. 14.079, foi criada a *Inspeção de Investigações e Segurança Pública*, que

⁸ Outro fato curioso é que, se antes de 1964 a maioria dos egressos da ESG era formada por militares, após esse ano o número de civis tendeu a ser maior. Lentz (2015, 321) aponta que “a proporção de civis formados pela ESG aumentou durante a ditadura”, visto que de 1964 a 1989 foram formados 1655 militares (48%) e 1780 civis (52%), sendo que o maior grupo desses últimos era formado por professores.

comportava a divisão de *Ordem Social e Segurança Pública*, e regulamentava as penas referentes a repressão aos movimentos anarco-sindicalistas, conforme a gravidade do crime político cometido (Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921).

Na mesma época, em meio à organização do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Coluna Prestes, o governo de Arthur Bernardes criou a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no estado de São Paulo. Poucos anos depois, a Constituição de 1934, por meio do Art. 84, estabeleceu a fusão organizacional entre a justiça civil e militar no país, nos casos de “repressão de crimes contra a segurança externa do país, ou contra as instituições militares” (Brasil 1934). Em 1937, foi reformado sob a ditadura estado-novista o Tribunal de Segurança Nacional, que se tornaria base da cooperação civil-militar quanto aos crimes políticos (Pereira 2010).

Em sua investigação sobre a organização da máquina repressiva das ditaduras do Cone Sul, Anthony Pereira conclui que o caso brasileiro se constitui pela hibridização entre premissas conservadoras e revolucionárias da “legalidade autoritária”. A partir desse conceito, ele abarca a criação/ressignificação de mecanismos e relações, nos níveis prático e simbólico, por Estados autoritários para mascarar-se como Estados de Direito. Dentre as diferenças de estilo de “legalidade autoritárias” nas ditaduras latino-americanas, “o tipo de integração de consenso” (2010, 41) entre as forças da engrenagem repressiva era mais alto no Brasil.

O suporte de seu argumento também incide no nível de integração entre as elites judiciárias e militares ainda antes do golpe de 1964. A ascensão desses grupos foi coligada de certa maneira, entre o Império e a República, seja por fatores de socialização e treinamento seja por seus espíritos “de classe e corporação” (Carvalho 2008, 175). A cara do autoritarismo brasileiro se apresenta também por meio desse diálogo possível entre o judicialismo – isto é, a prescrição da dinâmica social pelos princípios legais – e as intervenções militares na política nacional. Em perspectiva estrutural, “determinadas configurações institucionais, uma vez adotadas, podem ser muito difíceis de serem desfeitas” (Pereira 2010, 68).

O trabalho de Pereira aponta diretamente para o fato de que a harmonia entre o Judiciário e as forças armadas durante um governo autoritário regula a repressão política. Isso se comprova, por exemplo, pela forte roupagem de Estado de Direito assumida pela ditadura civil-militar brasileira, o número expressivo de processos contra presos políticos (se comparado com as ditaduras chilena e argentina, por exemplo) e o fortalecimento do aparato judicial pela legislação autoritária⁹.

⁹ O ato institucional 2 (AI-2), de 1965, intervém diretamente no Judiciário. Conforme destaca Mateus Gamba (2021, 73), “dentre os pontos que mais chamam a atenção no AI-2, vislumbra-se que novamente ocorreu a suspensão das

Algo que também foi articulado internacionalmente. Durante as discussões para elaboração da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, o governo brasileiro assumiu liderança estratégica. Magalhães Pinto, então Ministro das Relações Exteriores, chegou a advertir Costa e Silva sobre a importância de uma participação ativa na construção do documento, devido, dentre outros fatores: à empatia da opinião pública internacional com o tema de direitos humanos e ao impacto negativo que a oposição à preparação do documento poderia causar. Em suas palavras, a “eventual reticência brasileira ante o instrumento que se pretende elaborar poderia significar nosso isolamento em relação ao sistema regional, com possibilidade de provocar incontroláveis explorações jornalísticas no exterior, afetando a imagem do Brasil”¹⁰.

Diante disso, as autoridades brasileiras embarcaram na disputa narrativa pelos direitos humanos. Não endossando a Convenção, promulgada em 22 de novembro de 1969, mas manobrando para que fosse firmado o compromisso de delimitar em um novo documento quem eram os humanos dignos dos direitos. Surgia assim, a cargo do presidente da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), o Projeto de Convenção contra o Terrorismo. Escrito pelo brasileiro Vicente Rao, a proposta foi assinada por sete dos onze juristas que compunham a CJI. O objetivo principal da convenção era determinar estratégias e punições para combater os sequestros de diplomatas na América Latina. Tanto é que, visando agradar a todos, o projeto apresentava duas redações para seu artigo 2, que tratava especificamente sobre sua finalidade.

Art. 2 (Primeira alternativa) – O Sequestro ou outros atentados contra a vida, a integridade corporal ou a liberdade de agentes diplomáticos e consulares estrangeiros que gozem de inviolabilidade de acordo com o direito internacional, bem como dos membros das respectivas famílias amparados por aquela prerrogativa, configuram delito comum com repercussão internacional, qualquer que seja o móvel com o qual forem praticados (ref. 24).

Art. 2 (Segunda alternativa) – O seqüestro ou outros atentados contra a vida, a integridade corporal ou a liberdade de pessoas a quem o Estado tem o dever de proporcionar proteção especial, de acordo com o direito internacional, configuram delito comum com repercussão internacional, qualquer que seja o móvel com o qual forem praticados (ref. 25)¹¹

O fato de o projeto apresentar duas alternativas para delimitar o objeto da Convenção remonta a um primeiro pressuposto, de que o presidente da CJI estaria disposto a permitir uma generalização da condição de quem por ela seria resguardado, garantindo sua aprovação. Não sem antes, porém, delimitar seu posicionamento – consonante com a ditadura brasileira – ao escolher

garantias constitucionais da vitaliciedade e inamovibilidade, garantias que historicamente sempre pertenceram aos magistrados”.

¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo CNV: Exposição de Motivos DEA/158//602.60(20), de 21 de agosto de 1969.

¹¹ Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Segurança Nacional: Projeto de Convenção sobre Terrorismo e sequestro de pessoas com fins de extorsão. OEA. 26 de setembro de 1970. BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0189_d0001de0001.

como primeira alternativa aquela que se dirigia especificamente aos sequestros de diplomatas e seus familiares.

Pensemos o projeto de Convenção sobre terrorismo como componente central para a manutenção do dispositivo anticomunista¹². Quando, no final dos anos 1970, surge uma nova ameaça à manutenção desse projeto de Brasil, articulada por um novo *horizonte de expectativas*, resta aos seus defensores pensar outras estratégias de suporte ao dispositivo. Se por um lado, na política de enfrentamento aos Estados autoritários, os direitos humanos vinham se cristalizando como estratégia mais viável, de outro, eles foram aplicados em sua salvaguarda. O projeto de Convenção sobre terrorismo é um exemplo notório disso.

Assim como a ditadura brasileira utilizou dos mais diversos meios para apresentar a fisionomia de Estado de Direito, ela também enfrentou o movimento crescente por direitos humanos apoiando-o, desde que configurado estritamente nos limites do dispositivo da ameaça comunista. Nesse sentido, a Convenção sobre Terrorismo assumia uma função estratégica, invertia o jogo. Em vez de violador, o Estado brasileiro emergia como dirigente na defesa dos direitos humanos na América Latina.

Quanto à atuação de Estados autoritários, não podemos perder de vista o poder investido na criação de imaginários sociais e políticos. A narrativa intrincada no dispositivo da ameaça comunista e a carcaça de legalidade rotineira era (re)despertada no cenário dos julgamentos dos opositores, mais um momento de alicerçar na memória pública a equivalência entre “subversão” e “criminalidade”¹³. A tese principal desse artigo é que a intensidade do consenso jurídico-militar durante a nossa última ditadura reverbera de forma categórica na fragilidade da judicialização dos crimes cometidos por agentes da ditadura no presente.

Reconhecimento jurídico e terrorismo de Estado

Foi durante a década de 1970 que o aspecto paradoxal das engrenagens ditatoriais brasileiras ficou mais evidente. Crescia o número de denúncias de violações de direitos humanos a organismos internacionais, o que refletia na ascensão da desconfiança externa. Entre 1971 e 1972, a *Alianza de Mujeres Costarricenses* e a *Women's International Democratic Federation* encaminharam ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) denúncia sobre tratamentos

¹² Na cultura política brasileira, pauto a ideia do dispositivo anticomunista nas reflexões de G. Agamben sobre a “disposição e uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares)”, que possuem a “capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e as opiniões e os discursos dos seres vivos” (2005, 11-13).

¹³ Tanto é que, nas disputas recentes, as imagens manipuladas de Lula como prisioneiro do DOPS e Dilma em julgamento foram mobilizadas como forma de manchar suas trajetórias.

cruéis cometidos contra duas mil prisioneiras no Brasil e sobre a perseguição e assassinato de 350 mulheres pelos órgãos de repressão, respectivamente (Brasil 2014a, 201). Em paralelo, a *Amnesty International* entregou ao secretário-geral da ONU um relatório sobre as torturas no país, considerando como prática institucionalizada que representava “a manifestação e o resultado necessário de um modelo político” (Amnesty International 1972).

Além da ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) por meio de sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu inúmeras petições contra a ditadura militar brasileira. Entre 1969 e 1973, estima-se que 77 ações foram recepcionadas pela CIDH, das quais apenas 20 foram aceitas como “casos concretos” a serem investigados. Nos anos que precederam ao AI-5 e à formação da OBAN (1969-1970), houve um número recorde de ações recebidas pela CIDH contra violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro, levando o país ao segundo lugar “em número de petições no continente americano” (Santos 2010, 133).

Um dos momentos chaves da repercussão negativa dessas denúncias para a imagem do país ocorreu em 1973. Naquele ano, a CIDH incluiu em seu informe anual o resultado das investigações sobre os *casos 1.683 (Olavo Hansen)* e *1.684 (Múltiplo I)* e a conduta do governo brasileiro no decorrer delas.

Quanto à morte de Olavo Hansen, a Comissão entendeu haver provas concretas de que houve violação de direito à vida. Sobre o *caso 1.684*, o relatório apresentado registrou as dissimulações do governo brasileiro ao dificultar as investigações. Em primeiro lugar por não permitir a visita dos investigadores ao país e, em segundo, por enviarem um volume enorme de documentos que não elucidavam a questão, o que permitia decidir apenas pela presunção da existência de “torturas, vexações e maus tratos”. O fato ensejou uma ostensiva campanha das autoridades brasileiras visando impedir ou protelar ao máximo a divulgação do informe anual que trariam as apurações sobre os casos brasileiros.

Data também do ano de 1973 a primeira ação civil na justiça federal por crimes cometidos pelo Estado ditatorial. No processo, eram requeridas a responsabilização da União e a indenização por danos materiais e morais sofridos pela morte de Manoel Raimundo Soares, que teve grande repercussão em 1966 e ficou conhecido como *o caso das mãos amarradas*.

Manoel Soares atuou como sargento do Exército Nacional. Sua prisão tinha sido decretada logo após o golpe, devido a seu papel em manifestações pela criação de sindicato e maior atuação política dos suboficiais do Exército. Foi cassado pelo AI-1 e a partir deste momento passou a ser considerado um subversivo. Vivendo na clandestinidade e atuando no Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Soares foi preso em Porto Alegre, levado à Ilha do Presídio e, cinco meses

depois, em dia ainda não claramente definido, foi morto no DOPS/RS, o Dopinha. O corpo do ex-sargento foi encontrado em um rio, nas proximidades da capital do Estado, com as mãos amarradas às costas.

Em 1973, quando a esposa de Manoel Soares, Elizabeth Chalupp, entrou com a ação civil requerendo indenização tanto da União quanto de agentes do Estado¹⁴ pelo assassinato de seu marido, o país estava afogado em intensa repressão política e censura. Nesse cenário, o desaparecimento de pessoas tornou-se estratégia de governo, para garantir a representação de Geisel como moderado e lidar com os problemas de legitimidade, diante dos constantes questionamentos à ditadura por denúncias de parlamentares, exilados e familiares. Segundo pesquisa realizada pela CNV, no ano seguinte, não houve denúncias de assassinatos cometidos por agentes da repressão. Em contrapartida, são documentados 53 casos de militantes desaparecidos (Brasil 2014).

É importante lembrarmos também que a estrutura da “legalidade autoritária” contava expressivamente com o Judiciário, sejam seus representantes firmes defensores da ditadura, sejam autodescritos como peças de um sistema inoponível¹⁵. O fato é que a ação indenizatória só seria analisada em novembro de 1988, sem decisão de mérito, sendo apenas remetida à justiça estadual¹⁶.

Na década seguinte novos *casos emblemáticos* desgastariam profundamente a imagem da ditadura. Em 1976, Clarice Herzog ajuizou ação civil para comprovar a responsabilidade de agentes do DOI-CODI do II Exército nas torturas e morte de seu companheiro, o jornalista Vladimir Herzog.

Herzog foi assassinado no mesmo dia em que compareceu voluntariamente ao órgão de repressão, após ter sido convocado a prestar esclarecimentos. Era um sábado de manhã, dia 25 de

¹⁴ Os agentes envolvidos na morte de seu marido e réus na ação são: Luiz Alberto Nunes de Souza, Itamar de Mattos Bones, Joaquim Atos Ramos Pedroso, Theobaldo Eugenio Behrens, Ênio Cardoso da Silva, Ênio Castilho Ibanez, Carlos Otto Bock e Nilton Aguidas.

¹⁵ Ver, nesse sentido, o depoimento do ex-juiz Nelson da Silva Machado Guimarães à Comissão Nacional da Verdade, quando questionado sobre seu parecer no inquérito da morte de Hansen, em que declara ter agido conforme as “circunstâncias históricas”, que o impedião de “oficiar determinando a abertura de uma investigação”.

¹⁶ Somente em 2005, a juíza federal Vânia Hack de Almeida garantiu o pagamento da indenização. Na sentença, a própria juíza reconheceu que houve demora infundada por parte do judiciário, afirmando que “o feito foi imensamente procrastinado por requerimentos de produção de provas, juntadas de inquéritos e ações judiciais, relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito que investigaram este e outros eventos similares”. Além disso, também salientou que percebeu uma dificuldade imensa de juntar as provas deste processo, pois “documentos foram recusados, outros foram destruídos, muitos desapareceram” (Apelação Cível nº 2001.04.01.085202-9/RS). Hack chega a declarar-se surpreendida pela impunidade do caso. Após quarenta e três anos de espera, somente em 2016 foi realizada a transferência de valores aos familiares de Manoel Soares. Elizabeth Chalupp faleceu em 2009, sem usufruir inteiramente dos resultados de uma luta de tantos anos.

outubro de 1975. Apesar das diversas manifestações, em menos de dois meses, Inquérito Policial Militar (IPM) ratificaria a versão oficial de suicídio do jornalista.

Na ação interposta em abril de 1976, os advogados trouxeram inúmeros elementos para contestar o relatório do IPM. Considerando todo o caso como um “inominável abuso de autoridade” “dos dias sombrios que o país atravessava”¹⁷, a ação declaratória abria precedentes para que se reconhecesse, judicialmente, a responsabilidade do Estado como detentor de um aparato arbitrário e violento de eliminação de pessoas¹⁸.

O processo inaugurou o pedido de reconhecimento judicial da responsabilidade da União por graves violações de direitos humanos, ou seja, enquadrando a prisão arbitrária, tortura e morte de Herzog como fatores que pressupunham algo além do que era previsto na normativa interna e que transbordava para dispositivos do direito internacional – evidentemente, naquele contexto, ainda não adotados pelo Brasil. Visando refutar as conclusões do inquérito aberto pelo II Exército e a decisão do Ministério Público Militar que afastava a existência de crime e perseguição penal dos responsáveis, a ação interposta pelos familiares tinha fundo declaratório. Como aponta Raymundo Faoro,

[...] decidiu sua viúva, Clarice Herzog, buscar, na Justiça comum, uma sentença que refutasse as versões oficiais, até então existentes. Conquanto firmemente dispostas a ingressar em juízo, Clarice não queria dar conteúdo econômico à pretensão que decidiu formular em seu nome e no dos filhos menores do casal, Ivo e André. Pediu, então, aos advogados que encontrassem uma fórmula pela qual, sem deduzir qualquer pedido pecuniário, pudesse obter o reconhecimento de que a União Federal era responsável pela morte de Vladimir (Faoro 1978, 13).

Ao fim, se pleiteava a existência de relação jurídica entre os familiares e a União, bem como o reconhecimento pelo Judiciário de que Herzog foi preso arbitrariamente, torturado e morto sob responsabilidade do Estado brasileiro.

Na contestação da União, solicitando extinção ou improcedência da ação, o procurador Tito Bruno Lopes acusou os requisitantes de tentarem burlar a decisão do processo criminal, sustentando “uma condenação” através da alçada civil. Não bastasse a defesa do profissionalismo dos agentes do DOI-CODI de São Paulo, foi anexada à petição o Parecer nº 181/CJMex, elaborado por consultor jurídico do Ministério do Exército. A atuação conjunta entre autoridades militares e a PGR confirma a tese de Pereira (2010) sobre a preocupação da ditadura brasileira de validar um aspecto legal de atuação, sobretudo, em situações de grande visibilidade.

¹⁷ Arquivo Nacional. Fundo CEMDP. Processo 0210/96. BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003

¹⁸ Na sentença, além da declaração da responsabilidade da União pela prisão arbitrária, tortura e morte de Herzog, foi impetrada a “obrigação de indenizar os autores da ação. Não se pedia a efetiva condenação da ré ao pagamento de indenização, mas tão-somente que fosse declarada a existência de uma obrigação de indenizar” (Osório 2016, 82).

Assim como para as denúncias de violações de direitos humanos admitidas na CIDH (*casos 1.683 e 1.684*) e para o caso das mãos amarradas, a preocupação com a imagem da ditadura ressurgiu, então acompanhada de uma espécie de pressentimento de que o processo geraria impactos intempestivos para o governo ditatorial. No parecer jurídico-militar, alegou-se que a ação civil movida por Clarice Herzog pretendia

lançar o desassossego em todos quantos, para o futuro, ou mesmo no passado, hajam contribuído, participado ou trabalhado em investigações ou inquéritos para apuração de atividades subversivas, ante a ameaça de serem responsabilizados por qualquer mal que aconteça a um subversivo, no período em que o tenham sob sua guarda, ainda que proclamada, pelos meios regulares e legais, a sua não participação no evento tido como danoso¹⁹.

Contrariando a aquiescência entre judiciário e militares, em outubro de 1978, o juiz federal Márcio José de Moraes julgou, pela primeira vez na história da judicialização dos crimes da ditadura brasileira, a ação movida por familiares do jornalista como procedente²⁰. Ainda que não contestasse abertamente a versão oficial de suicídio, considerou que Vladimir Herzog estava sob responsabilidade da União quando preso nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, sendo que diversos fatores demonstraram que os agentes públicos não zelaram por sua integridade, visto que ele “veio a falecer de causa não natural”.

O juiz chegou a questionar a existência do cinto, já que era proibido em locais de detenção que qualquer prisioneiro portasse algo que poderia ser usado em seu detrimento ou de outrem. Para ele, nem quanto ao “alegado suicídio” a União conseguiu provar que se eximiu de responsabilidade, uma vez que existiam “revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Vladimir Herzog, como em outros presos políticos nas dependências do DOI/CODI do II Exército”²¹.

O principal questionamento foi sobre o papel do médico Harry Shibata na elaboração do laudo necroscópico. Testemunhando no processo, ele confirmou que não esteve presente na perícia do corpo de Herzog e apenas assinou o relatório como segundo perito (prática ilegal conforme a legislação da época). A ilegalidade do fato foi admitida, posteriormente, em documento do Centro de Informações do Exército (CIE), pelo qual acusaram Shibata de ter cometido “um grave erro, fazendo declarações impensadas [em juízo] sobre sua participação na autópsia”²². Ao

¹⁹ Parecer nº 181/CJMEX. Arquivo Nacional. Fundo CEMDP. Processo 0210/96. BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003.

²⁰ Márcio José de Moraes passou a ser monitorado pelos órgãos de informação, por suposto envolvimento político com forças de oposição ao governo (Arquivo Nacional. Fundo SNI. Informação nº 099/16/AC/79. 21/03/1979).

²¹ Arquivo Nacional. Fundo CEMDP. Processo 0210/96. BR_DFANBSB_AT0_0_0_0078_0003.

²² Arquivo Nacional. Fundo SNI. Informação nº 099/16/AC/79. 21/03/1979. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000685_d0001de0001.

final da sentença, o juiz concluiu que a deficiência de um laudo de corpo de delito construído por um só perito tornou “imprestável” todas as conclusões reunidas no IPM.

A importância da sentença Herzog, apesar de sentida à época, talvez não pudesse ser totalmente determinada. No mesmo ano em que era abolido o AI-5 e criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a ratificação judicial da existência de violações de direitos humanos sob responsabilidade do Estado brasileiro foi interpretada como mais uma ameaça à estabilidade autoritária. Em documento confidencial de novembro de 1979, a análise do SNI sobre o caso advertiu sobre a baixa probabilidade de a família Herzog ser derrotada na justiça, mesmo diante de todos os recursos impetrados pela União. O fato gerava grande apreensão, por ser considerado “um grande trunfo para que os familiares de todas as pessoas que morreram em consequência de confrontos com os órgãos de segurança após 1964, abrindo, assim, uma porta para que todos sigam o mesmo caminho da família HERZOG”²³. De fato, foi o que ocorreu: pelo menos seis ações declaratórias – para reconhecimento judicial da responsabilidade institucional do Estado ou pessoal de autores de graves violações de direitos humanos – ou indenizatórias foram submetidas à justiça até o fim da ditadura no país.

Da morte, à investigação manipulada e à vitória judicial, tudo ocorreu no cenário de rearticulação social na luta pela anistia versus, parafraseando Ost (2005), o “confuso abismo do esquecimento” arquitetado pelo governo militar. Externamente, diplomatas tentavam apresentar um país defensor dos direitos humanos e soberano quanto às decisões internas a esse respeito. Afastar qualquer possibilidade de confirmação de que o Estado brasileiro era um exímio violador de direitos humanos tornou-se foco estratégico. Até porque a insegurança na política externa brasileira poderia gerar rupturas inadmissíveis ao projeto de modernização autoritária.

Nesse período, por exemplo, os Estados Unidos passaram a condicionar a concessão de empréstimos financeiros ao cumprimento das normativas internacionais de direitos humanos. Nesse aspecto, também em 1978 – em conflito que envolvia ainda a recente aproximação com a Alemanha Ocidental – as autoridades brasileiras viram-se diante de um obstáculo concreto, no âmbito de cooperação militar. Por não ter apresentado, ao final de janeiro daquele ano, relatório sobre os direitos humanos, o país “desqualificou-se, automaticamente, para o programa FMS [*Foreign Military Sales*]”, pelo qual poderia comprar e garantir empréstimos para o ano de 1979 (Fernandes 2016, 105).

²³ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Informação nº 2514/31/AC/79. 27/09/1979. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79004775_d0001de0001.pdf.

Foram nesses termos que, com extrema cautela, a inteligência militar orientou que o processo remetido ao tribunal federal de recursos (com o procedimento solicitado pela União) fosse protelado “o quanto possível”, para que se cumprisse o “objetivo de cada vez mais provocar o esquecimento da opinião pública sobre o fato e aguardar uma oportunidade mais adequada para julgamento”²⁴. Para forjar a identidade que se pretendia desde a década de 1970 – se estendendo até os dias atuais – quem esteve (e está) no poder mobilizou narrativas e manipulou memórias por meio do esquecimento coordenado não só da capacidade de resistência social difusa, mas também de que havia reconhecimento da legitimidade dessa resistência, que, com a força necessária, poderia ter sido capaz de pulverizar os fundamentos do dispositivo anticomunista.

Mesmo assim, a decisão responsabilizando o Estado brasileiro por crime político ainda durante a ditadura mobilizou as expectativas de familiares e sobreviventes de que um novo tempo estava surgindo. Pelo menos para esse grupo não houve acordo, não houve conciliação e a lei de anistia não apagou o passado recente de maneira “ampla, geral e irrestrita”.

Ainda durante a ditadura, mais cinco ações civis foram ajuizadas: pelas mortes de Manoel Fiel Filho de Luiz Eduardo da Rocha Merlino; pelos desaparecimentos forçados de Mário Alves de Souza Vieira e Ruy Frasso Soares; pela tortura sofrida por Inês Etienne Romeu, na Casa da Morte, centro clandestino da máquina repressiva brasileira, localizada em Petrópolis.

Tabela 1: Ações civis (indenizatórias e declaratórias) ajuizadas na justiça brasileira, por familiares e sobreviventes, quanto a violações cometidas pelo Estado durante a ditadura militar (1973-1981).

Caso	Motivo	Data da denúncia	Andamento
Manoel Raimundo Soares	Morte	13/08/1973	Em 2000, foi proferida sentença favorável à família da vítima, com antecipação de tutela. Após recurso da União, o pagamento da indenização parcial só foi garantido por sentença da juíza federal Vânia Hack de Almeida, em 2005. A transferência do valor foi realizada no ano de 2016, sete anos após a morte de Chalupp.
Vladimir Herzog	Morte	19/04/1976	A sentença do juiz Márcio José de Moraes, proferida em 1978, julgou procedente a ação, fato que abriria precedentes para outras denúncias análogas.
Manoel Fiel Filho	Morte	1979/1978 ²⁵	Em 1980, o juiz federal Jorge T. Flaquer Scartezini – em decisão

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo SNI. Informe nº 2514/31/AC/79. 27/11/1979. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79004775_d0001de0001.pdf.

²⁵ Nos documentos relativos à ação ordinária promovida pelos advogados de Thereza de Lourdes Martins Fiel, reunidos no Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, há discordâncias sobre o

			análoga ao caso Herzog – condenou a União pela negligência dos agentes do órgão repressor, o que teria possibilitado “o suicídio”. Em 1987, o Tribunal Federal de Recursos decidiu pela manutenção parcial da condenação, excluindo o que era relativo a danos morais. O valor a ser indenizado foi estabelecido apenas em 1996.
Luiz Eduardo da Rocha Merlino	Desaparecimento forçado	31/07/1979	Na ação movida pela família, contrária à versão oficial de suicídio, o principal questionamento da incidência no “descuido” dos policiais que o acompanhavam, utilizando os argumentos das sentenças de Herzog e Fiel Filho. Apesar das semelhanças entre os casos, da forma inteligente como a ação foi articulada e da pressão do movimento pela anistia, o pedido judicial de Iracema Merlino foi julgado improcedente, motivado pela promulgação da lei de anistia.
Rui Frazão	Desaparecimento forçado	Início da década de 1980 ²⁶	Em 1991, com base em farta prova testemunhal, foi proferida sentença condenando a União pela prisão ilegal, assassinato e ocultação de cadáver de Rui, declarando a obrigação de indenização à família.
Inês Etienne Romeu	Tortura	03/03/1981	A primeira ação indenizatória que requeria o reconhecimento de responsabilidade judicial privada (Mário Ladders, proprietário da Casa da Morte, em Petrópolis) foi julgada improcedente em junho de 1981.
Mário Alves	Desaparecimento forçado	18/10/1981	A sentença, amparada em ampla prova testemunhal, foi favorável ao pedido das autoras sobre o reconhecimento de relação jurídica com a União, quanto à obrigação de indenizá-las. A ação ainda almejava a recuperação do corpo de Mário Alves.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Nas primeiras décadas, ainda sob o peso da ditadura, a imputação das ações em crimes de morte e desaparecimento, primordialmente, estava inserida no contexto maior de denúncias contra graves violações de direitos humanos análogas que vinham ocorrendo na América Latina. Acionar

ajuizamento ter sido feito em novembro de 1978 ou em 18 de abril de 1979 (Arquivo Nacional. Processo CEMDP, br_dfanbsb_at0_0_0_0508_d0001de0001).

²⁶ Não foi possível, com os documentos disponíveis para pesquisa no Arquivo Nacional e no site da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, encontrar a data precisa de ajuizamento da ação, apenas a consideração genérica de início da década de 1980. O dado mais concreto se refere ao ano de 1986, quando foram promovidas audiências de instrução e julgamento da ação declaratória movida por Felícia de Rui Soares e seu filho (Arquivo Nacional. Fundo CEMDP. br_dfanbsb_at0_0_0_0905_d0001de0001).

a alçada civil foi uma forma de ocupar os espaços possíveis daquela conjuntura, ao mesmo tempo em que se projetava criar provas oficiais para processos futuros que poderiam ser ajuizados na esfera criminal.

Esse sentido continuou existindo, no que a advogada Ana Maria Muller chamou de uso “político” do Judiciário. Especialmente em um breve período após a lei de anistia, ainda que fosse visto com desconfiança por vítimas/sobreviventes e familiares, passou a ser previsto o estabelecimento de “declaração de ausência” para desaparecidos políticos, que passou a ser utilizada por advogados “com o objetivo de deixar consignadas provas – principalmente testemunhos – sobre os desaparecimentos” (Osmo 2016). Esse fator explica o fato de, entre 1979 e 1991, excetuando-se a ação de Inês Etienne – com todas as especificidades da potência de seu testemunho – todas as denúncias ajuizadas tratarem de casos de desaparecimentos.

Apesar de muitos percalços, entre 1973-2015, Carla Osmo (2016) defende que o judiciário do país tem sido “garantista” em reconhecer a responsabilidade do Estado, a imprescritibilidade e o direito à reparação a graves violações de direitos humanos que foram cometidas durante a ditadura militar, o que conseguimos demonstrar com alguns dados específicos – motivo de denúncia, ano de ajuizamento, ano e teor da decisão – a relação entre eles.

Justiça do possível: crimes da ditadura sob o olhar da democracia

*Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu.*

*Roda Viva.
Chico Buarque de Hollanda, 1968.*

Chico escreveu em 1968 sobre um sentimento que devia fazer parte da memória pública brasileira. Essa impotência diante da roda viva de um trator ligado quando sancionada a Lei nº 6.683 – em 28 de agosto de 1979 – e que continua rodando, apagando e enterrando os crimes cometidos pelo Estado ditatorial.

Apesar de, ao final da década de 1970, surgirem decisões importantes na esfera cível reconhecendo a responsabilidade da União em casos de graves violações de direitos humanos, vimos que o traço marcante da ditadura brasileira foi o alto consenso jurídico-militar na condenação de opositores e na ocultação da tortura. A utilização simbólica dos processos por crimes políticos permitiu “[...] criar um efeito psicológico em meio à opinião pública” ou “criar imagens políticas eficazes” que colocaram “determinados atores nos papéis de vilões, e outros, no de heróis” (Pereira 2010, 72).

A função dos julgamentos como “teatros da justiça” revelou sua capacidade cocriadora de memória. Os estudos que delimitam tal tema têm se ancorado nos grandes julgamentos históricos do XX e do XXI, tendo como ponto de partida o ano de 1945 e os acusados em Nuremberg. Nesse sentido, os tribunais também são percebidos como uma “via privilegiada” de aproximação dos traumas sociais (Felman 2014).

Não pretendo, de forma alguma, minimizar a singularidade dos eventos traumáticos que mobilizaram transformações jurídicas durante o século XX. O século XX tem sido considerado como o século do trauma. E, talvez, possamos esgarçar ainda mais temporalidades para localizar sintomas análogos ao trauma nas estruturas sociais. Uma espécie de ferimento – significado literal da palavra trauma – que, em grande parte, foi politicamente produzido.

A forja oficial da nação abalizou a noção do povo brasileiro como pacífico e conciliatório. Entendo isso como uma ferida que, de fato, dispõe não só o estereótipo do que “deveríamos ser”, mas também condiciona expectativas históricas de apaziguamento e acomodação. Isso, a meu ver, tem implicado em dois fatores intrínsecos à judicialização penal aos crimes de Estado no Brasil: i) primeiro, o rechaço da ação, mesmo quando essa é condicionada contra a opressão/violência estatal; ii) o olhar suspensivo para discursos, agentes e políticas públicas em prol dos direitos humanos.

No movimento pendular da nossa democracia nos últimos anos, para relembrarmos o conceito de Leonardo Avritzer (2019), passamos de governantes que atuaram de alguma forma pelo retorno da democracia no país para outros que defendem, por exemplo, que o erro da ditadura brasileira foi ter matado pouco. Nesse caminho, pendulares também foram as dinâmicas de tratamento de passados sensíveis, incluindo intimamente o terrorismo de Estado da ditadura civil-militar.

O cenário aberto pelas comissões da verdade no país logo escancarou efeitos que, num primeiro momento, foram considerados indiretos ou não previstos (Pereira, 2015). Para observadoras mais atentas, hoje nos parecem ainda inesperados – no sentido de que não estávamos diligentes o suficiente para encarar o que viria – mas harmônicos com o projeto de sociedade que nos foi inscrito. Neste repercutiu, e muito, a mensagem criada pelos tribunais da ditadura entre a lei e o *terrorista*.

Na escalada de manifestações contra e a favor da presidenta Dilma Rousseff, uma das imagens que mais rodaram as redes sociais foi aquela capturada durante seu interrogatório na

Primeira Auditoria Militar do Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1970²⁷. Movimentos que se opunham veementemente ao governo da petista chegaram a denunciar a fotografia como falsa e/ou manipulada por aplicativos digitais. Porém, dada a incontestabilidade da evidência como prova histórica do julgamento de Dilma, o foco voltou-se para a reativação da memória de sua militância enquanto dirigente de uma “organização terrorista”, requalificada na linguagem atual como “criminosa”.

A força da narrativa anticomunista ou a atualização dessa memória no presente ficou muito evidente nas últimas décadas e os tribunais da ditadura foram mais um lócus para uma estável inscrição. Como bem pontua Pereira (2010, 72), como espetáculos teatrais, “eles podem se tonar parte de uma memória histórica que reforça a aceitação do domínio exercido pelo regime”.

Foi também nessa conjuntura que as primeiras denúncias contra agentes da ditadura no Brasil foram ofertadas pelo Ministério Público Federal (MPF). Após a condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund x Brasil*, em 2011, Sebastião Curió Rodrigues de Moura foi denunciado pelo sequestro qualificado de cinco pessoas no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. Desde então, até 2023, já foram iniciadas 54 ações visando a responsabilização penal de torturadores civis e militares que participaram da máquina repressiva da ditadura.

Entre 2012 e 2013, todos os processos tratavam dos crimes de sequestro e/ou ocultação de cadáver, sendo que essas tipologias criminais estão presentes em 48% das denúncias. A *Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas* foi internalizada pelo Estado brasileiro somente em maio de 2016 (Decreto nº 8.766), passando a integrar nosso ordenamento jurídico enquanto norma supralegal. Isso quer dizer que os tratados internacionais de direitos humanos estão hierarquicamente acima das leis ordinárias, no entanto abaixo do texto constitucional - desde votados no Congresso Nacional com quórum de emenda constitucional

O Artigo VII da Convenção orienta que:

A ação penal decorrente do desaparecimento forçado de pessoas e a pena que for imposta judicialmente ao responsável por ela não estarão sujeitas a prescrição.

No entanto, *quando existir uma norma de caráter fundamental que impeça a aplicação do estipulado no parágrafo anterior, o prazo da prescrição deverá ser igual ao do delito mais grave na legislação interna do respectivo Estado Parte* – grifos nossos (Brasil 2016).

Em 2010, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF nº153/DF), pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ratificou o controle de

²⁷ A fotografia foi descoberta pelo pesquisador Vladimir Sachetta, em 2011, no acervo do jornal *Última Hora*.

constitucionalidade da Lei de Anistia, o principal entrave à justiça de transição no Brasil. Prevaleceu o entendimento da anistia como fruto de um acordo, cuja finalidade seria a reconciliação nacional, mentora política da Constituição de 1988. Como relator do caso, o Ministro Eros Grau considerou a lei de anistia de 1979 como uma “lei medida”, ou seja, uma normativa elaborada com o intuito de apaziguar conflitos sociais, por isso, necessariamente inteligível se interpretada no contexto de sua adoção. Dentro dessa “lógica finalística” a contestação de tais leis é injustificável em outros tempos, visto que elas partem de uma concretude muitas vezes alheias a reivindicações particulares e direitos fundamentais. Por meio dessa argumentação, o relator articulou a conclusão de que existia um consenso na memória pública nacional, posto que “toda a gente que conhece a nossa história sabe que o acordo político existiu, resultando no texto da Lei n.º 6.683/1979” (Abrão; Torelly, 2011, 241). Nesse cenário, o MPF inscreve as denúncias de desaparecimento forçado²⁸ entre as tipologias de sequestro e ocultação de cadáver, primeiro, por se tratar de crimes já tipificados no ordenamento interno brasileiro e, segundo, pelo fato da conduta criminosa ultrapassar os entraves impostos por ele mesmo, transformando para esses fins desaparecimento forçado em sequestro, pode ser observado como o “espaço de Antígona” da justiça na justiça de transição brasileira. Sacrificar a precisão jurídica tornou-se necessário para a consumação de uma ética que reside na “exigência de sanção” de crimes extraordinários que, conforme retrata Pierre Truche, devem ser tratados “de forma ordinária” para evitar “a tentação de fazer uma justiça de exceção” (Truche *apud* Garapon 2004, 233).

É inquestionável que a anistia continua sendo o principal obstáculo nas decisões que rejeitam as ações penais impetradas contra torturadores da ditadura. Estabelecido o controle de constitucionalidade da anistia de 1979 e ressaltando-se o efeito *erga omnes* para os demais órgãos jurídicos, grande parte dos juízes tem atribuído papel hegemônico ao órgão e desconsiderado o controle de convencionalidade realizado pela CorteIDH, também em 2010. Na sentença rejeitando a denúncia que trata do desaparecimento forçado de três pessoas do Araguaia, por exemplo, o juiz Marcelo Honorato considerou que aceitá-la seria “produzir flagrante violação ao que já decidido pela referida Corte de máxima jurisdição nacional”, no caso o STF (Processo nº 0000342-55.2015.4.01.3901).

Em outro processo, a juíza federal Renata Andrade Lotufo, foi taxativa ao ressaltar que o posicionamento contrário da CorteIDH quanto à anistia não se sobrepunha ao STF (Processo

²⁸ É importante salientar que o crime de desaparecimento forçado é reconhecido na Convenção, datada de 1994, como crime contra a humanidade, portanto imprescritível. Porém, uma boa parte das sentenças quanto aos crimes perpetrados por agentes que conduziam a máquina estatal de tortura não admitem tais condutas dentro dessa tipologia internacional.

0009980-71.2016.4.03.6181). Amparado na bibliografia do direito internacional dos direitos humanos, os procuradores do MPF desde as primeiras denúncias ajuizadas explicitaram as diferenças entre o papel das duas instituições. Enquanto o órgão máximo da justiça brasileira decidiu pela adequação da Lei nº 6.683/79 à Constituição de 1988, a CorteIDH a reprovou quanto aos parâmetros adotados pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Segundo entendimento de André de Carvalho Ramos (2011, p. 218), “a anistia aos agentes da ditadura, para subsistir, deveria ter sobrevivido intacta aos dois controles, mas só passou (com votos contrários, diga-se) por um, o controle de constitucionalidade. Foi destroçada no controle de convencionalidade”.

Ocorre que, em contraposição à doutrina que ampara os argumentos do Ministério Público, encontramos a força da tradição de anistias no Brasil²⁹, a partir das teorias de Rui Barbosa, para quem anistia era sinônimo de “desmemória plena”. Nessa perspectiva, a anistia, para o juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho, foi concebida como algo perene, isenta de historicidade. Citando Barbosa, o juiz recusou a prosseguir com ação contra Antonio Waneir Pinheiro Lima – acusado de estuprar por duas vezes Inês Ettiene Romeu, enquanto esteve presa na Casa da Morte – por reiterar o entendimento de que, depois de promulgada, a anistia é “irretirável”. Desconsiderando o Direito Internacional de Direitos Humanos, fundamentado pós-1945, assumiu a premissa de que “não há poder que possa reconsiderar a anistia” (Processo nº 0170716-17.2016.4.02.5106). Também na sua argumentação esteve presente a defesa do legado da anistia como uma “ponte conciliatória” das crises políticas brasileiras.

Além de ordenadora do tempo histórico em suspensão, a anistia emergiu também como seu ponteiro persistente. Esse tipo de argumentação reproduz (e conecta) o que François Ost (2005) distingue entre anistia dos fatos e anistia das penas. A primeira tem relação com o entendimento corrente sobre o apagamento de acontecimentos, memórias, corpos e de todo o mal consumado em certo período histórico. Já a segunda incide no pós-sanção, em que são negadas, distorcidas e cessadas a execução das penas. No Brasil, ainda que a imputação penal não tenha de fato se efetivado em nenhum dos casos denunciados, as respostas que emergem nas sentenças anistiam também as condenações do país pela CIDH, em 2010 e 2018³⁰.

²⁹ Na decisão sobre os desaparecimentos de Cilon da Cunha Brum e Antônio Teodoro de Castro, o juiz federal Marcelo Honorato salientou que o instrumento da anistia foi utilizado por mais de 30 vezes em nossa história, datando erroneamente como a primeira tendo sido a estabelecida em “1891 (Decreto n. 8/1891), que tratava dos delitos cometidos pelos opositores ao Governo do Marechal Deodoro no Pará” (Processo nº 0000208-86.2019.4.01.3901).

³⁰ O tribunal interamericano de direitos humanos condenou novamente o Brasil, no ano de 2018, pela ausência de investigação adequada, de julgamento e punição a outro crime cometido pela ditadura brasileira: o caso de Vladimir Herzog. Dentre as disposições, a sentença abriu perspectivas de reconhecimento e responsabilização de outros crimes

Desde 2014, temos acompanhado maior diversidade nas tipificações dos crimes imputados nas denúncias. Começaram a aparecer com mais frequência as imputações de homicídio qualificado e falsidade ideológica em que, especialmente nesses últimos casos, abrange um maior número de indiciados civis.

É válido notar que, a partir das investigações de comissões da verdade, alguns casos de morte em decorrência de tortura tiveram as perícias atualizadas, mesmo que de forma indireta. Enquadram-se nesses parâmetros os casos de Alex de Paula Xavier Pereira e Olavo Hansen, ambos processos iniciados em 2018. Quanto à execução de Alex, foram indiciados os médicos Abeylard de Queiroz Orsini e Antônio Valentini, por falsidade ideológica, ao omitirem ou inserirem declarações falsas no laudo necroscópico da vítima. A perícia realizada pela CNV analisou toda a documentação de laudos técnicos relacionados com a morte, concluindo que Alex não morreu em decorrência de tiroteio com as forças de segurança (versão oficial), mas apresentava escoriações representativas de tortura – “o tórax e a face feridos em ações contundentes, intencionais” – além de comprovarem que os sete tiros que o atingiram tiveram trajetórias diferentes – “uma parte dos projéteis assumiu trajetória descendente em relação ao corpo, ou seja, foi disparada de cima para baixo, e a outra parte foi disparada de baixo para cima” (Nenevê; Cunha; Yared 2014, 8).

No caso de Olavo Hansen, foram denunciados dois membros do judiciário ditatorial, Durval Ayrton Moura de Araújo e Nelson da Silva Machado Guimarães, e o delegado civil Josecir Cuoco. Os peritos analisaram três laudos – necroscópico, anatomopatológico e toxicológico – e identificaram inconsistências quanto à versão oficial de morte discriminada oficialmente. Do dia nove de maio de 1970 até o dia 20 daquele mês, os documentos divulgados atestavam morte natural ao dirigente Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Após esta data, todos os documentos, inclusive os laudos, foram alterados para constar a causa da morte para “morte por envenenamento por Paration” (Rocha; Lemos 2014, 13-14).

As diligências realizadas pelas comissões da verdade têm possibilitado, assim, o atravessamento de temporalidades quando se trata das evidências criminais. Grande parte das provas recolhidas nessas ações quanto a crimes cometidos em contexto de violações sistemáticas são testemunhos de ex-presos políticos, sobreviventes de tortura e familiares das vítimas. Além do próprio caráter indiciário da memória enquanto prova judicial ser tensionado em hierarquia, ocorre que, para essas pessoas, também recai o dispositivo do inimigo comunista ou seu colaborador.

cometidos no mesmo contexto de “ataque sistemático e generalizado” à população civil: “O Estado deve adotar as medidas mais idôneas, conforme suas instituições, para que se reconheça, sem exceção, a imprescritibilidade das ações emergentes de crimes contra a humanidade e internacionais, em atenção à presente Sentença e às normas internacionais na matéria (CorteIDH, Caso Herzog e outros vs. Brasil 2018).

Nesse sentido, os documentos elaborados no seio da democracia atestam não só os abusos imputados há vários setores da máquina repressiva, mas também atualizam no presente a irrevogabilidade desse passado (Bevernage 2020).

Mesmo com o acesso a novas documentações – vide a entrega das folhas de alteração de militares à CNV pelas Forças Armadas –, estudos e estratégias jurídicas operadas pelo MPF nesses mais de dez anos de atuação penal na justiça de transição, a marca da responsabilização penal aos crimes da ditadura no Brasil é a impunidade. Quando as políticas de memória são limitadas por um reconhecimento que não contempla a desocultação de informações fundamentais que ensejam a persecução penal, não conseguiremos “dissolver os efeitos das percepções sociais criadas em ditadura, em especial a representação que a transforma numa guerra entre dois lados radicais” (Brandão 2020, 128). A fragilidade da judicialização penal dos crimes de torturadores no Brasil não é apenas um fato, mas também um condicionante estrutural da nossa subserviência ao espectro autoritário.

Considerações finais

Em muitos momentos, trabalhando com a judicialização dos crimes da ditadura no Brasil senti que tentava ocupar um espaço que não era propriamente meu, mas sim dos (das) profissionais do Direito. Mas há algum tempo defendo a importância da interseccionalidade de áreas quando não apenas refletimos sobre, mas também esperamos contribuir de alguma forma para políticas mais efetivas em experiências de justiça transicional. É preciso historicizar o direito!

O processo histórico de constituição do Brasil moderno tem sido habilmente moldado na linha da continuidade, não nas intempéries (muitas vezes necessárias) da ruptura. Dessas continuidades tão bem sedimentadas, o indelével traço de anistias não nos permitiu imergir em “*katharsis* compartilhada” (Ricoeur 2007, 490) enquanto sociedade, mesmo na última década com a experiências tão marcantes de comissões da verdade.

No julgamento da ADPF 153, não apenas o relator defenderia o argumento de um acordo político nacional firmado em 1979, essa justificativa esteve presente no voto de quase todos os Ministros, com base na leitura histórica que excedia às circunstâncias do passado recente, buscando nas origens do projeto de identidade nacional seus alicerces. Grau, por exemplo, insistiu na existência de “momentos históricos em que o caráter de um povo se manifesta com plena nitidez. Talvez o nosso, cordial, se desnude na sucessão das frequentes anistias concedidas entre nós” (STF 2010 *apud* Meyer 2012, 90).

De fato, na história política brasileira a concessão de anistias é prática recorrente. Para entendê-la é necessário vinculá-la há dois tipos de tradições que compõem o jogo político conduzido pelas elites no país: a da conciliação e a da contrarrevolução preventiva. A primeira, que nos interessa mais de perto, foi forjada como insígnia da identidade brasileira, por meio da categoria de cordialidade, mas não no sentido dado por Sérgio Buarque de Holanda. Como forma de reiterar ou preservar interesses e privilégios, as elites políticas articularam na legitimação do Estado e da nação o elogio à suposta capacidade do brasileiro que o compunha em converter rupturas em eventos pacíficos e ordeiros. No século XIX, por vezes interpretada como reforma ou regeneração, a retórica da independência, elaborada pela classe dominante branca, fabricou uma temporalização oficial para interpretar acontecimentos-monstros da nossa história. Aqueles que, como fênix, persistem em vários presentes, reverberando de diversas formas. Posteriormente, assim o foi com a representação do golpe de 1964 como revolução e com a disputa pela anistia, “finalizada” por um grande consenso nacional.

Contudo, a questão é que a cordialidade, conforme a assertiva de Holanda – de que demos ao mundo o “homem cordial” – tem sido tão mal compreendida quanto manipulada por relações de poder. Cabe que, para o autor, esta característica primaz não estaria relacionada à polidez ou à “bondade” como constituinte da identidade brasileira, mas antes de tudo à incapacidade de distinguir os domínios do privado e do público. Relacionada à noção de intimidade, cordialidade “diria muito de nossa impossibilidade de lidar com as questões políticas e de cidadania, para fora da esfera pessoal” (Schwarcz 2008, 86).

Em um país cujas bases sociais foram forjadas sob o espectro do autoritarismo, das desigualdades e da exclusão, o componente cordial equivaleu-se muito mais à estrutura coercitiva. Ao transportar as relações pessoais (familiares) para o seio do Estado, as elites brasileiras reproduziram o modelo patriarcal e opressor das sociabilidades e hierarquias da esfera privada e privilegiada. No arranjo de interesses, manter o poder e barrar os anseios “populares” têm sido o grande compromisso das elites brasileiras, especialmente em conjunturas ameaçadoras. Assim se instalaram as capacidades coercitivas do discurso de conciliação (ou reconciliação) nacional, na paisagem histórica da anistia, ditou-se o *modus operandi* da política brasileira: frear, adaptar, silenciar, pacificar. Por meio desses mecanismos e argumentos o discurso histórico tem sido utilizado recorrentemente pelos meios oficiais para delimitar qual passado lembramos, quais caracteres nos formam, o quão cativos nós somos.

Referências bibliográficas

Abrão, Paulo, e Marcelo D. Torelly. “As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça”. Em *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*, org Leigh A. Payne, Paulo Abrão, e Marcelo D. Torelly, 212-249. Brasília: Oxford: Ministério da Justiça e Oxford University, 2011.

Avritzer, Leonardo. *O Pêndulo da Democracia no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

Basualdo, Victoria. *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Posadas: EDUNAM - Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones: Centro de Estudios Legales y Sociales: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016.

Bauer, Caroline Silveira. “O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça”. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 5, n. 12, (2013): 6-24.

Bauer, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

Bevernage, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução de André Ramos, Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes e Mariana: SBTHH, 2018.

Bevernage, Berber. *Caminhos para a teoria da história: filosofia das historicidades e a questão da justiça histórica*. Tradução Walderez Ramalho. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 3. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

Brandão, Sílvia. “Da ditadura ao tempo presente: as máquinas de memória e seus efeitos contemporâneos”. Em *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*, org. Edson Teles, e Renan Quinalha, 106-143. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/ Comissão Nacional da Verdade*, volumes 1, 2 e 3. Brasília: CNV, 2014.

Hollanda, Cristina Buarque de. “Direitos Humanos e Democracia. A experiência das comissões da verdade no Brasil”. *RBCS*, 33, n. 96 (2018): 1-18.

CAAF/Unifesp. *O Massacre no Baile DZ7, Paraísopolis. Relatório 1: chacina policial, institucionalização do caso e a dinâmica dos fatos segundo as evidências*. São Paulo, 2022.

CAAF/Unifesp. *Informe Público. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaípu, Josapar, Paranapanema e Petrobras*. São Paulo, 2023.

Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras: a elite política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Cordeiro, Janaína Martins. “Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar”. *Locus: Revista de história*, 25, n. 2 (2019): 223-238.

Cunha, Rosa Maria Cardoso da. “Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso?”. Em: *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*, org. Edson Teles e Renan Quinalha. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

D’Araujo, Maria Celina. “Limites políticos para a transição democrática no Brasil”. Em *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*, org. Carlos Fico, Maria Paula Araujo, e Monica Grin, 39-53. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Felman, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

Fernandes, Thomas Dreux Miranda. “Diplomacia Militar – Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty e o regime militar – 1974-1979”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

Fico, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras e posts*. 1. ed. Rio de Janeiro: Amazon KDP, 2020.

Torres, Mateus Gamba. *O discurso do Supremo Tribunal Federal na Ditadura Militar*. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2021.

Garapon, Antoine. *Crimes que não se podem punir nem perdoar: para uma Justiça Internacional*. Tradução de Pedro Henriques. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2004.

Joffily, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

Lentz, Rodrigo. “A participação de setores da sociedade civil na Ditadura Civil-Militar brasileira.” Em *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*, orgs. José Geraldo de Sousa Junior, José Carlos Moreira da Silva Filho, Cristiano Paixão, Livia Gimenes Dias da Fonseca, e Talita Tatiana Dias Rampin, 319-324. Brasília: UnB, 2015.

Meyer, Emilio Peluso Neder. “Responsabilização por graves violações de direitos humanos a ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Nenevê, Celso, Pedro Luiz Lemos Cunha, e José Mauro Yared. *Laudo indireto dos elementos materiais extraídos dos documentos técnicos-laudos, informes e pareceres relacionados com a morte de Alex de Paula Xavier Pereira*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

Osmo, Carla. *Judicialização da Justiça de Transição na América Latina/Judicialización de la Justicia de Transición en América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia – RLAJT, 2016.

Osmo, Carla. “O caráter sistemático da tortura na ditadura brasileira segundo o relato final da comissão nacional da verdade”. Em *Questões sobre Direitos Humanos: Justiça, Saúde e Meio Ambiente*, org. Angelica Espinosa Miranda, Claudia Rangel e Renata Costa-Moura, 14-34. Vitória: UFES, Proex, 2018.

Osmo, Carla. *O Judiciário brasileiro diante dos crimes da ditadura: entre a imprescritibilidade civil e a anistia penal*, 2016b. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.br/2016/11/seminario/mesa_18/osmo_mesa_18.pdf. Acesso em 01 mar 2020.

Ost, François. *O Tempo do Direito*. Tradução de Elcio Fernandes. EDUSC: Bauru, 2005.

Padrós, Enrique Serra. “A ditadura brasileira: da conexão repressiva de Segurança Nacional à Operação Condor”. Em *Autoritarismo e Cultura Política*, org. Luciano Aronne de Abreu, e Rodrigo Patto Sá Motta, 123-151. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Pereira, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Pereira, Mateus Henrique de Faria. “Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, 31, n. 57 (2015): 863-902.

Quadrat, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.

Rocha, Ivete Shimabuko Silva e Ricardo Castrioto Lemos. *Laudo Documentoscópio* – Olavo Hansen. Comissão Nacional da Verdade, Brasília, 2014.

Santos, Cecília MacDowell, Edson Luís de Almeida Teles e Janaina de Almeida Teles, orgs. *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

Santos, Cecília MacDowell. “Questões de justiça de transição: a mobilização dos direitos humanos e a memória da ditadura no Brasil”. Em *Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*, org. Boaventura de Sousa Santos et al., 124-151. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

Schwarcz, Lília Moritz. “Sergio Buarque de Holanda e essa tal de cordialidade”. *Ide* (São Paulo), 32, n. 46 (2008): 83-90.

Silva, Camilla Cristina. *A síndrome autoritária. Como a sobrevivência do discurso anticomunista da ditadura militar afeta a luta pelos direitos humanos no Brasil*. Brasília: Editora UnB/Selo Caliandra, 2025 (no prelo).

Recebido: 11 de novembro de 2024

Aprovado: 10 de maio de 2025

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.45581>

História mínima das direitas latino-americanas

A brief history of the latin american right

Historia mínima de las derechas latinoamericanas

Milton Ferreira Lima dos Santos¹

<https://orcid.org/0009-0002-5601-3305>

Resenha do livro: Bohoslavsky, Ernesto. *Historia mínima de las derechas latinoamericanas*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2023.

Como citar esta resenha:

Santos, Milton Ferreira Lima dos. “Resenha do livro: Historia mínima de las derechas latinoamericanas, de Ernesto Bohoslavsky”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 299-303.

A produção historiográfica de Ernesto Bohoslavsky sobre as direitas na América Latina voltou-se expressivamente para a segunda metade do século XX. No entanto, na obra *Historia mínima de las derechas latinoamericanas*, as investigações direcionam o historiador também para o século XIX, com o objetivo de compreender as características da estruturação desse segmento político, mas também apresenta como novidade o estudo desse segmento político no século XXI.

De acordo com a historiadora Olga Echeverría (2016), a pesquisa de Ernesto Bohoslavsky está concentrada no estudo das direitas latino-americanas. Tal trabalho tem como característica a perspectiva da pluralidade das direitas. Em 2023, duas obras organizadas pelo historiador, *Circule*

¹ Pesquisador no Grupo de Estudos sobre as Direitas José Luis Romero, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dicionário Historiográfico dos Fascismos e seus conflitos — 1922/2023 (no prelo). Verbete: Direitas políticas e fascismo. miltonsociologo@yahoo.com

pela direita: percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973 e Pensar as direitas na América Latina, reforçam as palavras de Olga Echeverría (Echeverría 2016; Bohoslavsky, Sá Motta e Boisard 2023).

Na introdução da obra *Historia mínima de las derechas latinoamericanas*, Ernesto Bohoslavsky indica que o estudo das direitas na América Latina passa por um processo de renovação e ampliação. Em suas palavras, o livro foi pensado para um público geral e não somente para um público especializado. Ao tomar contato com esse escrito, o leitor deve notar que Ernesto Bohoslavsky pode ser comparado a Fernand Braudel, uma vez que nesta obra o historiador faz uma cartografia das direitas na América Latina na curta, média e longa duração (Braudel 1965).

Para o autor, são importantes as perguntas: quais mensagens e símbolos que se utilizam as direitas para se aproximarem de setores distantes da elite? Quais os níveis de autoritarismo legitimados e usados para desincentivar outras identidades políticas alternativas (operarismo, internacionalismo, anarquismo, populismo, zapatismo, marxismo, chavismo etc.)? Que outros discursos e formas de assistência chegam aos setores subalternos através das forças de direita? Os setores populares têm boa aceitação para esses discursos de organizações de direita? (Bohoslavsky 2023, 18).

Historia mínima de las derechas latinoamericanas está estruturado em seis capítulos, nos quais o autor apresenta cada capítulo dividido em três blocos. Ernesto Bohoslavsky destaca, no primeiro capítulo, as direitas liberais e conservadoras na América Latina, sendo, para o autor, o Brasil um caso interessante para conhecer, já que a Velha República (1889-1930) ganhou destaque com poderes locais e provinciais. Nesse período, nota o historiador um outro momento importante no livro, quando a Espanha perde a presença colonial que ainda lhe restava, a partir de 1898, quando testemunhou a independência de Cuba e Porto Rico. O debate político com os atores direitistas, por meio de ações reacionárias, sonhava com a “Reconquista da Península Ibérica”, porém, desta vez, eles vislumbravam algo menos violento e mais consensual, ou seja, uma missão espiritual (Bohoslavsky 2023, 34).

No que remete à América espanhola, o livro discute nesse período a invasão napoleônica à Espanha em 1808. O impacto foi significativo, de modo que conduziu as antigas colônias ao processo de independência, nas décadas de 1810 e 1820. As novas repúblicas passaram por intensos conflitos políticos e guerras civis, “como a União dos Povos Livres (1814-1820), a República de Tucuman (1819-1821), A Grande Colômbia (1821-1831), A Confederação Peruano-Boliviana (1836-1839) ou a República Federal do Centro-América (1824-1839)” (Bohoslavsky 2023, 35).

De forma muito bem amparada no hispanismo posterior a 1898, as forças liberais e conservadoras, por exemplo, foram contra o cosmopolitismo e o cientificismo tendo “um tom menos biologista e mais culturalista, e se orientava contra os indígenas e os afrodescendentes mais

que contra os imigrantes ultramarinos”. Segundo o autor havia um “tom pessimista e anti-evolucionista que se enfurecia contra a modernização cultural, onde se temia a perda das tradições pátrias e das hierarquias naturais” (Bohoslavsky 2023, 46).

O segundo capítulo ressalta o “medo vermelho (1918-1929) que remete os surgimentos de novas formas de direitas antiliberais” (Bohoslavsky 2023, 70). Bohoslavsky inicia-o tratando das eleições presidenciais no Chile de 1920. Os conflitos políticos expostos neste capítulo destacam traços das direitas latino-americanas no período após a Primeira Guerra Mundial, com leituras conspiratórias sobre o conflito social e uma tensão sobre grupos considerados subversivos.

No Chile, integrantes das ligas patrióticas se mobilizaram, e foram às ruas para denunciar os “inimigos internos”. Um evento importante nesse contexto, destaca o historiador, foi conhecido como “a guerra de don Ladislao”. Militares do país se mobilizaram ao norte com a suspeita de que Peru e Bolívia poderiam invadir aquela região e recuperar territórios que haviam perdido na Guerra do Pacífico. Sindicatos e a Federação de Estudantes do Chile foram contra o envio dos militares. No segundo bloco, Bohoslavsky busca apresentar a circulação das ideologias numa perspectiva transnacional. A questão cultural surge como uma grande vitrine, sendo relevante para o autor, desde “a emergência de uma nova geração forjada em plena crise socioeconômica até a expansão do fascismo na Europa e na América” (Bohoslavsky 2023, 30).

O terceiro capítulo é voltado para discutir a Era do Fascismo. Bohoslavsky discorre sobre grandes forças políticas, principalmente “as direitas, que se viram forçadas a definir-se sobre a Guerra Espanhola”. O conflito ideológico colocava em pauta “qual era o papel das democracias ocidentais”. Essa nova força estava convencida de que era preciso renovar nos anos de 1930. O autor destaca um grande movimento de reações autoritárias de 1930-1945. Valia-se tal movimento de golpe de Estado ou de um levante civil-militar (Bohoslavsky 2023, 31).

As reações autoritárias ganham destaques pelo historiador entre 1930 e 1937 na “Argentina, Brasil, Guatemala, Peru, Chile, Uruguai, Cuba e Bolívia”. Esse processo, de golpes ou insurreições, voltou acontecer nos anos de 1960, com a mítica tônica dada por seus propagadores, que os chamavam de “revoluções”. Destaca o autor: “os regimes do general Urriburu na Argentina (líder da Revolução de Setembro de 1930 e ditador até 1932); de Sánchez Cerro (1930-1931) e de Oscar Benavides (1936-1939) no Peru” (Bohoslavsky 2023, 33).

O quarto capítulo remete para o recorte historiográfico de 1946-1964. Os primeiros 20 anos de Guerra Fria na América Latina, o problema do desenvolvimento e a agenda anticomunista se colocaram no centro das preocupações políticas nacionais. No terceiro bloco, Bohoslavsky procura associar os discursos públicos com as práticas políticas. Desse modo, investiga os escritos em periódicos e sua circulação, que passa também pela organização das massas, ideias, teorias e

conceitos. Esse aspecto, entre os discursos públicos e práticas políticas, vem atualizar diversos de seus estudos, além de ampliar seu alcance nos estudos das direitas latino-americanas.

O quinto capítulo está concentrado no estudo das forças de direita e nas ditaduras. Nas palavras do historiador, o Brasil depois do golpe de 1964 serviu de força estimulante para que outros países programassem a Doutrina de Segurança Nacional na América Central e do Sul. Esses regimes autoritários perseguiram indivíduos nas escolas, nas fábricas, no campo e nas universidades.

O sexto capítulo é dedicado ao período posterior aos regimes militares e início das instituições democráticas. Nesse período um evento marcante foi visto na queda do muro de Berlim. As direitas neoliberais durante a década de 1990 dedicaram-se à agenda pró-mercado com a modernização econômica que “obteve um grande trunfo sobre seus adversários” (Bohoslavsky 2023, 34).

De modo geral, a obra entrega uma história mínima das direitas na América Latina. O público, ao ler o livro, também encontra referências aos intelectuais da direita latino-americana e seus atores em partidos políticos, ligados a bandas armadas e parapoliciais, ou até mesmo “os esquadrões de morte em El Salvador ou a Liga Patriótica da Argentina, criada em 1919” (Bohoslavsky 2023, 19).

Nota-se em História mínima das direitas latino-americanas que Ernesto Bohoslavsky procura deixar claro que, embora o espectro político das direitas colecionasse inimigos, “nenhum teve tanto peso como o Comunismo” (Bohoslavsky 2023, 20).

De acordo com o autor, um tema que merece atenção quando remete ao processo histórico das direitas latino-americanas é o nacionalismo. Nesse sentido, Bohoslavsky alerta que militares com ímpeto à ideologia de esquerda também foram vistos no continente latino-americano como “Luís Carlos Prestes, Hugo Chaves, Líber Seregni, Lázaro Cárdenas e Juan Velasco Alvarado”. O autor procura com esses elementos ideológicos enfatizar que “nacionalismo, militarismo, autoritarismo” não devem ser traços exclusivos da direita e sim de diversas correntes ideológicas (Bohoslavsky 2023, 13).

A partir de alguns traços ideológicos das direitas na América Latina, Bohoslavsky tem como referências diversos autores, tais como Roger Eatwell, Norberto Bobbio e Barry Cannon. O estudo de Cannon sobre as direitas latino-americanas notou uma característica particular, que dialogava diretamente com Bobbio que havia notado o anti-igualitarismo, tal característica particular apresentava uma ideologia voltada aos “interesses da elite” (Bohoslavsky 2023, 16).

Sobre os intelectuais e a imprensa, Bohoslavsky refere-se a diversos periódicos que circulavam em diferentes períodos, por exemplo, “El Debate (1927-1930) da Colômbia e a revista Tizona no Chile, circulando entre as décadas de 1960 e 1970” (Bohoslavsky, 2023, 27). O autor faz

menção aos serviços de espionagem da polícia política, como a “Diretoria de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPPBA), o DEOPS brasileiro, o Serviço de Inteligência e Ligação (SIE) uruguaio - mais tarde a Direção Nacional de Informação e Inteligência (DNII) - ou a Direção Federal de Segurança (DFS) do México” (Bohoslavsky 2023, 22).

Assim que os temas são refletidos nas recorrências, novidades e rupturas, no processo histórico, de curta, média e longa duração, os leitores podem encontrar outros temas discutidos no livro: a propriedade privada no século XIX e a expansão do capitalismo rural, uma discussão na América Latina sobre a privatização e a concentração da propriedade da terra, como também a redução das comunidades indígenas até o debate do desenvolvimento na identidade nacional.

Portanto, o livro de Ernesto Bohoslavsky, *Historia mínima de las derechas latinoamericanas*, se destaca pela comparação histórica retomando diversos autores que estudam as direitas na região. Do passado ao presente, o historiador mergulha em períodos entre guerras nos países do Cone Sul e amplia seus estudos para América Central. Acena sua entrada no século XXI, que parece ser uma novidade na obra, dando a entender que seus estudos podem voltar-se ao período conhecido como onda rosa, no início dos anos 2000. O autor ainda traz elementos para discussão dos novos movimentos, como trumpismo e bolsonarismo. Indica que, embora haja novas pesquisas com as redes sociais e as *fake news* no estudo das direitas, é promissor o estudo da própria extrema-direita, que ressurge na conjuntura latino-americana. Tanto a Argentina, recentemente com a eleição de Javier Milei, quanto o Brasil de Jair Bolsonaro, acenam para a importância do estudo das direitas. Do passado ao presente, os estudos das ditaduras, redes de *think tanks*, igrejas pentecostais, forças armadas e golpes militares, fascismos, neoliberalismos e autoritarismos, continuam necessários para o debate das direitas na América Latina.

Referências Bibliográficas:

Bohoslavsky, Ernesto, Rodrigo Sá Motta, e Stéphane Boisard. *Circule pela direita: percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973*. Maringá: Eduem, 2023.

Braudel, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. *Revista de História*, 30, n. 62 (1965): 261-294.

Echeverría, Olga. “Los estudios sobre las derechas argentinas y rioplatenses del siglo XX. Balances, preguntas y perspectivas de análisis”. Em *Las derechas en el Cono Sur, siglo XX. Actas del VII Taller de discusión*, org. Ernesto Bohoslavsky, Magdalena Broquetas e Olga Echeverría, 148-162. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

Recebido: 13 de agosto de 2024

Aprovado: 11 de maio de 2025

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.45689>

Infância e juventude: reflexões acerca da justiça, direitos humanos e políticas sociais no século XX na América Latina

Childhood and Youth: Reflections on Justice, Human Rights, and Social Policies in 20th Century Latin America

Infancia y Juventud: Reflexiones sobre Justicia, Derechos Humanos y Políticas Sociales en el Siglo XX en América Latina

Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer¹

<https://orcid.org/0009-0002-2538-3047>

Resenha do livro: Arend, Silvia Maria Fávero, e Humberto da Silva Miranda, org. *Os tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina*. Criciúma: EDIUNESC, 2023.

Como citar esta resenha:

Cozer, Priscila Emanoeli Rodrigues. “Resenha do livro: Os tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina, de Silvia Maria Fávero Arend e Humberto da Silva Miranda”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 304-309.

Nas últimas décadas, infâncias e juventudes vêm sendo abordadas pelos historiadores com o objetivo de dar visibilidade a debates que visem assegurar os direitos da população infantojuvenil e de os ampliar. Neste sentido, fontes foram revisitadas e problematizadas na construção desse

¹ Doutoranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina — UDESC; Mestre em História, Culturas e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa — UEPG. E-mail: priscilacozer@gmail.com.

saber historiográfico, até pouco tempo pautado em grande medida pelo olhar dos adultos, ignorando as “vozes” de crianças e adolescentes. Segundo Sosenski, “pocos historiadores e historiadoras han prestado atención a las dinámicas que generaron niñas y niños en la vida [...]. Así, la historia que se escribe y, por ende, la que se enseña en las aulas, es generalmente adultocéntrica” (Sosenski 2016, 46). Podemos destacar autoras como Irene Rizzini, Irma Rizzini e Sônia Camara, que têm contribuído significativamente para a compreensão das infâncias em sua pluralidade, enfatizando a importância de considerar as experiências, perspectivas e contextos sociais específicos vivenciados por crianças e adolescentes.

A coletânea, organizada por Silvia Maria Fávero Arend e Humberto da Silva Miranda, apresenta um conjunto de reflexões de pesquisadores/as do Brasil, Chile e Argentina. A obra é resultado do III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina e do I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude — Anpuh/BR, evento realizado em 2021 (Arend e Miranda 2023, 13).

O livro *Os Tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina*, publicado em 2023, está assim organizado: prefácio, introdução escrita pelos organizadores e 11 capítulos, estes, distribuídos em três partes: Parte I: Justiça; Parte II: Direitos Humanos; e Parte III: Políticas Sociais. A obra se destaca por sua abordagem transnacional e interdisciplinar, articulando história, direito e políticas sociais. O prefácio de Eduardo Silveira Netto Nunes — *Crianças e adolescentes: temos medo de vocês?* — já sinaliza o tom crítico da coletânea, questionando as práticas sociais e jurídicas que historicamente marginalizaram essa população. A introdução, escrita pelos organizadores, contextualiza a produção historiográfica recente, destacando a necessidade de superar perspectivas adultocêntricas. Essa crítica ao adultocentrismo é um dos eixos centrais da obra, reverberando em capítulos como o de Daniel Alves Boeira, que analisa a construção do conceito de “menor infrator” durante a ditadura militar brasileira, e o de Camila Serafim Daminelli, que discute a genericidade da categoria “menor” no Código de Menores de 1979.

A primeira parte da coletânea é dedicada à questão da justiça, sendo composta por quatro capítulos, nos quais são analisadas as trajetórias jurídicas, assim como os direitos das infâncias e da juventude. O primeiro desses capítulos *O juízo de órfãos e a tutela orfanológica no Brasil: Notas sobre as fontes documentais*, que, escrito por José Carlos da Silva Cardozo e Fabiano Quadros Rückert, destaca o uso de diferentes fontes históricas e como esse processo auxiliou os historiadores nas pesquisas relacionadas às questões da infância e da juventude no Brasil.

O segundo capítulo, *O menor como “inimigo”: Reverberações na CPI do menor (1975-1976)*, de Daniel Alves Boeira, e o capítulo seguinte, *História de um sujeito genérico abstrato: O menor e a minoridade*

no Brasil no contexto do Código de Menores de 1979, de Camila Serafim Daminelli, articulam-se ao abordarem a construção histórica e jurídica da categoria de “menor” no Brasil, especialmente no contexto da ditadura militar. Ambos os autores destacam o papel do Estado e de suas instituições na formulação de políticas voltadas à infância e à juventude marginalizadas, com ênfase nas ações da Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem). Enquanto Boeira foca na atuação repressiva e na militarização das respostas estatais ao chamado “menor infrator”, ressaltando a influência da Doutrina de Segurança Nacional e criticando a abordagem punitiva em um contexto social excludente, Daminelli analisa como, na década de 1970, a construção jurídica desse sujeito se deu de forma genérica e imprecisa, a partir de uma lógica assistencialista que equiparava o menor infrator ao menor abandonado. Ambos os capítulos evidenciam como as políticas voltadas à infância foram marcadas por contradições entre controle social e assistência. Além disso, eles revelam as consequências negativas dessas práticas na vida dos jovens afetados, como o tratamento judicial inadequado e a ausência de distinções fundamentais na legislação da época. Assim como Rizzini (2009, 27), demonstram como o regime militar atribuiu à questão do “menor” um caráter estratégico, para implementar políticas autoritárias, centralizadas e voltadas para o controle da infância marginalizada, tratada como ameaça à ordem social e ao desenvolvimento do país.

O quarto e último capítulo dessa primeira parte, *Direitos dos adolescentes em conflito com a lei: Caminhando a passos lentos (Brasil, 1991–2002)*, de Silvia Maria Fávero Arend, analisa os processos de introdução de direitos aos adolescentes em conflito com a lei. A autora ressalta a ausência de submissão de relatórios pelo Brasil ao Comitê de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) no período compreendido entre 1990 e 2002.

A parte II, *Direitos Humanos*, está organizada em quatro capítulos. O primeiro, *Historias sobre la pubertad: Saberes del pasado para pensar derechos en el presente*, de Cecilia Rustoyburu, analisa as diferentes conjecturas sobre os processos biológicos ocorridos na Argentina durante os anos 1950–1960, destacando o desenvolvimento de tecnologias biomédicas que permitiram a intervenção médica em casos de características masculinas e femininas durante a puberdade, e trata da influência da medicina na definição do corpo. A autora problematiza a medicalização da puberdade, indicando que a ciência médica ocidental a considera crucial ao marcar a diferença sexual por meio de características secundárias.

Os capítulos *La expansión del lenguaje de los derechos en clave local: La escucha de niños y niñas en la justicia de familia, Argentina (1990-2015)*, de Carla Villalta, e *Los derechos de la infancia como categoría del análisis: Algunas reflexiones sobre sus límites, potencialidades y desafíos*, de María Florencia Gentile e María Carolina Zapiola, dialogam ao analisarem criticamente a construção e a aplicação dos direitos da

infância na Argentina, especialmente a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Ambos os textos demonstram a transição da noção de “menor” para as categorias de criança e adolescente, bem como o deslocamento da lógica da incapacidade para a valorização da autonomia progressiva. Enquanto Villalta foca nas tensões judiciais em torno do direito das crianças de serem ouvidas e em como as interpretações judiciais ainda reproduzem concepções modernas e limitadoras da infância, Gentile e Zapiola ampliam o debate ao problematizar o próprio conceito de direitos da infância como categoria analítica, explorando seus paradoxos, limites e possibilidades.

Fechando a segunda parte do livro, o capítulo *Entre o vivível e o matável: Da autobiografia de Lia Junqueira à crítica da “questão do menor” no Brasil dos anos 1970-1980*, de José dos Santos Costa Júnior, analisa os movimentos sociais iniciados na década de 1970 e a defesa de direitos para grupos como os de mulheres, indígenas, crianças e adolescentes, partindo da publicação do livro *Abandonados*, de 1986, que conta a história da advogada Lia Junqueira. Ele busca analisar a trajetória do Movimento de Defesa dos Menores (MDM) e a participação de Lia Junqueira — o que revela um esforço coletivo para desnaturalizar a categoria “menor”, redimensionando o olhar da sociedade em relação às condições de vida desses jovens.

A parte III, *Políticas Sociais*, se inicia com o capítulo *O departamento nacional da criança: Uma experiência de centralização nas políticas socioassistenciais materno-infantis*, de Ismael Gonçalves Alves, que aborda as medidas de proteção à criança e à maternidade durante o Estado Novo no Brasil, estabelecido em 1937. Essas medidas eram consideradas questões de ordem econômica e moral, mesclando ideias eugenistas com discursos políticos e médicos. O autor discute a ideia de maternidade e a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), destacado como instituição governamental responsável por centralizar e difundir as políticas sociais de proteção à criança e à infância em todo o país durante o Estado Novo.

O capítulo *Discursos jurídicos, famílias e política de abrigamentos (Santa Catarina, década de 1990)*, de Elisângela da Silva Machieski, discute as implicações referentes ao elevado número de crianças e adolescentes internados em abrigos na cidade de Criciúma, em Santa Catarina, na década de 1990. A autora contextualiza historicamente a prática de internação de crianças e adolescentes no Brasil, mencionando debates desde a década de 1940. Ela aponta uma mudança de paradigma nos anos 1980, com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhecem a família como base fundamental para o desenvolvimento infantojuvenil, examinando a aplicabilidade da legislação na primeira década após sua implementação. Como apontam Irene e Irma Rizzini (2004, 13), a distância entre os marcos legais e a realidade institucional revela a

persistência de práticas tutelares e excludentes, que continuam a afetar de forma desproporcional crianças oriundas de contextos de pobreza.

O capítulo *Malnutridos e irregulares: La política de infancia de la dictadura civico-militar chilena (1973-1990)*, de Karen Alfaro Monsalve, aborda a política de infância durante o governo da Unidade Popular (UP) no Chile, em 1970, enfatizando o Programa Nacional de Leite (P.N.L.), implementado para combater a desnutrição infantil. O texto discute a transição política para a ditadura cívico-militar no Chile, que buscou dismantelar as políticas sociais da UP. Destaca a implementação de um novo modelo de Estado, baseado no princípio de subsidiariedade, desestatizando as demandas sociais e entregando a gestão dos recursos públicos a entidades privadas. A autora apresenta políticas de recuperação da desnutrição infantil durante a ditadura, por meio da Corporación para la Nutrición Infantil (Conin).

Encerrando a terceira parte do livro, o capítulo *Políticas públicas para crianças e adolescentes em tempos de pandemia*, de Ailton José Morelli, traz uma reflexão sobre o impacto da pandemia da covid-19 em 2020, destacando a atenção dada a crianças e a idosos nas políticas de contenção e cuidado, revelando a fragilidade das políticas públicas e a falta de protocolos. O autor explora a relação entre políticas públicas e crianças, mostrando a necessidade de investimento e de mudanças na sociedade. O autor examina as dificuldades enfrentadas pela população infantil durante a pandemia, como a falta de acompanhamento escolar, a insegurança alimentar e as dificuldades de acesso à educação remota.

A coletânea oferece contribuição relevante para os estudos da infância e juventude na América Latina, tanto pela diversidade temática quanto pela articulação entre história, justiça e direitos humanos. A obra se destaca ao reunir pesquisadores de diferentes países em torno de questões comuns, evidenciando as conexões transnacionais. O livro se propõe compreender o processo de mudança na proteção das infâncias no Brasil, no Chile e na Argentina. As discussões listadas em cada capítulo se entrelaçam, perpassando as ditaduras militares até os dias atuais, contribuindo para novos debates no campo historiográfico e explorando novos caminhos.

No entanto, a abordagem interseccional poderia ampliar o potencial crítico da obra, conectando as estruturas de poder às trajetórias das infâncias e juventudes latino-americanas. Embora questões de raça, gênero e classe perpassem implicitamente muitos dos capítulos, elas não são tematizadas de forma sistemática. Por exemplo, a análise da Funabem poderia enriquecer-se ao dialogar com estudos sobre racismo estrutural, já que a criminalização da pobreza no Brasil tem fortes raízes raciais. Da mesma forma, a discussão sobre juventude ganharia maior profundidade

se incorporasse perspectivas de gênero e sexualidade, considerando como normas sociais moldam as experiências juvenis.

Referências bibliográficas:

Rizzini, Irene, e Irma Rizzini. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

Rizzini, Irene, e Francisco Pilotti, org. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Sosenski, Susana. “Dar casa a las voces infantiles – reflexiones desde la historia”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14, n. 1 (2016): 43-52.

Recebido: 21 de agosto de 2024

Aprovado: 11 de maio de 2025